

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



A CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM CABO-VERDIANA

**Do universo cultural, social e ideológico de Cabo Verde e sua
representação na prosa de Germano Almeida**

Maria Raquel Álvares Mendes de Oliveira

Orientador: Professor Doutor Luís Dias Martins

**Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de
Estudos de Literatura e de Cultura, na especialidade de Estudos Africanos**

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



A CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM CABO-VERDIANA

**Do universo cultural, social e ideológico de Cabo Verde e sua
representação na prosa de Germano Almeida**

Maria Raquel Álvares Mendes de Oliveira

Orientador: Professor Doutor Luís Dias Martins

**Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de
Estudos de Literatura e de Cultura, na especialidade de Estudos Africanos**

Júri:

Presidente: Doutora Maria Cristina de Castro Maia de Sousa Pimentel, Professora
Catedrática e Membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa.

Vogais:

- **Doutora Ana Maria Mão de Ferro Martinho Carver Gale**, Professora
Auxiliar com Agregação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa;
- **Doutor Petar Dimitrov Petrov**, Professor Associado com Agregação
Aposentado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do
Algarve;
- **Doutora Ana Mafalda Leite**, Professora Associada com Agregação da
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- **Doutora Ana Paula Ribeiro Tavares**, Professora Auxiliar Convidada da
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- **Doutor Luís Manuel Dias Martins**, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa, orientador.

À minha mãe com amor e saudade

Índice

Introdução	1
CAPÍTULO I – Germano Almeida, escritor da Pós-Independência de Cabo Verde	9
1.1. Vida e obra	9
1.2. O autor e sua inserção na historiografia literária.....	12
1.3. <i>Ponto & vírgula, Revista de Intercâmbio Cultural</i>	34
1.4. Construção de um projeto literário inovador	43
CAPÍTULO II – Elementos para a construção do <i>corpus</i>	51
1. <i>Corpus</i> textual	51
2. Espaços sociais e históricos narrativos.....	53
2.1. A Ilha da Boa Vista	53
2.2. A ilha de São Vicente	55
2.3. A Ilha de Santo Antão	60
2.4. A Ilha de Santiago	66
2.5. Lisboa	69
3. Resumos das histórias.....	70
3.1. <i>A Ilha Fantástica</i>	70
3.2. <i>O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo</i>	77
3.3. <i>O Dia das Calças Roladas</i>	80
3.4. <i>Os Dois Irmãos</i>	83
CAPÍTULO III – Personagens e figuração dos mundos textualizados	89
1. Sobre o conceito de personagem	89
2. <i>A Ilha Fantástica</i> – Tradições de infância	99
3. <i>O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo</i> —O comerciante do Mindelo	109
4. <i>O Dia das Calças Roladas</i> – A propriedade da terra.....	126
5. <i>Os Dois Irmãos</i> – O direito judaico-cristão do patriarca	143
6. Visões de “fora” in <i>Dona Pura e os Camaradas de Abril</i>	147
7. Síntese global da figuração das personagens do <i>corpus</i>	155
8. Relações de sentidos, (sociais e culturais) entre as personagens	162
9. Imagens do cabo-verdiano num tempo de mudanças rápidas	171
Conclusão	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199
Anexo	235

Lista de Abreviaturas

<i>IF</i>	–	<i>A Ilha Fantástica</i>
<i>TNS</i>	–	<i>O Testamento do Senhor Napumoceno da Silva Araújo</i>
<i>DCR</i>	–	<i>O Dia das Calças Roladas</i>
<i>DI</i>	–	<i>Os Dois Irmãos</i>
<i>DPCA</i>	–	<i>Dona Pura e os Camaradas de Abril</i>
<i>MP</i>	–	<i>O Meu Poeta</i>
<i>MMP</i>	–	<i>A Morte do Meu Poeta</i>
<i>ME</i>	–	<i>As Memórias de Espírito</i>
<i>EC</i>	–	<i>Estórias Contadas</i>
<i>EDC</i>	–	<i>Estórias Dentro de Casa</i>
<i>FT</i>	–	<i>A Família Trago</i>
<i>ML</i>	–	<i>Mar na Lajinha</i>
<i>E</i>	–	<i>Eva</i>
<i>CVVHI</i>	–	<i>Viajando pela História das Ilhas de Cabo Verde</i>
<i>MCVM</i>	–	<i>Do Monte Cara vê-se o mundo</i>
<i>MO</i>	–	<i>A Morte do Ouvidor</i>
<i>RP</i>	–	<i>Regresso ao Paraíso</i>
<i>P&V</i>	–	<i>Ponto & vírgula</i>
<i>MpD</i>	–	Movimento para a Democracia
<i>PAIVC</i>	–	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
<i>PAIGC</i>	–	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
<i>JAAC/CV</i>	–	Juventude Africana Amílcar Cabral – Cabo Verde

Agradecimentos

Quero expressar a minha gratidão a todos os que me apoiaram e incentivaram no meu percurso de descoberta do passado e presente das Literaturas Africanas desde as suas origens estéticas, temáticas e ideológicas até às suas vertentes artísticas.

Um agradecimento muito particular ao Professor Doutor Luís Dias Martins (FLUL), meu orientador, sempre presente, que, com estímulo e entusiasmo guiou este trabalho de natureza científica.

A minha gratidão é extensiva a outras pessoas que contribuíram para que este estudo sobre *A construção da personagem do homem cabo-verdiano. Do universo cultural, social e ideológico de Cabo Verde e sua representação na prosa de na prosa de Germano Almeida* chegasse a bom termo.

Entre elas, destaco o Professor Doutor Alberto de Carvalho pelos rigorosos ensinamentos que me deu no estudo das Literaturas Africanas e com quem trabalhei na Uniclássica, no Mestrado de Literatura Brasileira e na abertura do Centro de Estudos Lusófonos no Agrupamento de Escolas Gil Vicente.

Às professoras Doutoradas Glória de Brito e Vania Chaves, um agradecimento pela disponibilidade bibliográfica tão importante para este trabalho.

Ao escritor Germano Almeida, os momentos que dispensou e que foram profícuos para uma melhor compreensão da sua obra.

Não posso esquecer o contributo bibliográfico dado pela *Associação Caboverdeana de Lisboa* e em especial pelo Doutor José Luís Hopffer Almada, Vice-Presidente da Associação, com quem dialoguei alguns momentos sobre a Literatura Cabo-verdiana. Agradeço o ciclo de conferências sobre a *História de Cabo Verde* promovido pela *Associação Caboverdeana de Lisboa* que muito contribuiu para a minha formação científica.

Um agradecimento ao professor Eugénio Lisboa que me ofereceu, generosamente, um ensaio inédito com o título “Germano Almeida”.

Agradeço à Biblioteca da Câmara do Mindelo, a atenção que me foi prestada no âmbito bibliográfico.

O meu reconhecimento e amizade às Professoras Doutoradas Ana Paula Tavares (Diretora Adjunta do CLEPUL) e Cristina Almeida Ribeiro (Centro de Estudos Comparatistas)) pelos momentos de partilha de experiências, de reflexões, de ensinamentos e de contínuos diálogos respeitantes a esta pesquisa. O afeto e o

acolhimento demonstrados foram de uma enorme importância para a realização da minha tese.

Por fim, um agradecimento a todos os membros do *Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias* (CLEPUL - FLUL) pela ajuda bibliográfica e informática na realização deste trabalho de investigação.

Ao diretor do CLEPUL – FLUL, professor doutor Ernesto Rodrigues e à professora doutora Teresa Martins Marques, agradeço toda a atenção prestada no campo bibliográfico.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo fundamental a análise da figura do homem cabo-verdiano na produção romanesca de Germano Almeida, cuja obra é reconhecida em Cabo Verde, seu país de origem, bem como em outros espaços geográficos.

O referido escritor situa-se no contexto histórico da Independência de Cabo Verde. Ele insere-se numa nova viragem da Literatura Cabo-verdiana, marcada ainda por traços culturais do tempo colonial e já aberta a uma renovação da linguagem, virada à crítica política, social e cultural do novo homem de Cabo Verde.

Procura-se demonstrar e fundamentar que a escrita literária de Germano Almeida espelha diferentes pareceres, representativos do homem cabo-verdiano, em diversas ilhas que marcam, ideologicamente e socialmente, o arquipélago de Cabo Verde.

Escolhe-se para esta pesquisa, o estudo da personagem romanesca no seguinte *corpus* literário: *A Ilha Fantástica* (Ilha da Boa Vista), *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo* (Ilha de São Vicente), *O Dia das Calças Roladas* (Ilha de Santo Antão), *Os Dois Irmãos* (Ilha de Santiago) e por último *Dona Pura e os Camaradas de Abril* (Lisboa / Cabo Verde).

O estudo da personagem no *corpus* literário proposto, permitirá distinguir diferenças fundamentais das gentes das ilhas que constituem um quadro de referências culturais do povo cabo-verdiano.

No primeiro momento, desenvolvem-se tarefas de investigação sobre a vida e a obra de Germano Almeida, sua inserção no contexto literário da Literatura de Cabo Verde e a construção de um projeto literário que reivindica o novo papel que a escrita deve ocupar na sociedade das ilhas crioulas da Independência. A revista *Ponto & vírgula*, *Revista de Intercâmbio Cultural*, fundada por Germano Almeida, Leão Lopes e Rui Figueiredo funciona como espaço de reflexão e de crítica, aberto à criação e à inovação. *Ponto & vírgula* é uma referência de importância literária, cultural e social do Mindelo.

No segundo momento, dão-se informações de natureza histórica, política, cultural e social, resumos, figuras e suas representações em cada narrativa do *corpus*.

No terceiro momento, mais específico, reflexões sobre o conceito de personagem, traços, suas relações e sentidos sociais e culturais entre elas. O autor recupera as tradições populares oralizantes, testemunhos representativos do colonial e da Pós-

Independência e ainda ruturas e transgressões à norma institucionalizada, desagregação de valores e conflitos e conflitos sociais e ideológicos.

Procura-se traçar os elementos mais representativos das personagens de cada ilha e ainda demarcar o homem cabo-verdiano num tempo de mudanças ideológicas.

Pensa-se que a construção da personagem nas narrativas estudadas, constitui um contributo importante para a revalorização da cultura cabo-verdiana na escrita literária do “contador de histórias”, Germano Almeida e abre novos caminhos na Literatura cabo-verdiana.

Palavras-chave: Germano Almeida, Literatura Cabo-verdiana, personagens, Colonial e Pós-Independência.

Résumé

Ce travail analyse la figure de l'homme capverdien dans la production romanesque de Germano Almeida, l'un des grands noms de la littérature de Cap-Vert. Il est reconnu, non seulement dans son pays d'origine, mais aussi à l'extérieur de ses frontières.

Germano Almeida, l'écrivain situé dans le contexte historique de l'Indépendance de Cap-Vert, envisage une écriture, dans laquelle se sont distingués des traits, encore marqués par le colonial et déjà un renouvellement du langage, ouvert à la critique politique, sociale et culturelle du nouveau homme capverdien dans la Littérature Capverdienne.

Plus précisément, on veut mettre à jour que les personnages littéraires chez Germano Almeida, problematisent et interrogent les problèmes sociaux de l'homme Capverdienne qui ont marqué, idéologiquement, des îles du Cap-Vert à l'Indépendance. Le travail sur les personnages, représente une réflexion sur les différentes positions culturelles des gens des îles de Cap-Vert.

La dissertation analyse cinq récits: *A Ilha Fantástica* (Ilha da Boa Vista); *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo* (Ilha de São Vicente), *O Dia das Calças Roladas* (Ilha de Santo Antão), *Os Dois Irmãos* (Ilha de Santiago) et *Dona Pura e os Camaradas de Abril* (Cabo Verde/Lisboa).

Dans le premier chapitre, on fait la présentation de la vie et de l'oeuvre littéraire de Germano Almeida. Pour mieux comprendre le discours des personnages, on fait un parcours littéraire, dès les années 30 à nos jours. En plus Germano Almeida propose la construction d'un nouveau projet littéraire, comme la critique de la réalité sociale Capverdienne au temps de l'Indépendance. La revue *Ponto & vírgula, Revista de Intercâmbio Cultural*, fondée par Germano Almeida, Leão Lopes e Rui Figueiredo constitue un espace de réflexion et de critique, ouverte à la création et à l'innovation littéraire. Cette revue est une référence littéraire, culturelle et sociale à Mindelo.

Dans le deuxième chapitre, quelques informations historiques, politiques, culturelles et sociales. En plus des résumés des histoires et figures du *corpus*. On étudie les mécanismes de la construction des personnages dans le cadre géographique littéraire qui figurent dans les récits choisis.

Dans le troisième chapitre, quelques réflexions théoriques sur la conception du personnage sont abordées, des analyses des personnages, synthèse globale des sens

sociaux et culturels et des images de l'homme de Cap-Vert dans un temps de renouvellement idéologique.

En plus, la construction du personnage relève des détails sociaux et culturels des gens des îles de Cap-Vert. Du point de vue littéraire, Germano Almeida, « le conteur des histoires », s'affirme ainsi comme un écrivain dans le contexte d'un présent nouveau qui fixe les racines de son peuple et ouvre un parcours de renouvellement dans la Littérature Capverdienne.

Mots-clés: Germano Almeida, Littérature Capverdienne, personnage, Colonial et l'Indépendance.

Perder a memória do passado é para o presente falhar o futuro

Germano Almeida

Introdução

Germano Almeida, face aos nomes mais importantes da literatura cabo-verdiana, torna-se um dos escritores mais conceituados nos anos seguintes à Independência Nacional, ocupando um lugar de relevo, na nova criação e produção literárias dos séculos XX e XXI.

Considera-se que a sua obra possui uma grande relevância no sentido de refletir sobre a construção de um novo ciclo literário que irá anunciar uma visão crítica da sociedade rural das ilhas e burguesa do Mindelo, numa época de grandes mudanças na nação. Ela procura buscar a essência do homem cabo-verdiano, expõe e analisa as vivências das diferentes ilhas com o objetivo de distinguir particularidades identificativas de um povo específico que procura encontrar a sua identidade cultural na Independência. As ilhas constituem os espaços de que o escritor se serve para revisitar e refletir sobre os vários problemas sociais ainda existentes numa época em que há o desejo de reconstrução de um país. Nesse sentido ele quer especificar a realidade social e cultural do homem de Cabo Verde referente a cada ilha no contexto universal das ilhas crioulas.

No decorrer deste trabalho, é de todo o interesse demonstrar como as obras representam o cabo-verdiano, dotado de uma forte consciência de identidade étnica e cultural, conforme anota Manuel Ferreira em *A Aventura Crioula* (1985:8-9), elaborada no período colonial mestiço, aberto ao mundo devido ao destino histórico da emigração.

A partir de uma extensa produção, o autor pretende construir uma nova escrita literária virada para a reinterpretação de problemáticas sociais, com a finalidade de refletir questões que se prendem com a realidade das ilhas num contexto de mudanças ideológicas, sociais e culturais.

Escritor inserido na sociedade do pós 25 de Abril, a sua obra acompanha e destaca as mutações constantes operadas nas ilhas crioulas, recupera, retrata e reinterpreta as diversas atitudes do homem cabo-verdiano, com o grande objetivo de repensar e questionar o futuro da literatura em Cabo Verde. Para circunscrever o essencial desta problemática, consideramos mais expressivas as obras *A Ilha Fantástica*, *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, *O Dia das Calças Roladas*, *Os Dois Irmãos e Dona Pura e os Camaradas de Abril*, as quatro primeiras centradas no Arquipélago e a quinta para incluir no *corpus* um testemunho da emigração.

Tendo em consideração esta breve apresentação do objeto do nosso trabalho, consideramos vantajoso orientá-lo num sentido que parta do autor e das suas atividades que o levam a descobrir-se escritor, a orientar a sua criatividade para uma estética realista que, no essencial, valoriza especialmente, do nosso ponto de vista, o universo das personagens.

De facto, na investigação a desenvolver, vê-se a necessidade de apresentar alguns elementos históricos referentes a cada ilha, resumos de cada narrativa, apresentação das personagens, o seu significado simbólico e temáticas como a emigração, as crendices, as superstições, o contador de histórias, o casamento, o adultério, o partir e o regressar, rituais, o ensino conservador, transgressão às tradições, histórias de gestas, a música, a religiosidade, a aculturação e a integração, telurismo, a gastronomia, o evasimismo físico, a condição feminina e os direitos consuetudinário e jurídico.

Trata-se de um trabalho que será realizado da reflexão histórica e aspetos sociais, situados na continuidade que, mesmo depois da Independência nacional, conserva traços abertos às novas mudanças de um novo tempo de renovação ideológica, social, cultural e literária. Essas referências são de grande relevância para uma melhor compreensão do funcionamento das personagens nas diferentes narrativas inseridas em contextos geosociais diferentes.

Assim pretendemos mostrar como as obras irão representar um mundo de incongruências ideológicas, interrogações e diálogos que debatem continuidades e mudanças na tradição literária de Cabo Verde.

Privilegia-se como tema de pesquisa, o estudo da personagem que integra e representa uma cartografia antropológica e literária que reflete e reage sobre as linhas temáticas anteriores da narrativa cabo-verdiana, para nela inserir uma imagem dos novos tempos.

Não cabendo numa tese temática teorizar o conceito de personagem, consideramos necessário proceder a um rastreio das orientações mais pedagógicas, por exemplo: Maria de Lourdes Ferraz, Renata Pallottini, Manuel Lopes, Pierre Glaudes e Yves Reuter, Uri Margolin, François Mauriac, Beth Brait, Michel Zéaffa, E.M. Forster, Gérard Genette, Roland Barthes, Philippe Hamon, Vincent Jouve, Jean-Marie Shaeffer, Jean-Philippe Miraux, Christine Montalbetti e Carlos Reis.

No entanto parece-nos de grande importância dar relevo à construção da personagem proposta por Renata Pallottini que reúne e seleciona traços distintivos de cada figura, tendo em conta que o escritor cabo-verdiano considera ser necessário partir dos traços de caracterização das personagens para dar o ambiente e configuração.

Deve-se a Philippe Hamon (“Para um estatuto semiológico da personagem”) a explicitação muito pedagógica, dos traços caracterizadores mais significativos das personagens. As sugestões de Maria de Lourdes Ferraz parecem também muito adequadas a este trabalho, ao considerar que a personagem está marcada pelo tempo e no seu enquadramento espacial. Por sua vez Manuel Lopes vai procurar que as suas personagens tenham autenticidade e consigam filtrar os requisitos necessários que dão vida à personagem.

Trata-se de procurarmos caracterizar, a partir das personagens. Procuraremos atender à ideia de no processo histórico da Independência, a obra de Germano Almeida criar universos realistas onde as figuras se encontram animadas por uma nova redimensão do homem dos autores da geração de *Claridade*, naturalmente espelhando crioulo.

A tese vai ordenar este percurso de trabalho em três capítulos.

O primeiro capítulo constará da vida e obra de Germano Almeida. Aí será destacada a infância, a sua experiência profissional de escritor, a do advogado e procurador geral, político, memorialista e contador de histórias. Na condição de escritor, a sua inserção na literatura cabo-verdiana da Pós-Independência, marcada pelas diferentes gerações literárias, *Claridade*, *Arte e Letras* (1936), *Certeza* (1944), *Raízes*, *Ponto & vírgula*, *Revista de Intercâmbio Cultural* (1983-87)), de grande importância no universo cultural, social e político cabo-verdiano que surge por iniciativa do Germano Almeida, Leão Lopes e Rui Figueiredo. O autor surge na literatura cabo-verdiana no momento em que se opera grandes transformações sociais, contradições culturais e se abrem novas vertentes à produção literária.

Dessa forma *Ponto & vírgula*, revista eclética vai constituir um espaço de debate ideológico e de interpretação dos novos valores estéticos da literatura. Todo o espírito da revista vai consistir em rememorar, revitalizar e diversificar uma grande variedade de assuntos em diferentes áreas culturais, podendo exprimir interconexões culturais e novas perspectivas da realidade social de Cabo Verde. Conforme dito por Germano

Almeida, *Ponto & vírgula* irá lançar os princípios de orientação metodológica que irão estar subjacentes à nova viragem da literatura. A busca de inovação da identidade cultural de Cabo Verde, o refletir sobre as realidades sociais das ilhas, a análise do homem cabo-verdiano, a criação de uma consciência crítica e o repensar dos temas já abordados anteriormente, nos anos 30 pela revista *Claridade, Arte e Letras* (1936), orientações já referidas e que irão ser desenvolvidas no *corpus* deste trabalho.

Germano Almeida traça a proposta do seu ideário de literatura que vai constituir-se como um novo projeto de um novo ciclo do ilhéu cabo-verdiano que se manifesta crítico e socialmente interventivo num país que acaba de sair da opressão ideológica, mas que o escritor procura analisar os valores do passado à luz do presente histórico.

Neste percurso de trabalho, ver-se-á que ele não abandona os motivos que definem a identidade cultural do seu país, mas quer dar a conhecer uma nova escrita que refrate e reinterprete as diversas facetas do homem de Cabo Verde, numa sociedade em mutações e no futuro. No decorrer da análise das narrativas selecionadas, a personagem será o meio de que se serve o escritor para diferenciar os traços comportamentais, sociais e culturais específicos do homem cabo-verdiano, distingui-los e diferenciá-los com o objetivo de melhor especificar as diferentes características de ilha para ilha.

No entanto nota-se na obra do autor que ele irá retomar as temáticas da revista *Claridade, Arte e Letras* (1936), ligadas à história e à terra cabo-verdiana com as preocupações constantes de redefinir a situação do cabo-verdiano na nova literatura da Independência. Dessa forma o olhar observador e crítico do autor irá estar representado pelas personagens que o relêem ficcionalmente e que se prende com uma mistura de traços sociológicos, culturais e antropológicos que são analisados por ele e que se prendem com questões de rutura ou de continuidade de vivências que ainda estão enraizados na sociedade crioula.

Pensa-se que é por intermédio da personagem que ir-se-á veicular uma nova viragem na literatura representativa das ilhas de Cabo Verde, a partir de questões divergentes e de diferentes realidades geosociais e geoculturais que irá funcionar como um projeto construtor de reformulação inovadora de contrastes, conferidos pelas personagens.

O segundo capítulo é dedicado à construção das personagens no *corpus* literário que já foi mencionado e que se retoma, *A Ilha Fantástica, O Testamento do Sr.*

Napumoceno da Silva Araújo, O Dia das Calças Roladas, Os Dois Irmãos e Dona Pura e os Camaradas de Abril, narrativas contextualizadas nas Ilhas da Boa Vista, São Vicente, Santo Antão, Santiago e em outro espaço geográfico Lisboa, distante de Cabo Verde na situação de diáspora. Justifica-se a presença dessa última narrativa com a finalidade de mostrar as representações de vivências e sua sobrevivência do homem cabo-verdiano em Portugal e ainda as dificuldades ocorridas quando do regresso às ilhas cabo-verdianas.

Ao modo de introdução no *corpus* procura-se resumir em breves linhas as histórias das narrativas. *A Ilha Fantástica*, narrativa na primeira pessoa em que o autor recria os anos da sua infância. As personagens, com características diferenciadas funcionam como contadores de histórias que mostram o desejo de recuperar temas que fazem parte da alma cabo-verdiana.

O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo, narrativa na terceira pessoa que conta a vida da personagem Napumoceno que vindo de São Nicolau para o Mindelo, enriquece como comerciante, vendendo 10.000 guarda-chuvas numa terra onde há seca. Em torno do protagonista gravitam as personagens: Américo Fonseca, Armando Lima, Maria da Graça, Carlos, D. Chica, Adélia, D. Jóia e Dr. Sousa. Elas movimentam toda a diegese e dão-nos um retrato do homem mindelense.

O Dia das Calças Roladas, ficção inspirada numa história factual narra os acontecimentos ocorridos em torno do processo da Reforma Agrária do P.A.I.G.C., em Santo Antão envolvendo o protagonista Bento e as personagens José Rodrigues, Camilo, Bibino, Teodoro, João Fortes, Rufino Dias, Tua Miranda, Antoninho Gabanixa, Djô Gatinho, João Pipi, Selaise, Armindo Cruz, Andelmo, Eduardo Correia, Nino, Augusto, Andelmo, Franklin e Ovídio Martins.

Os Dois Irmãos, ficção igualmente inspirada nos factos reais, conta os acontecimentos vividos por André Pascoal numa aldeia do interior de Santiago. Toda a ação gira em torno do protagonista e da sua maneira de agir para cumprir o deséquio de lavar a sua honra, como queriam as gentes da sua comunidade.

Dona Pura e os Camaradas de Abril, conta os acontecimentos vividos pelo narrador-personagem no tempo Histórico da *Revolução dos Cravos* no 25 de Abril de 1974. As personagens que ocupam a trajetória romanesca são: Dona Pura, Suzana, Ana I, Ana II, Ana III, Natal, Luís Varela, Giovanni Garpini, Firmino e o administrador.

O terceiro capítulo é dedicado às personagens e figuração dos mundos textualizados, espaço da presença de vários teóricos que estudam e debatem o seu conceito e ainda explicitar o seu processo de construção no *corpus* escolhido, procurando mostrar a forma como as ideias e valores vão sendo postos no decurso das narrativas em estudo.

A prevalência dada pelo estudo da personagem, este facto obriga a percorrer todas as narrativas, uma a uma, cada uma completa no seu universo onde as personagens interagem na definição dos seus respetivos espaços sociais.

Pretende-se ainda dar uma visão do homem cabo-verdiano na condição de emigrante, que mesmo na Independência continua a ser um fenómeno de interrogações e de reflexões num novo ciclo de renovação do discurso literário.

Para além disso será importante dar a partir dos traços individuais das personagens a nível temático e ideológico uma visão de conjunto das diferentes realidades sociais do Arquipélago de Cabo Verde e ainda as relações de sentidos (sociais e culturais) entre as diversas figuras.

As personagens no universo romanesco das cinco narrativas procuram ressaltar traços diferenciadores e posições antagónicas das diferentes realidades socioculturais de cada ilha que se vai abordar. Na verdade Germano Almeida pretende construir várias figuras distintas e problemáticas que estão interiorizadas nos seus textos como reflexões sobre ideias e valores que se invertem e se constroem progressivamente numa lógica de evolução de amadurecimento crítico e representativo dos diversos espaços geográficos das ilhas.

Pretende-se dizer que as suas personagens de ficção procuram recriar várias imagens cultivadas por símbolos e valores referentes a diversos grupos sociais e que pelas suas ações e traços irão definir e delinear a veracidade dos factos relativos à especificidade de cada ilha. A categoria estética da personagem tem como objetivos reler a Nação e analisar o homem cabo-verdiano em dois tempos Históricos diferentes, o colonial e o pós.

A galeria de personagens heterogéneas produto da memória vivencial do autor da sua adolescência e da sua experiência como advogado, desde *A Ilha Fantástica* até *Dona Pura e os Camaradas de Abril*, procurar-se-á mostrar a importância que a

personagem desempenha na narrativa como testemunho e abertura a uma nova reinterpretação das identidades específicas de cada ilha de Cabo Verde.

A polifonia de vozes que serão tracejadas e que o autor reúne e seleciona de acordo com os seus objetivos de reconstruir uma nova identidade nacional, baseada na recuperação da literatura oral tradicional, o crioulo, recursos naturais, reflexões sobre as temáticas ainda consideradas como parte integrante do universo do homem cabo-verdiano no presente histórico, irão revalorizar as raízes e recolocar o cabo-verdiano no centro do mundo como parte integrante da mudança.

Seguindo a lógica de recuperação temática e de contraste, o autor criará personagens defensoras da tradição oral/popular, consequências e soluções para a emigração, a defesa da cultura regional a transgressão à tradição, o crescimento da burguesia, reações ao progresso, a aculturação, a integração dos que vêm do exterior, o evasionismo físico, os defensores de valores fixos, os revolucionários e o telurismo enraizado.

Deste pluralismo estético-ideológico de temas e personagens que o escritor pretende representar na sua escrita e que procurará destacar o que tem de diferente ou mais característico do seu povo. A propósito deste assunto, Germano Almeida diz: “Argumentam que em toda a parte as ilhas e os ilhéus são todos iguais, e não poucos antropólogos sorriem irónicos quando reivindicamos a especificidade do homem cabo-verdiano no contexto universal.” (CVVHI:237).

Parece que o autor serve-se da personagem como meio reivindicativo e interpretativo nas suas interrelações e dessa forma ela irá interagir na construção de uma nova visão da literatura cabo-verdiana que rumo à cabo-verdianidade contemporânea aberta a um novo paradigma dos emigrantes que partem do seu país, mas não abandonam os laços de origem, assente numa lógica de continuidade temática transnacional. Este fenómeno de consciência social enraizada que não é recente, mas tem mantido algumas das suas práticas tradicionais no século XX e vai estar presente na narrativa *Dona Pura e os Camaradas de Abril*, bem como aqueles que se dividem entre Cabo Verde e Portugal, criando um sentimento àquilo que Jacques Leenhardt chama de “territorialização ideológica” (2002:33).

No nosso intuito, o sentido geral representado pelas personagens no *corpus* da tese consiste numa abertura à reinterpretação dos paradigmas anteriores advindos da

estética de *Claridade*, em dois sentidos, o da evolução da criatividade literária cabo-verdiana, e o do papel de Germano Almeida nesse processo.

CAPÍTULO I – Germano Almeida, escritor da Pós-Independência de Cabo Verde

1.1. Vida e obra

Eu nunca quis ser escritor

Germano Almeida

Germano Almeida, um dos nomes mais conceituados da prosa contemporânea da Literatura Cabo-Verdiana, nasceu em Sal-Rei (Ilha da Boa Vista), em 1945, tendo residência em Mindelo.

O escritor saiu da Ilha da Boa Vista aos 18 anos, vindo para Lisboa. Forma-se em Direito pela Universidade de Lisboa e após a licenciatura regressa a Cabo Verde (1976). Em 1979, iniciava a sua profissão de advogado e começou a trabalhar no Gabinete de Estudos do Ministério da Justiça, na Praia (Ilha de Santiago). Pouco tempo depois assume o lugar de Procurador-Regional também nessa cidade, altura em que nessas mesmas funções é transferido para Mindelo (Ilha de São Vicente). Este novo cargo encontra-se ficcionado nos dois livros *Os Dois Irmãos* e *O Dia das Calças Roladas*, duas narrativas de grande relevo na sua obra literária. Por sua vez, a sua experiência como advogado na abertura e leitura de testamentos, serviu-lhe de inspiração e de experiência para a escrita do romance *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo* (1989).

Tal como o escritor afirma, a sua obra ficcional está muito marcada por vivências profissionais, memórias de infância e histórias contadas à porta de casa que fazem parte da autenticidade popular e mesmo da reinvenção da sua escrita, representativa do *mundus* da criouldade. Germano Almeida pertence à geração que teve o privilégio de entrar no universo da ficção pelas palavras ouvidas, não sendo por isso estranho que essa marca da oralidade esteja presente na sua escrita literária.

Muitas das suas narrativas ligadas às questões sociais, culturais e políticas de Cabo Verde foram publicadas, inicialmente, na revista *Cultura – Vozes em Português*, mais tarde inseridas no livro *Estórias Contadas*. A propósito da arte de escrever histórias, o ensaísta Eugénio Lisboa, referindo-se a Germano Almeida, relembra o grande contista que foi Somerset Maugham e que escreveu um ensaio dedicado à arte do conto.

No plano das atividades culturais destaca-se o seu papel como cofundador da revista *Ponto & vírgula* (8 de março de 1983 a dezembro de 1987) com Leão Lopes e Rui Figueiredo. Nela, sob o pseudónimo de Romualdo Cruz, introduziu memórias de sua infância ouvidas e vividas e o ambiente social e familiar na Ilha da Boa Vista. Mais tarde essas narrativas e outras foram reunidas e publicadas com o título *A Ilha Fantástica* (1994).

Ainda no plano cultural foi coproprietário da *Ilhéu* editora (1989) e do jornal mensário *Agaviva* (março de 1991 a junho de 1992) criado após a vitória eleitoral do MPD.

Anteriormente, em 1974, ajudou o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAIGC) a implantar-se ideologicamente entre a população da Boa Vista, tida como hostil àquele partido que fora fundado pelo nacionalista Amílcar Cabral (1956). Na sequência desta ação escreve uma carta aberta ao governador Sérgio Fonseca, pedindo a implantação do ciclo preparatório na ilha. Por essa altura Germano Almeida frequentava o terceiro ano de Direito, em Lisboa, tempo que lhe fornece material para a escrita de *Dona Pura e os Camaradas de Abril*.

Na sequência da movimentação militar na Guiné-Bissau que derrubou o presidente da República Luís Cabral em Novembro de 1980, o Partido torna a designação de Partido Africano da Independência de Cabo Verde (1981), tendo como Secretário-Adjunto Aristides Pereira. Conforme entrevista dada a Ana Dias Cordeiro Germano Almeida diz que esta separação favoreceu a dinâmica que levaria à abertura democrática e o fim do sistema do Partido único em Cabo Verde, vindo a tornar-se deputado do Movimento para a Democracia (MPD), até abandonar este Partido, quando foram realizadas as primeiras eleições livres até abandonar este Partido com a tendência liberal introduzida no MPD. Várias vezes convidado para exercer cargos públicos, recusaria sempre por falta de vocação, mas também porque na maioria dos casos isso afastá-lo-ia da ilha de São Vicente, comunidade urbana que considera a mais democrática de Cabo Verde. A esse respeito Germano Almeida esclarece: “Isso tem muito a ver com a própria forma como a ilha surgiu [...] São Vicente surge no contexto da exploração carvoeira, em que em cada dia entra e sai um navio no porto, o que não permite que se crie uma situação de subserviência.” (2006:12).

Relativamente à ambivalência como advogado e escritor, Germano Almeida continua a exercer a profissão de advogado na cidade do Mindelo onde vive e escreve: “[...] para mim escrever é contar uma estória a alguém, [...]” (Ver anexo), contar de maneira quase incessante e com reconhecido sucesso, tanto nacional como internacional, com obra traduzida e publicada em França, Espanha, Itália, Alemanha, Suécia, Holanda, Noruega, Dinamarca, Brasil, Cuba, Estados Unidos e Bulgária.

Como mostram de forma evidente as obras *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo* (1.^a ed. 1989), pela Ilhéu editora, no Mindelo¹, *O Dia das Calças Roladas*, texto publicado pela Ilhéu editora (1992), *A Ilha Fantástica* publicada pela Ilhéu editora (1994), *Os Dois Irmãos*, editado pela Ilhéu editora e posteriormente pela editora Caminho-Uma Terra Sem Amos (1995) e *Dona Pura e os Camaradas de Abril* (1999), a sua preocupação dominante consiste em efabular a sociedade cabo-verdiana das ilhas com um olhar crítico e interventivo, confessando, aliás, em entrevista, a Teresa Sofia Fortes:

Sabe, eu sinto necessidade de intervir na sociedade em que estou, que é minha. Sou um homem cabo-verdiano, vivo em Cabo Verde, as coisas daqui dizem-me respeito e tenho necessidade de intervir sobre elas. (2005:3).

¹ No mesmo ano (1989), a *Editorial Caminho- Uma Terra Sem Amos*, (atual *Leya Caminho*) editou o livro *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, em Lisboa. Esse romance foi adaptado ao cinema pelos realizadores J. L. Vasconcelos e Francisco Manso, ganhou o 1.º prémio do Festival de Cinema Latino-Americano de Gramado, no Brasil e foi distinguido com os prémios de melhor filme e de melhor ator no 8.º Festival Internacional Cinematográfico de Asunción no Paraguai. O livro foi traduzido para italiano, alemão, francês e inglês. Em França, Edouard Bailby traduziu essa narrativa que foi editada pelas *Éditions Sépi* e igualmente lançado no Brasil, pela editora (AIEP). O autor foi agraciado com o Prémio da Crítica da Imprensa de S. Paulo, Brasil (1996) e recebeu uma *Menção de Revelação do Prémio Marquês Vale Flor* de Literaturas Africanas. *A Família Trago* tem recebido muita atenção da crítica e é considerado um retrato histórico da sociedade boavistense. Posteriormente *Estórias de dentro de casa* (1996) no Mindelo, *A Morte do meu Poeta* com 1.^a ed. no Mindelo (1998); *Estórias Contadas* (1998, editado pelo *Centro Cultural Português*, no Mindelo), (55 estórias selecionadas de entre as publicadas no *Suplemento Cultural* do jornal *Público*, a revista *Pública*); *Memórias de um espírito* (2001); *Viagem pela História das Ilhas* (2003); *O mar da Lajinha* (2004); *Eva* (2006); *A Morte do Ouvidor* (2010) e *Do Monte Cara vê-se o mundo* (2014) e *Regresso ao Paraíso* (2015).

Na sua produção literária, Germano Almeida tem contos, como “Estória para a boquinha da noite”, “A Água e o Ritual do namoro” e “O nascimento na era da civilização e progresso” que foram publicados in *Tchuba na Desert – Antologia do conto cabo-verdiano* (2006).

Embora os seus grandes temas refratem valores de alcance universal, como refere as suas preocupações dominantes consistem em representar a especificidade de cada ilha, pondo a tónica em marcas diferenciais, sobre um fundo de semelhanças, personalizando cada conjunto de diferenças consoante a comunidade representativa.

Conforme se verá no decurso do nosso trabalho, Germano Almeida configura as personagens como elementos interventivos na arquitetura do seu projeto de escrita que visa questionar a sociedade cabo-verdiana nos tempos anteriores e posteriores à Independência Nacional.

Admita-se que para uma melhor compreensão da especificidade da escrita literária do profícuo romancista, seja aconselhável realizar um recuo capaz de traçar um breve percurso da literatura cabo-verdiana e suas principais estéticas, tendo em vista alguns dos aspetos mais relevantes e de importante significado cultural e social do Arquipélago.

1.2.O autor e sua inserção na historiografia literária

O escritor surge na prosa literária numa época em que a Literatura Cabo-verdiana atravessara um período de crise de publicação e de interrogações sobre o futuro da nova escrita literária, na Pós-Independência. Nesse tempo predominava um ideal de mudança e de paradigmas herdados do ideário estético da *Claridade*, num questionar que já vinha da década de 1950.

No período subsequente à liberdade política de 1974, assiste-se de facto à sua reconfiguração na tentativa de sua reorientação estético-ideológica, mas também em presença de um clima de decepção e de vazio cultural, em consequência das ideologias utópicas que animaram a prática literária movida pelo sonho da Independência. As transformações sociais decorrentes desse tempo originam diversas contradições culturais que prenunciam novas perspetivas, mas também novos problemas do fazer estético literário.

É pois num tempo de incerteza e de abertura ideológica que os escritores cabo-verdianos abrem novas vertentes à produção literária, alguns virados para a mudança e renovação de temáticas ainda advindas do tempo colonial, como a emigração, outros

ligados tradicionalmente a um imaginário alimentado por seres sobrenaturais que incarnam a ambiência telúrica e espiritual do ilhéu e ainda outros virados às relações sociais e políticas partidárias e às crescentes reivindicações populares.

A obra de Germano Almeida, representa e exprime vários aspetos das grandes linhas geracionais que percorrem a trajetória histórica da expressão literária cabo-verdiana num contexto que, precisamente, ocupa um lugar central dessas problemáticas, mas apenas no domínio da narrativa.

Não é tarefa simples arrumar e enquadrar os escritores de diferentes gerações em determinado movimento da literatura cabo-verdiana. Por outro lado, a receção dos escritores à diversidade ideológica, permitiu numa relação dialética, em devir, deflagrarem-se posicionamentos de inquietude e de mudança. Como ponto de partida, pode-se invocar Manuel Ferreira que em relação às tentativas de reflexão da periodicidade literária, diz: “[...] não invalida que, para além das eventuais ou possíveis subdivisões, não venha a considerar-se a literatura caboverdeana em duas grandes fases: antes e depois da *Claridade*.” (1977:28). Contudo Arnaldo França chama a atenção para o carácter redutor desta divisa simplificadora:

Se periodizar a história literária, discutíveis embora os marcos divisórios, é um propósito correcto, ignorar quase um século de manifestações literárias coetâneas à lenta formação da unidade nacional é cortar raízes à árvore que se aceita frondosa, mas se transforma num ramo enxertado a um tronco estranho. (1993:25).

Assim seguindo a sugestão de Arnaldo França, pretende-se dar uma visão global, tanto quanto possível crítica, do movimento de intelectuais da revista *Claridade* (1936) ou a “Redescoberta das Raízes”, das revistas e movimentos de maior representação das gerações seguintes *Certeza* (1944), “Suplemento Cultural” (1958), “Seló” (1962) e ainda os seus propósitos ideológicos e estéticos que se considerem necessários ao estudo do *corpus* textual escolhido para esta tese.

Partindo desses pressupostos, tenta-se agrupar as tendências estéticas coexistentes a partir dos anos 30, geralmente, à volta de editoriais, artigos e ensaios das revistas que prefiguram os ideais de várias gerações literárias, e, que, apesar das diversas posições face à literatura e à sua função, muitos colaboraram em revistas de várias tendências e de diferentes orientações ideológicas.

Neste quadro da reflexão e análise teórico-literária da moderna literatura produzida em Cabo Verde e na diáspora, parece de todo o interesse reforçar o pensamento de Timóteo Tio Tiofe (heterónimo de João Manuel Varela) na *Primeira Epístola ao Meu Irmão António: A Propósito de O Primeiro Livro de Notcha* (1974). Nesse texto considera que foram os homens da *Claridade* que “lançaram as bases duma “escrita cabo-verdiana” (1999:144) e cabe agora aos que seguem “dar uma certa envergadura a essa escrita específica e estrutura-la, torna-la, numa palavra, digna do nome de literatura.” (1999:144). Manuel Ferreira refere-se a um ciclo literário “antes de *Claridade*” (1977:28). Decerto cingido exclusivamente a uma estética realista, João Manuel Varela ignora esse importante período de orientação romântica, iniciado em meados do século XIX.

A mesma conceção é adotada e reforçada pelo Germano Almeida que no ensaio “Literatura oral e tradicional” (2012), alude que o primeiro número da revista *Claridade, Arte e Letras* nascera “(..) com o propósito de pensar [...]” (2014:78) nos problemas geociais de Cabo Verde.

Era necessário criar um ideário específico que constituísse um meio divulgador das realidades do quotidiano popular, no sentido de maior abrangência e representatividade da consciência geral da nação crioula. Arnaldo França no artigo “Panorama da literatura caboverdiana” (1993), assinala no entanto uma diversidade de autores e obras que permitem redefinir o surgimento do novo movimento estético e literário da *Claridade*, em 1936, mas no caminho aberto pelos predecessores românticos do século XIX.

Os cenários de embelezamento e expressão romântica de subjetividade individual (cerca de 1850-1930) herdados pelos românticos, do século XIX que fundaram a escrita literária e a consciência do “eu” cabo-verdiano, têm a sua continuação em Eugénio Tavares (1867-1930), Pedro Cardoso (1883-1942), José Lopes (...), Januário Leite (...) e outros, ainda tributários de orientações estéticas do modelo português. E é já detentores desta consciência que em 1936, tem início uma nova fase literária que se afirma como uma referência para a literatura da modernidade crioula cabo-verdiana. Conforme apontado por Alberto de Carvalho no ensaio “Sobre a narrativa (conto) cabo-verdiana” em relação à revista *Claridade* (n. 1, mar. 1936) que ela inicia:

a modernidade que inaugurava o segundo período literário e ia traduzir visivelmente o amadurecimento social, cultural e político do período anterior, assumido-o (não expressamente) como competência reorientada agora de acordo com as dominantes actuais do realismo. (2008:9).

Assim na cidade do Mindelo, em Março de 1936, publicava-se o primeiro número da revista *Claridade* com o subtítulo *Arte e Letras*.

O *corpus* da revista é constituído por nove números que se distribuem irregularmente entre 1936 e 1960, respetivamente em 1936 (2) 1937, 1947 (2), 1948, 1949, 1958 e 1960. Interrupções que coincidem com momentos históricos que convulsionaram o panorama mundial como a crise americana, o nazismo hitleriano, a guerra civil espanhola, a segunda Grande Guerra e os condicionalismos do tempo colonial.

É visível na revista *Claridade* o reflexo dessas convulsões ideológicas, sociais e políticas. Várias edições marcam as transformações sociais acabadas de referir. Mesmo bastante mais tarde Baltasar Lopes, em 1956, no ensaio *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre* (1956) continua a mostrar preocupação pela formação social das ilhas e pelo estudo das raízes de Cabo Verde, pondo a tónica no afastamento de motivações culturais não nacionais. Mas, no mesmo ensaio, não deixa de reconhecer que diferentes sugestões temáticas e ambientais recebidas do exterior muito contribuíram para uma nova produção literária virada para a modernidade de cunho realista e nacional que foi transmitida às gerações seguintes.

A geração de *Claridade* dará voz a um novo olhar debruçado sobre os problemas étnicos, telúricos e sociais da vida crioula e iniciará uma nova fase literária realista que irá traduzir o visível amadurecimento social, cultural e político da identidade do homem cabo-verdiano.

Os escritores Manuel Lopes, Baltasar Lopes (que usou o pseudónimo poético de Osvaldo Alcântara) e Jorge Barbosa, oriundos respectivamente, os dois primeiros de São Nicolau e, o terceiro, da ilha de Santiago, são os principais responsáveis pela criatividade estética do movimento *Claridade*.

Na revista *Claridade*, os textos publicados de vários géneros e matérias, refratam as causas do povo cabo-verdiano, procurando analisar as preocupantes condições socioeconómicas e políticas das Ilhas no seu tempo histórico.

Se, a nível político e ideológico, a revista *Claridade* tinha como objetivo procurar afastar, definitivamente, a ideia de os escritores terem recebido influências culturais exteriores às ilhas, para uma mais exata sobre a consciência coletiva, em sentido contrário, Manuel Ferreira no prefácio que fez à edição de 1986 da revista *Claridade*, refere as influências que os modernismos brasileiro e português tiveram, de forma direta ou indireta nos escritores Manuel Lopes, Baltasar Lopes e Jorge Barbosa. Os autores cabo-verdianos repudiam o conceito de influência, preferindo falar em “sugestões”.

A despeito da baliza de *Claridade* e de 1936, é com Jorge Barbosa, em *Arquipélago*, (1935) que surgiu a primeira manifestação literária muito ligada à modernidade e à temática realista. De facto, o conjunto de poemas desse livro constituiu uma das primeiras manifestações de uma consciencialização literária de feição realista, construída sobre a interpretação que o poeta faz da realidade material e humana que o rodeava. A sua poesia expressou-se numa poética de forma livre, em estrofes variadas e em versos não rimados, que explora a existência humana das ilhas, ao mesmo tempo que define a função do poeta, cantar a vida do “cabo-verdiano, anónimo dedicados ao “cabo-verdiano humilde, anónimo”, chamado por ele de seu “irmão”. Pode-se dizer que as linhas mestras dos grandes temas dos claridosos já estão praticamente presentes na obra de Jorge Barbosa. A fome, a escassez, a falta de esperança no dia de amanhã, as secas e os seus efeitos devastadores, a emigração, o mar, a evasão e a insularidade. É o surgimento de uma nova escrita voltada para os problemas sociais das ilhas.

Segundo estes tópicos pode-se dizer que o principal projeto da geração deste movimento literário era, sobretudo, abordar a terra e o homem na sua relação umbilical e a cultura nacional, pondo, deste modo, em evidência as raízes telúricas, comunitárias e sociais, e uma íntima e profunda ligação de amor firme do homem à terra que o nutre. Como afirmou Manuel Ferreira:

[...] a modernidade poética cabo-verdiana poderá não ter sido dada somente pela “Claridade”, porque essa já se anunciara nos poemas de Jorge Barbosa publicados em 1935, no entanto, é legítimo conferir o mérito da renovação poética e da vivência de uma “poesia de raiz: a feição telúrica alia-se `de cunho social”. E, como acentuou ainda Manuel Ferreira, se a publicação não foi “directamente protestária e militante, era com certeza de denúncia. (1997:88).

Corroborando a importância representativa deste temário, Arnaldo França viria a afirmar “[...] que toda a literatura da modernidade gravitou durante os primeiros vinte e cinco anos em torno de um ideal estético e social proposto pela revista até à eclosão dos movimentos nacionalistas durante os anos sessenta.” (1997:204). Manuel Lopes considerou que o novo modernismo realista vigente nos escritores da *Claridade*, era o neorrealismo cabo-verdiano. Ele tinha um caráter sociogeográfico e histórico diferenciado. Alberto de Carvalho no “Prefácio” a *Chiquinho* de Baltasar Lopes, cuja primeira edição saiu em 1947, afirma que no interior do projeto desse romance a comunidade debate-se “[...] com os seus problemas, contradições e ansiedades [...]” (1988:86) no sentido de diversificar, ajustar e refazer formas discursivas e temáticas no interior da *Claridade*.

Tudo indica que o movimento da geração da *Claridade* teceu as linhas mestras da moderna ficção, como o telurismo, os dramas e a comunhão entre o homem cabo-verdiano e o seu meio ambiente. *Claridade* inaugura uma nova tendência estética progressista em relação à anterior por se ocupar e debruçar literariamente sobre os problemas geotemáticos imediatos do homem cabo-verdiano.

Para além do realismo telúrico e descritivo ou do realismo psicológico e crítico, presente em *Os Flagelados do Vento Leste* e *Chuva Braba* de Manuel Lopes, Manuel Ferreira sugeriu, em *Aventura Crioula*, que *Claridade* adotara o “realismo crítico” que antecederia o “realismo socialista” de *Certeza* (1944) ou da *Nova Largada* (1985:267 e 298).

Uma das características da *Claridade* foi a invenção de uma nova linguagem literária fundada na recriação do português-padrão, adaptando-a à língua própria dos cabo-verdianos que é o crioulo. A preservação de uma linguagem crioula formava-se e dava voz à cultura popular, defendida pela geração da *Claridade* como traço específico do homem cabo-verdiano. Na revista *Claridade* exprimem esse homem cabo-verdiano a tradição oral em língua crioula – “lantuna e dois motivos de finaçom (batuques da Ilha de Santiago), o folclore poético da Ilha de Santiago, a “finaçom” e o “batucu” da ilha do Fogo, ou o folclore novelístico da ilha de São Nicolau e da Ilha de Santiago, para além de estudos sobre a estrutura social do Fogo e as especificidades da população das outras ilhas. O crioulo, como língua matriz do povo, é o traço de continuidade e de unidade dessa diversidade cultural.

Algumas obras ficcionais carregam consigo essa continuidade do crioulo que constitui uma das marcas mais representativas desse movimento dos anos 36 a 60. Gabriel Mariano considerou o crioulo como corrente estética e ideológica das ilhas, o que contribuiu para uma das possíveis formas da autonomização da literatura de Cabo Verde. Cabe neste caso sublinhar que essa presença de contaminações entre o português e o crioulo está presente nas obras ficcionais de Manuel Ferreira, Orlanda Amarílis, Germano Almeida e outros cultores do português literário cabo-verdiano.

Nesse sentido, Nuno de Miranda, entrevistado por João Lopes Filho (1985) diz que a literatura cabo-verdiana “[...] é uma literatura que se vai fazendo, à medida em que engendra o seu dizer, concebendo o sentindo da historicidade com as ferramentas na própria rede ou teia, de cujas malhas despontam, a toda a hora os dois vectores terra/gente.” (1998:179).

Apesar de a literatura estar ligada ao meio social e à sua terra e caracterizar-se também pela presença de uma vertente de cariz rural, outros aspetos têm vindo a ser trabalhados pelas gerações seguintes que sofreram influências e tendências de outras culturas, adquirindo assim um carácter de alargamento cultural.

Como anotámos de passagem, outras revistas apareceram, *Certeza* (1944), “Suplemento Cultural” (da revista *Cabo Verde*, 1958), *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes* (1959), “Seló” (Suplemento do jornal *Notícias de Cabo Verde*, 1962).

Depois da literatura dominada por esse ideal de “redescoberta das raízes” surgia, no dizer de Manuel Ferreira, a revista *Certeza ou a Aleluia Deslumbrante dos dezoito anos*, com o subtítulo “Folhas da Academia” (Mindelo, 1944), onde predomina o olhar sociológico e a abertura ao mundo depois do enraizamento da *Claridade*. O seu ideário estético, que sofreu a interferência do neorrealismo português, e igualmente do romance regionalista nordestino brasileiro, apresentava uma disfarçada nova visão de inspiração dialética marxista mais reivindicativa e virada para a construção de um ideário coletivo, conforme se pode ler nos poemas de António Nunes e de Nuno de Miranda.

A revista *Certeza* nasceu das iniciativas da Academia *Cultivar*, desenvolvidas pelos jovens do Liceu de Mindelo, Arnaldo França, Nuno Miranda Guilherme Rocheteau, Filinto Menezes, Tomaz Martins, entre outros colaboradores como Manuel Ferreira, Eduíno Brito Silva, diretor da revista. A designação *Certeza, Folha da*

Academia, parece conotar o estatuto liceal (Academia) dos seus membros e as convicções (*Certeza*) que acompanham a idade juvenil.

Aliás, Arnaldo França, em *Notas Sobre Poesia e Ficção Cabo-verdianas* (1962), indica que a data do aparecimento da revista *Certeza*, 1944, é significativa, havia “[...] esperança nos “amanhãs que cantam”. Só faltou o suporte do engenho e da arte para tanto sonho incontido.” A ideia do futuro, bem presente no livro de poesia *Poemas de Longe* de António Nunes ou no romance *Djunga* de Teixeira de Sousa, apesar de ter sido publicado, 1990, encontra-se simbolizada no “Poema de Amanhã” de António Nunes, uma espécie de manifestação de esperança-certeza, uma antevisão de um futuro melhor, a independência de Cabo Verde.

A revista *Certeza* parece encarnar a esperança de uma consciência “engagée” na dinâmica social e na abertura dos grandes problemas que dividiam a humanidade, num mundo implicado na Segunda Guerra Mundial, aliás expressa na obra de Teixeira de Sousa, Nuno Miranda, António Nunes, Manuel Ferreira e Orlanda Amarílis. Os anos 40 e 50 são de facto demarcados pelo neorrealismo e pelo início da contestação anticolonial.

Encarados com os precursores do *Suplemento Cultural*, António Nunes e Aguinaldo Fonseca têm ideologicamente posições inconformistas e diferentes em relação aos escritores anteriores. Em 1951, Aguinaldo Fonseca publica o poema “Nova Poesia” em *Linha de Horizonte*² com dedicatória a Amílcar Cabral. O ideário de escrita de “Nova Poesia” onde “Os poetas gritavam raivas/Não sabiam que fazer” (1999:55), reflete sentimentos de revolta do sujeito poético no contexto de opressão colonial e apela a uma nova poesia que manifeste e defenda novos ideais, conservando ainda o substrato telúrico veiculado pelos escritores da *Claridade*.

Por sua vez, mais tarde, o poeta Ovídio Martins publica *Caminhada* (1962), coletânea de poemas também de um tom denunciador e gritante, sobretudo o poema “Flagelados do vento leste”³ com dedicatória a Manuel Lopes que marca o sofrimento resultante das más condições geoclimáticas já anunciadas no romance *Os Flagelados do*

² Aguinaldo Fonseca, 1951, “Nova Poesia”, in *Linha do Horizonte*, Lisboa, CEI, pp. 74-75.

³ Manuel Lopes, s.d., *Os Flagelados do Vento Leste*, Lisboa, Edições 70.

Vento Leste do ilustre escritor da *Claridade*. Como militante e poeta, Ovídio Martins igualmente assume uma atitude estética e ideológica muito acentuada no poema “Gritarei, berrarei, matarei, não vou para Pasárgada”⁴. Ele pretende romper radicalmente com a estética iniciada por *Claridade*⁵ e orientar a sua escrita para os temas subversão ideológica independentista.

Logo, na época do *Suplemento Cultural* finais da década de 1950, a própria situação de Cabo Verde, contribuiu para que um grupo de escritores questionasse politicamente as verdadeiras causas/razões de tal realidade colonial, apelando, assim, à consciencialização do homem cabo-verdiano como parte integrante do processo histórico. A geração do *Suplemento Cultural* (1958), apareceu muito identificada com a luta ideológica e política de cunho social. Apesar de irem buscar a maturidade literária aos homens da geração da *Claridade* (1936) e a experiência político-social aos homens da geração da *Certeza* (1944), *Suplemento Cultural* marcou uma atitude radicalmente diferente em relação às gerações anteriores, embora tenha sido publicado apenas um número (Suplemento da revista *Cabo Verde*).

Do ponto de vista político-social, a geração do *Suplemento Cultural* assume uma postura de combate, de recusa ao sistema colonial, abrindo caminho a uma valorização da comunhão do homem com o elemento terra, mas agora terra no plano geográfico e jurídico da nação. A sua principal missão era de captar a fidelidade do homem cabo-verdiano à sua terra país e levá-lo à reconstrução do enraizamento da cultura intelectual orgânica, para consolidar a ideia de país soberano nacional. O “eu” poético é, assim, um colectivo, um “eu/nós”, onde o poeta se apresenta como porta-voz da dimensão coletiva, identificando-se, solidariamente com o seu povo, “eu” poético ideólogo, porta-voz dos anseios nacionalistas.

Esta geração, em relação às anteriores, *Claridade* e *Certeza*, pretende fazer da literatura uma voz de recusa política e histórica da situação colonial vigente na época e uma viragem para a análise geosocial e ideológica do homem cabo-verdiano. De uma

⁴ Ovídio Martins, 1962, “Anti-evasão”, in *Caminhada*, Lisboa, CEI, p.25.

⁵ Manuel Ferreira, 1986, (Org^a.), *Claridade – revista de arte e letras*, Linda-a-velha. n^o1, 1936, Março, São Vicente; n^o2, Agosto, p.5.

certa forma a revista sintetiza a maturidade dos intelectuais da *Claridade* e a dinâmica consciência social implícita em *Certeza*. Por seu lado, Jane Tutikian no ensaio “Por uma Pasárgada caboverdeana” diz: “O conceito regional da *Claridade* é substituído pelo conceito nacional da geração que a seguiu: a da *Certeza*, de 1944, que, sob, a influência do Neo-Realismo português, do romance regionalista nordestino brasileiro e da introdução de uma visão dialética marxista, adentra por uma concepção nova do colectivo.” (2008:45).

No entanto são reforçadas certas orientações que fazem parte do ideário estético de 1936, como o debruçar sobre os problemas geosociais e continuados em *Certeza* que os escritores de *Suplemento* defendem e ainda as grandes linhas estruturais da sociedade cabo-verdiana.

Ainda no que toca ao *Suplemento Cultural*, Manuel Ferreira refere o desenvolvimento do seu programa de ação, definido em “Nota de Abertura” em que os seus organizadores propunham devotar-se “ao estudo de todas as expressões da vida cabo-verdiana [...] tentando descobrir, a partir de factos concretos, as verdadeiras linhas estruturais da sociedade cabo-verdiana e revelando-a em seguida.” (1975:156). Assim o *Suplemento Cultural* levantava a hipótese de submissão de Cabo Verde à ideia de africanidade.

Mas, ainda nessa revista, Gabriel Mariano, ao publicar o ensaio “Mestiçagem: seu papel na formação da sociedade caboverdeana”, de enorme relevância, mostra que o papel do mestiço é essencial, isto é, o equilíbrio entre as duas componentes matriciais: europeu e africano; ou seja mestiço, nem africano nem europeu.

Um outro ensaio sobre a escravatura negra em Portugal, de José Augusto Monteiro Pinto (*Suplemento Cultural*) irá dar continuidade aos movimentos estéticos anteriores, mas assinalando já a influência do movimento nacionalista que, nessa altura referia a africanização de Cabo Verde. Pode-se dizer que cerca da década de 1940, Cabo Verde tendia a ser visto como um “caso de regionalismo europeu”. Com a década de 1950 passou a ser valiosa a tese “caso de regionalismo africano”. Um caso exemplar da geração do *Suplemento Cultural* é o poema “Capitão Ambrósio”, importante criação literária de Gabriel Mariano (1956) que tem como fonte a sublevação de 1934 no Mindelo.

Idealizou Nhô Ambrósio, o grande líder popular desse momento Histórico e transformou-o num “mulato de olhos verdes” que marcha à frente das suas tropas, um herói nacional de enraizamento telúrico, social e cultural. Segundo Baltasar Lopes em entrevista a Michel Laban informa: “Mestre Ambrósio um indivíduo alto, muito alto, muito branco de olhos azuis [...]” (1985:29-33). Esta mudança de cor na personagem reforça a ideia de que a mestiçagem condicionou ou pelo menos preparou a renovação cultural em Cabo Verde. Simboliza a ideia que nega as ideias de regionalismo europeu e de regionalismo africano.

Depois, nos anos 60 a literatura cabo-verdiana, sob influências políticas do PAIGC (1956), tende a ser colocada ao serviço da ideologia política, pretendendo-se que o universo utópico da *Pasárgada* seja substituído por uma nova retraditionalização, de um lado, tentando romper com a fixidez de determinadas temáticas e por outro indo debater-se ideologicamente, esforçando-se depois nos anos 80, pela refundação de um novo ciclo, investido na construção de uma literatura de outra orientação nacional.

Após um intervalo abrangido pelos tempos da luta de “libertação nacional”, de atividade literária dispersa (década de 1960), mais empenhada em temáticas nacionalistas, ressurgem as publicações periódicas, a proliferação de concursos literários e páginas literárias e culturais como a revista *Raízes* (1977-1984), *Ponto & vírgula* (1983-87) a folha *Sopinha de Alfabeto* (1986), *Magma* (1988), *Dja d’Sal*, *Seiva*, as folhas *Aurora* e *Folhas Verdes* (envelopes com folhas soltas, 1981-82). O suplemento literário “Voz di Letra” (1986, Coord. de Oswaldo Osório e Ondina Ferreira) do jornal *Voz di Povo*.

No momento em que o país se autoreconstruía como país independente, foi de grande importância política, sob a direção de Arnaldo França, o nascimento da revista *Raízes* (1977-1984) com 7 números. Ainda *Ponto & vírgula* (1983-87), *Fragmentos* (1987), *Mirabilis – de veias ao sol* (1987) *Pré-Textos* (1992) além de outros títulos de menor expressão cultural, espalhados pelas ilhas, que igualmente revestem esse desejo de reformulação do universo literário caboverdeano.

O periódico *Raízes*, (1977-1984), publicou trabalhos valiosos de etnografia, escritos por Félix Monteiro; ficção, por Baltasar Lopes, António Aurélio Gonçalves, João Lopes Filho, Teobaldo Virgínio, Maria Margarida Mascarenhas; poesia, por Corsino Fortes, Oliveira Barros, Arménio Vieira, Oswaldo Osório, João Rodrigues,

António Luís, Jorge Carlos Fonseca, Hopffer Almada; ensaios por António Carreira, H. de Santa Rita Vieira, J. M. Varela, Dulce Almada Duarte e crítica por Arnaldo França, Leocácio Ramos da Silva.

Surgida pouco depois da Independência, retomava a tradição eclética de *Claridade*, com a colaboração de todas as gerações, anteriores e atuais, de várias tendências ideológicas e políticas, mas unidos por um ideal comum de revivificar as raízes representativas do povo cabo-verdiano. O ideário de *Raízes* é proposto na nota de abertura:

De um encontro de intelectuais caboverdeanos irmanados pelo ideal da libertação, da independência e do progresso da sua Pátria, e vivificados pela seiva haurida de raízes comuns aprofundadas no seu chão, nasceu a ideia da publicação que hoje se apresenta, limitada pelo condicionalismo do meio mas aberta pelo espírito generoso dos seus colaboradores, vindos das tendências mais díspares mas unidos pelo ideal comum que da revista é signo: - uma condição caboverdeana, africana e de cidadania do mundo; uma autenticidade nascida da liberdade dessa condição; e – uma independência assente nas comuns Raízes. (Contracapa do n.º 1 de *Raízes*, ano I, janeiro/abril, 1977).

Posteriormente o ensaísta Gabriel Fernandes defende que o desejo de “[...] retorno às origens [...]” (2006:188) foi visto como uma nova orientação da ideologia que havia levado à criação do PAIGC, em 1956, e à deflagração, em 1963, da luta armada contra o colonialismo português. A propósito desta luta anti-colonial Gerald Moser escreveu sobre o pensamento político e poético de Amílcar Cabral, destacando a sua imagística poética que reflete a cultura das ilhas de Cabo Verde e o sonho de “reafricanização” já apontado por Aimé Césaire em *Discours sur le colonialisme* (1978).

Contudo, a despeito da opinião de Gabriel Fernandes, deve-se notar que o projeto de *Raízes* incorpora diferentes perspetivas e uma diversidade de reflexões incidentes sobre a condição do cabo-verdiano na Pós-Independência.

No processo mais geral de desenvolvimento cultural do arquipélago, a nova geração de poetas manifesta-se principalmente nos periódicos *Voz di Letra*, março de 1986, *Voz di Povo*, coordenado por Oswaldo Osório e Ondina Ferreira e dinamizado pelo *Movimento Pró-cultura*, fundado, em Praia, por Hopffer Almada, KaKá Barbosa, Daniel Spínola e Fátima Monteiro. Criaram a revista *Fragments* (1987-1997, 7 números) dirigida pelo poeta e ensaísta José Luís Hopffer Almada, revista que reunia

jovens escritores, músicos e artistas plásticos, mas também escritores de outras gerações. José Luís Hopffer Almada afirma que “o fragmentarismo enquanto forma de convívio da contemporaneidade poética é tido como um signo de pluralismo estético e da pluralidade do ser cabo-verdiano” (1998a:158).

A revista *Sopinha de Alfabeto* lançada em 1986 e idealizada por Mito, pseudónimo de Fernando Elias Hamilton Barbosa, artista plástico multifacetado que não se prendia a géneros e estilos, ousado e diversificado, utiliza a sua verve irónica em trabalhos representativos das principais tendências das vanguardas contemporâneas. O projeto da *Sopinha de Alfabeto*, suscitou entusiasmos, provocou reações menos benevolentes por parte de quem defendia a manutenção de um rumo sério na criação artística. A presença do humor e da ironia em cartoons, banda desenhada, desenhos e outras formas de expressão artística são indícios de novas formas de representações da sociedade caboverdeana que vão continuar o seu percurso na revista *Ponto & vírgula* (1983-87).

Os pareceres divergem. Manuel Delgado entrevistado por Michel Laban disse que a revista *Sopinha de Alfabeto* foi caracterizada como “sinal de decadência infantil” (1992:558 e 762), não tendo a revista “importância nenhuma”. Mas, segundo o “Prefácio” à reedição da revista *Sopinha de Alfabeto*, afirma-se que o seu surgimento tem como objetivo, criar um espaço livre de publicação e divulgação no domínio das Artes e Letras.

O poeta Filinto Elíseo apresenta poemas em vários estilos: o *hai kai*, figuras de linguagem, versificação livre futurista, como no poema “Ao Mito”, (no primeiro número da revista), no segundo número, de Abril de 1987 com divulgações de criações de Arménio Vieira, Jorge Carlos Fonseca, Oliveira Barros, Paula Virgínia e outros. Filinto Elíseo recupera a ironia idealizada pelo artista plástico e pelo poeta Mito Elias, e indicia a importância do aspeto visual do poema. No poema “hino à liberdade”, incita os jovens poetas a percorrerem novos caminhos e a dialogarem com as propostas vanguardistas.

Neste balanço, citamos, *Voz di Letra* (Praia, 1986-1987, 10 números), *Arquipélago* (Boston, 1986 -), *Magma* (Fogo 1988 -), *Pré-textos-Arte, Letras e Cultura* (Praia, 1991, Dir.de Daniel Spínola -) *Artiletra* (Mindelo, 1991 -) e por último *Anais*, Mindelo,

1999, a *Revista Científica* (De Estudos Cabo-Verdianos) da Universidade de Cabo Verde (2005 -).

Nesse largo percurso literário de diversidades temáticas e ideologias controversas, parece que, como já foi dito, a primeira grande “rutura” em relação à revista *Claridade*, aconteceu, no plano ideológico e na praxis poética, com a geração do *Suplemento Cultural do Boletim Cabo Verde* e como póstumo manifesto panfletário, o livro *Consciencialização da Literatura Caboverdiana* (1963), cuja autoria é atribuída a Onésimo Silveira e que gerou grande polémica e discussão pelo forte ataque aos escritores da revista *Claridade*.

Arnaldo França no ensaio “Panorama da literatura cabo-verdiana” informa ainda que Gabriel Mariano “[...] não aderindo ao sentido extremo da tese de Onésimo, enaltece antes o mestiço que reelaborou as heranças culturais euro-africanas e da simbiose fez nascer um homem novo criador do mundo cabo-verdiano;” (1993:-30). A intervenção poética dos escritores da *Claridade* sofreu renovações e renúncias, como o tema antievasionista na poesia de Ovídio Martins e as reivindicações políticas em António Nunes, Onésimo Martins e Gabriel Mariano.

No *Suplemento Cultural*, a evidência do papel do Mulato, adverso ou alheio à negritude ou africanismo. é visível na criação do universo cabo-verdiano. Um novo caminho abre-se à reconquista dos valores perdidos, na atitude de reconstrução do enraizamento cultural e de consciencialização interventiva do homem cabo-verdiano no processo histórico.

Gabriel Mariano entrevistado por José Carlos Venâncio, considera que a expressão de “negritude” inventada por Césaire (1939) no seu *Cahier d’un retour au pays natal*, publicado na revista *Volontés*, e Senghor na obra coletiva *L’homme de couleur* que inclui o ensaio “Ce que l’homme noir apporte” (1939) “[...] não tinha cabimento em Cabo Verde. [...] além do mais, a moderna poesia cabo-verdiana começou mais cedo, nos anos 30. Era já uma poesia sedimentada, já tinha os seus rumos, a sua temática.” (1992b:79). Por seu lado, o ensaísta Alberto de Carvalho em “Sobre a narrativa (conto) cabo-verdiana” afirma:

Ainda conforme os tempos, coube às ideologias da década de 1950 impregnarem as práticas literárias da praxis nacionalista, revolucionária, que sacrificaria a criatividade em nome da mensagem de reduzido valor literário. Mas, embora se tenha tornado

dominante, este alinhamento não desvalorizou as orientações de escrita anteriores de exigência literária, nem impediu a sua continuidade estética, como seria de prever numa cena de maduras tradições. (2008:10).

Confirma essa sedimentação, que contraria a tese de Césaire, a poesia de Corsino Fortes que mostra, com a publicação de *Pão & Fonema* (1973), uma análise do homem no seu tempo e a condição geosocial do cabo-verdiano. Com o poeta Corsino Fortes, reafirma-se aquilo que Mafalda Leite escreve no “Posfácio” de *A cabeça calva de Deus*: “[...] uma importante reformulação na linha temática cabo-verdiana, não só pela insistência no antievasionismo, dando lugar à procura de Pasárgada no interior do arquipélago.” (2001:299).

Note-se que o tema de *Pasárgada* surge com os poemas de Osvaldo Alcântara, pseudónimo de Baltasar Lopes e mais tarde Ovídio Martins, poeta do *Suplemento Cultural*, retoma a temática sob o título de “Gritarei, berrarei, matarei, não vou para para Pasárgada”, contestando Osvaldo Alcântara em nome do principal objetivo da geração do *Suplemento Cultural* que era colocar a poesia ao serviço da ideologia de contestação da situação colonial.

Indiferente à ideologia militante em *A Cabeça Calva de Deus*, título da triologia: *Pão & Fonema*, escrito antes de 1975, (1.^a ed., 1974), (2.^a ed., 1980), *Árvore & Tambor* (1986) e *Pedras de Sol & Substância* (2001) constitui um projeto literário de redescoberta de valores culturais e tradicionais da terra das ilhas. Constrói uma poesia de estrutura épica e dinâmica, busca referências na realidade plural e coletiva das ilhas, canta as suas origens, os labirintos da memória e o acontecer da palavra que propõe a construção de um novo percurso para a poesia cabo-verdiana contemporânea.

Apesar de os elementos seca, fome e escassez estarem presentes na escrita de Corsino Fortes, a sua poesia renova a celebração da identidade insular e escreve a história do povo crioulo em termos de epopeia. Ele faz uma renovação no seu fazer poético e refunda em termos épicos e míticos a identidade cabo-verdiana.

Corsino Fortes sofreu influências dos escritores da *Claridade*, no que se refere ao canto da terra das ilhas de Cabo Verde, mas com grande inovação na apresentação temática. Arnaldo França (1997), no artigo intitulado “A literatura cabo-verdiana no contexto das literaturas africanas de língua portuguesa”, explica que Corsino Fortes

estaria inserido no período da *Claridade* apenas pela temática e não pela época, uma vez que o poeta nasceu em 1933 e o último claridoso foi Manuel Lopes.

Por sua vez, Dias Martins no ensaio “O anjo tombado entre as pedras” considera que o lado solar e positivo da poética de Corsino Fortes deve ser visto [...] como uma retoma dos claridosos, com o intento de desenhar uma identidade cabo-verdiana que finalmente aceita a pobreza, a seca e a emigração como elementos construtores e positivos.” (2011:234). Na sua poética, a configuração metafórica da origem das ilhas vai no sentido da cabo-verdianidade fundada pela revista *Claridade*, tendo mesmo publicado o poema “Paixão” e outros, no n.º 9 dessa revista em 1960 e na revista *Cabo Verde* em 1961.

A trajetória individual de Corsino Fortes revela uma apropriação e releitura dos temas já trabalhados. O poeta reconstitui temáticas, como as tradições, a chuva, o mar, as ilhas fustigadas pelas condições geográficas e dificuldades de autosustentação que são recorrentes do apego à terra natal. Respeita a tradição como continuidade temática, centrada nos problemas da terra, na linha dos primeiros escritores da *Claridade*.

A escrita de Corsino Fortes apresenta-se como fundacional de Cabo Verde. Por seu lado, Mário Lúcio Sousa no livro *Nascimento de um Mundo* renuncia ao mito hesperitano e à poética heróico-telúrica de Timóteo Tio Tiofe e de Corsino Fortes, e recria Cabo Verde e a sua aparição das águas, com recurso à Bíblia, à antiguidade clássica europeia e à mitologia africana.

Ganha novo ânimo o percurso mítico que vem marcando a literatura de Cabo Verde no período pós-independência, e que Manuel Ferreira classificou de “mito hesperitano ou a nostalgia do paraíso perdido” (1985:245). O outro mito, o de *Pasárgada*, já referido no âmbito desse espaço ideal, um espaço feliz e hedonista que os ilhéus desejam fixar, recebeu conotação negativa precisamente no tempo anterior à independência, tempo de “Pasárgada” conota “evasionismo”, tema também contestado pela geração de *Seló* (1963), empenhada também na função de combate contra a dominação colonial (“Evasão não quero” na voz de Arménio Vieira, *Inédito*, 1971).

Contudo o ensaísta e poeta José Luís Hopffer Almada afirma que outras tendências estéticas surgem na contemporaneidade literária e mais universalizantes. Ele refere:

[...] na sua feição des-telurista e ontológico-metafísica, outras culturas do realismo mágico maravilhoso embebido nas histórias tradicionais ou na intertextualidade com autores latino-americanos e africanos, outras ainda mais viradas para o êxtase erótico, a meditação e a contemplação místico-existencialista, [...] (2008:8).

Tais tendências estão representadas na prosa ficcional, casos de Arménio Vieira, *O Eleito do Sol* (1989) e *d'No Inferno* (1999), de G.T. Didial, *O Estado Impenitente da Fragilidade* ou dos *Contos da Macaronésia* I e II, cujas narrativas religam Cabo Verde ao passado mítico da Macaronésia ; de Dina Salústio, *A Louca de Serrano*; de Osvaldo Osório, *Contos de Temala*; de Fernando Monteiro em contos do livro *Desassossego* e de outros dispersos pelas revistas *Fragmentos* e *Pré-Textos*, no jornal *Tribuna*; de Orlanda Amarílis nos contos da *Casa dos Mestros* e outros.

Alberto de Carvalho considera que os dois autores, Arménio Vieira e G. T. Didial, consagrados em poesia e no romance, cultivam ambos uma estética que “[...] incide antes de mais sobre a categoria de espaço, por estilhaçamento dos limites da realidade empírica, no primeiro caso, e por expansão de abertura universalizante, no segundo.” (2008:13).

A reconfiguração da poesia cabo-verdiana reforça-se nos fins dos anos setenta e oitenta, época em que os poetas e prosadores pretendem, com urgência, a reordenação da construção de uma literatura dita genuinamente nacional, enraizada no chão cabo-verdiano, no sentido de uma forte comunhão entre a Terra, o Homem e a sua mundividência. Essa foi afinal, a visão estética conferida pelos escritores da *Claridade*, contrária à posição irrefletida e de ataque de Onésimo Silveira que considera a literatura dessa geração

[...] profundamente ferida de inautenticidade, não traduz nem produziu uma mentalidade consciencializada e daí se ter tornado, como não é difícil verificar, em título de prestígio da elite que a vem encabeçando e não em força ao serviço de Cabo Verde e suas gentes. (1963:8).

António Aurélio Gonçalves na palestra “As origens da Literatura Cabo-Verdiana” diz:

[...]. Os pós-claridosos rejeitam a literatura do grupo Claridade justificando-se com o facto de os seus doutrinadores se terem preocupado exclusivamente com a expressão da

realidade cabo-verdiana, principalmente no que ela tem de trágico sem que se lembrassem de condenar os responsáveis por esta tragédia. Todavia, este aspeto de censura aos literatos de *Claridade* [...] não os impede de manifestar consideração pelos vários aspetos da atividade especificamente artística dos Claridosos. (1998:113).

O ensaísta e poeta Arnaldo França refere que *Claridade* não nasceu por geração espontânea, antes no século XIX, houve prenúncios com *O Escravo* (1856), (primeiro romance cabo-verdiano, escrito por José Evaristo de Almeida), com Eugénio Tavares (1867-1930), com José Lopes (1872-1962), com Pedro Cardoso (1883-1942), que contribuíram lentamente para o advento do movimento literário de 1936, iniciado em 1935 por Jorge Barbosa. É necessário lembrar que o movimento *Claridade* surgiu na época colonial, com vários condicionalismos de ordem ideológica e repressiva, mas isso não impediu essa geração de criar geotemáticas representativas da especificidade das várias ilhas de Cabo Verde.

O autor João Manuel Varela, sob pseudónimo, Timóteo Tio Tiofe, na *Primeira Epístola ao Meu Irmão António: A Propósito de O Primeiro Livro Notcha* (1974), diz que a poesia cabo-verdiana “[...] está numa encruzilhada [...]” (2001:136) referindo-se à herança deixada pelos escritores da *Claridade* e recorda que foram eles que lançaram as bases de uma escrita cabo-verdiana: “[...] cabe aos que se seguem dar uma certa envergadura a essa escrita específica e estrutura-la, torna-la, numa palavra, digna do nome de literatura.” (2001:144).

Cabo Verde possui especificidades típicas de um Arquipélago na sua cultura e sociedade, nas matrizes crioulas que estruturam o social. Mas Timóteo Tio Tiofe no prefácio à *Segunda Epístola ao Meu Irmão António: Em torno de Pão & Fonema*, de Corsino Fortes (1978) parece valorizar a componente continental africana: “[...] não deve de forma alguma fazer esquecer que temos raízes africanas que importa investigar, sopesar e compreender, porque são ponto de partida, talvez a mais larga base.” (2001:174).

No mesmo texto Timóteo Tio Tiofe, considera ainda que

[...] na primeira fase, a poesia cabo-verdiana moderna (entenda-se a que começa com a *Claridade*) é uma poesia predominantemente objectiva, ligada ao concreto, como o é geralmente toda a poesia de raiz popular (ou oral), na medida em que usa sobretudo

vocábulos e situações emocionais de incidência geográfica ou geosocial restrita [...]. (2001:161).

O poeta não nega a importância do movimento que girava em torno da revista *Claridade*, mas dá relevo à raiz africana, não embora esquecendo que a presença da cultura ocidental é necessária “[...] para elaborar a partir de coisas nossas, de raízes específicas, uma poesia de interpretação ontológica ou uma poesia cabo-verdiana de vigor novo.” (2001:167).

No entanto “[...] deve-se evitar a repetição dos velhos problemas de Cabo Verde: Pois há um tempo para todas as coisas/ e para todas as obras. E aqui vos digo: há um tempo para este povo/curar suas chagas e abrandar suas fomes [...]” (2001:61-2). Em devido tempo, Baltasar Lopes entrevistado por João Lopes Filho (Mindelo,1984) considera que o texto polémico *Consciencialização na Literatura Cabo-Verdiana* (1963) de Onésimo Silveira, de inspiração política e militante, em apologia daquela componente africana de Cabo Verde foi de insignificante impacto na literatura cabo-verdiana.

Tendo em conta os tópicos “africanidade de Cabo Verde” e “evasionismo”, a admitir-se uma separação entre as duas épocas, a da *Claridade* e a pós, a temática evasionista do “desejar partir e ter de ficar” “[...] se esbate no segundo período, sem que por isso se possa, nesta conjuntura [...] isolar uma outra que lhe seja vicariante.” (1984:134).

Se o grupo da *Claridade* adquiriu, ao longo do tempo, uma dimensão de *mater* da literatura cabo-verdiana, os que se seguiram, embora com características de originalidade, não divergiram da temática dos anteriores. Oswaldo Osório, por exemplo com uma escrita ligada a novas expressões de pensamento igualitário social a ligação entre as temáticas anteriores e indicia um novo marco de mudança com a literatura dita de combate pela Independência Nacional.

Sublinhe-se o já referido, a respeito da superação do tempo da literatura de combate *Mirabilis – de veias ao sol – antologia dos novíssimos poetas caboverdianos*, organizada por José Luís Hopffer Almada, divulga a produção poética cabo-verdiana já nas décadas de 1980 e 1990. O projeto de organização da antologia poética, nasceu com o surgimento do *Movimento Pró-Cultura*, em Março de 1986, reunindo em antologia Manuel Delgado, Canabrava, David Hopffer Almada, José Luís Hopffer Almada, José

Luís Tavares, Vasco Martins, Dina Salústio, Vera Duarte e outros. A este respeito Hopffer Almada entrevistado por Michel Laban, em 3.12.86 diz:

[...] é a primeira vez que surge um movimento cultural organizado no plano da literatura e das artes plásticas, sobretudo, na ilha de Santiago. Mas o Pró-Cultura na Praia integra elementos de todas as ilhas, e há muitos elementos que estão ligados ao movimento em termos sentimentais, [...] (s.d.:752).

No “Prefácio” da antologia, José Luís Hopffer Almada faz a analogia da poesia dessa geração com a *mirabilis*, flor do deserto que metaforicamente procura mostrar a força de uma geração amargurada, com os descumprimentos das promessas feitas pela revolução e a necessidade de exprimir a força da escrita como espaço de reflexão do tempo em que vive. José Luís Hopffer Almada, na entrevista a Michel Laban diz ter havido uma tentativa de criar um movimento amplo em termos de correntes estéticas, com pessoas de diferentes escritas e mesmo ideologias diferentes.

Segundo Simone Caputo Gomes, as várias tendências que a geração mirabíllica reúne, são questões tradicionalmente ligadas à criouliidade ou cabo-verdianidade, retomadas em conjunto com novas questões como as lutas e as desigualdades sociais vistas num contexto da Pós-Independência.

No seguimento da ideia já exposta sobre a presença de uma literatura de compromisso social e político, deve-se acrescentar que, face ao desencanto advindo do enfranquecimento das utopias revolucionárias, os poetas passaram a construir novas imagens e metáforas viradas para a subjetividade humana e a reinvenção do passado através do trabalho criativo da memória e da linguagem poética. Para José Luís Hopffer Almada, cofundador do *Núcleo* e do *Movimento Pró-Cultura*, da *Revista de Artes, Letras e Cultura Fragmentos* (dir.), em março de 1986, “[...] o novo evasionismo teria como característica diferenciadora e distintiva a fuga pura e simples ao tratamento de temáticas tipicamente cabo-verdianas.” (2010:1).

Apesar das várias reorientações ocorridas com gerações posteriores à *Claridade*, o seu ideário identificador consegue sobreviver às mudanças ideológicas das duas épocas políticas, o colonial e a Pós-Independência, talvez devido àquilo que Manuel Lopes referiu em entrevista (1984) a João Lopes Filho: “[...] o seu regionalismo e universalidade.” (1984:146). Por sua vez, e como se viu já por outras palavras de

Baltasar Lopes, ele considera que o trajeto literário desenvolvido pelos escritores seguintes ao movimento *Claridade*, mesmo que incorporem novos estilos, novas tendências, as raízes mestras herdadas devem manter-se presentes mesmo que se afastem do telurismo evasionista ou de reivindicações sociais dos escritores da Nova Largada (Luís Romano, Gabriel Mariano e Onésimo Silveira).

Posteriormente, o poeta Arménio Vieira considerou que o único movimento literário coerente foi o da *Claridade* que corresponde a uma determinada fase cultural da consciência social cabo-verdiana. Corrobora-se a afirmação dita pelo poeta, visto que foram os intelectuais desse movimento que ficcionaram os problemas sociais referentes às várias ilhas de acordo com projeto bem definido, proposto pela revista. As revistas *Suplemento Cultural*, *Séló* e outras atrás referidas, como afirma Arménio Vieira, em entrevista a João Lopes Filho, 1998,

[...] são marcos utilizados pelos que estudam a nossa literatura, não são verdadeiros movimentos literários. A rutura à Claridade [...] no plano ideológico, o que não quer dizer que a obra dos Claridosos tenha sido, como se chegou a afirmar, inautêntica ou reacionária. (1998:195-196).

Igualmente, Vera Duarte informa:

[...] a literatura caboverdeana assenta no eco-sistema caboverdeano e que é [...] uma história de secas e partidas, de abandonos, de sublevações, de lutas, de ilusões fugazes de abundância, de injustiças e de discriminações, mas também de amenas conversas de fim de tarde, de bailes populares e amores clandestinos [...] (1998:227).

Mesmo que haja da parte de alguns escritores, o desejo de tentativa de rutura estético-ideológica às gerações de *Certeza* e *Suplemento Cultural*, ao assumirem uma postura de combate, de revolta, de alerta e que apostaram na “terra”, é de salientar as palavras do ensaísta José Luís Hopffer Almada:

[...] a narrativa de ficção cabo-verdiana encontra-se, trinta anos após a independência nacional, em pleno amadurecimento, o qual se expressa [...] por um pluralismo estético e linguístico [...] e se patenteia pelos vários e variegados caminhos neo-claridosos, pós-claridosos e anti-claridosos que vem singrando. (1998b:196).

Constata-se que na geração do projeto do *Movimento Pró-Cultura* (1986), no percurso literário realizado, sucessivas gerações manifestaram uma diversidade de tendências e concepções estético-ideológicas que, como referimos, são o reflexo da pluralidade de visões sobre o mundo, estilos no intuito de reencontrar novas perspectivas e diretrizes de representatividade das ilhas cabo-verdianas.

No entanto pela sua organização e alargamento cultural, com temas mais universalizantes e de “feição destelurista e ontológico-metafísica” (1998c:197) vai acentuar uma linha de indefinição e rigor temático em relação aos objetivos propostos.

Alberto de Carvalho informa:

De acordo com os tempos, pertenceu ao segundo período realista iniciar, com a *Claridade*, uma escrita criativa que tinha por objectivo a plenitude da afirmação nacional, facto que só se concretizaria com o acesso à soberania na década de 1970.” (2008a:10).

Uma das lições a extrair desta sucessão geracional consiste na evolução e continuidade das suas orientações estéticas, na informação quanto à ideologia dos respetivos autores, os vários caminhos da sua poética e narrativa, conteúdos, de acordo com as transformações políticas e empenhamentos, num processo crescente e contínuo de afirmação do nacional. Em 1985, Nuno Miranda entrevistado por João Lopes Filho diz:

Tudo – numa obra de arte, de uma forma ou outra, ligado ao meio social: desde as concepções estéticas e filosóficas até ao momento da sua produção material. Mas, se – num dado momento – irromperem construções modificadas e rejuvenescimentos da seiva abundante, a entumescer de sentidos imprevistos uma sociedade, a obra artística e literária acompanha, naturalmente, como criação que é, os reflexos da realidade. (2006:721).

Pode-se dizer, em síntese, que a observação e análise das diferentes tendências críticas desde o movimento literário de 1936 sempre aconteceram. Apesar do quadro social literário inaugurado com a Independência revelar-se propício à pluralidade e diversidade de estéticas e ideologias na poesia e na ficção, considera-se que houve a sequência entre a *Claridade* e os movimentos literários que lhe seguiram. O projeto de respeito pelos valores cabo-verdianos e de tratamento de motivos literários para a compreensão desses mesmos valores são: a insularidade, os períodos prolongados de

seca, a fome e a emigração mobilizam os escritores pós-claridosos, e no caso específico na escrita de Germano Almeida.

Por último, note-se que o escritor Danny Spínola, diretor da revista *Pré-Textos – Arte, Letras e Cultura* (1992), refere o espaço de criação artística como maneira de divulgar o maior surto de escrita de novos autores e de ensaios sobre a vida e a obra de escritores cabo-verdianos.

E, no âmbito deste conjunto de escritos sobressai Germano Almeida que vai criar, partilhar, intervir e estabelecer diálogos interculturais e intertemáticos, antecipando e problematizando uma nova visão cultural e literária de publicação em revista que não abandona a expressão da voz do povo do arquipélago, nem apaga a memória do passado dos intelectuais da *Claridade*.

1.3. *Ponto & vírgula, Revista de Intercâmbio Cultural*

Como foi dito na Alínea 1.2., a revista *Raízes* (1977-1984) seguiu a tradição de *Claridade* e *Certeza*, mas de âmbito mais alargado, heterogéneo e ligado à investigação onde se publicaram importantes trabalhos e estudos de produção literária.

Para além dessa iniciativa cultural, como se aludiu, sumariamente, *Ponto & vírgula, Revista de Intercâmbio Cultural* (1983-87) surge no Mindelo, por iniciativa de Germano Almeida, Leão Lopes e Rui Figueiredo. Jean-Michel Laban acentua que para Rui Figueiredo, foi a “[...] diversidade de pontos de vista e uma certa convivência dessa diversidade – maneiras diferentes de encarar o que é uma revista, qual é a actuação de uma revista [...] no espaço caboverdeano [...]” (1985:623) que constituem a riqueza de *Ponto & vírgula*. Na opinião de Leão Lopes, o que os liga, terá sido um determinado espírito, que existia de uma forma não trabalhada, mas pensante, que assinala um hiato temporal para melhor servir e aclarar as ideias e definir os seus objetivos.

Daí que *Ponto & vírgula* seja um espaço de debate ideológico, para os amigos afirmarem e interpretarem os novos valores estéticos da literatura, e na perspetiva de Leão Lopes, de intervenção social, ideia corroborada por Rui Figueiredo e discordada por Germano Almeida que considerava *Ponto & vírgula* um projeto não político, embora ideológico.

Repensar a cultura, o ambiente ecológico, a literatura, a identidade cabo-verdiana e a sua relação com o “outro” são aspetos que constituem a grande linha de força da revista. O editorialista de *Ponto & vírgula*, no decorrer dos 17 números, apresenta uma espécie de diálogo com um amigo imaginário e o mesmo é informado dos vários aspetos em cada número da revista. São significativos os títulos de alguns editoriais de cada número da revista, número um “Da Aventura Poética do *p & v* ou de como o *p & v* nasceu sozinho”, número dois “Da Aventura Poética do *p & v* ou De Como o *p & v* foi baptizado”, número três “Da Aventura Poética do *p & v* ou de Como A Poética Aventura Corre O Risco de Perder A Poesia Da Comunicação”, número seis “Da Aventura Poética Do *p & v* ou De Como o *p & v* Atinge A Adolescência”, número oito “*p & v*: Chocador ou chocalhador de ideias?”, número nove “*p & v* às voltas com a cabeça e com a comunicação” e números dez e onze “*p & v*, as modas e os modos.”, número treze “O Tratamento pela risada”, número catorze dedicado a Aurélio Gonçalves.

Os 17 números de *Ponto & vírgula* apresentam um grafismo de natureza estética, cujo objetivo é apelar aos colaboradores e leitores para que intervenham na dinâmica do crescimento cultural do meio social cabo-verdiano e ainda que sirvam de mediação cultural nas várias linguagens artísticas. Esse desejo já tinha sido anunciado na revista *Sopinha de Alfabeto* e *Ponto & vírgula* reafirma-o com forte empenho, para a qual a criatividade estará na base da educação pela arte e mais democrática no Cabo Verde da Pós-Independência.

As capas de encadernação foram desenhadas pelo plástico Leão Lopes, apresentam um grafismo de natureza artístico/poético, não escondendo as presenças do científico e do político/social, traços importantes que traduzem essa busca de identidade nacional no novo tempo da Independência.

Igualmente a Banda Desenhada, como forma moderna de narração figurativa, de linguagem escrita e visual, constitui um espaço de transmissão de mensagens icónicas e verbais, em quadradinhos e rectângulos, de natureza crítica e pedagógica, muito ao gosto juvenil.

O espírito da revista consiste em rememorar, revitalizar e diversificar uma grande variedade de assuntos em diferentes áreas culturais, podendo exprimir interconexões culturais e novas perspetivas da realidade social de Cabo Verde.

Insiste-se na ideia de a revista funcionar como espaço de reflexão, de crítica, aberto à criação e à inovação, sem ter, por isso, que romper com os valores do passado, mas analisando-os à luz do presente e procurando agitar ideias e novas perspectivas do futuro cultural e literário. Conforme escrito no número um, de Fevereiro/Março de 1983, da referida revista:

É uma revista bimestral vocacionada ao “intercâmbio cultural” e apresenta como objectivo a “redescoberta dos [...] valores [...] [...]” (2006:90) cabo-verdianos e a abertura ao diálogo cultural “[...] nos seus campos mais diversos como sejam a literatura, cinema, teatro, música, pintura, etc.” (2006:90). O humor é encarado como estética literária que não pretende uma excessiva seriedade das pessoas que não reconhecem o direito ao riso. (2006:90).

Lançam-se os princípios de orientação metodológica que irão estar subjacentes à nova viragem na literatura: a busca da inovação na identidade cultural cabo-verdiana, o refletir sobre as realidades sociais das ilhas e um incentivo a novas criações literárias. Na acta da reunião da direção de *Ponto & vírgula* realizada no dia 17.11.85, apela à necessidade de escrever textos virados à análise do homem cabo-verdiano, à criação de uma consciência crítica e à defesa de uma nova abordagem estético-literária virada a um repensar de certas temáticas já trabalhadas a partir dos anos 30. *Ponto & vírgula* lança os princípios de orientação metodológica que irão estar subjacentes à nova viragem na literatura caboverdeana: a busca da nova identidade cultural caboverdeana, o refletir sobre as realidades sociais das ilhas e um incentivo a novas criações literárias.

Ponto & vírgula pretende ser a construção de um projeto pluralista que exprima uma diversidade de tendências projetadas em diferentes manifestações de índole literária, Histórica, popular e mesmo gráfica/artística. Os ensaios e entrevistas selecionadas na revista mostram a reunião de várias temáticas abordadas que não exclui a noção de identidade mergulhada no passado que está aberta a um tempo de mudança ideológica e cultural.

Em 2006, Jean-Michel Massa reúne os 17 números da revista *Ponto & vírgula*, numa edição fac-similada que abre com a frase “Aos Claridosos, nos anos 70 da Claridade”, cuja dedicatória expressa naturalmente um agradecimento à memória dos intelectuais da *Claridade* e uma homenagem àqueles que são herdeiros legítimos da Mãe originária que continua a desafiar a modernidade na literatura cabo-verdiana.

Conforme apontado por Jean-Michel Massa no prefácio, Leão Lopes considera essa edição, um testemunho dos quatro anos da revista “[...] que marcou o encontro de um grupo de amigos e a projeção de utopias a que não esteve alheio tanto a realidade circunscrita das ilhas como o apelo da criação contemporânea livre de espartilhos convencionais [...]” (2006:15).

Apesar de os jovens intelectuais, em 1983, pretenderem libertar-se de relações directas com o passado literário e quererem inovar alguma coisa, o espírito de *Ponto & vírgula* defende a ideia de uma complementaridade entre gerações. Daí que o projeto conte com uma diversidade de colaboradores como Baltasar Lopes, António Aurélio Gonçalves, David Leite, Manuel Lopes, Félix Monteiro e Teixeira de Sousa que já vêm da revista *Claridade*, pioneira da cabo-verdianidade, e que consideraram *Ponto & vírgula*, uma revista de carácter multifacetado e eclética, um espaço de adesão a artistas, intelectuais e até políticos.

Françoise Massa informa que Vera Duarte reafirma que essa presença de gente mais “velha” mas com ideias, dotada de uma experiência literária fez de *Ponto & vírgula*, uma revista “[...] com o espírito claro e inovador [...]” (2006:11).

Por isso, alargando o elenco acima referido, diremos que a revista reúne nomes importantes, em áreas muito diversificadas, como os escritores Luís Romano, Manuel Ferreira, Orlanda Amarilis, pseudónimos de Germano Almeida, Romualdo Cruz e Luís Silva, Teobaldo Virgínio, Manduka Didite, Armando Lima Júnior, Sukré D’Sal, Francisco António Tomar Filinto Barros, José Vincente Lopes, Arménio Vieira, Vera Duarte e outros.

Ou seja, abre as suas páginas a todos os géneros literários: o conto, a fragmentos de romances, a poesia e acolhe todos aqueles que querem escrever, mesmo um poema, uma crónica ou outro texto para evocar a nacionalidade cabo-verdiana.

No percurso de vida da revista, alargando de novo o elenco, ensaios e entrevistas da produção literária são assinados por nomes conhecidos da crítica literária: Mesquitela Lima evoca a obra de Manuel Lopes, José Vicente Lopes apresenta a poesia de Cabo Verde, Baltasar Lopes consagra-lhe algumas reflexões na sua rubrica *Varia Quaedam*, a obra de autores desaparecidos, em ensaio, como Eugénio Tavares, Pedro Cardoso e encontros com João Lopes Filho, Félix Monteiro, Teixeira de Sousa ou João Rodrigues, que evocam a produção literária de Cabo Verde.

As influências sofridas e recebidas do passado literário cabo-verdiano, desde o romantismo e a recuperação de mitos, até à atualidade, dados a verem alguns textos das revistas, constituem o elo de ligação com as gerações subsequentes, cujo ideário, em termos de perspetivas de ação, assenta nessa mesma intenção de revalorização do passado e de uma nova conceção estética da literatura cabo-verdiana.

Ao percorrer-se as gerações literárias que aderem às revistas *Claridade* (1936), *Certeza* (1944) e outras, até *Ponto & vírgula*, os textos selecionados e publicados nos vários números espelham a evolução literária, não menosprezando os valores literários, herdados das gerações anteriores. Germano Almeida afirma:

É verdade que continuamos a dormir à sombra dos louros da *Claridade*, como se isso nos bastasse. Não tentamos ultrapassar a experiência “claridosa”. E nem houve ruptura entre essa geração e as actuais; a viagem literária que eles fizeram fi-la eu cinquenta anos depois, veiculado a um meio mais urbano... (Almeida, 1998, entrevista a António Loja Neves, *Expresso*, Lisboa, 12 de agosto).

Contudo, os editoriais de *Ponto & vírgula* propõem uma nova *poiesis* que incide na transgressão, na liberdade e no repensar de uma forma crítica e reflexiva, a reconstrução da imagem do homem cabo-verdiano, num novo ciclo temporal. Recorde-se a entrevista conduzida por João Lopes Filho a Luís Romano sobre a situação da literatura na Pós-Independência. Luís Romano responde:

Para mim, a Independência Caboverdeana trouxe para os nossos jovens letrados a esperança de um desamordaçamento. Tanto assim é, que já não há mais complexos de se escrever na Língua Nativa Caboverdiana. Levando em conta que qualquer processo político-literário é função do tempo, tudo indica que o ressurgimento de uma corrente renovadora da criação artística-literária cabo-verdiana está implicitamente ligada a uma só palavra: LIBERDADE. (1998:36).

A equipa da revista propõe mudanças renovadoras no uso crítico e na reinterpretação de conceitos que devem ser repensados e revalorizados, concebendo assim um novo percurso na literatura cabo-verdiana.

Em 1984, a partir do n.º 7, *Ponto & vírgula* apresenta uma inovação em relação às revistas anteriores: um caderno destacável, “Viver na Terra”, escrito em folhas verdes (n.º 1 – janeiro-fevereiro, 1984) que funciona como espaço de reflexão e de ligação do

homem com o contexto telúrico, técnico e cultural. Aí são abordadas questões sobre a defesa do meio ambiente, ecologia, artesanato e tecnologias intermediárias, com o objetivo de melhorar as condições de vida do homem caboverdeano e de sua relação e respeito pela Natureza. “Viver na Terra” é um suplemento ambiental, de escrita objetiva, sem preocupações literárias que retorna ao pensamento do escritor Manuel Lopes, “fincar os pés na terra” onde se instaura o grande dilema, o “ter de partir querendo ficar” e o “querer partir tendo de ficar”.

Ponto & vírgula reconcilia-se com os valores da terra e exprime o querer conservar, defender e salvaguardar a essência do passado enraizado. “Viver na Terra”, sublinha-se sensibilizar e apelar à relação do Homem e a Natureza e ainda à defesa do ambiente, como a vida e a proteção animal das tartarugas. A visão telúrica que nasceu com *Claridade* é revitalizada nessa mini-revista que procura soluções para melhorar e ultrapassar os graves problemas das ilhas de Cabo Verde.

A cultura popular é outra presença nas páginas da revista como já fora em *Claridade*. A música, com a morna e a coladeira, que são expressões da alma cabo-verdiana, é revisitada por Luís Rendall ou Travadinha e o seu violino, por Cesária Évora e outros grandes talentos. A morna é objeto de análise no texto “Um pouco de história da morna e sua evolução” de Vasco Martins, desde as origens e por B. Leza no ensaio “A morna como forma musical” (*Ponto & vírgula* n.º 7). A música cabo-verdiana da morna que o ficcionista e ensaísta Luís Romano qualificou como “gerada pela melancolia” do ser humano “esmagado pela dor “adequada” à serenata, à saudade, ao isolamento “ (2006:11) da alma cabo-verdiana.

Outra forma de evocar o passado histórico de Cabo Verde, vem das traduções de Rendall Leite que exumou alguns capítulos da obra de Bentley Duncan: *The Portuguese Atlantic Islands*, de grande valor com o objetivo de ajudar a desenvolver os conhecimentos da História das suas ilhas. Citam-se os títulos de alguns artigos traduzidos por Rendall Leite: “Ilhas de Cabo Verde de Escala do Atlântico”⁶ e “O

⁶ Rendall Leite, 1983, “Ilhas de Cabo Verde de Escala do Atlântico”, in *ponto&vírgula*, n.º. 2, Abril/Maio, pp. 7-12; 1984, n.º3, Junho/Julho, pp.10-16; 1984, n.º7, Janeiro/Fevereiro, pp.2-7; 1984, n.º. 8, Março-Abril, pp. 3-11; 1985, n.º15, Outubro/Dezembro, pp.4-10; 1987, n.º. 17, Dezembro, pp.16-21.

tráfico de escravos em Cabo Verde”⁷, documentos importantes e elucidadores dos vestígios escravagistas. Considera-se ainda os textos de literaturas de viagens, “Quatro anos de viagem do Capitão George Roberts”⁸ da autoria de Désiré Bonnaffoux que constituem uma série de acontecimentos extraordinários ocorridos numa viagem às ilhas das Canárias, de Cabo Verde e Barbados donde seguiu para a Costa da Guiné, texto fornecido pelo Arnaldo França cujo título é “The four years voyages of Captain George Roberts”, publicado em Londres (1726), de inegável interesse para o conhecimento da vivência das ilhas crioulas em 1720.

Os nomes de Eduardo Cardoso, de Oswaldo Osório, de Tomé Varela da Silva, ligam-se ao reconhecimento do crioulo como língua nacional que dá voz às formas originais da cultura popular de expressão oral e à personalidade do homem cabo-verdiano.

A escrita metafórica de alguns títulos dos editoriais, “sarampo”, “adolescência”, “chocador ou chocalhador” manifesta a presença de um processo criativo que cresce gradualmente, sem ter que transgredir valores ancestrais ou raízes, mas redescobrimos e analisando-os com um certo humor. A construção das frases traduz uma renovação estética da linguagem em que os discursos poético e crítico estão fundidos, no sentido de uma reinterpretação e reformulação que seja aberta à criação e à inovação artística.

Da parte da equipa editorial há propostas de natureza teórica que traçam as novas exigências da literatura cabo-verdiana, não esquecendo as preocupações sociais e políticas existentes em Cabo Verde.

Assim, esta revista representa um novo movimento de intelectuais que, na diversidade de concepções estético-ideológicas e de estilos, verificáveis em entrevistas e ensaios que constam em cada número da revista, encontrou no seu valor estético intrínseco, um espaço de intercâmbio cultural geracional.

⁷ Rendall Leite, 1983, in *Ponto&vírgula*, n.º. 4, Agosto/Setembro, pp.14-23; 1983, n.º.5, Outubro/Novembro, pp.5-11; 1984, n.º.7, Janeiro/Fevereiro, pp.2-7; 1984, n.º.8, Março/Abril, pp.3-11; 1984, n.º.9, Maio/junho, pp.3-9; 1984, n.ºs 10 e 11, Julho/Outubro, pp.5-11; 1984, Novembro/Dezembro, pp.4-10; 1985, n.º.13, Janeiro/Março, pp.5-11.

⁸ Désiré Bonnaffoux, 1984, “Quatro anos de viagem do Capitão George Roberts” in *Ponto&vírgula*, n.º.9, Maio/Junho, pp.3-10; 1984, n.ºs 9 e 10, pp.5-11; 1984, n.º.12, Novembro/Dezembro, pp.4-10; 1985, n.º.13, Janeiro-Março, pp.5-11.

Segundo Afrânio Coutinho: “A literatura é uma arte da palavra, isto é, um produto da imaginação criadora, cujo meio específico é a palavra, e cuja finalidade é despertar no leitor ou ouvinte o prazer estético.” (1968:78). Desta forma, a partir de estilos e épocas literárias, a equipa redatorial procurou gerar a formação de uma nova maneira de ser da consciência cultural, tendo como objetivo a valorização da produção artística, estética e literária.

Ponto & vírgula marca e consolida relações entre os colaboradores mais velhos e os mais novos, não esquecendo a necessidade “[...] de uma nova cultura ideada por novos valores, [...]” (2006:55). No n.º 6 “Da Aventura Poética do *p & v* ou De Como o *p & v*. Atinge A Adolescência”, a equipa ressalta que a importância desse encontro foi a presença de um forte sentimento de solidariedade de Baltasar Lopes, Félix Monteiro, Manuel Lopes, António Carreira, Rendall Leite e Manuel Ferreira. Transcreve-se o espírito da equipa:

Pensadamente não pressagiamos *p & v* como nova-claridade, como continuação de qualquer ideário, como reviver de qualquer época. Mas constatamos que independentemente de escolas de formação, de idades, de mais velhos ou mais novos, até da própria assunção perante a existência – há algo que é mais forte que todas essas coisas juntas e mais forte que todos os credos e mais forte que todas as opções e que nos une indissolivelmente: o sentimento da caboverdianidade. E é esse orgulhoso sentimento [...], independentemente de tudo o mais, que faz que se diga que *p & v* é a continuação de “Claridade”, continuação de “Certeza” sendo na verdade apenas a continuação da afirmação de uma atitude perante a vida, assunção de um “desatino” que queremos nas nossas mãos. Mas sentimo-nos felizes quando ouvimos que *p & v* é a continuação de Claridade, sabendo embora que a coragem de 83 não é nem de longe comparável à de 36. (2006:247).

Na sua diversidade textual e temática, *Ponto & vírgula* dá a conhecer como referimos, as tradições e aspirações do povo de Cabo Verde, como forma de repensar a sua cultura, a vivência, a identidade e a maneira de estar no mundo do homem caboverdiano.

O título do editorial “Da aventura poética do *p & v* ou de como o *p & v* está com sarampo” (2006:97), utiliza uma linguagem metafórica que expressa a fraqueza, a falta de recursos económicos para manter a revista e o desejo de textos inovadores. Diz-se:

Escreve para o *p & v*, demonstra o que é velho, apresentando o novo. Por exemplo: poderás em consciência dizer que ” Ilhas de Cabo-Verde-Portos de Escala do Atlântico” é velho? Portanto, se ele é útil, que importância pode ter quem o traduziu!” (2006:99).

No editorial da publicação do n.º 13, cujo título é “O tratamento pela risada”, propõe-se uma análise da função e das diferentes espécies de riso, (o espanto sarcástico, o sorriso de seriedade e os rancos da garganta). O riso é visto como uma arma demolidora e crítica do outro.

E na última página de *Ponto & vírgula*, há uma reflexão final do órgão editorial, um olhar de balanço em relação ao percurso de tempo da revista:

Foram cinco anos de todos nós, dezassete etapas de vida de uma revista, setecentos e trinta e quatro páginas para a história da imprensa caboverdeana, muitas alegrias [...] muito encontro, muito desencontro, [...] nesta aventura para que a poesia nos arrastou. E nela crescemos. Crescemos imenso. (1998:56).

No último número da revista, a referência pelo órgão editorial ao poema “Operário em construção” de Vinicius de Moraes projeta e expressa a maturidade intelectual desse grupo de jovens que expressaram o crescimento interior na construção e renovação de aspetos culturais que não ficam esquecidos e que prosseguem numa sociedade da pós-Independência, contemporânea:

Nada de idealismos, [...] partimos para ficar na Pasárgada da nossa criação.” (2006:880) e, assim, eles procuram ir ao encontro do desejo do público, “chocalhação de ideias” (2006:347). Na apresentação da encadernação fac-similada da revista, Massa refere que os nomes dos colaboradores “[...] mostraram que a literatura conhece um renascimento, para o qual Ponto&Vírgula contribuiu [...] (2006:14).

A revista termina o seu ciclo, com a evocação a Pasárgada, lugar mítico de dois escritores, o brasileiro Manuel Bandeira e o cabo-verdiano Baltasar Lopes / Osvaldo Alcântara, ambos ligados pelo mar e desiludidos em relação à força social da palavra escrita.

De qualquer modo, a geração organizadora de *Ponto & vírgula*, e em especial o escritor Germano Almeida, mesmo apontando para a renovação temática e para a

aceitação da diversidade de novas tendências literárias, não se desliga do passado literário, com o intuito de resgate da tradição ou de reconstrução de uma nova tradição que não oculte “[...] o sentimento de caboverdianidade.” (2006:247) advindo do ideário da *Claridade*.

Apesar da revista *Ponto & vírgula* ter um espírito aberto de redescoberta das ilhas, de tentar ver Cabo Verde com outros olhos, portanto virada e preocupada com os seus valores telúricos e universais, ela peca pela dispersão de textos não definidores dos seus valores estéticos, visuais e literários. Até então, em termos de escrita cabo-verdiana, as revistas publicadas antes, *Claridade*, *Certeza*, *Suplemento Cultural* e *Raízes*, tinham projetos definidos e posições críticas geosociais.

Com a revista *Ponto & vírgula*, Germano Almeida traça a proposta do seu ideário de literatura que vem a constituir-se como um novo projeto que se manifesta crítico e interventivo numa sociedade que acabava de sair do colonial. Na entrevista realizada por Michel Laban a Germano Almeida em 7/9/1985, o escritor diz: “Eu penso que o indivíduo que se afirma como intelectual tem obrigação de ter um sentido crítico [...]” (sd:627). O autor pretende dar uma nova visão interventiva do fazer literário e com esse objetivo, ele constitui um novo projeto que será objeto de estudo na alínea seguinte.

4.Construção de um projeto literário inovador

Na alínea anterior, refere-se que a revista *Ponto & vírgula* funciona como órgão de reflexão, de crítica, de criação e inovação literária que procura analisar os valores do passado à luz do presente histórico.

A extensa produção escrita de Germano Almeida, não abandona os motivos que definem a identidade e os problemas que fazem parte do arquipélago. O escritor faz uma revisão temporal pelas diversas manifestações de uma cultura que exprime a sensibilidade e a idiossincrasia do povo cabo-verdiano pelo que essa literatura representa as profundas mudanças operadas no evoluir da sociedade de Cabo Verde.

Numa época indefinida da nação devido à diversidade das posições políticas, o espaço literário do escritor Germano Almeida, prende-se no desejo de recriar uma

literatura que seja inovadora e tradutora do social cabo-verdiano, advindo do tempo colonial.

Embora inserido, em termos gerais, na tradição herdada pela *Claridade*, o autor constrói um projeto literário próprio, tendo em vista as novas concepções do tratamento literário, numa época de transição ideológica, política e cultural na década de 1980.

Com esse objetivo, o escritor dá a conhecer uma nova escrita que projete e reinterprete as diversas facetas do homem cabo-verdiano, numa sociedade em devir.

Mas se o escritor é um contador de “estórias”, como ele se autoafirma, as “estórias” são objetos literários que reúnem e reconstroem representações geosociais, políticas e culturais das diferentes realidades do povo das ilhas de Cabo Verde.

Na sua obra, refunde-se o passado de opressão ideológica e o presente da Independência com abertura ao futuro, numa mistura de tempos, de modo a repensar de uma forma crítica a sociedade cabo-verdiana num novo ciclo que reconstitua e redesenhe uma nova literatura mais orientada para a construção de novos sentidos da vida social de Cabo Verde.

A sua escrita recupera, quase antropológicamente, os traços comportamentais, sociais e culturais específicos dos ilhéus cabo-verdianos e distingue-os de uma forma diferenciada por ilhas, procurando especificar as suas diferentes características. Com essa finalidade, estrutura e organiza as suas narrativas, de modo a constituir um quadro crítico da vida geosocial de Cabo Verde e melhor compreender o seu povo, a sua cultura e mesmo o próprio autor.

Na verdade, não querendo romper com o ideário da *Claridade*, marcado por temas ligados à história e à terra cabo-verdiana, revela uma nova fase na literatura de Cabo Verde em que conjuga a ficção com a realidade referencial numa constante reinterpretação das transformações operadas na sociedade crioula no antes e depois da Independência.

Assim Germano Almeida, inserido numa sociedade que, desde 1975 à atualidade, sofre grandes mutações ideológicas e políticas apresenta e questiona vários aspetos ainda presentes nos dias de hoje. No romance *Memórias de Um Espírito* (Almeida, 2001) e “Agravos de um Artista”, curta narrativa inserida em *Estórias de Dentro de Casa* (Almeida, 1996), a situação do artista escritor é observada como dissociada do mundo real e alerta-o para a construção de uma escrita reflexiva sobre dois tempos

literários que se entrecruzam e se afastam ideologicamente. Em *A Ilha Fantástica* (Almeida,1994) ainda dentro de uma tradição cultural como contador de estórias e na mesma linha *Os Dois Irmãos* (Almeida,1995) e *O Dia das Calças Roladas* (Almeida,1999) são duas narrativas que reconstroem momentos vividos pelo escritor como advogado.

O escritor abre novos percursos de análise e de crítica à vida citadina e burguesa do Mindelo nos romances *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, (Almeida, 1991) *O Meu Poeta* (Almeida, 1992), *A Morte do Meu Poeta* (Almeida,1998), *O Mar na Lajinha* (Almeida, 2004) e *Do Monte Cara se Vê o Mundo* (Almeida, 2014).

Em *Estórias Contadas* (Almeida,1996) e *Estórias de Dentro de Casa* (Almeida, 1996), o escritor dá-nos situações muito específicas do meio político, social, e cultural do seu país em indefinição, construindo um quadro bastante completo e crítico da vida popular e da sua cultura. *Estórias Contadas*, revisita a origem das ilhas de Cabo Verde, a chegada dos portugueses e de outros povos, a [...] miscigenação de raças e culturas e procura ver o que dessa miscelânea poderia sair. E saiu o homem cabo-verdiano.” (EC:12), a escravatura e o destino do homem cabo-verdiano, condenado a resistir aos dramas da natureza:

Mas é assim o cabo-verdiano: orgulhoso do centro da terra onde vive, sofre e labuta contra a permanente estiagem, os olhos no estrangeiro, o coração nas ilhas. [...] Sendo Cabo Verde um país que conta no exterior com mais do dobro da sua população interna, muito facilmente poderia sofrer efeitos erosivos catastróficos a nível cultural e de identidade. Mas continua carregando consigo a sua cultura. (EC:12).

Na narrativa *As Memórias de Um Espírito* (Almeida, 2001), de novo o autor retrata a sociedade cabo-verdiana e das gentes que vêm de outras ilhas para São Vicente, como forma de sobrevivência.

A própria Independência provocou uma mudança de valores e é necessário que o escritor refira esses novos valores que se distanciam dos do passado. Transcreve-se um excerto da *Morte do Meu Poeta* (Almeida, 1992) que funciona como uma espécie de declaração programática: “Aliás quem de futuro quiser escrever terá de aprender não só a observar como também a analisar, sob pena de nossa literatura nunca mais sair do purgatório claridoso de que tem vivido até agora.” (1992:188).

No mesmo romance critica a continuidade da tradição literária e retrata em termos satíricos, a postura dos governantes e das elites culturais cabo-verdianas após a Independência. Tudo indica que deseja criar um novo tempo literário, um novo observar de Cabo Verde que faça a rutura com o “velho” institucionalizado.

No entanto, o autor, no ensaio “Literatura e Identidade” considera e confirma que “[...] o grupo que definitivamente viria a marcar a autonomia da literatura cabo-verdiana em relação a Portugal, não apenas em termos de forma como também pelos temas escolhidos, surge em 1936 com a revista *Claridade*.” (2016:6).

Nesse ensaio retoma o pensar nos problemas sociais e alude à seca e às fomes de Cabo Verde, presentes nos romances *Chiquinho* de Baltazar Lopes, *Chuva Braba* e *Os Flagelados do Vento Leste* de Manuel Lopes, como preocupações constantes que mais tarde continuam presentes nos poetas do *Suplemento Cultural*, na obra de Corsino Fortes com o título *A Cabeça Calva de Deus* e em *Ponto & vírgula* como já foi referido na alínea anterior.

Já depois da Independência Nacional a dramatização geosocial dá lugar a um novo repensar dos motivos literários ligados à história e à terra cabo-verdiana de observação e representação críticas de forma diferenciada na ficção narrativa de Germano Almeida que preserva e reproduz a cultura do seu país. O escritor considera:

[...] passados dez anos sobre a Independência, eu, pessoalmente, penso que é a altura de surgir qualquer coisa que se referisse a esses valores, isto é, que se referisse a um Cabo Verde independente: o homem diante duma situação – que não era a situação colonial. (1985:630).

Daí que o autor não querendo desvincular-se completamente dos paradigmas da *Claridade*, à distância do tempo ele reconstrói um novo ciclo literário que expressa e problematiza criticamente o *modus vivendi* das mentalidades das classes dominantes crioulas de Cabo Verde.

É uma nova literatura prenhe de preocupações sociais e intrinsecamente ligada a categorias estéticas como a personagem que o escritor pretende que traduza não as vivências pessoais, mas a sociedade. Ele deseja redefinir a situação do cabo-verdiano na nova literatura do pós-colonial. Germano Almeida terá confirmado, numa entrevista

a Jean-Michel Laban, em 1985, o desejo de uma nova linguagem escrita mais objetiva e perto da realidade social do seu país que releia a nação em termos críticos:

Ver a literatura cabo-verdiana já não como literatura – eu diria – concreta, de descrições das situações. Nós não temos literatura analítica, não sei se já reparou nisto. É uma literatura descritiva, com uma ou outra pequena referência à análise. Pode-se dizer, que a partir da própria descrição dos factos pode-se analisar... Mas uma literatura que nos levasse à análise do homem cabo-verdiano na sociedade, para mim, sobretudo depois da Independência. (sd:631).

Nesse sentido, o autor admoesta os escritores que se ocupam apenas em enumerar traços estéticos que descrevem paisagens e personagens, sem a preocupação de escrever e traduzir a nova posição social do homem cabo-verdiano, já pós 25 de abril de 1974. Ele sente a necessidade de criar uma escrita em alternativa que elimine o desnecessário, o supérfluo para dar voz àquilo que é mais revelante no social das ilhas, apelar a uma escrita que não negue os seus valores culturais, mas que represente, criticamente, a especificidade complexa do homem crioulo no novo meio social. O escritor em entrevista a Teresa Sofia Fortes lembra: “[...] em Cabo Verde, temos um problema: as pessoas lêem mas não têm espírito crítico.” (2005:3).

Precisamente, para concretizar a sua estética, ele cria personagens representativas de espaços e ambientes das diversas ilhas de Cabo Verde, ao mesmo tempo que o seu terreno ficcional projeta o revisitar reflexivo das formas política, social e cultural, bem como o dessacralizar de símbolos e representações de uma nação que opera mudanças e que questiona noções institucionais e culturais ainda de tradição cultural. Patrick Chabal refere que toda a cultura “[...] é uma constante fusão transformativa do tradicional e do moderno. Deste modo, modernidade não é o inverso da tradição, mas antes tradição tal como se mudou e se modernizou.” (1994:23). O escritor projeta esses dois universos contraditórios e preocupantes, por vezes distantes da realidade concreta em que o cabo-verdiano vive a partir de 1975.

Daí que o autor escolha personagens que são portadoras de questões divergentes e que têm o objetivo de redefinir a situação de mudança sociopolítica do cabo-verdiano. A esse respeito Michel Zéaffa diz: “[...] le personnage est le porte-parole d’un narrateur exprimant par une écriture les multiples aspects de sa conscience, et ceux de son statut dans une société, une civilisation, une culture.” (1971:10).

Dessa maneira, a consciência do olhar observador e crítico de Germano Almeida está representado pelas personagens que relêem, ficcionalmente, as ilhas do particular ao geral, de forma a dar em uma visão de conjunto das diferentes realidades geosociais e geoculturais do arquipélago de Cabo Verde. Por esse motivo a sua escrita literária reflete uma mistura de traços sociológicos, culturais e antropológicos que o próprio analisa mas, acima de tudo que se prendem com questões de rutura ou de continuidade de práticas, conceitos e hábitos enraizados na sociedade crioula.

Essa é a nova viragem que o autor pretende fazer na literatura que funciona como um projeto veiculador das várias representações das ilhas de Cabo Verde, dispersas pelo arquipélago e que reafirma as palavras de Baltasar Lopes: “[...] creio não errar se disser que a composição social destas ilhas se caracteriza pela unidade na pluralidade.” (1956:11).

No entanto, as temáticas já anteriormente anunciadas em 1936, (*Claridade*) como a fome, a seca e a emigração, são reinterpretadas e desdramatizadas na escrita do autor, fundamentando que os antigos valores já não podem ser traduzidos como respostas, nem absolutas, nem práticas, dentro do ritmo, imposto por novos tempos libertos da opressão ideológica.

É esse momento de mudança que o escritor prefigura como projeto literário e objeto de crítica, com o propósito de redimensionar o homem cabo-verdiano na nova sociedade pós-colonial. Com essa finalidade, ele faz o estudo de diversas personagens inseridas em diferentes espaços geográficos das ilhas crioulas de Cabo Verde. Recordar-se a personagem Dura :

[...] passados tantos anos sobre a independência, ainda ninguém se abalançou a tentar traduzir em termos literários esta vivência, esta nova realidade em romances, novelas ou simples estóreas. Até agora tem sido como se ainda estivéssemos na noite colonial. (MP:163).

Insiste-se nesta ideia. A sua escrita, recria e reinterpreta o universo sociocultural das ilhas de Cabo Verde, pormenorizando muitos dos aspetos das vivências cabo-verdianas já distanciados no presente da Independência. Ele é partidário de uma literatura que apreenda o social e introduza expressões e formas de pensamento

específicas de genuinidade crioula com o intuito de reavaliar um povo definido por uma cultura mestiça e por uma unidade étnica e cultural em evolução.

O modo como a sua obra se estrutura e organiza na sua globalidade, vai permitir visionar uma mistura inovadora de pareceres antagônicos, conferidos pelas personagens, face ao contexto onde elas se inserem.

A propósito do funcionamento da personagem na narrativa, Germano Almeida em entrevista a Jean-Michel Laban diz:

Eu falo da análise da ficção: como o escritor cabo-verdiano penetra na sociedade e depois a reescreve. [...] Criar personagens de ficção, mas que traduzam esta vivência. Não estou a dizer: traduzir a vivência pessoal de cada um – que isso também eu sou capaz de fazer. [...] Mas não é nisso que estou a pensar, estou a pensar ao nível da ficção. (1985:633).

O autor propõe um novo conceito de personagem que interprete e questione as várias realidades sociais referentes ao passado colonial no presente da Independência com abertura à reconstrução da identidade nacional.

Por isso, o estudo da personagem nas narrativas do *corpus* será desenvolvido ao longo dos capítulos seguintes deste trabalho, seguindo a proposta do escritor e de outros teóricos, sobretudo a do cabo-verdiano Manuel Lopes que considera as personagens de ficção não como *marionetes*, mas “[...] criaturas sensíveis, consciencializadas na sua responsabilidade social e humana,” (1973:370).

Assim, de acordo com a escrita romanesca do autor, crê-se ser importante apresentar o *corpus*, em forma descritiva e fornecer algumas referências Históricas das ilhas representadas nos textos, resumos das narrativas e personagens com o propósito de revelar ficcionalmente a diversidade e a dimensão humana e social do cabo-verdiano.

CAPÍTULO II – Elementos para a construção do *corpus*

Cabo Verde, o ilhéu e as ilhas

Germano Almeida

1. *Corpus* textual

O *corpus* literário selecionado *A Ilha Fantástica*, *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, *O Dia das Calças Roladas*, *Os Dois Irmãos e Dona Pura e os Camaradas de Abril* ocupa-se, respetivamente, das ilhas da Boa Vista, de São Vicente, de Santo Antão e de Santiago onde Germano Almeida reconstrói e unifica as diferentes realidades sociológicas, em espaços representativos de valores étnicos, económicos, costumes, políticos, éticos, morais, orientados numa lógica geosocial contraditória de dois mundos, o rural popular e o urbano burguês mindelense. O autor projeta uma visão de orientação antropológica de cada ilha habitada por diferentes tipos sociais, étnicos e culturais, testemunhos de realidades vividas nas diversas comunidades das ilhas focadas.

De ilha para ilha, a autor aponta e caracteriza a defesa dos valores regionais cabo-verdianos representativos do forte sentimento telúrico resultante do constante enraizamento da ligação do ilhéu à terra. As personagens das suas narrativas são assim reflexos das várias realidades de cada ilha e da forma como o romancista as observa. Tal como Michel Zéaffa refere : “Le personnage est l’agent d’une interprétation du réel qui est celle du romancier.” (1971:448) O escritor escolhe personagens que são vozes específicas, tradutoras de novos ideários de mudança social que reinterpretem temas da realidade cabo-verdiana que são debatidos nos espaços diegéticos do *corpus*.

O universo das narrativas escritas pelo autor tem a particularidade de percorrer um itinerário de algumas ilhas que registam formas individuais de vivência, produto da memória cultural e social de autor e que constituem um quadro de referências representativas do homem cabo-verdiano de cada ilha, de Barlavento e de Sotavento.

O romance *Dona Pura e os Camaradas de Abril* deve ser integrado, no conjunto, em todos os lugares em que o escritor procurou utilizar a personagem em outro espaço geográfico, Lisboa, distante das ilhas com a finalidade de estabelecer os vários

pareceres do homem cabo-verdiano no exterior de Cabo Verde. As várias personagens que circulam no desenrolar da acção partilham as suas vivências, interrogam-se sobre as dificuldades de sobrevivência num Portugal ainda condicionado e que alcançou a sua liberdade de expressão ideológica e política no 25 de abril de 1974. Esse novo espaço geográfico acompanha a trajetória romanesca das personagens fora das ilhas cabo-verdianas, em que o olhar do narrador na primeira pessoa, apresenta-se reflexivo e crítico sobre esse acontecimento Histórico ocorrido em Lisboa.

As várias personagens que fazem parte da estrutura narrativa partilham as suas vivências, interrogam-se sobre as dificuldades de sobrevivência num Portugal ainda condicionado e que alcançou a sua liberdade de expressão ideológica e política no dia da queda do governo de Marcelo Caetano.

Justifica-se a inserção de *Dona Pura e os Camaradas de Abril* no *corpus*, uma vez que a questão da identidade cultural de um país é discutida num tempo de mudanças estruturais, não só em Portugal como em Cabo Verde. A propósito deste assunto, Stuart Hall esclarece: “Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados.” (2015:10).

Apesar de o escritor reconhecer a existência dessa fragmentação cultural que pode assumir identidades complementares, insistindo na reconstituição das tradições e do reencontro das raízes numa busca daquilo que o tempo parece querer apagar, ou seja, de uma base identitária nuclear unificadora. Nesta óptica, Anthony Giddens argumenta que “[...] nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações.” (1999:37).

Tais questões, que remetem para o partir e o regressar ao arquipélago, e que se prendem, ora com a insularidade, ora com as condições climatéricas adversas, ora com a experiência vivida no exterior, demonstram de que modo os protagonistas na escrita literária de Germano Almeida representam esses traços fundamentais da identidade cultural das ilhas cabo-verdianas com os seus contrastes e contradições desde aquele que é considerado o seu movimento fundador - *Claridade* – até à atualidade.

Para uma melhor compreensão da dinâmica das personagens nas narrativas em estudo, é de grande importância alguns dados históricos relativos a cada ilha. Por outro lado, os protagonistas ficcionados pelo autor obedecem a uma lógica de características

diferentes de ambientes e tipos sociais, marcas heterógeneas do seu *habitat*. Daí que as narrativas que foram tomadas para o *corpus* ilustram a necessidade dessa presença de particularidades que no seu conjunto respeitam a formação geohistórica de Cabo Verde.

2. Espaços sociais e históricos narrativos

2.1. A Ilha da Boa Vista

A acção da narrativa *A Ilha Fantástica*, situa-se na Ilha da Boa Vista. É aquela que fica mais próxima da Costa d'África, mas também de menor influência da cultura africana, por efeito do seu inicial processo de povoamento. Aliás, Germano Almeida, em *Cabo Verde - Viagem pela História das Ilhas* refere:

as Ilhas, informa que Luís de Cadamosto, no ano de 1456, dias depois de ter partido de Lagos, Portugal, a caminho da Gâmbia, estando a navegar ao largo do Cabo Branco, foi surpreendido por um temporal e no terceiro dia, “houveram vista de uma terra” a que deram o nome de Boa Vista, exatamente pela felicidade que sentiram ao avistarem terra. Esta expedição encontrou a ilha sem habitantes. Quando Cadamosto escreveu sobre a Boa Vista em 1463, a ilha já tinha sido, supostamente, achada por António da Nola desde o dia 3 de maio de 1460 e batizada com o nome de “S. Cristóvão”, para desse modo homenagear o patrono dos marítimos da sua terra natal, a cidade de Génova. O historiador Daniel Pereira informa que segundo “a tese oficial, as ilhas de Cabo Verde foram descobertas, entre 1460 e 1462, por António Noli e Diogo Afonso. [...] O documento mais antigo que se conhece sobre Cabo Verde é a Carte Régia de 3 de Dezembro de 1460, pela qual D.Afonso V doa as ilhas então descobertas ao infante D. Fernando. (2005:33).

Diz-se que no ano de 1811 os escravos da Boa Vista, certamente influenciados pelas ideias dos movimentos que combatiam a escravatura, resolveram aproveitar o dia de festa na ilha para se revoltarem.

De qualquer modo, interessa notar que a ilha viria a ter os primeiros residentes pelos anos de 1490, quando foi doada a um certo Rodrigo Afonso e antes dessa data, em 1479. A ilha já era frequentemente procurada e usada como sanatório de doentes de lepra.

Sabe-se que o próprio Cristóvão Colombo visitou a Ilha da Boa Vista em 1498, aquando da sua terceira viagem à América. Por outro lado, este espaço ilhéu era procurado pelo comércio, tanto que por volta de 1834, a sua população era de cerca de 4000 pessoas. A partir de 1838-1839 grande parte da gente foi trabalhar para a ilha do Sal. Em 1845, a Boa Vista perde população, devido à febre amarela e bexigas loucas e passa por grandes fomes e miséria devido à falta de chuva.

O acontecimento histórico da Revolução Liberal em Portugal (1820), iria contribuir para o alargamento ideológico e para ideia de o povo da Boa Vista ter um carácter diferenciado. Aliás, como liberal José Alexandre Pinto relembra a honra que tivera de servir no estado-maior do general Sá da Bandeira durante as operações militares empreendidas no Algarve e no Alentejo em 1834, fazendo questão de referir os atos de bravura do grande comandante junto à Ribeira d'Arade em São Bartolomeu de Messines a que pessoalmente tinha assistido, viria na década de 1840 a servir em Cabo Verde como Escrivão da Fazenda.

Sabe-se que a totalidade do Arquipélago de Cabo Verde foi descoberto pelos portugueses. Partindo decerto das leituras e do António Carreira nomeadamente *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata* (1460 - 1878), José Vicente Lopes numa entrevista conduzida por António Fidalgo Barros ao jornal Terra Nova, n.º.67, Mindelo, Outubro de 1980, explica em termos gerais a questão do povoamento:

[...] no povoamento do arquipélago intervieram, essencialmente, senhores brancos europeus e escravos negros africanos (ambos provenientes de etnias bastante diversificadas) esta circunstância deu origem a um contexto humano em que as chamadas “divisões naturais” (insularidade) e o meio ambiente, proporcionaram características particulares para cada ilha, mas constituindo um povo com comportamentos tidos a todo o arquipélago e com afinidades que são raízes da cultura caboverdeana, como sejam língua, miscigenação, interpenetração sociocultural, sincretismo religioso, etc.” (1980:14).

Com a passagem dos séculos, o homem da Boa Vista foi-se especializando na pintura, tapeçaria, pecuária, pesca ou agricultura, algumas atividades sazonais que dependem de fatores aleatórios e fora do controlo humano, por isso muitos dedicavam-se no tempo das águas ao cultivo das hortas nos pés-de-banco onde produziam inhame,

abóbora, milho, favas, batatas, melões e melancias, ou nas ribeiras completamente muradas e desse modo vedadas ao gado solto nos campos.

Das grandes vicissitudes da ilha, destaca-se, em 1845, uma sentença de morte através de um surto de febre amarela que vitimou muita gente, o que ocasionou o abandono da ilha. Outro aspeto nefasto foi que, entre 1853 e 1854, praticamente, não choveu e por isso as colheitas foram escassas ou mesmo nulas. A fome instalou-se na ilha.

Até praticamente aos anos 50-60 do século XX, ainda certos materiais da cultura inglesa se faziam sentir, se não diretamente nas pessoas, pelo menos na vivência da população em geral, não só o hábito do lanche e da ceia, normalmente em forma de chá preto da Índia. Isto devido à presença frequente de ingleses nesta ilha, situada nas rotas do Atlântico.

O povo da Boa Vista mercê de um percurso histórico e de influências que foi sofrendo ao longo dos tempos, leva a que o escritor Germano Almeida considere uma das ilhas mais pobres e conservadoras de Cabo Verde.

Por seu lado, o historiador Daniel Pereira informa: “Há na Ilha bastantes Laranjeiras, Limoeiros, cijdreiras, goiavas, algumas limeiras, e posto que dos seus fructos se forneção muitos navios que ali aportão via d’Azia, e mar do Sul [...]” (2016:198).

2.2. A ilha de São Vicente

A acção da narrativa *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, enquadra-se na Ilha de São Vicente – Mindelo.

Esta ilha foi descoberta em 1462 por Diogo Gomes e devido a questões climatéricas, como a seca, manteve-se praticamente deserta até princípios do século XIX. Em 1813, a população de São Vicente, apontada por António L. Correia estava reduzida a um punhado de aventureiros, pastores de rebanhos alheios, prostitutas e degredados.

Para povoar a ilha as autoridades administrativas de Cabo Verde, recrutaram camponeses pobres e sem terras, de Santo Antão, para aí se fixarem. O escritor em *Cabo Verde – Viagem pela História das Ilhas*, escreve que no ano de 1821, já havia

uma pequena povoação com 289 habitantes, composta por choupanas, “uma igreja, algumas casas de alcândega e a resistência do capitão-mor” (2003:51). Nos finais de 1837, os ingleses manifestaram grande interesse pelo Porto Grande do Mindelo, criaram os primeiros depósitos de carvão para abastecer a navegação nas rotas das Américas, África e Ásia. A respeito disso António Leão Correia e Silva diz:

Por sua vez, dentro da tal dinâmica de ajustamentos sucessivos, o vapor demanda, como fonte de energia, o carvão. Combustível pesado, o carvão imporá à navegação oceânica pesados tributos. Se ele traz um ganho evidente no aumento da tonelagem dos navios, isso é incontestável e reside aqui a sua força. Ao inverso, o carvão constituirá também um factor de lentidão. (2005:94).

O Governador de Cabo Verde, o liberal Joaquim Pereira Marinho, percebendo a grande importância desse porto, entusiasma-se com a ideia de desenvolver Cabo Verde à volta do Porto Grande do Mindelo. Ele consegue que em 11 de junho de 1838, por decreto ministerial e portaria régia, seja autorizada a mudança da capital da Praia (Santiago) para São Vicente. Em homenagem ao desembarque das tropas liberais, surge a futura capital que tem o nome de Mindelo.

Por isso, devido ao forte desenvolvimento da navegação a vapor e às mudanças a nível político e económico, acabariam por sair prejudicados os criadores de gado das ilhas do Barlavento que estavam habituados a utilizar São Vicente como terreno de pasto, viram essa possibilidade negada. Começou assim o crescimento do tráfego de mercadorias e de passageiros para os novos estados da América do Sul, pelo que se reacende o interesse britânico pelo Porto Grande.

Em 1839, a Companhia das Índias Ingleses, por intermédio do cônsul inglês John Rendall pediu permissão para criar um depósito flutuante de carvão que pudesse servir a navegação a vapor entre a Inglaterra e o Brasil. Assim se ampliou a actividade com várias companhias inglesas de carvão instaladas no Mindelo, até ao fim do século XIX.

Germano Almeida informa ainda em *Cabo Verde - Viagem pela História das Ilhas* que, apesar do monopólio inglês ser agravado por uma administração colonial rotineira, burocrática e desinteressada, o Porto Grande (1875) já era o maior porto carvoeiro no Atlântico Médio. A cidade do Mindelo acompanha a evolução tecnológica com a inauguração da primeira estação telegráfica por cabo submarino do arquipélago de Cabo Verde (1874).

Nos anos seguintes vão-se estabelecendo ligações com África, Grã-Bretanha, Brasil e Argentina. Desenvolve-se o crescimento da cidade, com a construção de armazéns, cais de embarque e desembarque, guindastes, lanchas, carris e vagonetas para transporte, carga e descarga de carvão. Construiu-se a Alfândega, o novo quartel, o Palácio do Governo e os Paços do Concelho. Em 1879, Mindelo com 3 717 habitantes é elevada à categoria de cidade. O Decreto Régio de 14 de abril refere que o desenvolvimento do comércio, o aumento da população e a importante posição geográfica atrai grande movimento de navios no porto de águas muito profundas.

O comércio tinha prosperado, e em paralelo, até aos finais do século XIX, a população mais pobre vivia em condições insalubres porque tinham pouco acesso a água potável.

De facto a ilha é praticamente desprovida de lençóis friáticos, destituída de fontes e poços de águas não salobras. O abastecimento de água à população e aos navios, foi sempre um dos maiores problemas da cidade do Mindelo, pois os poços próximos da cidade tinham pouca água ou água salobra. A população abastecia-se principalmente também de água vinda de Santo Antão ou comprada às companhias inglesas que a filtravam e destilavam.

Apesar disso Mindelo desenvolve-se muito na década de 1920. Dá-se início à instalação de telefones em edifícios e casas particulares e começa a circular um número significativo de automóveis e inaugura-se a luz eléctrica. É o progresso que chega rapidamente, a modernização. Todo esse crescimento é referenciado no *Boletim Sanitário* de 1926. Mindelo era uma cidade muito atrativa para onde convergia gente das outras ilhas, sem recursos e à procura de trabalho.

Mindelo torna-se de facto um polo de atração para camponeses sem terra que fogem da fome e da miséria e mesmo de pessoas de famílias de importantes proprietários agrícolas ou comerciantes que encontram nesta nova cidade melhores oportunidades de negócio e também para aqueles que, por serem mais escolarizados, podiam encontrar bons empregos na Administração e Serviços. Esta migração provinha sobretudo das ilhas de Santo Antão e São Nicolau. Sobre isto António Leão Correia e Silva informa:

O Mindelo vai compondo a sua população pela imigração massiva de camponeses pobres ou sem terra das ilhas de Santo Antão e S. Nicolau que vêm nas oportunidades de emprego criadas pelo porto um apelo irresistível. Para estas classes, fustigadas pelas secas

e psicologicamente traumatizadas com os riscos impostos pela agricultura pluvial, o Porto Grande é uma verdadeira miragem do outro lado do canal. Para estas franjas do campesinato, dizíamos, S. Vicente ergue-se como um tentador Eldorado ao alcance da vista e da mão. (2005:112).

Ao longo dos tempos é todo o arquipélago que se cruza no Mindelo. Onésimo Silveira refere que São Vicente será a única ilha povoada por cabo-verdianos. Forma-se uma sociedade heterogénea, aberta e cosmopolita. Em 1899, já Eugénio Tavares constatará a existência do grande movimento da navegação inter-oceânica, o desenvolvimento comercial, o cosmopolitismo e o ponto de encontro daqueles que partem para a América e que regressam à Europa e Ásia.

Se, por um lado os estrangeiros chegados ao Mindelo, consideram a cidade um “Monte de Pó”, como lhe chamavam os ingleses, para a personagem Mané Quim criada por Manuel Lopes em *Chuva-Braba*: “Pois, São Vicente é terra sabe, vais ver. [...] Tem automóveis, lojas sem destino, botes em penca na ourela de S.João. Mete Porto Novo mais de dez vezes dentro.” (1997:164).

Por outro lado, era visto como ponto de encontro de outras culturas, cosmopolita e moderno. Igualmente *Chiquinho* de Baltasar Lopes reafirma: “S.Vicente ... a terra em que a civilização do mundo passa em desfile. Estava farto de ouvir falar no Porto Grande, no seu movimento, nos vapores de trânsito, nas imagens da Europa que passeiam pela cidade.” (2006:116).

O povo trabalhador, dependente do porto, constituído por carregadores, catreiros, serventes, pequenos artífices, cicerones, prostitutas, não vivia na cidade, mas sim em pequenos povoados periféricos que com o tempo se transformaram em bairros do Mindelo. Manuel Lopes em *Galo Cantou na Baía*, escreve: “[...] é o porto e não o Governo quem sustenta a pobreza desta ilha” (1989:20). Retoma-se o texto “A longa agonia do Porto Grande” de Germano Almeida, publicado no jornal *A Semana* de 6.7.01 diz:

[...] este povo, mais inconsciente que conscientemente, aprendeu à sua custa que o amanhã ou não lhe pertence ou pode ser bem pior que o hoje... é esse desencanto na esperança de uma vida de felicidade que faz do homem de S.Vicente um ser livre quase até à soberba, que aprendeu a viver de expedientes diversos, quer seja do jogo, quer seja do empréstimo, quer das pequenas trapaças que lhe vão garantindo o dia-a-dia.

Mas o florescimento do Porto Grande e de S. Vicente foi breve, pois logo nos anos 1920 e 1930 dão-se profundas mudanças sociais e económicas. A crise interna na agricultura, a grande crise mundial dos anos mil novecentos e trinta e a consequente diminuição de movimento no Porto Grande, faz com que famílias brancas mais ricas percam poder económico e acabem por emigrar para a metrópole, procurando empregos compatíveis com a sua situação social. A saída de muitas famílias brancas, permitiu uma ascensão dos mulatos tanto no campo económico, como cultural e social e se os preconceitos sociais não deixaram de existir, pelo menos os preconceitos raciais atenuaram-se.

Mesquitela Lima caracteriza a sociedade mindelense da primeira metade do século XX nos tempos de sucesso como uma elite formada por médicos, advogados, comerciantes e proprietários abastados, funcionários e quadros superiores, ingleses e oficiais do Exército português que eram membros do Grémio, o clube mais importante e exclusivo da cidade. Havia depois um grupo modesto formado por pequenos comerciantes, mestres artífices, empregados de boas firmas, pequenos funcionários que frequentavam o Rádio-Club e finalmente havia o povo.

O espaço urbano que estas classes podiam ocupar estava delimitado e definido, só se misturando em ocasiões ou festas especiais. Ainda segundo o mesmo crítico, esta separação social era aceite politicamente pelo menos sem grandes contestações. Na Praça Nova, a elite sentava-se nos bancos ou no quiosque, a classe modesta passeava na parte superior e o povo limitava-se a circular no passeio que o circundava.

Mas nos anos subsequentes ao pós-Primeira Grande Guerra começa o declínio do Porto Grande. O recrutamento da mão de obra aumenta para S. Tomé e Príncipe. A emigração é a solução para o desemprego, devido à inatividade agrícola, provocada pelos ciclos da seca muito prolongados. Em 1958, as companhias carvoeiras abandonam definitivamente S. Vicente, deixando um grande número de funcionários administrativos desempregados.

É este Mindelo, em profunda crise, que sonha com o regresso ao passado de bem estar e riqueza económica que se encontra em mornas, coladeiras e na literatura cabo-verdiana. Manuel Lopes, em 1936, na revista *Claridade*, disse que nascera uma “literatura de expressão ou motivos caboverdeanos [...]” que exprimia a sensibilidade e a idiossincrasia do povo cabo-verdiano. Baltasar Lopes em *Chiquinho*, refere o tempo

dos ingleses quando as libras corriam e a província vivia dos rendimentos do Porto Grande. Manuel Lopes em *Galo Cantou na Baía* pela boca de Jul'Antone: "Não compreendia, achava esquisito, este porto sem nenhum vapor." (1989:29). António Aurélio Gonçalves em *Noite de Vento* relembra "[...] cenas de um Mindelo de há muitos anos, com um porto animado de um vento tumultuoso, [...]" (1998:128). Por último Teixeira de Sousa em *Capitão de Mar e Terra* conta: "[...] antigamente as vagonetas não paravam, nas vinte e quatro horas do dia [...]" (1984:380). A saudade dos tempos áureos do Mindelo são recordados na morna *Tempe de Caniquinha*, em que Sérgio Frusoni fala da alegria e abundância em que a cidade vivia, com o porto cheio de vapores, as ruas cheias de estrangeiros e o gato de Manel Jon a ser alimentado com gemadas.

Apesar do Mindelo ter passado por uma sucessão de crises, não só a cidade sobreviveu e cresceu, em oposição à extraordinária escassez existente nas outras ilhas, devido à seca, como foi vista pelos cabo-verdianos como um símbolo de riqueza e de oportunidades, "a terra em que a civilização do mundo passa em desfile" como a imaginava a personagem Chiquinho de Baltasar Lopes.

Assim, a despeito das várias alterações surgidas a níveis económico, social e sobretudo a presença da cultura inglesa continuava e continua a exercer forte influência no homem de S.Vicente e a contribuir para que ele seja o mais cosmopolista de Cabo Verde.

2.3. A Ilha de Santo Antão

A acção da narrativa de *O Dia das Calças Roladas*, situa-se na Ilha de Santo Antão. Parece importante focar dois momentos históricos da Ilha de Santo Antão que contribuíram para a construção da identidade da ilha e sua afirmação nacional. Pode-se perceber a abordagem das datas históricas de 1886-1894 e 1981 que se afirmam numa relação dialética. Por um lado, a resistência do habitante de Santo Antão a certas decisões da Administração Colonial e por outro, os vários conflitos ocorridos na pós-independência, ainda consequentes das relações entre o colonizador e o colonizado.

No período colonial, domina um tempo de convulsões institucionais, políticas e sociais, consequentes das revoluções liberais, de fomes, seca, epidemias, em que sopravam os ventos da mudança que já vinham do século XVII, quando Portugal se encontrava sob domínio filipino. Deve-se relembrar os acontecimentos de relevo ocorridos em Santo Antão que marcaram as gentes dessa ilha muito agrícola que criou um fortíssimo sentimento da propriedade privada da terra, razão para a revolta popular de 1886. Outro período de agitação popular, dando lugar a focos insurrecionais, ocorreu durante o ano de 1981, como a reação à implementação de novas regras da Reforma Agrária advindas do PAIGC que precisamente vinha violentar essa consciência da propriedade da terra.

A propósito da fome e da dependência da terra António Carreira refere que “[...] uma fome localizada na ilha de Santo Antão, e que durou dois anos. À falta de alimentos o povo comia o tronco das bananeiras, ali mais conhecido por tóco. Ficou sendo conhecida pela “fome do toco”.” (1972:196).

Com mais pormenor a 17 de abril de 1886 despoletaram tumultos, em Santo Antão, provenientes do descontentamento popular, em que participou o povo das freguesias de São Pedro Apóstolo, Santo Cruxifixo e São João Baptista que marchou sobre a vila da Ribeira Grande e dirigiu-se à Câmara Municipal, em manifestação contra o pagamento da décima predial. Eles queriam que aquela fosse substituída pelo dízimo. José Silva Évora no ensaio “A Revolta de 1886 na ilha de Santo Antão: Alguns Apontamentos” diz:

Acontece que a décima predial obrigava ao desembolso de um montante fixo, estimado sobre a média da produção anual que os proprietários e os rendeiros eram obrigados a pagar anualmente, tivessem eles tido, ou não, boa safra agrícola. Por seu lado, o dízimo, sendo a décima parte daquilo que se produzisse realmente durante o ano, oscilava consoante havido, ou não, um bom ano agrícola. A importância a pagar prejudicava os interesses económicos dos agricultores que labutavam nas plantações de sequeiro, designadamente das freguesias de São João Baptista, que na altura abrangia também os territórios que constituem hoje as freguesias de Santo André, São Pedro Apóstolo e de Santo Cruxifixo. Dada a irregularidade das chuvas, o rendimento anual dos sequeiros era incerto. (2008:222).

Nos anos de seca, o povo aumentava a dívida e agravava as más condições de uma população que já de si era bastante pobre. Por outro lado, na freguesia de Santo António das Pombas, constituída na sua quase totalidade por prédios rústicos de regadio, os proprietários não tinham grande interesse na substituição da décima predial pelo dízimo, imposto que era pago por espaço de dez anos, aos que trabalhassem em terrenos incultos. Por sua vez, as freguesias de São João Baptista, Santo André, Santo Crucifixo e São Pedro Apóstolo, a maior parte das propriedades eram de sequeiro e, conseqüentemente, as colheitas não garantiam um rendimento anual certo sobretudo em anos de fraca pluviosidade.

Daí a dificuldade do povo em conseguir pagar o imposto e querê-lo reduzido. Havia, portanto, correntes opostas entre a população, à luz das formas de coleta de impostos, consoante as terras, de sequeiro ou regadio.

Além disso, os habitantes do Paúl aproveitaram-se do descontentamento e da ignorância popular em relação às polémicas que opunham monárquicos e republicanos que eram professadas pela elite administrativa da Ribeira Branca e do Paúl e capitalizaram o descontentamento das populações a seu favor e proveito da sua causa. Eles fizeram campanha republicana e incutiram no povo que na República haveria muito menos impostos e uma melhor distribuição dos bens com justiça e equidade.

Assim, movidos por estas divergências os camponeses juntaram-se e à frente da Câmara Municipal ameaçaram recorrer à violência caso não fossem atendidos e interpretaram o ideal republicano como a solução para os problemas que estavam a viver.

Germano Almeida em *Cabo Verde - Viagem pela História das Ilhas* refere que Simão Barros, no ensaio “De Rebus Hesperitanis” aponta que em vez de Rei aclamavam “Rei Público”, o “qual não só não recebia impostos como também ordenava a divisão de todos os haveres, designadamente terras, com igualdade.” (2003:225). A revolta popular demonstrou atitudes de força contra o Governador-Geral da Província que reforçou as forças militares em Santo Antão, pediu auxílio ao Comandante da 2ª Companhia sediada em S.Vicente.

Sem dúvida que a revolta de 17 de abril de 1886 começou por um impulso espontâneo de camponeses que estavam vocacionados para a agricultura e que vivia disso. Esta atitude foi um grito de descontentamento de uma sociedade rural, ameaçada

nas suas bases económicas e na sua organização social que mostra a sua insatisfação contra as medidas fiscais impostas pelo governo e foi reclamada a introdução de novas medidas, mais justas, ao mesmo tempo que desejavam um governo republicano. Essa insurreição ainda revelou uma tomada de consciência nacional da parte dos filhos da terra crioula que já pairava no ar desde 1801 e 1850 e que viria a culminar na grande revolta despoletada em 1894.

Em Paúl (1894), mais de mil pessoas partiram das várias freguesias desta localidade, marcharam sobre Ribeira Grande, tendo-a ocupado durante cinco dias a Praça do Concelho, a Câmara Municipal e várias repartições públicas para protestarem contra injustiças a que estavam a ser submetidos e contra a sobrecarga da contribuição predial.

Esta foi uma atitude de luta e de revolta contra a opressão social consequente do colonialismo e ainda à pressão fiscal e à desigualdade social entre senhores e escravos, morgados, rendeiros parceiros e meeiros.

E é tendo em vista estes antecedentes históricos que se justifica aquilo que refere José Vicente Lopes, relativo a antes do 25 de abril de 1974 em Portugal, António Advino Sabino, agrónomo, fixa-se em Santo Antão, torna-se um observador privilegiado da atuação do PAIGC, liderado por Eugénio Inocêncio (Dududa) e conforme Sabino acentua:

Antes mesmo da independência, desencadeou-se o processo da reforma agrária em Santo Antão. Começou-se a delinear o que seria essa reforma agrária e o Dududa apoia-se naquela gente, que não tinha preparação técnica nem política contra os técnicos da área. Saiu uma lei que dizia que todo o terreno absentista devia ser confiscado. Face a isso, os membros da direção local do partido recebem ordens do Dududa para fazer o levantamento dos terrenos absentistas. Só que, muitas vezes, essa gente ia mais longe: sempre que tomava conhecimento que um determinado terreno era absentista, desencadeava-se a sua tomada e o processo de gestão, ultrapassando a própria lei, que dizia que o processo devia ser encaminhado para o governo, e que, após isso, nomeava-se uma comissão de gestão. (2013:481).

A confusão gerou-se na ilha. Eugénio Inocêncio veio posteriormente a ser responsabilizado por tudo o que tinha acontecido de mau nesse espaço geográfico, como as pessoas irem buscar mantimentos às cooperativas e estas, que eram controladas pelo

partido do PAIGC não lhes davam crédito. Eugénio Inocêncio é transferido para S. Vicente e para o seu lugar, em Santo Antão, vai Corsino Valentino, depois substituído por João José Lopes da Silva (conhecido por Jota Jota) que promoveu gente sem qualidade, facto que contribuiu para o descontentamento das camadas mais esclarecidas da população e o pior acabou no dia 31 de agosto de 1981, dia em que centenas de cidadãos se manifestaram na Ribeira Grande contra a implementação da *Lei de Bases da Reforma Agrária*.

José Vicente Lopes ainda refere a crítica feita por António Sabino: “[...] a maioria dos dirigentes do partido da ilha não passava de uma cambada de corruptos e loucos.” (2013:483), tendo sido morto um dos manifestantes, com posterior prisão de três dezenas de cidadãos por alegado envolvimento na sublevação, um acontecimento, enfim, que vai ter um profundo impacto nas gentes de Santo Antão. É de acentuar que vários grupos de pressão existiram nas ilhas e mesmo no Ministério da Agricultura e Águas que não tinha estrutura montada para fazer a Reforma Agrária. A propósito disso, António Sabino refere:

Havia uma certa má gestão e mau procedimento com as pessoas. Cheguei a executar uma obra, com nove quinzenas, sem pagar aos trabalhadores. Estes cobravam os seus salários e, do outro lado, apenas encontravam a arrogância. As pessoas iam buscar mantimentos nas cooperativas e estas, que eram controladas pelo partido, não lhes davam crédito. A comida chegou a apodrecer, porque ninguém tinha dinheiro para comprar.” (2013:482).

Posteriormente João Pereira Silva retoma o desafio da reforma agrária e faz aprovar, em Novembro de 1982, a controversa Lei de bases da reforma agrária.

No entender do sociólogo Claudio Alves Furtado, focado por José Vicente Lopes, “[...] a simples sugestão da possibilidade de um governo apropriar-se da reforma agrária como um instrumento de política agrária traz à tona conflitos, antagonismos e jogo de interesses.” (2013:503) e José Vicente Lopes afirma:

[...] a exposição apresentada ao governo, em Fevereiro de 1982, mas redigida em Junho de 1981, em nome de 238 pequenos proprietários, pelo advogado Felisberto Vieira Lopes, na qual chama a atenção para a necessidade de haver um estudo mais sereno e profundo sobre a questão da terra. (2013:503).

Por sua vez Felisberto Vieira Lopes, também referido pelo mesmo autor, escreve:

[...] a Reforma Agrária pressupõe e exige: prévio e rigoroso conhecimento das realidades económicas, agrárias, sociais, especiais e gerais, do meio e das camadas de população; [...] uma revolução [...] precedida de uma revolução democrática e nacional. (2013:26).

João Pereira da Silva, outro estudioso da Reforma Agrária, diz que o impacto da *Lei de Bases da Reforma Agrária* variou de zona para zona ou melhor de ilha para ilha e sobre esta matéria escreve que, em Santo Antão, fora criado um clima de medo porque os habitantes julgavam ficar sem as suas terras.

Nos dias de hoje, José Vicente Lopes informa que João Pereira Silva lembra que a lei era complicada, devia ter sido discutida com as pessoas e que “[...] se quisessem vender as terras que tinham, vendiam; se não quisessem vender, não vendiam. Nunca se expropriou ninguém. [...] com a queda do PAICV, a lei foi revogada, mas ninguém teve benefício especial.” (2013:504).

Retoma-se António Sabino que refere em relação aos acontecimentos ocorridos de 31 de Agosto de 1981, dia em que centenas de cidadãos se manifestaram na Ribeira Grande contra a implementação da lei de bases da reforma agrária que vai ter impacto nas gentes de Santo Antão: “O acidente que gerou a morte de Adriano Santos é hoje considerado o massacre de Santo Antão. E o pior acabou por acontecer com o 31 de Agosto.” (2013:483). Sobre os acontecimentos desse dia, Germano Almeida narra-os em *O dia das calças roladas*.

Os olhares interpretativos dos diversos testemunhos da lei da Reforma Agrária, foram vários. A falta de conhecimento e de esclarecimento da maior parte das gentes das ilhas, e, neste caso, do povo de Santo Antão que defendia a defesa de ideais ligados à terra agreste e que viviam dramas, lutavam, ficando os pés no chão, foram opositores ao novo movimento agrário.

Já em 1952 Amílcar Cabral, num artigo intitulado “Apontamentos sobre a poesia cabo-verdiana”, texto publicado na revista Cabo Verde, alude ao contacto que os poetas têm com o mundo e que eles “[...] sentem e sabem que, para além da realidade cabo-verdiana, existe uma realidade humana, de que não podem alhear-se.” (In *Cabo Verde – Boletim e Propaganda* (1952:25-29). Essa realidade expressa a forma de viver do povo das ilhas, neste caso, o homem da ilha de Santo Antão que vem irrompendo ao longo de um processo de lutas, coopera no empenhamento de mudança e de reconstrução de um novo país.

A formação do PAIGC (1956) e o desenvolvimento da consciencialização africana levaria o homem cabo-verdiano, consciente da sua cabo-verdianidade à luta de libertação nacional e ainda ao reforçar e revitalizar da sua ligação ao *húmus*, mostrando assim o Cabo Verde dos poemas “Arquipélago” e “Ambiente” de Jorge Barbosa ou *Os Flagelados do Vento Leste* de Manuel Lopes.

Desse modo os vários espaços das escritas desses autores, são representações de marcas de revolta, perante uma Independência que não libertou um povo das suas próprias idiossincrasias, assentes sob o signo da ambivalência cultural de uma nação dividida entre as consciências individuais e uma consciência coletiva.

2.4. A Ilha de Santiago

A ação narrativa de *Os Dois Irmãos* situa-se na Ilha de Santiago.

Sobre a sua descoberta, refere-se ter-se ficado a dever em 1445 a António de Noli (genovês ao serviço da coroa portuguesa) que, juntamente com seu irmão, Bartolomeu de Nolle e um sobrinho Rafael de Nolle e Diogo Gomes, navegador português (as ilhas do Barlavento – Santo Antão, São Vicente e São Nicolau foram encontradas depois).

Oficialmente as ilhas de Cabo Verde foram descobertas por volta de 1460, isto para solucionar a discrepância entre datas e autores da precária veracidade da documentação. Seja como for, a ilha foi dividida em duas donatarias. António de Noli recebeu a Ribeira Grande, hoje Cidade Velha e Alcatrazes, hoje Nossa Senhora da Luz, ficou com Diogo Afonso que descobria as ilhas do Barlavento. A este respeito Alberto de Carvalho informa em relação à descoberta e povoamento subsequente das ilhas que

[...] primeiro de Santiago para o Fogo, e desta para Brava e Maio, e sucessivamente para as restantes (sem ordem nem cronologia exactas), Boavista, S. Nicolau, Santo Antão, S.Vicente, Sal, todos se tornaram também “migrantes” na ocupação da totalidade do arquipélago, no processo de homogeneização civilizacional do espaço.” (2008:14).

Santiago é a primeira ilha a ser povoada, a “Ilha dos Escravos” que abrigou a primeira capital fundada pelos europeus na África – a Vila da Ribeira Grande, hoje “Cidade Velha” (com a mudança da capital para a cidade da Praia). Sobre isso o historiador Sena Barcelos refere: “[...] haverá quatro anos que ele (D. Fernando) começara a povoar a sua ilha de Santiago que é através do Cabo Verde e que por ser tão

alongada dos nossos regnos a gente não quer a ela viver senão com mui grandes liberdades e franquezas [...] “ (1899:21).

O historiador Daniel Pereira informa que em 1485 “ a Ilha de Santiago já estava dividida em duas capitâneas: a do Norte, com sede na Vila dos Alcatrazes, e a do Sul, com a sua sede na Ribeira Grande. Por capitania, deve entender-se circunscrição territorial concedida a um delegado do rei, por ele nomeado, mediante a entrega de um documento intitulado “Carta de Capitania”. ” (2005:44).

Ao longo dos tempos, a ilha de Santiago veio a dar origem a uma sociedade multiétnica, criando um quadro de miscigenação cultural. Ribeira Grande funcionava como porto de escala obrigatória para os navios que sulcavam o Atlântico, durante os dois primeiros séculos da sua descoberta e povoamento. O arquipélago é fundamental para o comércio, facto este que faz surgir e prosperar a vila da Ribeira Grande, o berço da sociedade cabo-verdiana.

Esta ilha tornou-se sede do trânsito de escravos e desde o início da colonização teve com os frades Capuchinhos a presença da Igreja Católica. O historiador António Carreira diz: “era na ilha (de Santiago) que se depositavam os escravos trazidos da costa com vista a serem “preparados” e, depois, “exportados”. (1972:259). A propósito da presença da escravatura, o historiador Daniel Pereira refere que a Carta Régia de 1466 concedia “aos moradores da ilha de Santiago a possibilidade de irem resgatar e comerciar escravos à costa ocidental africana, na zona compreendida entre o norte do Senegal e o limite norte da Serra Leoa, ajudou ao rápido povoamento da Ilha com mão-de-obra escrava, e Ribeira Grande transformou-se, simultaneamente, num verdadeiro entreposto de venda de escravos.” (2005:37). Aliás, como indica António Carreira em “Tratos e resgates dos portugueses nos Rios de Guiné e ilhas de Cabo Verde nos começos do século XVII”:

[...] a questão do despacho de escravos nas feitorias dos rios de Guiné foi debatida (sem resultados práticos) durante largos anos – até ao findar da primeira metade do século XVII. O litígio terminou quando Santiago perdeu a posição de entreposto de “exportação” de escravos, entre 1643-1645. E foi uma das principais causas da decadência da grande ilha. (1978:92).

Por volta de 1600, o governo português enviou jesuítas para a referida ilha e consta em *Cartas da Missão*, na Carta 60 dirigida ao padre André Fernandes de 25 de dezembro de 1652, Padre António Vieira escreve:

É o caso que nesta ilha de Santiago, cabeça de Cabo Verde, há mais de 60 mil almas, e nas outras ilhas, que são oito ou dez, outras tantas, e todas elas estão em extrema necessidade espiritual; porque não há religiosos de nenhuma Religião que as cultivem, e os párocos são mui pouco zelosos, sendo o natural da gente o mais disposto que há entre todas as nações das novas conquistas, para se imprimir neles tudo o que lhes ensinarem. (2013:70).

Como foi insinuado, o povo de Santiago destacava-se pela crença religiosa consequente da forte presença da evangelização que imperou desde início até ao século XVII de forma crescente, altura em que a cidade da Ribeira–Grande deixou de ser um entreposto obrigatório. A partir dessa data, os navios negreiros passaram a efetuar as suas viagens diretamente do litoral africano para os portos do continente americano, sem necessidade de efetuar qualquer escala na Ilha de Santiago.

António Carreira refere que o tráfego de escravos, o apoio à navegação (víveres frescos, aguadas) e o comércio (tecelagem, sal, algodão, urzela, anil, cana de açúcar) e a agricultura faziam a riqueza dos senhores e libertos que assim sustentavam os seus escravos. Com a perda do privilégio de Centro do Comércio, a cidade começou a perder importância, tudo se agravando com os ataques de corsários, caso em que seriam os escravos a auxiliarem os senhores a fugirem para o interior da ilha.

E é esta sociedade composta por senhores, libertos, escravos que se vai desenvolver com o tempo Histórico, caso em que os senhores acabam por criar a classe dos morgadios. Ilha muito agrícola, criou ao lado dos latifúndios dos morgados, a classe de agricultores que serve de base à história de *Os Dois Irmãos*.

Desde 1820 que Santiago vinha passando por uma grande instabilidade social e política, dos eventos de mudança decorrentes do colapso do sistema da escravatura e, por outro, dos efeitos da revolução liberal em Portugal, cujos ecos chegam, por vezes, através da presença de degredados políticos e militares.

2.5.Lisboa

Por aquilo que presenciou ou ouviu, a personagem-narrador parte para a reconstrução das várias situações ocorridas durante a queda da ditadura de Marcelo Caetano, do seu refúgio no quartel da GNR no Carmo, da sua prisão, das movimentações ocorridas no Largo do Carmo, do comunicado do Movimento das Forças Armadas com a presença de Salgueiro Maia, o grande líder da defesa pela liberdade no momento Histórico da *Revolução dos Cravos*. Ele derrubou o regime fascista de Salazar e Caetano, da confusão das tropas na zona da Praça do Comércio, do Largo do Rato e da imensidão do povo, com o recuo a alguns alvoroços do povo como interventivo (na época de D.João I, a revolta da Patuleia e a República em 1910).

O protagonista da narrativa *Dona Pura e os Camaradas de Abril*, recorda os momentos mais relevantes do acontecimento político, entre os quais a ocupação da Casa de Macau pelos estudantes, a Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos, logo rebatizada de Casa dos Estudantes do Império a seguir de Cabo Verde, que mudou para Casa de Cabo Verde e Guiné, e depois a Casa de Angola, a casa de Moçambique e a Casa de Timor ; a Casa dos Operários Portugueses que esteve ameaçada de ocupação pelos estudantes africanos ; alusão ao Tarrafal (a libertação dos presos políticos) ; o movimento do MFA ; a publicação do jornal “Alerta!” que tinha começado a ser publicado no dia 27 de junho de 1974, teoricamente em substituição de *O Arquipélago* que vinha do tempo da visita a Cabo Verde realizada pelo Prof. Adriano Moreira na qualidade da ministro do Ultramar.

A personagem-narrador tem uma tomada de consciência de que o cabo-verdiano quando se desloca, permiti-lhe um novo olhar sobre as especificidades das comunidades de emigrantes em relação de diáspora, mas respeitando o sentir do homem cabo-verdiano, traço fundamental que o autor expressa por meio de experiências de enraizamento e de deslocação. O protagonista é portador de uma comunhão entre aquilo que observa e vive em Lisboa e a sua ausência da terra-mãe, marcada pela desdramatização da terra-longismo, tendo sempre como contraponto o sentimento identitário cabo-verdiano como encontro de culturas.

Neste sentido a mudança de espaço não pressupõe um cortar das raízes, mas sim uma reorientação de valores que caracterizam a nova realidade social e cultural do homem cabo-verdiano na Independência. Ou seja, o homem cabo-verdiano não perde as

suas características específicas por afastamento terrestre, mas sim ganha uma nova dimensão cultural que lhe permite redefinir-se na reconstrução ideológica pela reafirmação da cabo-verdianidade.

Outros aspetos são focados como o golpe de Pinochet contra a democracia Popular de Allende, o policiamento, a delação, a prisão, o exílio e a morte, práticas que eram divulgadas para impor o medo e servir de exemplo a todos aqueles que eram contra as ditaduras. A canção da liberdade, *Grândola*, o mais belo dos poemas de Zeca Afonso, é lembrada pela personagem-narradora que por sua vez sempre foi a tradução do *Capitão Ambrósio*, o mais belo dos poemas de Gabriel Mariano.

Note, a propósito que, ironicamente, o dia da liberdade de Portugal não coincide com o de Cabo Verde, 25 de setembro, o dia em que os estudantes ocuparam “[...] a Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos, logo rebatizada de Casa dos Estudantes das Colónias, a seguir a Casa de Cabo Verde, que mudou para Casa de Cabo Verde e Guiné, e depois a Casa de Angola, a Casa de Moçambique e a Casa de Timor.” (DPCA:18).

Por esquecimento, a Casa de Macau foi a última a ser ocupada. O 25 de setembro representa o fim da época colonial, do imperialismo, da exploração do homem pelo homem e o nascimento de todas as Nações como independentes e livres.

Tendo por fundo de referência textual os espaços esboçados é sobre eles que agora vamos projetar as histórias reduzidas ao essencial dos seus processos narrativos.

3. Resumos das histórias

3.1. *A Ilha Fantástica*

Em *A Ilha Fantástica*, o autor recria os anos de infância e o ambiente social e familiar na ilha da Boa Vista.

Pela voz do narrador-personagem, o autor pretende reencontrar as suas raízes e sobretudo a tentativa teórica de redefinir a alma cabo-verdiana e a sua identidade pela presença da tradição popular, via oralizante que está expressa em ritos, crenças, magia e na profunda relação entre vivos e mortos que constituem micronarrativas sempre recheadas de realidade e de ficção com um fundo que retrata os valores tradicionais que sobrevivem no imaginário do povo dessa ilha.

A presença da oralidade na escrita literária representa o resgate e sua inclusão de valores culturais, expressando a sua continuidade na literatura cabo-verdiana. A construção da narrativa apresenta elos de ligação com curtas narrativas que funcionam como histórias contadas, ouvidas e vividas por um conjunto de personagens que rodearam ou não a infância do narrador-personagem e que não se perderam na memória do adulto. Segundo Aguiar e Silva [...] o texto é sempre, sob modalidades várias, um intercâmbio discursivo, uma tessitura polifônica na qual confluem, se entrecruzam, se metamorfoseiam, se corroboram ou se contestam outros textos, outras vozes e outras consciências.” (1997:625).

Segundo esta teoria, *A Ilha Fantástica* é considerada um texto resultante da relação entre o oral e o escrito, no qual o ficcionista recupera personagens populares que pressupõem a ideia de continuidade de tradições que testemunham aspetos importantes da Boa Vista, tais como ideias políticas, a aculturação dos portugueses e espanhóis, a incorporação do catolicismo e das práticas de bruxaria, influências inglesas e judaicas e momentos de miséria em que a fome se confunde com a febre amarela e com os períodos de desvitalização da ilha, contrariando um tempo de fartura mítica e utópica que o narrador-personagem incorpora numa narrativa na primeira pessoa.

As personagens funcionam como contadores de histórias num convívio familiar e de gosto pela leitura: ”Mas palavra puxa palavra, uma história logo outro arrastada, fico aqui nesse vai não vem, nunca mais a história que quero contar se aproxima [...]” (IF:71). Elas são criações fictícias representativas dos diversos tipos socioculturais que funcionam como símbolos de transmissão de valores culturais.

A arte de contar, associada ao gosto dos textos escolhidos, projeta-se na grande figura nhô Quirino, reinventor de narrativas orais e escritas, como

[...] as pequenas escaramuças dos fronteiros, as longas correrias dos possantes cavalos, os turcos tão desmesuradamente grandes e fortes que carregavam os nossos heróis debaixo do braço, as imensidades tão grandes de mortes e feridos que os cavalos nadavam e se afogavam num mar de sangue enquanto os cavaleiros continuavam na denodada luta contra os infiéis, [...] (IF:51),

focando sempre os momentos com mais bravura e grandes figuras de guerreiros heróicos, como a luta de Oliveiro e Ferrabrás. João Manco representa a cultura e sua divulgação.

Moriçona, o contador de “estórias” durante o ritual bárbaro da matança do porco “Mal ele empurrava o prato, nós dizíamos à uma Moriçona: conta-nos uma estória! E ele, afinando um pau de fósforo para palitar os dentes contar estórias de dia faz pelar os olhos.” (IF:144). Ele tinha um fraco “[...] pelas estórias de bruxas e canelinhas e pateados [...] (IF:139). A personagem conta a história da feiticeira que o quis enganar, mas ele não deixou. Convidou-o para tomar banho, mas ele resistiu ao pedido e não foi. Não se desorientou e continuou o seu caminho. De repente viu uma luz e pensou que era um companheiro de jornada. A luz apagou-se e só ouvia o mar nas pedras: [...] Vem tomar um banhinho, vem! Vem tomar um banhinho, vem! Sentei-me no chão tiritando de frio e adormeci.” (IF:145). A propósito das tradições João Lopes Filho diz:

O passado cultural perpetua-se quanto mais se projectar no presente, seja através de sobrevivências ancestrais, manifestações artísticas, costumes, tradições, modos de viver, etc. Por isso, o passado cultural não se renega, pelo contrário aceita-se e do seu estudo procurar-se-ão retirar as necessárias ilações. (1981:59).

Nas culturas europeia e africana, e em Cabo Verde, contar histórias de dia é taxada de interdito, para não desviar as pessoas do trabalho (diurno).

A música tem como representantes “ca nha Dalina, nhô João Gau fazendo chorar a sua rabeça até altas horas da madrugada [...]” (IF:16) e nhô Rendall “um dos melhores tocadores de violão que a Boa Vista, conheceu,” (IF:16). Ainda nhô Luís e nhô João Gau que acompanhavam

[...] as crianças praticamente a partir do dia do nascimento porque naquele tempo a primeira preocupação a ter com um recém-nascido era contra as bruxas. Logo nas primeiras horas do parto eram atiradas mãos-cheias de sal por cima do telhado da casa enquanto Titige se afadigava na correcta colocação da criança para o nascimento. (IF:16).

As superstições e religiosidade ficam a cargo de Ti Júlia, Ti Maia que “[...] ficava um tanto fora da vila e por isso muitas pessoas juram ter visto, nas noites de luar, homens de outro mundo passeando pela casa.” (IF:24). Pela voz da personagem do narrador havia [...] os gongons. As canelinhas, os catchorronas, sem já falar dos pateados que durante as noites de lua cheia passeavam a ilha de ponta a ponta montados em belos cavalos brancos.” (IF:21). Superstição ligada aos membros da Maçonaria.

Ti Júlia é uma das personagens mais representativas das crendices e fenómenos sobrenaturais. Nos partos, ela era também chamada para ver se a criança “[...] se rebelava contra a ideia de vir ao mundo e também quando as bruxas se mostravam mais famintas e desenfreadas.” (IF:16). Sempre munida da sua santa padroeira e vela acesa,

[...] começava por percorrer os cantos da divisão a detectar todas as furtivas entradas de corrente de ar que considerava piores que todas as bruxas juntas, enquanto explicava que como as bruxas voam sempre sem a pele, não podiam pousar sobre a casa por causa do sal e sem pousar sobre a casa não tinham maneira de comer a criança. (IF:16).

Ti Maia era vista com mau olhar, “[...] o seu telhado tão negro de corvos nas horas do meio-dia que nem se chegava a ver as telhas vermelhas.” (IF:23). Desde que morrera que a casa estava abandonada e “[...] ninguém teve coragem de lá ir morar. [...] era uma casa assombrada, porque habitada por pessoas que tinham contrato com Aquele Homem, pelo-sinal-santa-cruz.” (IF:23). Numa madrugada ela morrera sentada na cama: “[...] Ti Maia suplicou, lutou, estrebuchou, esticou, mas de nada lhe serviu.” (IF:23). Mesmo depois de morte há a continuidade da presença do sobrenatural que revitaliza um dos temas da tradição popular, as superstições. Transcreve-se algumas frases que mostram essa forte presença das crendices:

E por falar em almas penadas, eram frequentes os casos de almas que eram vistas na ourela do mar a lavar os filhos cujo aborto tinham provocado em vida. Muita gente garantia ter visto a Falhinha banhando no mar da Pedra Alta os muitos filhos que tinha abortado enquanto viva, mas ela tinha sido em vida uma mulher triste e desgraçada e com muito pouca sorte com os homens que dó tinhal servido para a emprenhar, tinha aliás acabado por morrer vítima de um último aborto mal feito que toda a experiência da parteira Titige não tinha sido suficiente para combater e agora continuava uma alma triste que as pessoas viam acompanhada de um rebanho de crianças de diversas idades numa das poças do mar da Pedra Alta. (IF:28).

Ti Júlia invocava os espíritos. O protagonista da narrativa escreve: “Ouvíamos os mais crescidos dizerem que Ti Júlia [...] se fechava dentro do seu quarto, chamava os espíritos dos mortos e os obrigava ou a dizerem coisas ou a se afastarem do mundo dos vivos.” (IF:33). Ela tinha uma gata chamada Chana. Andava sempre carregada de santos e era procurada e estimada pelo povo:

Era a tia de toda a gente e com ela não era preciso cerimónias. Estava-se em casa dela como na nossa casa. [...] O que importava era que se levasse os cinco tostões ou qualquer outra coisa, pois caso contrário ela nada podia fazer: Os santos não dizem nada sem o “agradecimento”, explicava Ti Júlia. (IF:34).

Parece importante relembrar que em criança, a personagem-narradora esteve presente no funeral de Ti Júlia, estando também Tio Sidónio, João Manco e a população.

A crença de Pepa e o seu comentário em relação à presença do tambor como elemento indispensável no casamento: “De noite não tinha chegado a ouvir o foguete, mas também não tinha ligado uma importância de maior porque esta gente d’agora está a mudar todos os costumes [...]” (IF:147).

Djonga simboliza as crendices.

Pertence às diversas personagens compõem a galeria heterogénea de tipos sociais, culturais e psicológicos. Tujinho era um homem viajado, conhecia o Rio de Janeiro, Argentina e outros países da América. Tinha ciúmes de João Manco porque ele não sabia discursar como o outro.

A voz representativa de uma nova consciência social que deseja superar mudanças no plano social e ideológico é figurada por Bento de Estância de Baixo. Ele era contra as tradições e casa com Maria Concha que era do Rabil.

Uma referência de valores e divulgação de ideais religiosos de uma instituição, a Igreja, mas também a valorização e o respeito pela autonomia ideológica nacional, está figurada na personagem do padre Higgino. Ele era visto pelo ateu impenitente Lela, como um padre decente “[...] porque baptizou de borla todas as crianças da ilha, casou todas as pessoas que quiseram casar-se, chamando a atenção sobretudo para as consequências temporais do laço do casamento.” (IF:88).

A cerimónia do casamento “[...] das gentes de Baixo e Rabil tinha um encanto particular porque iam casar-se na Vila e chegavam logo de manhã cedo em belos cavalos, a noiva quase sempre montando uma nobre égua branca.” (IF:44). Ligado a este tema, punha-se a questão da virgindade da mulher antes do casamento, algo sério que deve ser comunicado ao público da festa e respeitado

[...] porque toda a comunidade tinha o direito de saber e opinar sobre a noiva ser menina nova e sem avaria na jóia, pelo que aquela que já estivesse com avaria na jóia tinha o

estrito dever de antecipadamente comunicar tal facto ao noivo, ele teria que ter a liberdade de decidir pelo sim ou pelo não quanto ao casamento, por mais aprazado que este já estivesse. E sobretudo era ponto de honra, assim uma espécie de um serviço obrigatório e inadiável, o marido desflorar a mulher logo na primeira noite do casamento, sob pena de para sempre ficar maculado de fraco, frouxo, ou mesmo coisa pior. (IF:44).

A honra masculina sobrepõe-se como um valor moral e está representada pelo elemento de “o foguete” (IF:44) que pelo barulho provocado comunica a “[...] todos, pais, familiares, amigos, vizinhos, convidados, [...]” (IF:44) e no caso da esposa

[...] já do antedecente desflorada, por imperativo de honra e de satisfação à sociedade ele abandonava o quarto nupcial com uma perna das suas calças enrolada até ao joelho e dessa forma dava uma volta pelas principais ruas do lugar, de modo a todos poderem conhecer e participar da sua desgraça, após que o piquete postado de serviço nas imediações do quarto nupcial se encarregava de tomar conta da noiva a fim de a devolver à casa dos seus pais. (IF:45).

A virgindade é um dos paradigmas quase religioso que se integra nos padrões de cultura popular das ilhas de Cabo Verde. Este tema será retomado na narrativa *Os Dois Irmãos*.

Outra personagem, o português que, vindo do espaço exterior, absorve a cultura popular da ilha, integra-se nela, é João Mateus, e é representativa de uma aculturação e assimilação de tradições específicas da ilha.

Ti Maninho e nhô Maninho Liminha, os melhores cavaleiros da Boa Vista. Ti Maninho nascera para a sua profissão: “Eu nasci de riba de cavalo, costumava dizer.” (IF:41) e manifestava “[...] a sua alegria nos bailes metendo dois dedos na boca e largando longos assobios que cobriam o som de todos os instrumentos e o barulho das pessoas.” (IF:41).

Como foi demonstrado, o autor faz o levantamento cultural das tradições orais da Ilha da Boa Vista e entrega-as a personagens tipificados. A este propósito João Lopes Filho diz: “[...] a tradição oral veicula todo o património histórico e literário desses povos, tornando a oralidade um sistema de conservação e transmissão de conhecimentos, em geral na memória.”. (1981:104). As histórias, a música, as

superstições, as crendices, o funeral, o namoro, os medos e os valores religiosos pertencem à cultura de tradição popular dessa ilha. E ainda acrescenta:

Em diversas manifestações da tradição oral aparecem sob numerosas formas ligadas ao mundo fantástico que povoa a alma do cabo-verdiano (como fantasmas, seres sobrenaturais, figuras míticas) e no seu conjunto formam um longo quadro de assombrações. (1981:113).

O protagonista reafirma essa identidade cultural representativa da ilha:

Mas recordo os dias da minha infância, o que mais vejo são festas, sejam religiosas, sejam pagãs. Para começar, cada povoação ou grupo de povoações tinha o seu particular santo patrono. Na vila de Sal-Rei era Danta Isabel, no Rabil S. Roque, na Povoação Velha Santo António e no Norte S. João Baptista, cada qual com seu dia de rijas festividades, fosse com missa ou sem ela, com muitos bailes desde as vésperas, com grande profusão de grogue, as pessoas das outras povoações deslocando-se para aquela que festejava, toda a gente com roupas feitas propositamente para a ocasião e calçando sapatos cuidadosamente guardados ao longo de anos para esses dias grandiosos, muitos calçando os sapatos com os pés trocados. (IF:39).

Para melhor especificar a heterogeneidade existente no universo figurado pelas personagens inseridas na narrativa, *A Ilha Fantástica*, passa-se a exemplificar: os contadores de histórias cujos temas estão relacionados com façanhas, gestas figuradas por nhô Quirino, narrativas populares contadas no tempo da matança do porco por Moriçona e histórias por João Manco; a música com a morna cujos representantes são: nha Dalina, nhô João Gau e nhô Rendall; superstições próprias do povo, figuradas por Tia Júlia e Ti Maia; as crendices contadas por Pepa e Djonga; partida e regresso, temas figurados por Tujinho; o amor representado por João Manco e Mari Bijome; a transgressão por Bento que era revolucionário; o ensino conservador e contestado pelo personagem-narrador figurado por Odália, professora que ensinava “[...] à força de vara, [...] apresentava-se munida de palmatória de cinco buracos, lato de três pernas e varas de marmelo que expressamente mandava vir de Santo Antão.” (IF:67) e obrigava a decorar todos os mapas, rios e serras. A religião católica pelo padre Higgino; o ateísmo por Lela e a aculturação e integração na ilha da Boa Vista por João Mateus.

Como foi verificado, o autor faz um levantamento cultural das tradições orais da Ilha da Boa Vista e entrega-as a personagens tipificadas e representativas de um enorme enriquecimento sociológico que o autor deseja preservar. São ideias, crenças, convenções e hábitos adquiridos que demarcam a identidade específica da cultura popular. A este propósito João Lopes Filho diz: “[...] a tradição oral veicula todo o património histórico e literário desses povos, tornando a oralidade um sistema de conservação e transmissão de conhecimentos, em geral na memória.” (1981:104) As histórias, a música, as superstições, as crendices, o funeral, o namoro, os medos e os valores religiosos pertencem à cultura de tradição popular dessa ilha. Sobre isso João Lopes Filho refere ainda:

Em diversas manifestações da tradição oral aparecem sob numerosas formas ligadas ao mundo fantástico que povoa a alma do cabo-verdiano (como fantasmas, seres sobrenaturais, figuras míticas) e no seu conjunto formam um longo quadro de assombrações. (1981:113).

Ao figurarem os temas e assuntos, as personagens funcionam em jogo de opostos semânticos, umas respeitam as raízes e outras posicionam novas perspectivas de mudança num novo tempo complexo em que as velhas identidades são questionadas.

3.2. *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*

No romance *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, cuja escrita foi concluída em novembro de 1988, o autor retrata a imagem social da cidade do Mindelo, em São Vicente, antes e depois do 25 de abril de 1974, através da vida de um comerciante local que conseguiu enriquecer, vendendo 10.000 guarda-chuvas numa terra, cujo principal problema é a seca permanente.

O protagonista Napumoceno nasce em 1898, mas a narração da sua vida só começa, quando ainda rapazote, chega à cidade do Mindelo e termina com a sua morte em 1984. O período político da narração dos acontecimentos vai de 1975 a 1983.

O narrador na terceira pessoa, descreve a personagem Napumoceno, solteirão de hábitos ponderados, como pertencente à pequena burguesia crescente no espaço

mindelense. Na personagem há um sentimento enraizado de origem e que é despoletado pela memória que invoca a infância do protagonista já adulto. Em menino, Napumoceno tinha vindo de pés descalços de São Nicolau, sua terra natal onde fora lenhador e passara fome e miséria, para o Mindelo (São Vicente).

Napumoceno torna-se comerciante. Como o seu armazém ficava situado na zona de Salinas, tinha necessidade de deslocar-se, caminhava a pé, não tinha carro e foi devido ao sol abrasador de agosto que por intermédio de um caixeiro viajante, fez um pedido de 1000 guarda-sóis. Devido a um engano de um zero em vez de 1000 guarda-chuvas apareceu uma remessa de dez mil “[...] numa terra em que são utilizados como guarda-sol porque infelizmente não chove!” (TSN:55).

Irónica e inesperadamente começa a chover e o solteirão Napumoceno vende todos os chapéus e enriquece, alcançando um prestigiado lugar social no meio comercial mindelense.

O protagonista dá a conhecer os aspetos sociais e políticos de Cabo Verde, num período conturbado na época colonial e já na Independência, marcado pela ocorrência de mudanças profundas na sociedade cabo-verdiana. Ao morrer, deixa um testamento escrito de 387 laudas, guardado num envelope lacrado, redigido dez anos antes de sua morte.

Durante a abertura do testamento e leitura pública feita pelas personagens Américo Fonseca e Armando Lima na presença das testemunhas Carlos, sobrinho de Napumoceno e de Maria da Graça, sua filha, o sobrinho Carlos, que acreditava ser o único herdeiro, via-se já sentado na cadeira do diretor da Sociedade de Importação e Exportação, Araújo Ld^a, mas o velho Napumoceno deixara os seus bens a Graça e pouca coisa a Carlos.

No decurso da leitura do testamento, o leitor identifica as razões que levaram Napumoceno a escrevê-lo. Em primeiro lugar, o seu descontentamento político que o levou a retirar-se da vida ativa, a necessidade de deixar a sua fortuna em mãos seguras, fruto de uma vida de trabalho, a sua velhice (74 anos), a ingratidão do sobrinho Carlos e o reconhecimento da sua filha Graça.

Pela leitura do documento, o protagonista revela a sua relação íntima com D. Chica, mulher de limpeza do escritório com quem tinha entrado de “[...] amores [...] pelos cantos da divisão e por cima da secretária, ao ponto de chegar ao preciosismo de

lhe fazer um filho, melhor dizendo uma filha, em cima do tampo de vidro.” (TSN:11), o desejo de casar com Adélia, o encontro com D. Jóia na Boa Vista, com Armanda “que era uma rapariga não só bonita como parecia vir a ser uma óptima companheira [...]” (TSN:56) e as viagens que fez a Paris “[...] cidade que ele chamou de aberta e amável e de gente afável” (TSN:45), à Noruega, aos Estados Unidos e a Lisboa.

Da América, Napumoceno trouxe um carro de marca Ford e lembrou-se que não tinha carta de condução nem sabia conduzir “[...] e foi uma festa na cidade quando atravessou a Rua de Lisboa ao volante do seu carro, empurrado por 4 homens.” (TSN:66).

É importante dizer que D. Chica, grávida, “[...] instalara-se lá para trás de Lombo de Tanque, nem para compras vinha à cidade e todos os meses, por portador certo recebia envelope com conteúdo proveniente da firma Ramires & Araújo, Ld.^a a título de pensão de reforma. (TSN:12). A ida de Napumoceno à Boa Vista, deve-se ao facto do seu grande empenhamento na reconstrução da cidade do Mindelo, danificada pelas cheias provocadas pela chuva.

Ainda no envolvimento de domínio amoroso, o romance vivido com Adélia desencantou-o, visto que ela era casada com um marinheiro que estava fora do Mindelo. Quando o marido regressa, Adélia sente que tem que deixar Napumoceno.

Apesar das insistências do protagonista para que ela ficasse com ele, ela rompe a relação. Napumoceno sofre com a separação e retorna desgostoso à sua terra natal, S. Nicolau, marcada pelas suas origens culturais e míticas.

Mais tarde, após o seu retorno, Adélia quer reatar a relação com Napumoceno, dizendo que tinha deixado o marido e que estava disposta a casar com ele. Passam a noite juntos, mas parece que algo morreu dentro dele, pensando que depois de ter sofrido tanto para esquecê-la não quer voltar a repetir a situação. Napumoceno prefere vê-la a chorar, a implorar como uma espécie de autovingança por ele ter sofrido quando ela o deixou. Ao recusá-la, ele afirma a sua liberdade espiritual e individual.

As descrições de Adélia feitas por Napumoceno enchem páginas do testamento em que ela fora “[...] no entanto objecto de cinco cadernos escolares de 24 páginas cada e mesmo assim outros escritores avulsos foram-lhes dedicados.” (TSN:85). À beira da morte, Napumoceno pronuncia o nome de Adélia.

É de realçar ainda o Dr. Sousa, personagem defensora da cultura regional e enraizada, como fazendo parte da tradição insular.

Napumoceno era considerado um respeitável comerciante do Mindelo e compara a sua vida à de Abhram Lincoln enquanto *self made man*, quer pelo exagero de situações, quer pela sua linguagem.

3.3 O Dia das Calças Roladas

O autor escreve na introdução ao livro *O Dia das Calças Roladas* que a história não é ficção uma vez que, como se referiu, se inspira nos acontecimentos ocorridos nos *dias das calças roladas* em Santo Antão.

Num tempo histórico em que a discussão do projeto da Lei de Bases da Reforma Agrária se operava em algumas zonas do Conselho da Ribeira Grande, o narrador escolhe, observa e analisa personagens relacionadas com vivências sociais, desse tempo de agitação e contestação ideológica e política do ilhéu dessa localidade da ilha.

Germano Almeida na qualidade de advogado e de personagem-narrador reconstitui os acontecimentos atribulados que tiveram lugar nos dias 30 e 31 de agosto de 1981, em Santo Antão.

Nessa perspetiva há uma voz que recomemora o passado histórico e outra voz que está implicada e é idêntica à do narrador que narra “[...] os dias das calças roladas” (DCR:13). Essa voz particulariza o desejo do povo de Santo Antão, em preservar a sua identidade social e cultural, manter esse passado mítico de conservação telúrica. O povo é reconstruído e reinventado como tradicional e rural com forte apego à terra e inconformista em relação à nova ordem estabelecida.

As personagens presentes produzem o efeito de representação de um motim popular que expressa especificamente um olhar coletivo face às diferentes realidades ideológicas da ilha de Santo Antão. Esse motim popular é recontado a partir das declarações prestadas durante a instrução do processo pelos réus e pelas testemunhas do “o dia das calças roladas”, no “o julgamento da Reforma Agrária” que envolve a ação do povo.

Nesses dias as populações de Ribeira Grande revoltaram-se contra o regime PAICV que queria impor essa lei à força. Uma população irada com o regime do partido único, organizou-se e manifestou-se na zona da Boca de Figueiral, viria a ser vítima de disparos de metralhadoras das forças armadas, ordenadas pelos dirigentes do PAICV que se fingem democratas, acabando por ceifar a vida de Adriano Santos.

Um grupo de populares contestatários é visto pelos diferentes agentes divulgadores da Reforma Agrária e Supremo Tribunal Militar como responsáveis pelos atritos que estiveram na origem do motim vivido e que puseram em causa uma organização política, instituída por “[...] dirigentes que andaram mais de 30 anos na luta, dirigentes que andaram com Cabral na luta” (DCR:16).

Nesse contexto, são abordados valores políticos, sociais e culturais que permitem no decorrer da narrativa, construir uma síntese de situações históricas em tempos descontínuos, mas que são marcas textuais em que figuram diretamente ou indiretamente dissidências de grupos sociais. Essas querelas obrigam o leitor a uma reflexão na articulação do discurso com aquilo que está fora do texto, o social e o político, suas transformações e ruturas na evolução da sociedade cabo-verdiana.

Nessa aproximação sociológica, as personagens em *O Dia Das Calças Roladas* constituem a representação mimética de um acontecimento real que resulta do entrecruzamento entre a História e a ficção, nas refigurações de tempos do passado colonial e as variantes imaginativas do discurso ficcional que ainda estão ligadas à ideologia dos intelectuais da *Claridade* e de *Certeza*, bem como as reações sociais às novas ideologias políticas e suas repercussões na sociedade cabo-verdiana da Pós-Independência.

É a personagem Bento que, por intermédio do seu relatório, foca o passado, o presente e o futuro revolucionário ocorrido em Santo Antão.

Bento narra os acontecimentos vividos no dia 30 de agosto de 1981 que tiveram origem no dia 29, na altura em que decorreu uma reunião do grupo do Partido e que no dia seguinte foram induzidos por José Rodrigues (Djô de Antoninho João) a atacar Cula, um elemento da JAAC/CV (Juventude Agrária Amílcar Cabral/Cabo Verde). “[...] que participou na reunião, dizendo que na casa da escola não era lugar para fazer reuniões e que quem quisesse fazer reunião que a fizesse em sua casa [...]” (DCR:66), isto com ameaças de morte a todos aqueles que viessem a qualquer reunião em

Figueiral, visto que essa gentinha seria ameaçada, mesmo Bento que era o responsável político da zona e tinha que dar contas ao Partido.

O seu relatório descreve e regista os acontecimentos com marcas oralizantes e de crioulo. Bento foi também levado para uma sala e submetido a um interrogatório sobre as atividades do Partido. A sua casa foi revolvida e não tendo encontrado nada, obrigaram-no “[...] a entregar-lhes 10 munições de G-3 que tinha em casa.” (*DCR*:67). Em seguida, foi levado para Tope de Djack, “vasculharam a casa do Sr. Maninho, dum canto a outro, onde encontraram uma G3, a qual foi presa.” (*DCR*:68).

No desenrolar da subversão, várias personagens foram torturadas pelos militares. A personagem Camilo foi espancada, Teodoro foi torturado, Bibino, popular fez um comício no pátio da escola e procurou dizer que Cabo Verde não tem condições para a Reforma Agrária; João Fortes, Rufino Dias, funcionam também como oponentes face ao poder militar e ao PAICV (anteriormente PAIGC e fundador do projeto da Reforma Agrária).

Outras personagens vão-se manifestar no decorrer das tomadas de posição de Bento, em relação ao movimento de descontentamento popular. Alude-se ao grande desejo da parte de algumas figuras do povo, como Tua Miranda, que queria a todo o custo evitar a desmobilização do motim e via Bento como oponente em relação à defesa natural do povo de Santo Antão. Antoninho Gabanixa insultou Bento “Tu andas a esconder ladrões em tua casa, também és ladrão!” (*DCR*:72); Rufino de Tutá “Nós vamos picar-te!” (*DCR*:72) e Djô Gatinho “Tu és um cachorro e maltratador da nossa terra” (*DCR*:72). Esta última personagem espelha a defesa dos valores agrários independentes de ideologia política.

Do lado oposto, João Pipi protege (adjuvante) Bento da “massa enfurecida” e ainda a sua casa: “[...] nós não viemos para espancar ninguém, não somos selvagens, queremos tratar dos nossos direitos [...]” (*DCR*:72). João Pipi que conseguiu acalmar a “massa enfurecida” do Figueiral.

Outros nomes são oponentes, Selaise, Armindo Cruz, Andelmo foram referidos e o subtenente Eduardo Correia “[...] foi agredido com um pau no braço e o agressor tentou desarmá-lo pelo que teve de dar dois tiros para o ar, mas acabou por atingir o agressor mortalmente.” (*DCR*:17); Nino, Augusto, responsável político dos Caibros; Andelmo e Franklin, responsáveis políticos “pilotavam a tropa” (*DCR*:49).

Destaca-se entre todos a personagem Ovídio Martins, primeiro-secretário do Partido PAICV, em Santo Antão, (nos dias 29 e 30 de setembro de 1981) na rubrica *Actualidades*, subordinado à Reforma Agrária e ao julgamento no Tribunal Popular de Coculi que faz uma síntese dos acontecimentos ocorridos pelos dissidentes, o julgamento dos réus e a argumentação de que se serve o Tribunal para julgar os grupos de reacionários.

O Tribunal, durante o julgamento, assiste a um recontar de depoimentos dos réus que em si são contraditórios e não verdadeiros.

3.4. *Os Dois Irmãos*

Germano Almeida, na qualidade de agente do Ministério Público e narrador conhecedor dos factos ocorridos, foca a sociedade rural cabo-verdiana de Santiago, usando para tal o desenrolar de vivências num povoado isolado no interior dessa ilha. Na sua narrativa ele transporta o leitor para a representação de um acontecimento realmente acontecido. Em nota paratextual, o autor informa:

A história que serve de suporte a esta estória aconteceu lá pelos anos de 1976, algures na Ilha de Santiago. Como agente do Ministério Público fui responsável pela acusação de “André” pelo crime de fraticídio. Só muitos anos depois percebi que “André” nunca mais me tinha deixado em paz. Devo-lhe por isso este livro no qual se confunde com a ficção. (DI:2).

Logo no frontispício do romance, a escrita revela o essencial da história e no início da narrativa, antecipa a sentença de André. A travessia do texto consiste na tomada de conhecimento dos acontecimentos que se desenrolam numa pequena e pacata aldeia do interior da Ilha de Santiago, com poucos habitantes, fechada ao mundo e portadora de regras comunitárias próprias e fixas, decorrentes da moral ensinada pela Igreja Católica Apostólica e Romana e pelos ensinamentos éticos e morais herdados dos seus ancestrais.

Na narrativa *Os Dois Irmãos*, toda a ação, em analepse, inicia-se num tribunal que pela voz do juiz, admite que a personagem André Pascoal cometera um fraticídio em

circunstâncias “[...] não de todas esclarecidas” (*DI*:11), mas que no entanto apontam para a prática de um crime de homicídio voluntário.

André Pascoal casado com Maria Joana, fora convocado pelo pai, a fim de repor o seu bom nome da rapariga e a honra da sua família, já que Maria Joana teria mantido relações sexuais com o seu cunhado, João, irmão de André. André Pascoal que tinha sido educado numa família tradicional, resolveu deixar a ilha e emigrar para Lisboa, vivendo num quarto na rua de São Bento onde havia muitos outros patrícios. Muitas vezes deitado na sua cama, recordava a sua aldeia e as suas gentes, mas nunca lhe ocorreu chamar Maria Joana para junto de si. Deixara na aldeia a família, pai, mãe, tio Doménico, irmão e esposa, deixando-se envolver pela nova vida de Lisboa.

Ao fim de três anos, ele já pouco pensava na sua mulher, tendo aliás uma namorada em Lisboa que era de Santo Antão. Recebe então uma carta de seu pai informando-o que Joana o enganara com o seu irmão João e que era necessário o seu regresso à aldeia para assumir a posição que se exigia. Maria Joana, tendo praticado adultério, fora expulsa de casa dos pais de seu marido.

De regresso à ilha, André bastante europeizado e um tanto desenraizado pela ausência emigratória, já ligado a outros valores culturais, não reage contra o irmão, razão para ser ostracizado pelos pais e pelas gentes da aldeia. O pai defensor da tradição popular e de todos os seus valores, chamou André, que veio de Lisboa, esperando que os reparasse, de acordo com os valores populares existentes, a fim de preservá-los naquela comunidade.

Mas como se referiu, André não reagiu contra o irmão. Em vez disso, ausentou-se durante três semanas na Praia. Depois desse tempo de fuga às responsabilidades ditadas pela honra, regressa à aldeia disposto a agir contra o irmão a vingar a afronta de ele ter cometido adultério com a mulher do seu irmão, André.

Para o pai de ambos, João, filho mais novo era “[...] a vergonha tinha-lhe entrado em sua família” (*DI*:38), que João era “um desnaturado!” (*DI*:38) não hesitou em dizer-lhe: “[...] faz com ele o que entenderes” (*DI*:39).

A pressão comunitária exercida sobre André é intensa, vinda nomeadamente do pai que praticamente o excluiu, por ele tardar em repor a honra desfeita. Trava-se um ajuste de contas entre André e João. Em relação ao fratricídio, pela boca de André, sabe-se que ele e João estavam a alguma distância um do outro. André chamou João ao

beco para lhe dizer que ia matá-lo por ele continuar a “[...] montar-lhe a mulher”. (DI:234).

Depois do confronto, como um louco, João andou pelo povoado a desafiar e a insultar todos. No rescaldo, ficou-se pela tese de João não ter morrido do tiro dado pelo irmão, mas de um traumatismo posterior, devido a uma queda de João.

O último capítulo do romance, relata a tensão dramática com o regresso de André, de volta da cidade da Praia, com o seu quarto desfeito, em casa do pai. Após um sonho agitado, André decide fazer justiça. Este modo em que expomos os factos, conforme a ordem do texto, mostra que a lógica dominante na narrativa não é a causal, mas a associativa entre as ideias em jogo no tribunal. Fica-se a saber que André não reagiu logo por considerar que, no caso de Maria Joana com João, ela “[...] já era apenas uma vaga do passado.” (DI:22).

Conforme dito pelo narrador, as provas associadas ao acontecimento foram inconclusas. O tiro que João recebeu não foi suficiente para lhe causar a morte, pelo menos de forma imediata, pois ele ainda conseguiu levantar-se, dirigir-se para a frente da casa dos pais e blasfemar contra estes enquanto arremessava pedras contra a casa.

As personagens compõem dois grupos: os magistrados envolvidos no julgamento, o Meritíssimo Juiz, o digno agente do Ministério Público (advogado de acusação) e o advogado de defesa e os populares, o réu e as testemunhas, gente humilde e de filiação religiosa católica.

Ao Meritíssimo Juiz incumbia o poder de julgar, de aplicar a lei, o direito positivo e administrar a pena. Mas também reflete sobre a relação entre as normas jurídicas, do Estado de Direito e os valores consuetudinários. O advogado de acusação põe em evidência os factos concretos ocorridos que desencadearam o crime. O advogado de defesa reflete e problematiza questões mais gerais como a aculturação do emigrante, o Direito positivo (Estado de Direito) e o direito tradicional que se liga aos sentidos de honra e de respeito familiar e de fidelidade da mulher ao marido.

A esse propósito João Lopes Filho diz: “O fenómeno jurídico é, portanto, uma resultante da realidade sócio-cultural; acompanha o fenómeno social porque a ele é inerente.” (1981:119). Retoma-se o advogado de defesa que assistiu à autópsia e afirma que fora diagnosticado que a bala teria saído pelo ouvido da vítima, sem no entanto provocar qualquer lesão. Ele conclui que na dúvida dos factos deve decidir-se a favor do

réu, visto que não existem provas que justifiquem que os ferimentos sofridos são a causa da morte.

Mas o magistrado do Ministério Público insiste que o réu tinha produzido ofensas corporais voluntárias na pessoa da vítima com a intensão de matá-la, mas segundo os médicos legistas, a morte foi ocasionada pelos desaforos da vítima, por isso o réu deve ser posto em liberdade e regressar à família.

Diante do impacto social produzido sobre o réu e cujo desfecho é o crime, interroga-se, se André é culpado ou não pelo fratricídio que apresenta provas concretas da sua realização. Essa dúvida enriquece o texto e instiga o leitor a comentar a existência de uma comunidade que pelos anos de 1976 ainda se regia pela sobrevivência de valores enraizados no seu povo.

3.5. *Dona Pura e os Camaradas de Abril*

Como se referiu já, *Dona Pura e os Camaradas de Abril*, narra a trajetória de um grupo de estudantes cabo-verdianos residente em Lisboa (1974) no mesmo período em que ocorreu a *Revolução dos Cravos*.

Em Lisboa, o protagonista, vindo de Luanda, chega à pensão de Dona Pura, esta já morava com o seu terceiro marido, Firmino. Ele conhece Dona Purificação, mais propriamente Dona Pura, natural da Ilha de Santo Antão. Aos dezasseis anos, ela foi raptada por um administrador do conselho dessa ilha que também desempenhava as funções de juiz municipal e chefe de polícia. Devido a isso, ela foi esquecida pelo seu pai. Quando se aposentou, veio com Dona Pura para Lisboa e a mesma tornou-se dona de uma pensão com aluguer de quartos. A personagem narrador instala-se na sua pensão no tempo em que veio estudar direito, como bolseiro.

O administrador sofre uma mudança de atitude, ajuda Dona Pura em trabalhos domésticos e aceitou o aluguer de quartos para que ela fizesse dinheiro. Já velho, morre e deixa-lhe as suas ofertas “[...] de ouro, cordões, anéis com pedras de valor, um trancelim muito bonito, e ela foi-se desfazendo delas [...]” (DPCA:39).

Mas ainda em sua vida, ela conhece Giovanni Garpini, pintor que estava em Lisboa. Ele pintou o retrato de Dona Pura e tratava-a como uma rainha enquanto o velho administrador continuava a vê-la “[...] como uma criada para todo o serviço.” (*DPCA*:42).

Quando ele soube da relação de sua mulher com o italiano, teve um ataque fulminante e morreu. Dona Pura viveu com os seus filhos e Giovanni de quem teve Ana Rita e Susana. Quando foi passar férias à Sicília, terra da sua origem, veio a morrer afogado no mar. Posteriormente Dona Pura casa com Firmino, cabo-verdiano, informador da Pide e para não ser preso na altura do 25 de abril, ele regressa a Cabo Verde.

Entretanto a personagem-narrador que perdera de vista o seu primo Natal que tinha prestado serviço militar na Metrópole, tinha feito alguns anos do liceu, fora mobilizado para a Guiné, fugiu para o PAIGC, completa o curso de engenho, foi condecorado com a cruz de guerra por feitos gloriosos em combate e volta a Lisboa. O protagonista reencontra-o nos anos 70, em Lisboa.

Natal casa, por conveniência, com Ana I para ganhar segurança da nacionalidade portuguesa, divorcia-se e casa com Ana II, divorcia-se e casa com Ana III, viúva de um emigrante cabo-verdiano que morreu num acidente de trabalho. Nessa altura apaixonou-se por uma alentejana, Ana Maria, militante do MRPP que levou-o a assistir “[...] a uma breve cerimónia de homenagem a Amílcar Cabral realizada no Jardim da Estrela e promovida por força política.” (*DPCA*:24). A personagem-narrador casa-se com Susana e regressa com ela a Cabo Verde.

Na trajetória romanesca, as personagens relacionam-se umas com as outras num movimento de forças que exprime realidades culturais e sociais num tempo de mudanças rápidas operadas num Portugal liberto da opressão ideológica, no significado de ser cabo-verdiano e viver na metrópole e mesmo como o cabo-verdiano vivenciou esse tempo de mudanças em Cabo Verde.

A personagem-narrador, na primeira pessoa, interliga a ação entre o tempo colonial e o presente da Pós-Independência Nacional e parte do presente histórico, 25 anos após o 25 de abril de 1974 para rememorar e reconstruir essa época conturbada da viragem política, da Ditadura à Democracia em Cabo Verde.

Numa mistura entre a realidade e a ficção, Germano Almeida serve-se de diferentes figuras representativas do social, deslocadas para Lisboa, com o intuito de criticar e instaurar interrogações e ainda relatos de incertezas desse novo tempo Histórico que funciona como a abertura de um novo ciclo, sobretudo na vida do homem cabo-verdiano.

Assim Dona Pura é o símbolo da luta pela melhoria da sua situação económica; o administrador representa o conservadorismo e a mudança; Giovanni Garpini é o artista; Firmino, cabo-verdiano e assume a postura de verdadeiro assimilado residente em Portugal; Suzana, a filha mais velha de Dona Pura, é a personagem que questiona a sua identidade; Ana Rita também filha de Dona Pura; Ana II representa os valores da Independência e da liberdade feminina. Ela é o símbolo da mulher autónoma e autossuficiente; Ana III, viúva de um emigrante cabo-verdiano que morrera num acidente de trabalho em Londres; Natal, figura oportunista e contraditória nas suas posições políticas e Luís Varela, figura que problematiza e questiona o difícil papel que a História vai operar no embate ideológico da descolonização.

CAPÍTULO III – Personagens e figuração dos mundos textualizados

1. Sobre o conceito de personagem

*Je disais, que les héros de roman naissent du mariage que
le romancier contracte avec la réalité.*

François Mauriac

Com base em alguns teóricos da literatura que estudam o conceito da personagem romanesca, pretende-se explicitar de que forma Germano Almeida constrói a figura da personagem no *corpus* selecionado, dando lugar a uma interpretação crítica e reflexiva da sociedade cabo-verdiana representada nos textos.

Não cabe no âmbito do nosso trabalho problematizar o conceito de personagem que, como se referiu, tem sido, ao longo dos tempos, objeto de reflexão de vários teóricos.

No entanto citam-se a título exemplificativo alguns que trataram de clarificar a funcionalidade o termo e as características que envolvem o seu conceito.

Conforme apontado por Maria de Lourdes Ferraz: “[...] na indefinição reside grande parte do interesse e do vigor da categoria de personagem [...], se são projecções do autor ou independentes criações suas; se têm autonomia ou não relativamente ao seu autor... se são funções estruturais ou entidades textuais.” (2002:13). Segundo Baruch Hochman

[...] quando personagens tomam forma nas nossas imaginações como totais, coerentes e consequentes criaturas que parecem análogas às pessoas que conhecemos na vida, a impressão da sua totalidade tende a residir não tanto nelas como são por si e em si, mas nelas como são geradas e sustentadas pelo texto como um todo. (1985:65).

No desenrolar do estudo do *corpus*, a personagem assume traços caracterizadores que refletem os objetivos do ficcionista em criar uma nova literatura virada à análise e crítica dos factos e com preocupações de mudança e de projeção para o futuro literário, conforme já dito.

Escolher o campo teórico ideal para este trabalho, parece inoportuno, porque as narrativas de Germano Almeida gozam da presença de uma grande diversidade de personagens de diferentes posições ideológicas e sociais que debatem problemas recorrentes de dois tempos Históricos, o colonial e Independência.

Apesar de Renata Pallottini ser dramaturga, ela esclarece que para a construção da personagem, “o autor reúne e seleciona traços distintivos do ser – ou de seres – humanos, traços que definam e delineiem um ser ficcional, adequado aos propósitos do seu criador.” (1989:11) e ainda mostra que o autor, na sua criação literária

[...] desenha um esquema de ser humano; preenche-o com as características que lhe são necessárias, dá-lhe cores que o ajudarão a existir, a ter foros de verdade. Uma verdade, é claro, ficcional. Não se trata de ter um personagem que seja a cópia real de uma pessoa qualquer, viva, existente, conhecida do autor. Mas de criar um ser de ficção, que reúna em si condições de existência; que tenha coerência, lógica interna, veracidade. Um ser que poderia ter sido, não necessariamente um ser que é. (1989:12).

Os vários aspetos mencionados por Renata Pallottini sobre a construção da personagem, foram também pensados pelo escritor e teórico Manuel Lopes, cabo-verdiano, no ensaio intitulado *Considerações sobre as personagens de ficção e seus modelos*, escrito em 1972 e publicado em Janeiro de 1973 na revista *Comunidades Portuguesas* e em Abril de 1973 no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Ele diz:

O ficcionista constrói a personagem capaz de suportar os sentimentos propostos, e dá-lhe os requisitos necessários, não só a estrutura viva e coerente adequada ao peso dos mesmos sentimentos, como o meio ambiente, sua atmosfera e, até, sua sintaxe, para que ela se possa movimentar e achar a liberdade de expressão e acção, e viver por si seu destino de ser responsável. (1972:273).

Conforme já foi referido, Germano Almeida ressalta nas suas narrativas personagens cujos traços diferenciadores retratam e interpretam as diferentes realidades socioculturais das ilhas de Cabo Verde do tempo colonial e da Independência. A sua obra ficcional é reconhecida pela capacidade de que o autor tem em ligar o enredo à personagem, de acordo com as suas intenções sociais, culturais e políticas, construindo

figuras que refratam contradições ideológicas e situações conflitivas e desajustadas de uma sociedade em transição.

A partir dos dois teóricos mencionados, considera-se que o autor em estudo, constrói personagens cujos traços interpretam e refletem a problemática da existência humana, enquadrada na sua geografia social e no seu tempo, conceção essa de natureza antagonica, por vezes com certa comicidade.

Em seguida, a lógica da construção das suas personagens reside na inversão de ideias e valores que as mesmas vão construindo progressivamente no decurso da narrativa e que vivem no espírito do romancista o tempo necessário ao seu crescimento e amadurecimento, procurando traçar, criticamente, caracteres e valores culturais essenciais da sociedade cabo-verdiana de dois tempos Históricos, o colonial e a Pós-Independência.

Mas outros teóricos de grande relevância, entre os quais Balzac, Flaubert e François Mauriac estudam o conceito de personagem, tendo em vista o seu carácter dinâmico e mediador e suas relações com as demais personagens textuais, principalmente em *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*.

Balzac e Flaubert retratam e descrevem com realismo as várias categorias sociais e tipos humanos. François Mauriac refere que “[...] les héros de roman naissent du mariage que le romancier contracte avec la réalité” (1990:44) e ainda “Il faudrait reconnaître que l’art du roman est, avant tout, une *transposition* du réel et non une *reproduction* du réel.” (1990:74). No fundo essa transposição do real está ligada àquilo que o romancista pretende escrever em determinada época literária.

Conforme já foi referido, no caso de Germano Almeida, ele está consciente da necessária presença da análise na ficção, isto é, de como o escritor cabo-verdiano penetra na sociedade e depois a reescreve. Ele conceptualiza a dimensão que a noção de personagem deve operar na ficção da Pós-Independência, traduzir as vivências sociais, mas de forma crítica. É esse novo olhar que o autor pretende conferir ao futuro da literatura cabo-verdiana e que está presente nas suas narrativas.

Em 1991, Pierre Glaudes e Yves Reuter justificam a razão de ser do colóquio *Personnage et histoire littéraire*, dizendo que se deve pensar na personagem “[...] comme une construction textuelle en perpétuelle mutation, sans jamais perdre de vu le contexte socio-culturel de référence dont il est indissociable.” (1991:8). Assim todas as

figuras do *corpus* estão enquadradas em contextos geosociais antagônicos o que permite interpretar diferentes contradições de traços textuais que estão na origem da construção da obra do autor.

O teórico Uri Margolin num artigo a que deu o título de “Characterization in narrative: some theoretical prolegomena” publicado em *Neophilologus* (1983), chama a atenção para que o leitor atenda aos pormenores de caracterização de determinada figura, extraindo suas ilações e numa fase posterior desse trabalho deverá incluí-lo numa lógica globalizadora, que é, afinal, aquilo que o referido estudioso designa por construção da personagem. Na mesma linha de pensamento Milagros Ezquerro, considera a personagem complexa e que a mesma vai-se construindo no desenrolar da narrativa. Ele diz: “el personaje no es dado, de entrada, como una entidade global prácticamente indefinida, per capaz de acoger un gran número de rasgos semânticos.” (1983:103-104). Beth Brait dá grande relevância ao texto literário e considera:

[...] Mas, se a construção de uma personagem, o conjunto de traços que compõem a sua totalidade permite inúmeras leituras, dependendo da perspectiva assumida pelo receptor, dos códigos utilizados em determinados momentos para a viabilização dessas leituras, isso não significa que a dimensão da personagem seja ditada pela capacidade de análise e interpretação do leitor. (1985:67).

e ainda acrescenta: “A construção das personagens obedece a determinadas leis, cujas pistas só o texto pode fornecer.”(1985:68). M. Bakhtin no ensaio “O autor e a personagem na atividade estética” diz:

A personagem não pode ser criada do início ao fim a partir de elementos puramente estéticos, não se pode “fazer” a personagem, esta não seria viva, não iríamos “sentir” a sua significação estética. O autor não pode inventar uma personagem desprovida de toda independência em relação ao ato criador do autor, ato esse que afirma e enforma [...] é claro que temos em vista uma personagem possível, ou seja, ainda não tornada herói, ainda não enformada esteticamente [...] (2003:183-5).

Como se verifica, o estudo da personagem romanesca tem vindo a ser alvo de objeto de reflexão de vários teóricos, não só por alguns especialistas ligados à teoria da literatura e a áreas do saber que com ela se cruzam, mas também por parte dos escritores

que por vezes tentam dar contributos teóricos sobre a criação de suas personagens. Cristina Vieira lembra:

A noção de personagem foi e é objecto de diferentes tipos de definições, segundo diversas abordagens metodológico-disciplinares, cada qual espartilhada por múltiplas escolas ou correntes, algumas das quais hoje ultrapassadas. (2008:20).

Aristóteles é o primeiro a tocar no estudo da personagem, em *Poétique*. O filósofo levantou alguns dos aspetos marcantes que dizem respeito à semelhança existente entre *personagem* e *pessoa*, conceitos discutidos e centrados na *mimésis* aristotélica, termo traduzido como sendo “imitação do real”, visto que o filósofo estava preocupado com aquilo que é “imitado” ou “refletido” na obra do poeta.

Nesse sentido ele aponta dois aspetos essenciais para o estudo da personagem: o primeiro, a personagem como reflexo da pessoa humana e o segundo, a personagem como construção, cuja existência obedece às leis particulares que regem o texto. Os seus estudos influenciaram o poeta latino Horácio que divulga as ideias aristotélicas em *Arte Poética*. Ele reitera o conceito de imitação e concebe a personagem não apenas como reprodução dos seres vivos, mas como modelos a serem imitados.

A partir dos séculos XVII e XIX, a concepção da personagem herdada por Aristóteles e Horácio entram em discussão ideológica. Com o advento do romantismo, chega o romance psicológico, da confissão e da análise do “eu”, o romance histórico e o romance de crítica e análise da realidade social. Nesse sentido a personagem de ficção não está mais ligada à tradição clássica, como imitação do mundo exterior, mas como projeção da maneira de ser do escritor.

Nos anos 20, a questão da personagem é posta por Georg Luckács em *Teoria do Romance* (1920). O autor do texto relaciona o romance com a concepção do mundo burguês e assim encara-se a narrativa como sendo o lugar de confronto entre o herói problemático e o mundo do conformismo e das convenções. Michel Zérafá com *Personne et personnage*, mostra que a revolução romanesca do século XX, integrou essa dualidade simultânea de *teoria* e *praxis*. Nessa época os escritores James Joyce, Virginia Woolf, André Gide, Marcel Proust, Pirandello e Kafka conscientes da necessidade de inovação, mudaram a forma de perceber a literatura. Michel Zérafá diz: “Le personnage de V. Woolf veut traverser les apparences et se révéler en tant

qu'êtré sous ses masques sociaux peu à peu désagrégés, tandis que Gide nie la possibilité d'une essence de la personne [...]” (1971:98).

Marcel Proust, sensível às novas correntes e estéticas modernas, considera que a personagem está ligada à memória e à aprendizagem do “eu” narrativo. André Gide incorporou em *Les faux-monnayeurs* fragmentos que foi compondo no seu *Journal*, com especial destaque para a construção das personagens. Henry James escreveu prefácios aos romances *The American* e *The Portrait of a Lady* que constituem ensaios sobre a experiência da sua ficção. E.M.Forster escreveu *Aspects of the Novel* (1927) e aí valoriza a personagem como um dos elementos estruturais do romance e propõe a classificação de personagens como *redondas* e *planas*, dicotomia redutora, mas apreciada pelos estudiosos da análise literária, como o estruturalista Gérard Genette.

Posteriormente, no domínio do conto oral, Wladimir Y. Propp publica *Morphologie du conte* (1928) e aí o formalista russo explica a dimensão da personagem estereotipada sob o ângulo da sua funcionalidade no sistema verbal compreendido pela narrativa. Estabelece uma lista com 31 funções, adequadas à análise das personagens dos contos do maravilhoso e do fantástico. François Mauriac escreve *Le romancier et ses personnages* (1933), e aí o escritor explica que a construção das personagens são fruto da sua experiência literária.

No domínio estruturalista, outros autores e textos refletiram sobre o estudo da personagem, Roland Barthes em *Introduction à analyse structurale du récit*; Tzvetan Todorov em *Les catégories du personnage* (1966); Gérard Genette em *Figures III*; Philippe Hamon no artigo intitulado “Pour un statut sémiologique du personnage” (1972), diz: « [...] un personnage est donc le support des conservations et des transformations du récit. » (1977:125). Pierre Glaudes e Yves Reuter em *Le personnage* apresenta diferentes teóricos, entre os quais retoma Philippe Hamon que estudou a personagem sob a perspectiva semiológica e introduziu seis categorias que permitem caracterizar e classificar por ordem de importância as personagens: *qualification différentielle*, *distribution différentielle*, *fonctionnalité différentielle*, *prédésignation conventionnelle* e *commentaire explicite*. Para além disso, Christian Dours refere que Philippe Hamon define três tipos de personagens: “référentiels, embrayeurs e anaphoriques. (2003:126).

Vincent Jouve em *L'effet-personnage dans le roman* recusa as análises estruturais e propõe a presença da experiência do leitor na sua construção. Ele considera: “Le narrateur ne pouvant décrire le personnage totalement et sous tous ses angles, le rôle du lecteur s’avère essentiel.” (1992 :29) e “[...] l’identité du personnage ne peut se concevoir que comme le résultat d’une coopération productive entre le texte et le sujet lisant. (1992:27).

É importante dizer que durante as primeiras décadas do século XX, houve uma desvalorização da biografia e predominou a tendência para apagar o conceito de *pessoa*, na personagem, mais tarde retomada por Michel Zéaffa.

Em 1965, o teórico Gonçalo Torrente Ballester no ensaio “Esbozo de una teoria del personaje literário” em *Ensayos críticos* (1982:9-34) manifesta esse desencanto com o desaparecimento da pessoa no seio da personagem e Pedro Aullón de Haro num estudo intitulado *Teoria general del personaje* (2001) explica que, ao contrário do que se possa pensar, não há uma tradição teórica, nem uma discussão filosófica, artística e literária sobre a personagem. Trata-se de uma matéria literária que inicialmente foi estudada por Aristóteles e que continua a ser debatida.

Retoma-se Maria de Lourdes Ferraz que coordenou o *Dicionário de Personagens da Novela Camiliana*, para o qual colaborou com um texto fundamental “O que é uma personagem?” (2002:11) começa por dizer que ela constitui uma das questões mais debatidas da poética, fala do seu grande “[...] interesse e do vigor da categoria da personagem [...]” (2002:13) e refere que os estudos das décadas de 80 e 90 vieram provar a existência de lacunas, relativamente ao seu estudo, o que significa que ele tem de ser retomado, que é, afinal, o que faz a estudiosa, ao elaborar o texto crítico em causa e ao propor um novo olhar sobre o assunto.

Alerta que se a personagem constitui uma representação, não deve ser esquecido o delinear de carateres, enquanto comportamentos humanos e que se tornaram paradigmas da própria conceção da personagem. A autora do referido ensaio demonstra que esse traçar de símbolos ou dos típicos comportamentos humanos de Teofrasto e La Bruyère, que ligam a personagem ao caráter, influenciou, de forma decisiva, a construção da personagem romanesca nos séculos XVIII e XIX.

Alude que no fim dos anos 60 e na década de 70 do século 20 (R. Barthes, Greimas e T. Todorov), os estruturalistas deram continuidade aos preceitos formalistas,

tendo investido também noutros campos de análise. Todorov abordou as relações entre *personagem* e *pessoa*. O referido teórico, defensor da personagem, ele admitiu que ela não pode ser estudada, se for desligada do conceito de *pessoa*. Ele afirma: “Cependant, refuser toute relation entre personnage et personne serait absurde: les personnes représentent des personnes, selon les modalités propres à la fiction.” (1972:286).

Jean-Marie Schaeffer retoma a questão em *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*: “Le personnage représente fictivement une personne, en sorte que l’activité projective qui nous fait traiter le premier comme une personne est essentielle à la création et à la réception des récits.” (1995:622-630). Deve-se acrescentar que o próprio Germano Almeida, em entrevista aludiu à presença da *pessoa* que é ficcionada, perdendo assim os seus atributos reais.

Admite-se que certas teorias podem não servir para a análise de uma personagem em determinado género e época literária, por isso mesmo, há que evitar o recurso a critérios desenquadrados da realidade cultural e histórica. Helena Buescu no ensaio “Personagem e Mediação” sustenta que “[...] a personagem literária é também uma das formas mais evidentes através das quais o sujeito se representa, e representa a sua humanidade, no interior da ficcionalização” (1995:87).

Assim se deve reconhecer que o conceito de personagem vai mudando, acompanha a época e continua a ser esse o reflexo entre o mundo e o texto literário. Lembra-se Maria de Lourdes Ferraz que dirá no seu ensaio:

[...] não há personagem na literatura que não seja marcada pelo tempo, pois é a noção de causalidade temporalmente perceptível que permite o desenvolvimento da acção, também não há personagem que não seja marcada por um enquadramento espacial [...] aquilo que ela designa por “carácter” (mesmo que no delinear do carácter esteja uma descrição de acções. (2002:229).

As personagens nas narrativas do *corpus* literário, são marcadas pelo espaço e pelo tempo. Os seus traços partem do individual de cada ilha para a construção de uma lógica globalizadora que define o homem cabo-verdiano. Volta-se a Manuel Lopes que acentua com muita clareza:

As personagens literárias por seu lado não copiam a Vida. Interpretam-na. São a própria vida inferida através da sensibilidade, do temperamento, da inteligência, numa palavra, do

estilo do artista. Simbolizam toda a problemática duma dada etapa da existência humana, e são a corporação do espírito da colectividade que representam, enquadrada na sua geografia e no seu tempo. (1972:382).

No *corpus* proposto, o ficcionista Germano Almeida, recria personagens que fixam interpretações críticas de realidades sociais em ambientes que são fruto da sua vivência e experiência como advogado, ou como observador social como se constata nas narrativas escolhidas para o *corpus* deste trabalho.

Na época pós-estruturalista, há o regresso ao estudo das relações entre personagem e pessoa e assim as teorias de Wolfgang Iser, Hans Robert Jauss e de Vincent Jouve consideram que o leitor assume um papel determinante na análise da obra, e, em concreto, na reconfiguração das personagens, conforme já dito. António Candido, em *A Personagem de ficção* (1992) põe em evidência a profunda ligação entre os três elementos centrais na construção e dinâmica do romance que são: o enredo, as ideias e a personagem. A personagem “vive o enredo e as ideias, e os torna vivos” (1992:54). O teórico acrescenta ainda que a mesma não pode existir separada “[...] das outras realidades que encarna, que ela vive, que lhe dão vida.” (1992:54).

Como se vê, a personagem é um conceito teórico que evolui, transforma-se, percorre um itinerário de aprendizagem com todos os traços ativos e constrói uma nova personagem que por vezes escapa ao escritor. Roland Barthes refere que a noção de personagem, ganhou grande importância quando obteve o estatuto de “pessoa”, tornando-se um ser dotado de feição psicológica. Por sua vez Käte Hamburger, em *Logique des genres littéraires*, sustenta que as personagens são componentes fictícios que contribuem para a produção de um real aparente (1986:45).

Como seria de esperar nenhuma destas teorias propostas se ajusta exatamente ao estudo da personagem do *corpus* que se organiza numa sociedade cultural específica crioula. Como já foi referido, analisar-se-á a personagem como ser ficcional, dinâmico que o autor vai construindo progressivamente, tendo o leitor um papel fundamental na configuração e reorganização da personagem como um todo representativo da sua obra.

Em confirmação desta ideia, note-se ainda que Christine Montalbetti em *Le personnage* apresenta textos de vários teóricos que estudam a personagem, entre os quais Gérard Genette, já mencionado, que em *Esthétique et poétique* faz várias reflexões sobre o funcionamento da personagem na narrativa. Ele sublinha :

Des personnes et les événements historiques semblent envahir la fiction [...] ils ne fonctionnent certainement pas de manière intégrale comme ils le feraient dans un rapport ou un document historique. Ils continuent à faire partie d'un récit fictive. [...] les personnes, les lieux et les éléments purement fictionnels avec lesquels ils sont toujours mélanges dans le récit. (2000:35).

Os pressupostos apontados chamam a atenção que as personagens constroem representações de instantes do mundo real em cada romance do *corpus* e recuperam pontualmente referentes desse mundo, conforme o desejo do autor. Jean-Philippe Miraux confirma: “La conception du personnage est donc liée aux appréhensions et aux valeurs du monde qui le rendaient possible.” (1997:10). Teoria proposta que encontra sua aplicação no funcionamento das personagens e sua representação dos espaços geosociais das ilhas escolhidas do *corpus*.

Assume-se que o ensaio de Maria de Lourdes Ferraz bastante polêmico em relação aos vários conceitos da personagem, confirma o grande interesse pela continuação do seu estudo e em especial o seu refletir e ainda as suas funções na narrativa, merecem especial atenção para o estudo da obra de Germano Almeida. Pelos traços sociais e psicológicos que serão apresentados no decorrer deste trabalho, parece oportuno dizer que as interrogações postas pela referida teórica são de extrema importância e serão referidas ao longo deste trabalho.

O teórico Carlos Reis que em *Dicionário de Narratologia* perspectiva o estudo da caracterização da personagem, segue algumas regras já apontadas pelo estruturalista Gerard Genette.

Embora exista uma diversidade de conceitos teóricos sobre o estudo da personagem, de entre os que foram abordados, no rastreio que acabámos de fazer, serão aplicados aqueles que forem mais adequados à especificidade das obras. Todas as teorias são úteis, mas umas mais do que outras na linha de trabalho que vimos desenvolvendo.

2. *A Ilha Fantástica* – Tradições de infância

Em *A Ilha Fantástica* a personagem mais destacada é porta-voz do narrador (autodiegético, segundo a terminologia de Genette) e de várias figuras que exprimem vários aspetos sociais e culturais de um tempo mitificado em que “o mundo todo resumia-se à ilha da Boa Vista” (EC:9).

A propósito do estudo da personagem, Michel Zéraffa diz: “[...] le personnage est le porte-parole d’un narrateur exprimant par une écriture les multiples aspects de sa conscience, et ceux de son statut dans une société, une civilisation, une culture.” (1971:22). O narrador-personagem assinala que naquele tempo tinha 9 anos, daí que se tome em consideração o carácter autobiográfico de *A Ilha Fantástica* e a identificação entre a voz narradora e o autor que diz: “[...] eu tinha apenas nove anos, Titide já tinha feito os onze e suas pernas eram muito mais compridas que as minhas.” (IF:70). O protagonista rememora e introduz várias histórias da sua infância fragmentadas dentro da espacialização diegética.

Assim, várias personagens são introduzidas ao longo da narração e assumem no texto narrativo uma síntese de traços semânticos recuperadores e reconstrutores de valores culturais e éticos que restauram um novo ciclo étnico que tem como função a reconstrução ideológica e mesmo a sua consolidação no devir temporal. As diversas micronarrativas contadas pelo narrador das personagens são de tipo anafórico cultural, constituem memórias que revitalizam o passado de uma tradição oral existente no espaço da ilha da Boa Vista.

A personagem que está na função do narrador-personagem, repensa a tradição e é portador de diferentes vozes que projetam uma cultura típica de um espaço geosocial, não só da infância do protagonista, mas também da especificidade do homem cabo-verdiano. Segundo Yves Reuter, uma das suas funções é “[...] testemunhal ou modalizante [...]” (1991:62) que exprime a relação que o narrador tem com a história que ele reconta. As personagens romanescas das diferentes micronarrativas são narratologicamente construídas *in praesentia* na acção e projetam o devir temporal da diegese e cabe ao narrador-personagem (autodiegético) o papel organizador de todas as histórias vividas e ouvidas. A sua participação obedece a uma “autonomia diferencial” (Philippe Hamon:1977:155), destacando as várias figuras individuais que estão encadeadas nas diversas ações da narrativa. A sequencialização de histórias na narrativa

obedece à técnica de encaixe proposto por Todorov (1979:87) numa dispersão sequencial.

É um narrador que funciona como personagem principal que, por vezes, com a função de regência, participa na acção, como se exemplifica no episódio relativo às suas vivências educacionais na escola primária, como ajudante da professora Odália que lhe conferiu o estatuto “[...] de ensinar e tomar a lição aos alunos mais atrasados da classe.” (IF:69).

Outras vezes é uma testemunha ouvinte de histórias e ocular que não participa na acção, mas que presencia e testemunha os factos: ”Mas um dia chegou na aula do quintal com um pedaço de um espelho e disse que íamos ver a cor das cuequinhas da Maria do Céu. Assim, quando viu a Maria do Céu de pé, aproximou-se sorrateiro e meteu-lhe o espelho por baixo.” (IF:68).

A personagem Nhô Quirino, tracejada pelo porta-voz do narrador na primeira pessoa, apresenta como traço diferenciador a arte de contar façanhas épicas em crioulo e português. É caracterizado em idade de velho, talentoso, de aspeto físico de “[...] queixinho pontiagudo por causa da boca motcha [...]” (IF:51), vigoroso “[...] quando começava as suas histórias, as palavras escorrendo-lhe da boca e leves ou rápidas [...] em crioulo [...]” (IF:51), versátil, ator ”[...] mas quando chegava a certas passagens mais emocionantes mudava automaticamente para português, falando rapidamente, derramando sobre nós as belas tiradas que tinha decorado.” (IF:51).

Ele é apreciador e contador erudito de elevados feitos históricos épicos, como a leitura da *História de Carlos Magno e os Doze Pares de França*, entusiasmado pelas grandes gestas e seus heróis, projetando no ouvinte todo um universo de fantasia e de surrealidade de instantes épicos, “E víamos as lanças quebradas ao primeiro embate, o lume saltando das espadas, os cavalos empinados, quando Nhô Quirino dizia: Pelejavam tão valorosamente, que centelhas de fogo saíam pelas armas e não se conhecia vantagem!” (IF:52).

É uma leitura que relembra-se *La Chanson de Roland* em que a base histórica do poema é uma batalha real ocorrida em 15 de agosto de 778 entre a retaguarda do exército de Carlos Magno, sob o comando de Rolando, um dos *Doze Pares de França*. Germano Almeida no ensaio *Literatura oral e tradicional* informa:

Pelo início das noites de luar, depois de um dia de trabalho, as gentes, familiares e vizinhos próximos, juntavam-se à porta de uma das suas casa e contadores de histórias especialmente convidados debitavam por longas horas as histórias mais diversas, desde os romances de cavalaria onde ganhava grande relevo a História de Carlos Magno e os 12 pares da França, até às mais diversas lendas de prodigiosas bruxas, pateados, maçãos e outras criaturas que pela noite adentro perseguiram os viventes que se atreviam a sair das suas casas. (2014:73).

Ainda a luta travada entre Oliveiro e Ferrabrás:

[...] a mais bela entre todas e na qual o então “malferido” Oliveiro respondia ao desafio para duelo em campo aberto do turco Ferrabrás, são e possante e bem tratado. Mesmo doente e de cama, Oliveiro, contra tudo que lhe era aconselhado pelos demais pares, Roldão mesmo oferecendo-se insistentemente para lutar em seu lugar, não recusa o desafio. (IF:51).⁹

Nhô Quirino¹⁰ é uma figura mimética e tradutora do cultural e social que se identifica com o narrador no que diz respeito à tradição e à redimensão humana do homem cabo-verdiano da Boa Vista também ao incorporar na sua arte de contar o português juntamente com o crioulo, as histórias estão preservadas de uma cultura crioula, própria da tradição oral que faz parte do imaginário e da memória do narrador adulto que a escrita de Germano Almeida rememora e revitaliza.

O teórico Philippe Lejeune relembra: “[...] c’est la voix du narrateur adulte qui domine et organise le texte [...] l’enfance n’apparaît qu’à travers la mémoire de l’adulte.” (1980:10). É a voz da personagem adulta na primeira pessoa, que seleciona as

⁹ Referência à batalha de *Oliveiros com Ferrabrás*, de Leandro Gomes de Barros.

¹⁰ A personagem Nhô Quirino volta a aparecer na narrativa *Regresso ao Paraíso*. Transcreve-se um excerto:

[...] muitos e muitos anos depois fomos ouvindo como histórias tão perfeitamente intemporais que entravam nos nossos ouvidos e cabeças exatamente iguais àquelas de Carlos Magno e dos Doze Pares da França que nho Quirino nos contava pela boca da noite, ou então das almas do outro mundo, mas que com o tempo, de uma forma ou de outra acabávamos por situar em pessoas com as quais convivíamos diariamente, que nunca nos tinham parecido capazes de matar uma mosca e que no entanto, de repente, por uma frase inconfidente ouvida ao acaso das conversas de adultos, descobríamos maravilhados serem heróis ou as heroínas de feitos que de há muito preenchiam a nossa imaginação. (2015:129).

narrativas mais marcantes e representativas da memória coletiva do povo cabo-verdiano da Boa Vista. A visão do protagonista, conferida pela forma convincente do contador de histórias de cavaleiros corajosos, mantém-se no seu espaço onírico.

Ti Maninho Carol, homem “[...] pequenino e desbocado [...]” (IF:41), morava na Estância de Baixo, alegre, grande dançarino, apreciava o sexo feminino, a morna e contava já mais de 60 anos. Morreu velho, “[...] da mesma forma festiva como sempre tinha vivido, pastor de muitas cabras e de muitas mulheres, um dos melhores bebedores de grogue da ilha.” (IF:43). Foi chorado pelas gentes de toda a ilha.

Mano Teteia, falador, não direto nos assuntos, falava bem, “[...] era homem de muitas leituras,[...]” (IF:50), frequentara um ano ou dois o liceu em S. Vicente, professor primário, [...] falava um português arrevesado e cheio de palavras de dicionário, [...]” (IF:50).

Lela, “ancião cego”, descontente em relação ao passado da ilha, é vítima da febre amarela, doença que mata Maria Patingole, filha de um inglês que vivia na ilha. Esta personagem repete-se intertextualmente em *Estórias Contadas* como símbolos representativos da ilha.

Ti Júlia é supersticiosa, acredita em crendices populares e tem preocupações com o parto “[...] porque naquele tempo a primeira preocupação a ter com um recém-nascido era contra as bruxas [...] comedoras de tenros bebés.” (IF:21); a presença do gato que mia e Ti Júlia afasta o animal com “[...] o polegar entre outros quatro dedos e apontado na direcção do miau enquanto os presentes gritavam ‘figa canhota, tocha camarocha, merda de gato preto [...]’” (IF:17). A personagem é descrita com certo humor em relação ao seu papel de depositária das tradições e ainda como figura representativa do fantástico.

A este respeito o teórico Tzvetan Todorov diz: “Le fantastique, c’est l’hésitation éprouvée par un être qui connaît que les lois naturelles face à un événement en apparence surnaturel” (1970:29). Tia Júlia representa essa hesitação com o sentido de ambiguidade entre o empirismo e a crença. Christian Dours em *Personne, personnage Les fictions de l’identité personnelle* informa: “Le fantastique naît de la rencontre oppositive, contradictoire, de l’ensemble des lois de la nature et d’un événement qui se situe au-delà de ces lois.” (2003:113). Bella Josef aponta que as narrativas que encarnam o género fantástico ocupam o “tempo da incerteza” (2006:198); o semiólogo

boliviano Renato Prada Oropeza defende a presença do insólito no fantástico, como elemento necessário e essencial para a consecução da narrativa fantástica contemporânea. Ele diz:

[...] en la narración fantástica se hacer vidente una “ruptura” en la codificación realista que el mismo “lo extraño”, lo que no cuadra con la coherencia realista, y le confiere su valor próprio, contrario a la lógica aristotélica-racionalista. De este modo, en el seno mismo del universo racional de las cosas surge lo “incoerente” con esse reino, lo que llamamos insólito. (2006:5).

Igualmente Ti Maia apresenta situações insólitas passadas em sua casa que “[...] ficava um tanto fora da vila e por isso muitas pessoas juram ter visto, nas noites de luar, homens de outro mundo passeando pela casa.” (*IF*:24) e há “[...] os gongons, as nelinhas, os catchorronas, sem já falar dos pateados que durante as noites de lua cheia passeavam a ilha de ponta a ponta montados em belos cavalos brancos.” (*IF*:21). Ti Maia é velha, toda esburacada, cheia de ninhos de pardais e pombos também misteriosa.

A presença das superstições na personagem Moriçona, estende-se a Pepa e um pouco a Djonga.

Pepa é movido pela crença em relação ao elemento tambor como indispensável no casamento, como já foi dito, Djonga ligado ao ritual do funeral e à história do espelho: “[...] Mas em resumo era isso: o povo acreditava que se houvesse um espelho na porta da casa depois da morte de uma pessoa era possível ver-se a sua alma a atravessar o espelho. Não que ele Djonga acreditasse! Mas!” (*IF*:194). Ele era católico praticante. Volta-se a Tzvetan Todorov:

Le fantastique, nous l’avons vu, ne dure que le temps d’une hésitation commune au lecteur et au personnage, qui doivent décider si ce qu’ils perçoivent relève ou non de la “réalité”, telle qu’elle existe pour l’opinion commune [...]. Le fantastique implique donc une intégration du lecteur au monde des personnages; il se définit par la perception ambiguë qu’a le lecteur même des événements rapportés. (1970:46).

É o tempo da hesitação que é partilhada pela personagem e que marca o fantástico.

Algumas situações oferecidas pelas personagens já apontadas são representativas da contradição entre dois mundos, o do real empírico e o do fantástico da crença e até

do maravilhoso, num momento de espera e de reflexão se o passado está morto ou se persiste, mesmo talvez sob outras formas e adquire corpo na cultura do povo cabo-verdiano. O fantástico, como manifestação do insólito ficcional, instaura uma nova ordem destoante da ordem vigente, rompendo com as convenções aceites ou defendidas pelo padrão social em dado espaço e tempo.

Contudo, as vivências sobrenaturais ou fantásticas oferecidas pelas personagens Ti Júlia e Ti Maia expressam a preservação dessa cultura de superstição na ilha da Boa Vista. Sobre esta matéria alguns teóricos, como Franz Roth e Uslar Pietri dão o nome de realismo mágico, um tipo de ficção muito presente na prosa de Carlos Fuentes, Gabriel García Márquez e outros escritores da literatura hispano-americana.

João Manco,

versado em literatura e poesia obscena que recitava de braços alevantados [...] um dos melhores fazedores de discursos de casamento da ilha, solicitado por isso por todos os padrinhos para lhes escrever o brinde, o que ele fazia ora em verso ora em prosa conforme a inspiração do momento misturando versos de Camões e Bocage [...] transcrevendo pedaços de discursos recolhidos do livro *A Arte de Falar em Público*.” (IF:55).

A personagem evidencia gosto pela cultura e também nutre um sentimento telúrico, porque a sua vocação “[...] era claramente para a agricultura de batatas e de tâmaras da Boa Vista e defendia que as melhores batatas que existiam eram as ‘batatas choncha’ da ribeira de Rabil.” (IF:55).

A defesa dos valores da ilha estão muito acentuados nas frases: “E para melhor demonstrar quão boas elas eram e quanto as amava, exemplificava: Assei duas batatas choncha preta, daquelas bem boas, pus um prato de cachupa bem enchido, uma boa caneca de café...” (IF:56).

João Manco é ciumento em relação a Tujinho porque este é um homem viajado, conhece o Rio de Janeiro, Argentina e outros países da América.

Ainda o namoro de João Manco com Mari Bijome, visto com uma linguagem que projeta certa comicidade e que diz respeito ao dialogismo que se estabelece entre o português e o crioulo:

Ele chamou-me, eu não queria acudir...Porquê que não correste, perguntou Tio Tone. Ele é manco, tu corres mais do que ele. [...] Ele meteu-me no leio de uns tarafes, deitou-me na areia e pegou em mim e depois começou a dizer: Bijome, bijome! Foi à força! Ele pegou em mim. (IF:61).

Convém observar: é uma personagem que, pelos traços apresentados, mostra gosto pela cultura nacional, amante das letras, dotado de eloquência discursiva, destacada no casamento do compadre Bento de Estância de Baixo e que para além dos dotes de saber falar em público, também tem consciência dos valores telúricos.

Outro traço importante na personagem é a contínua ausência do falar crioulo, interrogação essa que é posta em relação ao futuro da língua crioula: “Em toda a sua vida, uma única vez João Manco foi ouvido a falar crioulo e foi justamente da circunstância de que lhe adveio a alcunha de ‘Manco’.” (IF:56).

Bento de Estância de Baixo é contra as tradições e tinha escolhido casar com a Maria Concha, uma garota do Rabil que vivia fora da ilha. Ela é a voz representativa de uma nova consciência social que deseja superar mudanças no plano social e ideológico.

Odália, professora primária, exigente, atenta aos alunos que continua com os métodos antigos. O ensino é memorizado “[...] todos os mapas com todos os rios e serras de Portugal” (IF:67), incute o medo, o rigor em sala de aula e pune com os castigos como “A orelha-de-burro”: “[...] aprender à força de vara [...] palmatória de cinco buracos [...]” (IF:67). A relação entre a professora e a infância do narrador, embora sentisse um medo: “[...] dela que pelava” (IF:69), mas é ajudante da professora e tem o direito de castigar. O ensino conservador, tradicional e a defesa de métodos rígidos aplicados pela professora. Este tipo de aprendizagem é consequente da presença ideológica do sistema colonial que imperava nas ilhas de Cabo Verde. Esta personagem é também lembrada pelo autor na narrativa “Cabo Verde é o centro do mundo” em *Estórias Contadas*.

O padre Higinio é uma referência de valores e divulgação de ideais religiosos de uma instituição, a Igreja, mas também a valorização e o respeito pela autonomia ideológica nacional.

Pela voz de Lela, o padre “[...] era o que poderia ser chamado um padre decente porque baptizou de borla todas as crianças da ilha, casou todas as pessoas que quiseram

casar-se, chamando a atenção sobretudo para as consequências temporais do laço do casamento.” (IF:88).

No discurso narrativo, esta figura é tracejada como apreciadora de diferentes aspetos culturais: “Gostava de jogar à bola, tocava gaita de beijos e em pouco tempo já se entendia em crioulo com as pessoas. [...] nunca ameaçava as pessoas com castigos divinos. Nos seus sermões aposta no Novo Testamento e no Evangelho segundo S. João [...]” (IF:88). É bondoso e protegia os pobres: “ “[...] todas as vezes que se deslocou a Roma trouxe grandes quantidades de remédios e roupas [...]” (IF:88).

O memorialista fala da sua relação de infância com Higgino, ajuda-o nas missas, nas suas relações com Deus que estão “[...] baseadas no medo que eu tinha de ofender nhô padre. Ele oferece-lhe ‘uma bonita gaita de boca da Itália’ (IF:89), dá passeios com ele à beira-mar e oferece-lhe rebuçados. Esta personagem retorna em *Estórias Contadas*.

João Mateus é um português, “[...] deportado, velho e manco [...]” (IF:203), dedicado, amigo de sua família e trabalhador. Ele tem oitenta anos, vive com Maria Antónia, de cerca de 18 anos e bonita e estabelece com ela uma relação “[...] de avô, professor e amante e a quem não apenas faz dois filhos como também ensina a ler e escrever e a fazer doce de batata e abóbora que [...] vendia em pequenas forminhas de alumínio por dois tostões e cinco tostões.” (IF:203).

O Sr.Administrador tem a função de pôr ordem no povo, causa a desgraça de Estância de Baixo e de Justina. Ele revela-se um hipócrita.

A figura feminina é focada de maneira conservadora, visto que uma boa mulher é aquela que dispõe das obrigatórias qualidades de dona de casa: “Conhecia-se, aliás, a boa dona de casa pela forma como fazia a sua cama, se a deixava sem rugas, até porque a cama principal da casa era um objecto de sala de visitas, à vista portanto de quem chegasse.” (IF:70).

E essa mesma presença continua na figura de Justina que no seu parto, a sua mãe nha Maria Santa-Bruxa, interpreta-o como uma providência do destino. Cita-se uma passagem textual: “Mas a verdade é que Justina estava grávida e ninguém sabia de certeza certa quem era o pai, especulando-se apenas que devia ser aquele capresta do administrador.” (IF:77). A mulher é encarada como sofredora pela pressão de um regime social injusto e machista.

Contrariamente Pepa, abandonada pelos seus filhos e molestada pelo povo, tem uma posição revolucionária, desmacara a crueldade, mostra a desvalorização e pressão social e ainda o tratamento dado pelo administrador aos operários:

Mas em compensação quem não se lembrava daquele outro administrador que ia ver se os trabalhadores das obras do Estado iam mesmo fazer pupu quando pediam licença! E se achava que um deles tinha um pupu demorado, cortava-lhe logo um dia de trabalho na folha. (IF:79).

Como é observado Germano Almeida traça esteticamente as personagens criadas em *A Ilha Fantástica* e, neste caso, José Luís Hopffer Almada sublinha a importância dessa narrativa que [...] se vivifica de um telurismo típico dos meios pequenos, como o é a ilha da Boa Vista. Telurismo que em si conjuga a realidade comezinha dos dias de sobrevivência ao fantástico que percorre o imaginário da criança narradora e personagem onnipresente. (1998b:177).

Em primeiro lugar, verifica-se que a personagem-narrador relata e intervém nas curtas narrativas que perseguem o seu espaço onírico e que ele assume como plausíveis, negando imediatamente essa veracidade dos acontecimentos, visto que à distância ele recria e reconstitui uma nova ilha da Boa Vista que não existe no presente, mas talvez no seu imaginário ainda da infância: “Mas quando recordo os dias da minha infância, o que mais vejo são festas, sejam religiosas, sejam pagãs.” (IF:39).

As memórias de infância do autor são animadas por personagens ficcionadas de identidade pessoal e referenciais (Philippe Hamon, 1977:96), visto que relatam costumes e tradições de um tempo rememorado pelo “eu” discursivo e que fazem parte da cultura crioula cabo-verdiana dessa ilha.

A proliferação de traços de diversas personagens representativas de vivências sociais que convergem na memória coletiva do povo e do narrador-personagem de Estância de Baixo, surge com o objetivo de construir uma lógica globalizadora em que o jogo construtivo é feito por ajustes e desajustes de ideias, de situações insólitas e partilhas culturais.

Ainda outras figuras como o Sr. Barbosa,”[...] homem de respeito e amizade para grandes e pequenos.” (IF:79); a relação do protagonista na sua infância que amou duas

mulheres, Gracinha e Justina, a primeira abriu-lhe “[...] o mundo do cow-boy.” (IF:107). Gracinha

[...] lia-os às centenas e eu passei a lê-los às centenas, maravilhado com aquele mundo de homens valentes que com uma única bala matavam cinco bandidos, de tabernas destruídas a murro, dos grandes espelhos que denunciavam qualquer gesto traiçoeiro contra o herói. Eram os doze pares da França modernizados e com pistola, sendo a mesma a valentia e pertinácia. Depois o meu mundo povoou-se com A Volta ao Mundo pelos Dois Aventureiros, Aventuras do Capitão Laurence da Arábia.” (IF:107).

Em relação a Justina, o protagonista nutre um amor mais forte, já corpóreo “[...] paixão agora canalizada e claramente denunciada pela forma como eu me colocava para ter um melhor panorama do seu meio-de-perna, impedindo no entanto pelo detestável costume que ela tinha de se sentar sempre de pernas cruzadas.” (IF:108).

A personagem Damásia, mulher casada de nhô Eusébio “[...] e honrada na hora da morte [...]” (IF:114-115) de seu marido.

Olga de “[...] gordura seca e ágil, [...]” (IF:118), é destemida, cheia de força, sozinha carregava um saco de milho e [...] ela pegava no saco e punha-o na cabeça sem ajuda de ninguém enquanto que as outras precisavam de ser ajudadas [...], espantava as mulheres, brigava com os homens [...] [IF:114-115).

Nelson, o inventor de telefones, não achou grande novidade, mas era simples e já vira em S. Vicente. Ele é medroso, “[...] gostava de sair depois do jantar mas tinha medo de voltar para casa sozinho.” (IF:129).

Titujinho estava velho, “[...] chegara mesmo ao ponto de estar a fazer chichi nas calças, muitas vezes infelizmente não conseguia aguentar, o que queria agora era um descanso em paz.” (IF:132). Conhecedor de outros países, como o Brasil, Lisboa, “[...] tinha visto de facto quase todo o mundo.” (IF:132). Nha Baganha, sem marido, sem filhos, “[...] sem ninguém” (IF:134).

Moriçona é o bom matador de porcos, “[...] muito conhecido e gabado, sabia exactamente onde meter a longa faca para fazer o porco expelir todo o sangue [...]” (IF:138), violento na forma de matar, silencioso, concentrado no seu trabalho.

Miguel Badio, o Grande Fragobá, o único mágico cabo-verdiano de grandes habilidades e tornado famoso pelo público.

Sr. Torricho é secretário da Câmara, rapazinho de São Vicente. Levara “[...] para a Boa Vista a moda das calças de ganga de bainha voltada, era bonitão e vestia bem. (IF:146).

No decorrer destas personagens, há uma, o Boiona que tinha sido belo e enorme touro, tamanho descomunal, manso e pachorrento boi e péssimo reprodutor. Ele enfraqueceu, topeçou, caiu e engolia a comida “[...] com um resignado esforço.” (IF:151).

Os traços levantados das diferentes personagens mostram que o padrão cultural da ilha da Boa Vista é diversificado e evidencia diferentes valores étnicos. Sobre isto João Lopes Filho lembra: “[...] é o próprio contexto cultural que caracteriza os tipos tradicionais de cultura, ou seja, o conjunto de conhecimentos predominantes, de ideias estabelecidas, de crenças admitidas, de normas aceites, dos valores e condutas específicas de cada sociedade. (1981:47).

3.O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo—O comerciante do Mindelo

O narrador na terceira pessoa apresenta Napumoceno como pertencente à pequeno-burguesia crescente no Mindelo. A personagem é construída progressivamente com a finalidade de retratar e refletir uma parcela importante da sociedade cabo-verdiana, no tempo da Independência. Napumoceno é o protagonista que representa a ficção do espaço social e cuja figuração opera uma síntese de valores sociais e culturais do homem desse espaço.

As raízes da construção do protagonista estão fundamentadas nas interações existentes entre a vida individual e o todo social, político e histórico que expressa essa interdependência entre o *eu* e o *outro* e refletem o carácter e suas contradições numa sociedade em fase de transição. O universo subjetivo do protagonista reflete a emergência da mudança social na vida do Mindelo que ainda vive fechada em si mesma.

Esse fechamento ideológico reflete-se no pedido de Napumoceno que escolhe a música de Beethoven para a sua marcha fúnebre, em opção à tradição oficial do enterro mindelense que constitui um traço diferenciador da personagem.

É uma personagem singular que constrói um percurso de sucesso a partir de um equívoco que se tornou um golpe de sorte e que soube aproveitar com atributos de argúcia.

As posições políticas do protagonista revelam que é dominado por valores conservadores, que sente dificuldade em acomodar-se a mudanças, sobretudo porque eles podem alterar a sua condição de comerciante bem sucedido.

O fim da colonização portuguesa e o início de um novo ciclo político e cultural levam a personagem a observar com perplexidade por ser moralmente escrupuloso, a saída de alguns membros da União Nacional para o PAIGC:

[...] e ficava especialmente confuso ao ver que os homens que gritavam ontem que Portugal é todo do Minho a Timor gritarem hoje com mais força ainda que a independência é um direito dos povos, não ao referendo, não à federação, não a outros partidos, só PAIGC é força, luz e guia do nosso povo.” (*TSN*:44).

Por falta de formação ideológica, o protagonista tem dificuldades em tomar uma posição política perante as mudanças operadas na sociedade cabo-verdiana. Mesmo quando é convidado para fazer parte de um partido de oposição ao PAIGC (força política criada anteriormente por Amílcar Cabral), temendo que a propriedade privada fosse desrespeitada, não aceita entrar para um partido “[...] que congregasse as forças vivas da terra, a força dos comerciantes da cidade porque não era senão o comércio que dava vida a toda a ilha.” (*TSN*:45).

Napumoceno assume uma posição desconfiada, interpretando o PAIGC como uma força controladora do poder, assim como a pretensão de um novo partido, visto que esse projeto não inclui “[...] aqueles que nunca tiveram nada, os que almoçam e não sabem se vão jantar, os que não foram para a escola porque não há escolas, os que adoecem e não têm remédios.” (*TSN*:45).

Como a personagem é descrente da política, mas sensível à vida social, torna-se um observador dos diferentes quadros sociais: a pobreza, a educação e a assistência médica e sente que colaborará sempre pela defesa dos oprimidos.

Assim Napumoceno deixa escrito no seu testamento que deve ser feita a distribuição de dinheiro aos pobres do Mindelo e de São Nicolau: “[...] aos dias 30 de cada mês a Maria da Graça enviará a quantia de 300\$00 para as pessoas de S. Nicolau de que deixo relação anexa.” (*TSN*:159).

É a partir do olhar reflexivo e crítico do protagonista que o homem de S. Vicente é construído como

[...] influenciável, miscigenado por diferentes culturas regionais, sem antepassados com origem em S. Vicente, como um ser instável e fluido, sem a salutar verticalidade e firmeza do natural de Santo Antão ou Santiago onde os valores sociais regionais se mantiveram intangíveis. (*TSN*:140).

Numa primeira faceta, como vimos, já o protagonista é representado como um conceituado comerciante do Mindelo e “[...] de rara intuição ou então um homem de uma sorte macaca” (*TSN*:54), honesto e respeitador.

A segunda faceta corresponde a um homem que sabe aproveitar as oportunidades, astucioso, estratégico de planos que resultam quase sempre em benefícios a seu favor. A distribuição de cal às famílias desabrigadas foi um artil estruturado com interesses pessoais, pois Napumoceno pretendia ganhar prestígio junto da câmara municipal, o que lhe permitiria o seu ingresso na vida pública.

Por outro lado, ao não pagar taxas alfandegárias, foge à lei e desta forma pouco escrupulosa cria formas que lhe garantam lucros fáceis e crescimento social.

O narrador do testamento representa Napumoceno como um homem ambicioso, mas também sensível e apaixonado. Mas o narrador textual constrói uma personagem fascinante, complexa, contraditória e bastante enquadrada em valores próprios da sociedade burguesa mindelense.

A terceira faceta revela um homem apologista do progresso, confirmado pela nova técnica americana adquirida durante a sua viagem aos Estados Unidos que a personagem assimila e implementa no seu gabinete: “Sem dúvida que a técnica melhora a vida, poupa esforço e energia, já não precisava gritar, era só acender a luz respectiva. Mas incontestavelmente que a maior aquisição tinha sido um gravador de ligar ao

telefone.” (TSN:46). Napumoceno, influenciado pelo avanço da civilização, torna-se frenético e quase “[...] um maluco fugido do manicómio.” (TSN:47) na voz crítica de Carlos. Napumoceno sofre alterações psicológicas e de “[...] calmo e pacato, vinha nervoso, apressado, concludente e falador.” (TSN:46). A respeito deste traço de carácter Glaudes e Reuter dizem: “[...] le personnage, en tant que marqueur de l’historicité, repercute l’évolution des personnes sociales et se modifie au même titre que les représentations qui accompagnent leur transformation.” (1998:72).

Posteriormente a personagem Napumoceno reflete sobre a adequação do avanço técnico e considera ter exagerado em relação aos benefícios da ciência e da técnica nas ilhas crioulas “[...] que nos deleitam e também os instrumentos mais mortíferos para a destruição do homem.” (TSN:48). Com esta reflexão o protagonista é levado a comparar e a diferenciar os valores destrutivos que são resultantes do avanço da tecnologia, dos valores ainda existentes nas ilhas, como naturais e que Napumoceno acaba “[...] por defender com unhas e dentes [...] porque de que vale ao homem ganhar todas as riquezas do mundo se perder a sua alma?” (TSN:48).

Ele vem a revalorizar as raízes e a querer-se perpetuar pela via da memória, uma das facetas disfarçada do homem cabo-verdiano, sofredor, castigado ao longo do tempo por secas, chuvas arrasadoras e fome.

Apesar de o protagonista ser cético em relação ao progresso, ele era fascinado pela técnica, amante da cultura e da leitura, tinha “[...] a secretária atrancada de biografias de homens célebres...” (TSN:49) e lia a biografia de Lincoln com admiração.

A quarta faceta de Napumoceno liga-se ao amor. Ele retrata Adélia do ponto de vista romântico com os atributos de mulher pura, inocente e intocável e compara-a a uma “gazela brava” (TSN:85).

Inicialmente o protagonista nutre um amor idealizado de natureza platónica que relembra o amor impossível, inacessível e inatingível de *O Banquete* (Platão, século IV a.c.), de elevação espiritual, sublime e celestial. Depois Napumoceno, insatisfeito, passa à fase mais romântica e mesmo realista vendo a sua amada como humana e sente-se possuidor de um corpo que desejava e amava: “[...] e ele abraçava Adélia e ela dobrou-se sobre ela no tapete da larga sala sentindo que quebrava uma coisa sagrada [...]” (TSN:103).

Para Napumoceno, a personagem feminina Adélia adquire um sentido complexo de algo sagrado, intocável, sentimento contraditório ao sofrimento e descrença sentidos pelo afastamento e recusa dela. O protagonista, minado pelo sofrimento amoroso, romântico, decide regressar ao espaço físico da sua infância, S. Nicolau.

Na escrita de *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, o protagonista é dado a ver na perspetiva da idealização de Adélia como uma mulher digna de perfeição. Estes diferentes estados de alma são vistos com certa comicidade pelo narrador que descreve-a através de uma linguagem concessiva: “[...] mas o que sobretudo o encantou foram aqueles olhos que não paravam como se estivessem eternamente assustados ou espantados [...] naquele dia e nos seguintes ele sentiu-se de todo apanhado [...]”. (TSN:86).

Na voz de Maria Francisca, abreviado para Chica, Napumoceno é retratado como educado, afável, atencioso e “discreto” (TSN:60).

Outras figuras femininas passam pela vida amorosa do protagonista. Jóia, idade de 40 anos, jovem, “seios opulentos” (TSN:62), residente na América do Norte, de frescura juvenil, de atitudes não tradicionais em relação à posse do homem, em que os papéis homem/mulher e mulher/homem são iguais. Por sua vez, Amanda quer forçar Napumoceno ao casamento.

Napumoceno estabelece vários elos de ligação com outras personagens textuais. É a voz reflexiva e crítica do Dr. Sousa que alerta o protagonista para a superficialidade das gentes do Mindelo e que no seu olhar sofrem modificações, consequentes das próprias influências das ilhas.

Por isso a personagem traça o retrato social da ilha de S. Vicente: ocupam-se do dinheiro e a maioria dos seus habitantes vêm de outras ilhas de Cabo Verde, de fortes tradições

[...] e já com enraizadas formas de estar no mundo, para de repente se lançarem num espaço não só agreste [...], para sobreviver são obrigados a miscigenar diferentes culturas regionais com o consequente prejuízo de nenhuma delas ser suficientemente maioritária para se impor. (TSN:140).

Dr. Souza ainda aponta que esse é o motivo da falta de originalidade do seu habitante que apresenta diferenças comportamentais que o fazem não ter “[...] a firmeza do natural de Santo Antão ou de Santiago onde os valores sociais regionais se mantiveram intangíveis.” (*TSN*:140).

A observação crítica feita pela personagem, em relação à cultura e à identidade do mindelense, é questionada desde que haja interferência de outras culturas que impõem os seus valores e costumes. Dr. Sousa defende a cultura regional e enraizada, como fazendo parte da tradição insular e reflete negativamente em relação à abertura de outras culturas que possam interferir e alterar os comportamentos e valores das gentes. Ele defende os valores telúricos e faz a abertura à mistura de interculturas regionais que contribuam para a conservação dos valores ancestrais.

Algumas situações desvendadas pela voz do Sr. Fonseca são feitas a partir da sua reflexão “[...] que nenhum homem poderá alguma vez pretender conhecer outro em toda a extensão e profundidade do seu mistério.” (*TSN*:11), questionando a temática do Ser /Parecer conforme mostra o seguinte excerto:

Porque quem na verdade alguma vez sonhou que Napumoceno [...] poderia ser capaz de aproveitar das idas da sua mulher de limpeza ao escritório e entrar de amores com ela pelos cantos da divisão e por cima da secretária, ao ponto de chegar ao preciosismo de lhe fazer um filho, melhor dizendo uma filha, em cima do tampo de vidro! (*TSN*:11).

Devido ao seu carácter e personalidade muito heterogénea, o protagonista esconde-se aos olhos de uma sociedade ainda conservadora nos seus valores morais, personagem que não é aquilo que parece.

Carlos, personagem ambiciosa e desencantada pensa herdar a fortuna de Napumoceno; Chica, pelo seu estatuto social é conformada e submissa; Maria da Graça é valorizada e protegida, visto que é ela a destinatária da história da vida de Napumoceno, representada em documentos. A filha do protagonista vai reconstituindo “[...] aos poucos a vida do pai” (*TSN*:144), fazendo através da história de Napumoceno o relato dos tempos colonial e a Independência com a função de reconstrutora da sua vida.

Pode-se dizer que, na construção caracterizadora de figura principal e das outras que gravitam em torno dele, o narrador põe em evidência atitudes que por vezes

expressam comicidade, devido a situações e comportamentos que entram em rutura com hábitos e modos sociais correntes. São exemplos: a longa extensão do testamento escrito pelo protagonista de “[...] 387 laudas de papel almaço pautado, sendo as primeiras 379 laudas à máquina e as restantes manuscritas com caneta de tinta permanente.” (TSN:27); a escolha do referido trecho musical de Beethoven para o seu funeral, a relação com a sua empregada de limpezas, Mari Chica, ao fazer a sua filha Graça sobre a secretária estilo Luís XV; o fato que seria a sua mortalha e que ele guardou na dispensa, mostram que Napumoceno para além de ser um homem que se fez culto, de gosto requintado, lutador no seu trabalho e impetuoso, por vezes é excêntrico e transgressor a padrões sérios e oficiais.

Em *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, as personagens recuperam e desmitificam símbolos cruciais das culturas oficiais e refratam a realidade urbana mindelense, com o propósito de reconstruir um novo paradigma liberto de opressão e do bem parecer social.

Para uma melhor compreensão da construção da personagem no *corpus* selecionado de Germano Almeida, procurou-se fornecer alguns elementos geohistóricos das ilhas enquadradas em cada uma das narrativas, resumos das diegeses, levantamento das personagens e seus traços políticos, sociais e culturais representativos de cada contexto geográfico.

Dentro do possível tenta-se aplicar o ensaio “Para um estatuto semiológico da personagem” de Philippe Hamon, tendo em vista a categoria, o significado das personagens e suas relações nas duas narrativas *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo* e *O Dia das Calças Roladas*.

Retoma-se a personagem Napumoceno que é construída pelo autor pela presença na escrita do testamento/memória, de mais de 168 folhas, “[...] em 387 laudas de papel almaço pautado” (TSN:27) e o seu funcionamento com as outras personagens na narrativa com a finalidade de expor velhos paradigmas, cujo objetivo é de fazer a sua reinterpretção nos primórdios da Independência Nacional. Como já foi dito, pela escrita, Napumoceno reconstrói o seu passado de vivências no Mindelo, viaja por diferentes espaços de Cabo Verde e veicula os seus valores socioculturais.

A importância dessa personagem reside no retrato reconstruído por ele da sociedade crioula numa longa escrita que pela sua extensão constitui uma transgressão à

norma instituída. Ele é minucioso, atento a pormenores, discreto, reflete em momentos marcantes sobre a sua vida, colhe a experiência dos seus contactos com as outras personagens da narrativa, entre as quais o Dr. Sousa.

Pela voz do protagonista Napumoceno, Germano Almeida posiciona-se a respeito das ilhas, das suas origens, enfim, ele retrata o sentir cabo-verdiano. É a personagem que pela sua desenvoltura na narrativa relaciona-se com as diversas figuras e apresenta maneiras diferentes de tratar os fenómenos culturais pela formação *sui generis* do seu povo. A propósito deste assunto Cristina da Costa Vieira refere: “[A argumentação pragmática traduz o pragmatismo da personagem [...]” (2008:153) em relação aos seus negócios, às suas inspirações até às “[...] vinte e oito escovas, cada quatro dentro do seu copo de plástico, todos rotulados por cada dia da semana [...] passando pelas vinte e cinco mastigadelas que dá na comida e o asseio na roupa.” (2008:153).

Napumoceno é um signo que remete para a realidade do mundo exterior, o universo sociocultural e político da burguesia mindelense que pelos seus atributos e ligações com as outras figuras textuais caracteriza-se como personagem-referencial segundo Philipp Hamon e apreende o sentido cultural de uma sociedade colonial e pós-colonial presente na sua voz por intermédio do Dr. Sousa “[...] que lhe abrisse os olhos para um S.Vicente amável mas superficial, de amizades fáceis mas fortuitas e passageiras como se as pessoas estivessem apostadas em não se deixarem marcar ou prender.” (TSN:140).

O protagonista como porta-voz do Dr. Sousa, personagem crítica refere que “a própria experiência ensinara que esta ilha transforma as pessoas, tornando-as ligeiras, quase que desprendidas, preocupadas apenas em ganhar dinheiro para festejar, como se esta fosse a única coisa válida da vida.” (TSN:140). É uma voz que reflete sobre os problemas fulcrais do ilhéu, baseando-se nas suas origens geosociais. Napumoceno é também uma personagem-embraiadora (Philippe Hamon, 1977:97) porque continua a ter a função de transmitir o pensamento do Dr. Sousa:

Sr. Vicente é uma ilha de povoamento recente, feito com recurso aos naturais das outras ilhas que a seca, a falta de trabalho e outras misérias forçaram à migração. Ora essas criaturas abandonam ilhas de fortes tradições próprias e já com enraizadas formas de estar no mundo, para de repente se lançarem num espaço não só agreste como também relativamente hostil e onde, para sobreviver, são obrigadas a miscigenar diferentes

culturas regionais com o consequente prejuízo de nenhuma delas ser suficientemente maioritária para se impor. E é esta circunstância, mais a ausência de uma ancestral ligação a esta terra, que faz do homem de S.Vicente um ser leviano e fluido, sem a salutar verticalidade e firmeza do natural de Santo Antão ou Santiago onde os valores sociais regionais se mantiveram intangíveis. (TSN:140).

O Dr. Sousa faz várias observações em relação ao carácter do homem de São Vicente. As migrações das ilhas, o abandono, o desenraizamento, a miscigenação de diferentes culturas regionais e a não defesa dos valores sociais regionais como em Santo Antão e Santiago.

Ainda pelo porta-voz Napumoceno sabe-se das influências da cultura inglesa na ilha de S. Vicente, e mesmo de culturas estrangeiras e daí considerar “o homem de S.Vicente [...] o mais inautêntico de Cabo Verde.” (TSN:141).

Essas referências evocadas pela figura do Dr. Sousa são de certa forma o desenho de uma identidade em construção. A relação estabelecida entre o protagonista e o doutor estende-se também à ceia de Natal de 1961 que ironicamente tem a presença da gastronomia típica portuguesa com o “bacalhau” (TSN:37) e não a de Cabo Verde.

Na relação entre o protagonista e o Dr. Sousa, este último é dotado de uma qualificação de índole reflexiva, como se constata: “[...] ele levantara a questão do marasmo das ilhas e falou dos benefícios que o dólar americano poderia [...]” (TSN:49) trazer-lhes, “[...] tendo mesmo apontado o flagrante exemplo dos Açores.” (TSN:49).

O Dr. Sousa, personagem secundária cuja função é refrear o entusiasmo progressista de Napumoceno e levá-lo à reflexão.

Deve-se informar que esta personagem exerceu também as funções de adjuvante na primeira ajuda que deu a Napumoceno em angariar “[...] o seu primeiro emprego a um cachimbo de bombardeira representando a cabeça de uma cabra. [...]” (TSN:89). Ele entra para a Millers “[...] como moço de recados, numa terra que não conhecia”. (TSN:89). O Dr. Sousa ainda atua como adjuvante na educação de Napumoceno.

A relação entre as duas personagens tem um valor social positivo. A voz dessa personagem carece de uma enorme importância na narrativa, porque é a voz da razão e do conhecimento das ilhas cabo-verdianas, defensor da autenticidade das ilhas de Santo Antão e de Santiago e consciente dos traços do povo mindelense. Ela pertence à categoria de *personagens-embraiadores*, termo já utilizado (Philippe Hamon, 1977:97),

porta-voz de ideias que apontam diferenças semânticas do ser cabo-verdiano e requisitos necessários que procuram não trair a realidade social e vivencial do povo ilhéu. Dr. Sousa funciona também como um *pivot* que articula as diferenças fundamentais do homem e do ambiente entre a ilha de S. Vicente e as ilhas de Santo Antão e Santiago.

Verifica-se que Napumoceno é também uma personagem-memória que se pode incluir na categoria de *personagens anáforas* (Philippe Hamon, 1977:97) que interpretam situações, recordações, atributos ou as figuras privilegiadas deste tipo de figura.

A ligação que o protagonista faz com as outras no universo diegético projeta e emite juízos de valor num período marcado pela ocorrência de mudanças profundas na sociedade mindelense, nomeadamente na Independência Nacional.

A atuação do protagonista na narração é uma resultante do seu envolvimento num meio social que na sua trajetória de vida recupera características típicas de protagonistas que se movem em vários ângulos: o dinamismo da cidade do Mindelo, a estrutura familiar tradicional, o comércio, as organizações políticas, as influências da América e até o amor e o seu funeral que o levam a configurar pontos de vista da realidade mindelense.

A sua relação com D. Chica que vê nela a mulher objeto e que oculta a gravidez por motivos de não revelação pública, mostra que o protagonista tinha uma posição conservadora/tradicional e fundamentou a sua atitude devido à saia verde, sua cor preferida. Ele deixou escrito no seu testamento “[...] que lhe apeteceu logo levantar quando a viu dobrada sobre a secretária...” (TSN:66).

Por questões sociais, porém, Napumoceno mandou Maria Chica para Lisboa, “porque era uma paternidade não só indesejada como impossível de ser publicamente assumida.” (TSN:134) e durante “[...] 25 anos D. Chica recebeu a sua pensão e passou recibo das quantias sem uma única vez ter procurado o Sr. Napumoceno para fosse o que fosse.” (TSN:135). Ela veio a viver maritalmente com o Silvério.

Napumoceno vem a conhecer Maria da Graça nos seus 12 anos. Apesar de Napumoceno considerar que o desejo do nascimento da filha deve-se à personagem feminina, D. Chica, ele fez dela herdeira de sua fortuna. Recordar-se o momento revelador em que Napumoceno viu “[...] três rapariguinhas falando alto e sorrindo umas

para as outras se encaminharam na direcção em que se encontrava o Sr. Napumoceno.” (TSN:136). O verbo encaminhar remete para a ideia de encontro com o protagonista que sente:

um secreto orgulho de se saber pai daquela moça bonita, alegre, de olhos vivos, sangue do seu sangue que parecia ter herdado a sua inteligência, a sua argúcia [...] e ali daquele momento orgulhou-se de poder afirmar ter-se feito a si próprio e ainda ter feito uma filha que, descidiu, viria a herdar o seu nome e os seus bens. (TSN:136).

O protagonista do afastamento passa à aproximação de sua filha.

Outro momento de encontro sucede no descampado entre a Santana e Lombo de Tanque. Ele proporciona um encontro afável e alegre e oferece-lhe uma prenda de anos dentro de um envelope. Desse momento fica um desagradável mal estar da parte de Maria da Graça ao pensar que Napumoceno é um velho desonesto que pode comprar toda a gente com dinheiro, mas ela não.

Ironicamente anos mais tarde ela tem conhecimento que sua mãe aceitara dinheiro do seu pai. Outra situação em que a figura da ironia está presente na personagem do Sr. Napumoceno é a forma interpretativa do acontecimento ocorrido da compra de 1 000 guarda-sóis e por engano ter recebido 10.000 que foram todos vendidos por causa da chuva, numa terra de seca.

Ele transgride os hábitos sociais na forma de preparação da sua última viagem, o vestuário: “[...] guardou o fato na despensa, fechou a porta à chave e partiu.” (TSN:22). Essa despensa “[...] era inquestionavelmente um compartimento seguro e ali o Sr. Napumoceno guardou o seu fato.” (TSN:22).

No paradigma do amor, o protagonista solteiro desmonta os vários momentos marcantes do seu sentir, o início, o êxtase e o desenlace e revela a ambiguidade desse encontro e desencontro. A sua primeira relação é Armanda na juventude, mas não confirma o seu comprometimento; o segundo encontro com D. Jóia, emigrante na América que teve lugar na Boa Vista, não confirmado, e por último com a personagem Adélia que provoca prazer e dor em Napumoceno. O protagonista crê um ideal afastado socialmente da realidade e acaba por ser uma personagem vítima de uma forma de estar diferente em relação ao comportamento da personagem feminina Adélia. O protagonista

tem um encontro fortuito com uma mulher de má fama “uma dacariana” (*TSN*:86), relação que lhe deixa marcas físicas.

Na relação feminina, a personagem masculina oscila entre o positivo e o negativo, duas forças antagónicas em que o protagonista sofre uma desvalorização. Pode-se dizer que a personagem principal desempenha as funções de herói-vítima, porque não consegue realizar-se.

No paradigma cultural, Napumoceno enquadra-se “[...] num universo cultural de biografias de homens célebres” (*TSN*:49), entre os quais Lincoln e o seu gosto pelo *Só de António Nobre*, o que torna a personagem culturalmente qualificada e diferenciada de outras personagens da diegese.

Na tecnologia, Napumoceno liga-se ao progresso e afasta-se dele.

O protagonista revelou-se logo “um comerciante de rara intuição ou então de uma sorte macaca.” (*TSN*:54). No comércio da cal, ele desloca-se à ilha da Boa Vista, para repouso e encetar negociações com a Casa Ben’Oliel. Aí ele estabelece uma relação íntima com a natureza do espaço, com a música e com irmã de D. Bibi que vivia na América do Norte

Ele interessa-se pela política mundial durante os quatro anos da Segunda Guerra Mundial: “Disse que deixava na sua biblioteca [...] uma pasta com 146 recortes de jornais e 4 livros de reportagens feitas no teatro da guerra.” (*TSN*:43).

Lincoln é um dos homens célebres por quem Napumoceno sente admiração, sobretudo pela sua condição social, lenhador. Repare-se que o protagonista reitera esse sentimento de fraternidade para com os pobres de São Nicolau e do Mindelo, ele tinha sido lenhador.

Na sua relação com o sobrinho Carlos Araújo, Napumoceno é distante e conhecedor do interesse pela sua fortuna: “Mas Carlos revelou-se um parente ingrato e como homem de bem que sou e sempre fui, tenho o dever moral de jamais lhe perdoar.” (*TSN*:31).

No entanto ele deu-lhe educação e o mesmo não aproveitou. Ofereceu-lhe emprego na firma Carvalho, Lda. e aí singrou, porque

[...] mostrou possuir um inextinguível faro comercial, um jeito muito próprio de conquistar e cativar e prender a clientela, e de tal forma que no primeiro ano que serviu como

caixeiro logo lhe foi atribuído pela unanimidade da direcção da Associação Comercial, após consulta popular, o prémio do Caixeiro do Ano, [...] (TSN:33).

Carlos é elevado à categoria de primeiro-caixeiro e assim adquiriu algum prestígio. Napumoceno “[...] achou ser justo fazer Carlos participar do florescer da firma que no fundo mais não era que um resumo dos antepassados Araújo, [...]” (TSN:34). Ele segue os negócios de Napumoceno “e apenas já consultava o tio por delicadeza ou repartição de responsabilidades.” (TSN:42). Napumoceno sente segurança em Carlos e passou-lhe “uma procuração com plenos poderes de gerência [...]” (TSN:46). A personagem secundária era pouco conhecedora do carácter de Napumoceno, por sua vez ele conheceu-o “[...] já rapazote, quando ficara órfão de pai e viera de S. Nicolau para viver com o tio em S. Vicente.” (TSN:53). Carlos serve de porta-voz a Maria da Graça para informá-la de duas facetas de Napumoceno: “um d’aquém América e outro d’além América.” (TSN:81).

No comportamento de Napumoceno há duas atitudes diferentes, uma de ausência de uma civilização mecânica, outra a presença do progresso: “Porque quando voltou, até carro novo ele trouxe argumentando que um carro na América tem uma vida útil de dois anos e conservá-lo mais tempo é deitar dinheiro fora.” (TSN:81).

Contudo, ele não teve coragem de vender o velho Ford verde-escuro, modelo T de 1918 e é o Sr. Fonseca que descreve os atributos do carro: apodreceu, motor calcinado, desleixado, com um valor de pelo menos 120 contos, “[...] viu-se que nem pagaria o trabalho de o deitar no lixo.” (TSN:81). O carro funciona como objeto de dedicação e de iniciação à condução, porque o Sr. Napumoceno não tinha carta de condução. Nho Isidoro, adjuvante, ensina-o a conduzir. A insistência do protagonista que aproveitava a garagem para treinar no Ford.

No paradigma político torna-se vereador da Câmara Municipal de S. Vicente com o objetivo de ajudar os pobres, visto que “a chuva que o fizera enriquecer, tinha matado dezenas dos seus compatriotas abandonados à mercê do destino.” (TSN:43). De solidário passa a posições que ele considera pouco definidas pelo PAIGC e mesmo em relação a qualquer partido: “[...] e pensavam que o Sr. Napumoceno deveria emprestar o seu nome a um partido que congregasse as forças vivas da terra, a força dos comerciantes da cidade porque não era senão o comércio que dava vida a toda a ilha.” (TSN:44-45). Ele é consciente das realidades sociais das ilhas, não interfere na ideologia

presente, anti-político considera que seria incompreendido e escolhe dizer que estava velho e doente.

Como homem lúcido opta pela escrita intimista do seu testamento e aí narra os deveres de um presidente da Câmara “um delegado da plebe, um defensor *civitatis*, nunca mais um representante do poder do Estado”. (TSN:145).

O velho Napumoceno escreve no testamento: “[...] todos os sábados a quantia de 100\$00 será distribuída pelos pobres [...] em esmolas de 1\$00 e 2\$50 [...] aos dias 30 de cada mês a Maria da Graça enviará a quantia de 300\$00 para as pessoas de S. Nicolau [...]” (TSN:159). O protagonista tem uma atitude solidária e protecionista para com aqueles que recordam as suas origens.

No paradigma dos negócios, Napumoceno revela-se de qualificação diferencial, ele “não estava interessado em ganhar dinheiro com a pobreza.” (TSN:65), é solidário para com ela. Ele queria lucros “[...] mas sobretudo no sal que vendia para Gâmbia, Costa do Marfim e Senegal.” (TSN:65). O protagonista faz negócio com o arroz e a cal que manda vir da Boa Vista e entregou à Câmara do Mindelo para as obras dos pobres. Napumoceno, homem de negócios que

começou exportando sal, pele de cabra e urzela, sal para as Áfricas, o resto para as Europas, e recebia em troca artigos de colocação garantida no mercado nacional que ou eram vendidos mesmo no cais ou logo transbordados para os naviozinhos das ilhas. (TSN:80).

O protagonista utiliza uma política expansionista comercial. Algumas vezes foi observado e “[...] apontado como tendo feito a sua fortuna em contrabando de bebidas e jóias, afirmações essas que ele nem confirmava nem desmentia.” (TSN:85). Ele é ambíguo nas suas posições, mas dotado de uma funcionalidade diferencial registada como tal a partir da sua relação com algumas figuras textuais.

É pelo testamento que Maria da Graça, personagem secundária, herdeira da fortuna de seu pai, tem a função de reconstituir a vida de Napumoceno: “Durante dias e dias Maria da Graça reconstitui para ela própria uma obsessão semelhante à que seu pai vivera na tentativa vã de encontrar Adélia.” (TSN:137). Ela estabelece para com o seu pai uma atitude de colaboração e de descoberta numa busca contínua de revelação e sobretudo na tentativa de conhecer Adélia, a grande paixão de seu pai, a ordem e o

método que punha no seu viver diário e de fazer a entrega do livro *Só* de António Nobre deixado em testamento. A escrita de Napumoceno, lida por sua filha, revela-lhe as suas preferências, como por exemplo a filosofia hindu.

O paradigma do retorno à infância está presente em Napumoceno. Ele restaura o seu sentimento telúrico no regresso a S. Nicolau para passar férias e curar “determinadas convulsões sentimentais [...]” (TSN:107).

A personagem Sr. Américo Fonseca tem a função de comunicar a morte de Napumoceno a D. Maria Francisca (D. Chica) e a Maria da Graça, que, dotada de curiosidade, faz a leitura dos cadernos escritos por seu pai e respeita os seus pedidos escritos no testamento.

Na escrita de Napumoceno há uma recuperação da personagem feminina Adélia com o propósito de entrega do livro *Só* de António Nobre e é o senhor Fonseca que a procura incessantemente: “Pede-se por isso à Exma Sra. D. Adélia o favor de entrar em contacto com os escritórios da firma Araújo, Lda., para o recebimento em mão própria do objecto que...” (TSN:118).

Maria da Graça pretende cumprir as vontades e desejos de seu pai deixadas escritas. Ela tem a função de adjuvante e é hierarquicamente superior ao nível das outras personagens, porque é ela que acumula por leitura todas as informações sobre o seu pai.

Sabe-se que Carlos faz sentir a seu tio que o mesmo não era reconhecedor do bem que lhe fizera e que “[...] não manifestara qualquer respeito, amizade ou consideração pela sua pessoa, ansiando apenas para que ele morresse depressa e sem custos.” (TSN:124). Pelas suas atitudes e pensamentos, a relação que Carlos tem com o protagonista é cínica, afetivamente distante e veicula os seguintes traços: frio, duro, ausente de princípios morais, ambicioso pelo poder e dinheiro que esperava herdar:

[...] por exemplo da alegria de Carlos num dia em que ele Napumoceno lhe dissera que havia outros presidentes sem ser o da República, que havia mesmo entre nós o presidente da Câmara. [...] Carlos ficaria só e exclusivo gerente da firma Araújo, Lda., fazendo e desfazendo a seu gosto e sem ter de pedir autorização. (TSN:124).

Carlos parece criar alguns momentos de hipocrisia, sobretudo quando grava a mensagem no gravador de seu tio e que Napumoceno, diante das palavras ouvidas de Carlos, sente a sua ingratidão, a sua falsa simpatia por ele. Pela sua atitude de gozo e de

“brincadeira”, a personagem Carlos gera o conflito com o seu tio e o mesmo afasta-o da sua vida. Cita-se a mensagem:

E nesse dia ligou e ouviu que tu não passas de um velho sefado, estás convencido que as pessoas não sabem que arranjaste fortuna passando contrabando e despindo o velho Baptista que já estava gagá, vieste de S. Nicolau com os pés cheios de pulguinha e agora estás armado em fino mas muita gente ainda se lembra de ti com mão na enxada na Praia Branca e a espantar corvos no tempo das águas e mesmo aqui em S. Vicente a distribuir recados da Coré, esqueceste depressa que eras um zé-ninguém mas qualquer dia há-de aparecer alguém com coragem para te ler a tua cartilha e fazer-te lembrar certas coisas. (TSN:125).

A atitude negativa e desqualificada de Carlos para com alguém que o tinha ajudado (adjuvante) e até o curara da tuberculose é objeto de análise pelo protagonista e confessa o seu desejo de afastamento dos negócios e de dedicar-se à escrita. Carlos retrata-o como ansioso, desconfiado e “também melindrava-se com facilidade.” (TSN:160).

D. Eduarda, empregada doméstica do protagonista, acompanha-o até à morte. É um testemunho dos últimos momentos de vida da figura central que já em delírio reafirma o seu amor por Adélia.

Como é notado, a personagem principal é a organizadora textual, porque toda a ação está centrada nela e dela partem as linhas de orientação ideológica que as personagens Dr. Sousa, Maria da Graça, D. Chica, Armanda, Jóia, Adélia e Carlos desenvolvem na estrutura narrativa, criando uma coerência lógica. A propósito disso Pierre Glaudes e Yves Reuter dizem: “Si le personnage joue, à tel point, le rôle d’organisateur dans le cas du récit, c’est parce qu’il peut articuler tous les types de séquence – narrative, descriptive, dialoguale...et donner sens à cette articulation.” (1998:73). O protagonista consegue, através do seu testamento, dar continuidade à sua vida de negócios e revisitar situações vivenciais. O conjunto de cadernos escritos reconstitui um novo tempo que repercute o seu passado e seus diálogos com outras vozes que estruturam e organizam uma lógica coerente no interior da narrativa.

A morte real da personagem dilui-se no texto, porque há outra morte provocada pelo desencanto social que fica e que está registada de uma forma heterogénea na escrita de memórias com abertura a novos caminhos de reflexão.

Os vários paradigmas ligados ao carácter de Napumoceno procuram traduzir a especificidade do homem mindelense com olhar crítico e adaptar as personagens ao meio ambiente de S. Vicente. O teórico Philippe Hamon, já referido, no ensaio “Para um Estatuto Semiológico da Personagem” expressa o predomínio de uma análise intra-textual sobre a personagem:

O significado da personagem. Definimos provisoriamente a personagem como um tipo de morfema descontínuo. [...]. O que diferencia uma personagem P1 de uma personagem P2 é o seu modo de relação com as outras personagens da obra, isto é, um jogo de semelhanças ou diferenças semânticas. Estas semelhanças e diferenças localizam-se em relação a um certo número de eixos semânticos distintos, caracterizados pela sua recorrência, e para os quais remetem, ou não, as personagens; [...] (1972:99-100).

Procurou-se acentuar o significado do protagonista na ação, evidenciando as suas particularidades em relação às outras personagens na narrativa, sobretudo salientando Carlos e as figuras femininas, destacando Maria da Graça que funciona como abertura ao desconhecido da vida privada do protagonista. Mas é o Dr. Sousa uma das figuras de grande destaque na narrativa que pelas suas qualidades de natureza crítica e reflexiva postas sociologicamente, permite precisar dois aspetos na construção dessa personagem. O primeiro fornece certas informações geosociais das ilhas que estão interiorizadas na personagem, a segunda transfere a sua experiência de observador da ilha de S.Vicente como “[...] amável mas superficial, de amizades fáceis mas fortuitas e passageiras como se as pessoas estivessem apostadas em não se deixarem marcar ou prender.” (TSN:140).

Esta personagem constrói um elo de ligação entre Napumoceno e a Maria da Graça que pela leitura do testamento conhece o Dr. Sousa que tem uma funcionalidade diferencial e autonomia na narrativa e por isso o leitor sente que a mesma filtra a voz do escritor. A propósito da presença e vivência dos acontecimentos, Manuel Lopes refere que “[...] as personagens são produto da imaginação do autor que procurou sempre evitar trair a realidade, antes acredita tê-la realçado através de tipos mais ou menos caracterizados e perfeitamente adaptados aos casos particulares.” (1972:379).

Apesar de a personagem do Dr. Sousa ser fictícia, ela não se desliga da realidade vivencial das ilhas, sendo que interpreta e problematiza modos de ver das ilhas.

Assim o protagonista, a nível cultural, estabelece uma relação de semelhança com Dr. Sousa e não de semelhança com Carlos, o anti-herói da narrativa. Napumoceno não encontra semelhanças nas personagens femininas, há uma desvalorização do feminino, mas existe relação com a sua filha Maria da Graça, na medida em que é leitora do testamento.

A relação entre o Sr. Américo Fonseca contabilista e o protagonista é a leitura jurídica do testamento e nutre por ele uma aproximação cultural. No entanto o Sr. Américo estabelece uma relação de aproximação com Maria da Graça na busca de Adélia e no desejo da entrega do livro de António Nobre.

4. *O Dia das Calças Roladas* – A propriedade da terra

No contexto ideológico de *O Dia das Calças Roladas* as personagens refratam valores políticos, sociais e culturais que permitem, no decorrer da narrativa, construir uma síntese de situações históricas em tempos descontínuos, mas que são marcas textuais em que figuram diretamente ou indiretamente dissidências de grupos sociais. Como se refere, essas querelas obrigam o leitor a uma reflexão na articulação do discurso com aquilo que está fora do texto, o social e o político, suas transformações e ruturas na evolução da sociedade cabo-verdiana.

Nessa aproximação sociológica, as personagens em *O Dia das Calças Roladas* constituem a representação mimética de um acontecimento real que resulta do entrecruzamento entre a História e a ficção, nas refigurações de tempos do passado colonial e as variantes imaginativas do discurso ficcional, bem como as reações sociais às novas ideologias políticas e suas repercussões na sociedade cabo-verdiana na Pós-Independência.

Considera-se que a história recontada é posterior a esse presente histórico, como se pode perceber na seguinte afirmação de Paul Ricoeur:

[...] les événements racontés dans un récit de fiction sont des faits passés pour la voix narrative que nous pouvons tenir ici pour indentique à l'auteur impliqué, c'est-à-dire à un déguisement fictif de l'auteur réel. Une voix parle qui raconte ce qui, pour elle, eu lieu. (276:92).

Nesta perspetiva, em *O Dia das Calças Roladas*, o tempo ficcional é conferido pelas personagens e por um narrador que refrata a voz do autor que neste caso está implicado como jurista.

De todas as figuras presentes, duas personagens se destacam na narrativa pelos seus traços, funções e atributos, Bento e Bibino, mas segundo o narrador-personagem “[...] Bento é uma personagem importante nesta história, se calhar a mais importante [...]” (DCR:119), talvez pela sua postura de calma em relação à massa enfurecida da população.

A personagem Bento desempenha a função de relator dos acontecimentos vividos no dia 30 de agosto de 1981 que tiveram origem no dia 29, na altura em que decorre.

No relatório escrito por ele predomina a escrita e registo dos acontecimentos com marcas oralizantes e de crioulo, logo com influência da sua escassa cultura intelectual, reflexo da sua pouca qualificação para as funções de relator. Bento é confiante, sincero, sério, ponderado, conformista, filho do povo, respeitado pelos populares e cumpridor de uma missão “[...] que lhe é delegada, viva a revolução cabo-verdiana, abaixo a Reforma Agrária.” (DCR:68).

O narrador-personagem traça Bento como “[...] educado, estimado, [...]” (DCR:72), receoso, temeroso, frágil, “[...] bom rapaz, é um fulano lidado com as pessoas!” (DCR:72). Bento é o responsável político da Reforma Agrária na Terrinha Vermelha.

A personagem Bibino, pouco sociável, “[...] entre autoritário e brincalhão.” (DCR:34), persuasivo, emotivo, líder, esteve preso e foi torturado. Ele exerce as funções de agente principal da UCID em Santo Antão, [...] distribuidor de panfletos e aliciador de militantes para a organização oferecendo-lhes um “cartão providencial que lhes permitiria no futuro levantar dinheiro num banco que a UCID criaria em Cabo Verde’.” (DCR:35).

Outras figuras do povo estão presentes com mais ou menos relevo no decorrer da ação na narrativa. Augusto é apresentado pelo narrador-personagem como “[...] bem-posto, um homem seco de carnes, moreno, cabelo fino e já grisalho nas têmporas, ar mais de intelectual que de lavrador.” (DCR:41). Para além disso é ignorante, não tinha suficientes conhecimentos sobre a Reforma Agrária e exerce as funções de responsável político dos Caibros.

Muitas personagens funcionam na narrativa como secundárias, mas são participantes neste motim. Exemplos: Rufino de Tutá, Antoninho de Djinha, velho, apesar de não ter ainda 40 anos e contra a Reforma Agrária; João Monteiro fora preso, simpatizante da UCID, acusado de boicotar a Reforma Agrária; Fuca, Dudu, Pedrinho é ativo e contra a Reforma Agrária; Andelmo e Franklin responsáveis políticos; Franklin era agressivo, mas amado pelo povo enfurecido; Veríssimo, talvez de uns 60 anos, irrequieto e informador e anti reforma Agrária; Tua Miranda é um figurante presente na ação. Nascimento não era sério, quase prisioneiro de guerra e também inconformista; João Pipi era atento, enérgico, firme e solidário. Pedro Rosário e Frank d'Inês líderes e tinham a função de comandar “[...] uma secção de insurrectos que pelas redondezas caçava militantes do Partido e suspeitos de militância.” (*DCR*:76). Maria José tem a função de porta-voz, porque é o informador de um indivíduo “[...] que “trazia as calças arregaçadas, tinha uma faca na mão e estava com o aspecto de quem queria matar’.” (*DCR*:85). Dindim Teixeira era conhecedor de “[...] formas de oposição ou boicotes às discussões públicas [...]” (*DCR*:113). Frank tem a função de “[...] organizador do ato conspirativo falhado [...]” (*DCR*:126). Carolino Fortes é proprietário, emigrante “[...] nos mares da Europa [...]” (*DCR*:57) e anticomunista. Adriano é um jovem lavrador que é morto durante o desenvolvimento do motim. Bailão é professor na Ribeira Grande. Camilo é medroso. Ambos são defensores da Reforma Agrária.

Por outro lado, o narrador-personagem introduz outras personagens que estão relacionadas com o motim e que são defensoras da ordem e também do anteprojecto da Reforma Agrária.

O Capitão Sotero é militar, procurava manter a ordem na população, mas é suspeito de conivência com os insurrectos, devido ao seu forte sentir que reflete a alma do cabo-verdiano, ele “[...] largou no chão a sua arma e em angustiados gritos de “nós não disparamos sobre o nosso povo; eu morro ao lado do meu povo’, [...]” (*DCR*:47). Mundinho é velho, frágil, mas continua a ser lutador: “[...] carregando uma braçada de paus, tropeçando e entregando a cada homem um manduco e uma bênção: [...]” (*DCR*:131). Ovídio Fernandes, primeiro-secretário do Partido do PAICV, desempenha as funções de orador, lutador, manipulador, problemático. O juiz-presidente do Tribunal de zona de Coculi anota as informações ouvidas. Eduardo Correia tem o grau de subtenente e pretende manter a ordem.

O povo, personagem coletiva, de grande dinâmica e energia guerreira na diegese, assume o papel de herói, porque incarna os valores da comunidade, tenta vencer os obstáculos detetados por grupos representativos de novas mudanças e mesmo daqueles que no interior da população têm posições divergentes. Ele assume uma *funcionalidade diferencial* (Philippe Hamon, 1977:92) em relação à globalidade da narração que a diferencia das restantes personagens que eram a favor da Reforma Agrária

No decorrer deste trabalho, tem-se verificado a presença de uma multiplicidade de vozes nas narrativas de Germano Almeida com a função de melhor especificar na personagem o seu contraste de ideias, pareceres e interrelações.

Na narrativa *O Dia das Calças Roladas*, o funcionamento das personagens gera um conflito interno popular em Santo Antão, devido ao desejo das forças ideológicas do PAICV quererem implementar o anteprojeto da lei de bases da reforma agrária em algumas zonas do concelho da Ribeira Grande. As personagens são construídas de acordo com os objetivos do autor em relação aos acontecimentos: “Não que me falte a necessária imparcialidade para contar o que li e ouvi e também vivi, [...]” (DCR:15).

A propósito da relação entre as figuras na narrativa, recorda-se M. Bakhtine: “Entre tous les éléments de la structure romanesque existent des rapports de dialogue, c’est-à-dire qu’ils sont opposés contrapontiquement.” (1970:52). Na narrativa em estudo, os protagonistas em primeiro lugar dão uma visão dos acontecimentos do dia das *Calças Roladas* e em segundo lugar do julgamento dos presos no tribunal popular de Coculi e ainda da reunião de Coculi para a discussão da lei da Reforma Agrária.

A veracidade dos factos sobre “os dias das calças roladas” (DCR:31) parece difícil, porque houve grande dispersão dos populares e confusão de pareceres “[...] todos querendo ser vítimas, todos querendo ser heróis.” (DCR:31).

Contudo nomeia-se algumas personagens que estão envolvidas no motim popular. Augusto, responsável político dos Caibros, fez a primeira tentativa de discussão da lei da Reforma Agrária e participou à polícia que

no dia 28 de Agosto, dia marcado para uma reunião de discussão do Anteprojecto da Lei de Bases da Reforma Agrária (LBRA), que não se fez por motivo dos elementos reaccionários terem-na impedido com ideias subversivas, [...]” (DCR:32).

Augusto tem como oponentes os populares, porque ele próprio não tinha lido o anteprojecto e por isso manifestava falta de conhecimentos em relação ao conteúdo do texto. Daí que houvesse uma certa insurreição do povo ocasionada por desconhecimento e ainda manipulação, deturpação em relação aos objetivos da Reforma Agrária e às diversas opiniões vistas e vividas pelos manifestantes.

Apesar de Augusto ser a primeira vítima da Reforma Agrária, ele explica no Tribunal os desacatos e denuncia os nomes de Epifâneo Ferreira, João Monteiro, Osvaldo Rocha e Bibino, oponentes de Augusto.

Bibino funciona como agressor de Augusto, porque o mesmo aproveitou-se da sua ausência, “[...] numa altura em que esteve preso por deserção das fileiras do PAIGC, para lhe emprenhar a mulher, levá-la ao aborto e à morte, deixando a ele Bibino com 3 filhos pequenos.” (*DCR*:34). Essa personagem que tem medo da implementação da Reforma Agrária, no “dia das calças roladas” viria a demonstrar a sua capacidade de persuasão “[...] ao conseguir “esconjurar” a agressão de que estava sendo vítima o responsável político Bento.” (*DCR*:34).

Contudo Bibino, que é o agente principal da UCID em Santo Antão, é considerado por Augusto como a alma de toda aquela conspiração. O seu nome é Albino Ferreira Fortes, acusado pelo tribunal, primeiro desertor das fileiras do PAIGC e posteriormente agente da PIDE.

João Monteiro já tinha sido preso por posse e distribuição de panfletos da UCID, é acusado de criar um clima de desordem “[...] “que seria aproveitado pela reacção sita no exterior do país para a prática de actos de sabotagem política e tentativa de estrangulamento económico a partir de uma actuação junto de certos sectores da emigração cabo-verdiana.” (*DCR*:38) e ainda de empurrar João Monteiro, atitude negada por Benvindo, devido a uma certa desorientação da massa popular.

Outras personagens foram chamadas para testemunhar, Fuca, Dudu, Julião e Augusto, figuras por vezes contraditórias em relação aos acontecimentos. Fuca diz que João Monteiro agribe o braço de Augusto Fortes e que o mesmo é golpeado e espancado e que a agressão tinha sido continuada por Joãozinho de Marcos, Lelocas, Epifâneo, Selaise, Bibino e Osvaldo Rocha. Dudu diz que atirou uma pedra a Augusto; Osvaldo Rocha persegue Augusto e Joãozinho de Marcos que “apanhou, para além de bastante pau e algum choque eléctrico, 9 anos de prisão [...]” (*DCR*:432).

A turbulência gerada em Caibros é difícil de definir e separar os agressores daqueles que não têm causado distúrbios.

No entanto Lelocas, jovem de interesses pessoais e individualistas, é contra a Reforma Agrária, seria condenado a 7 anos “[...] tendo merecido do clemente Supremo Tribunal 18 meses de maior benevolência acabaria ficando com apenas 5 anos e 6 meses.” (DCR:43).

Selaise e Osvaldo Rocha foram punidos com 4 anos de prisão e Epifâneo, que salva o capitão Sotero de paus, ferros e facas ameaçadoras, vem a dar em audiência uma opinião desfavorável sobre ele. Augusto reconhece ter sido Epifâneo “[...] o seu anjo-da-guarda nos Caibros [...]” (DCR:48) e informa que o capitão Sotero não soube reconhecer a atitude positiva de Selaise.

As figuras de Andelmo e Franklin, responsáveis políticos de Caibros, pilotam a tropa. Franklin é perigoso e defensor da Reforma Agrária e quer impô-la, porque tem tropas, armas, cadeia e cemitério. Depois de averiguados os factos, os políticos da ilha ficaram com uma ideia geral da situação na Boca do Figueiral no dia 31 de agosto que no fundo teve a intervenção popular com a presença de “estradas cortadas, caminhos barrados, residências de militantes violadas”. (DCR:50).

Desde o início da narrativa de *O Dia das Calças Roladas* que as personagens populares manifestam agressividade em relação à implementação do projeto da Reforma Agrária, talvez até por desconhecimento e falta de esclarecimento dos governantes. Pela voz do povo: “Abaixo a Reforma Agrária” (DCR:52). Antoninho de Djinha, também contra a Reforma Agrária, no fundo o que pretende traduzir é que “em Santo Antão a terra é como uma pessoa de família,” (DCR:57). A violação da terra é considerada um ataque familiar que deve ser defendido. A personagem Carolino Fortes, antigo emigrante nos mares da Europa e posteriormente proprietário, sente a influência da ideologia comunista e chega a dizer: “[...] é a Rússia a mandar aqui...” (DCR:57).

O narrador-personagem informa que Bento é o responsável pelo movimento popular vivido em Figueiral no dia 30 de Agosto de 1981, visto que ele mobilizou gente do Figueiral, de Descanso, de Terrinha Vermelha, Chã de Pedras e de outros locais.

Anteriormente no capítulo segundo foi focado o relatório escrito por Bento sobre a situação vivida em Figueiral no dia 30 de agosto de 1981. Documento de grande

importância que reúne os nomes das figuras e suas atitudes em relação a esse dia comemorativo que ele considera que teve origem no dia 29 de agosto.

Bento seleciona os vários momentos: no dia 30, Pedro Rosário, por intermédio de Cula e Camilo, pensa arrumar com a gente de Figueiral de Cima e mobilizar a população de João Afonso e Chã de Pedras. Bento narra que as gentes aglomeraram-se defronte da sua casa e Teodoro foi torturado e levado como preso.

A personagem Bento é torturada, sujeita a interrogatório sobre as actividades do Partido, a sua casa é revistada e foi obrigado a entregar “[...] 10 munições de G-3 que tinha [...]” (*DCR:67*). Em seguida foi levado para Tope de Djack com a finalidade de falar à população.

A personagem Bibino faz um comício no pátio da escola dessa localidade e diz:

Cabo Verde não tem condições de fazer Reforma Agrária, a nossa política é contra a agressão, Bento é filho do povo e não podemos agredi-lo, ele cumpre uma missão que lhe é delegada, viva a revolução cabo-verdiana, abaixo a Reforma Agrária”. (*DCR:68*).

Apesar de Bibino ser contra a Reforma Agrária, ele respeita a posição de Bento que no fundo é o responsável político da zona e que está dependente do Partido.

Em Tope de Djack, João Fortes é agredido por Damião, eles vão a casa de Pedro Dongo, arrombam uma porta, procuram documentos, vasculham a sede da JAAC/CV “[...] danificaram uma janela e rasgaram todos os livros e documentos que ali se encontravam.” (*DCR:68-69*).

Segundo Bento desde Figueira de S. João até Beco de Porto, a estrada estava interrompida, prenderam Pedro Rosário e dois sobrinhos e a estrada de Figueiral ficou cortada e a casa de Bento “[...] com janelas arrancadas e porta aberta. (*DCR:69*).

Pedro do Rosário é agitador e contra a atitude de Bento que pretende fazer uma reunião em sua casa, no local de Terra Vermelha, e vê a necessidade de reunir “[...] todo o povo de João Afonso, Figueiral, Chã de Pedras, Coculi, Caibros, Boca de Coruja, Boca de Ambas as Figueiras, etc, para impedir a reunião.” (*DCR:69*) que traduz uma aceitação da ideologia comunista: “[...] iam tirar às pessoas os seus bocados de terra,

casa, etc., já ninguém poderia vir herançar em casa dos seus pais, que as pessoas passariam a tomar o comer com senhas e a ter uma farda de dril por ano.” (DCR:70).

De novo a casa de Bento, o responsável do PAICV, que fica cercada de gente com paus, facas, pedras, catanas, numa atitude de agressão. Os seus camaradas Ovídio, Amílcar e Gonçalo esperam Bento e ouvem a voz de Pedrinho alegando as reuniões clandestinas “[...] com o objectivo de tirar às pessoas as suas terras, casas e animais domésticos.” (DCR:70). Gera-se uma certa conflitualidade e os camaradas são agredidos com pedras e a frase “cachorros da Reforma Agrária”. (DCR:71).

As figuras de Camilo, Teodoro e Domingos, ligados a Bento, esperam-no em sua casa. Bento tenta acalmar e apaziguar os ânimos populares. Tua Miranda, Antoninho Gabanixa, Rufino de Tutá, Djô Gatinho são oponentes de Bento e João Pipi toma posição firme e enérgica em relação a Djô Gatinho, na situação de adversário, protege a casa de Bento e vê-o como “[...] bom rapaz” (DCR:72) e habituado a lidar com as pessoas.

Assim a população do Figueiral acalma. Bento, Camilo, Teodoro e Domingos estão “[...] fechados dentro de casa, ficaram a salvo desse primeiro ataque.” (DCR:72). A personagem Veríssimo, político experimentado nas lides da contestação à Reforma Agrária, reitera que a gente do Figueiral pede reforços para se defender de ataques da Reforma Agrária. Esta personagem de uns 60 anos e irrequieto disse em tribunal que em Ribeirão Osvaldo é visto como irresponsável. Tolentino reafirma a falta de conhecimento sobre essa matéria e o próprio Veríssimo confirma.

Em Ribeirão, o Manuel Firmo Pires é convocado para uma reunião, mas com certas dúvidas acerca da sua realização. Na espaço de Terrinha Vermelha, Veríssimo disse que no dia 30, ele e o pessoal de Ribeirão foram avisados pelo intermediário João Afonso do pedido de auxílio às suas gentes para fazerem uma concentração em Figueiral. Os boatos chegam aos diversos povoados de que a reforma Agrária está a atacar essa localidade e assim o povo pôs-se a caminho desse sítio como adjuvante.

Como se vê diversas personagens de ideias divergentes participam no movimento de *O Dia das Calças Roladas* com o objetivo de dar a conhecer as várias ações desenvolvidas de recusa e de aceitação do anteprojeto da Reforma Agrária.

Outro aspeto importante é a infiltração de traidores oportunistas sem consciência de classe e muitos como Nascimento, prisioneiro de guerr, consegue escapar. O povo

pede a Bento que fale da Reforma Agrária, mas este está escondido em sua casa, temeroso e não quer enfrentar a “massa enfurecida” (DCR:81). A população furiosa, oponente de Bento, respeita a voz de João Pipi que acaba por ser contra o inimigo.

O Pelotão-Dongo não enfrenta a multidão popular e “[...] rendeu-se sem combate nem glória às forças comandadas pelo Pedrinho.” (DCR:82). João Pipi tem posições ambíguas, ora favorece Bento ora “[...] tinha uma responsabilidade para com os seus correligionários, não podia hostiliza-los, passar para o outro lado, defender Camilo e Bento à unha.” (DCR:82).

Conforme foi dito, a casa de Bento foi violada e há um esforço do povo em querer saber quem é o violador. Maria José diz que é um indivíduo desconhecido que tem as calças arregaçadas, uma faca e mostra um aspeto feroz, Djony aponta com ameaças a irmã de Bento. As dúvidas subsistem em relação à violação da casa de Bento. O João Martimiano, como tinha levado uma arma, podia ter sido o primeiro. Há várias versões deste acontecimento e mesmo entre aqueles que são favoráveis ao Partido, nunca se veio a saber de quem partiu a ordem de ataque, nem mesmo o Presidente do Tribunal de Zona do Coculi.

Contudo, no “julgamento colectivo”, a testemunha Camilo tem certas dificuldades em ser preciso em relação aos acontecimentos vividos em torno da casa de Bento e da intenção de matar os militantes do Partido. O advogado insiste na afirmação se houve ou não esse desejo agressivo e Camilo confirma, acrescentando que é Max o primeiro a entrar em casa de Bento e “[...] a bater nos militantes ali presentes...” (DCR:89). Durante a audiência, Max confessa que Bento sabe lidar com o povo e que o mesmo o respeita. Sabe-se que Max agride Camilo à paulada e o mesmo “[...] saltou a janela da casa de banho, desatou a correr, [...]” (DCR:90).

Desde a época colonial que a Reforma Agrária não era bem aceite em Santo Antão, os proprietários defendiam as suas terras e trabalhavam nelas e não queriam estar sob a jurisdição do Partido. Neste período contestatário, os responsáveis pelo conflito detidos para averiguações, confessaram:

[...] em Maio ou Junho de 1980 tinham participado numa reunião no fundo de um tanque de trapiche com um responsável da UCID na qual haviam discutido as formas de oposição à Reforma Agrária. Pelo que essa reunião, que viria a ficar na sentença com o

nomed de “reunião conspirativa de Chã de Banca”, foi determinada como tendo a sua origem dos acontecimentos de Agosto de 81. (DCR:94).

Recupera-se a personagem Bento, em sua casa que funciona como sede do Partido e sentado no divã é ameaçado pelo Djony que insiste na sua saída para a rua, como atitude de grande importância, traduzida numa palavra de ordem. Bento temeroso, sai e

[...] os amotinados olham-no sem rancor e sobretudo sem nenhuma pergunta a fazer-lhe, e talvez mesmo já com pena dele, que destino útil se poderá dar a este pobre coitado que afinal das contas até que é um rapaz “lidado” com as pessoas, mesmo muito diferente daqueles outros malandros que... (DCR:99).

Assim Bento, puxado pelas barbas, é conduzido a casa de nhô Maninho. Bibino, curioso, transmite calma ao povo e aproxima-se de nhô Maninho. O Supremo Tribunal considerou-o o líder do movimento e da tentativa de golpe de Estado e por isso apanhou 10 anos de prisão sem qualquer “benevolência” (DCR:108). Essa personagem nega as acusações feitas pelas testemunhas, nega ter gritado a expressão, o Bibino do povo, pede desculpa de todas as mentiras que foi obrigado a inventar para incriminar os presos, com o objetivo de evitar a tortura.

É por intermédio da personagem Lelocas, o primeiro réu a ser ouvido pelo juiz, que se sabe “[...] dos espancamentos, das brutalidades, dos dias sem água, da lata de despejo dentro da cela sem ar, [...]” (DCR:109), atitudes de força repressiva a que o Tribunal esteve surdo.

Volta-se às personagens nhô Maninho, Bento e ao elemento G-3 que foi oferecido aos amotinados e foi Bento que transmitiu a nhô Maninho “[...] que entregasse a G-3 aos seus captores.” (DCR:110). A personagem nhô Maninho vê Bento, homem sério, respeitado e dos menos coagidos. É a personagem Bibino que em voz alta diz: “Abaixo a Reforma Agrária!” (DCR:110), expressão corroborada por uma massa enfurecida, abaixo russos e cubanos, a lei da Reforma Agrária reflete a ideologia comunista. Bibino reafirma a unidade no povo contra as forças de esquerda que o mesmo é um representante do povo, defende-o da agressão popular e desculpabiliza-o.

A reunião conspirativa de Chã de Banca é a preparatória do motim popular de o dia das calças roladas:

Pelo menos essa é a posição oficial da “nota de culpa” que fixa tudo como tendo tido em Maio ou Junho de 1980, quando chegou a Santo Antão um responsável da UCID de nome Mariano Teixeira que, depois de fazer uma reunião na sua própria casa com os irmãos Lelocas e Epifâneo e também com a presença de Antero Oliveira, “proclamou uma reunião mais alargada para o dia seguinte, à noite, em sítio discreto – um curral de trapiche – com outros elementos que deveriam ser contactados segundo o critério do Lelocas”. [...] Assim foram contactados os arguidos Joãozinho de Marcos, Miano, Bibino, Bigode, Carolino e Aníbal. (DCR:112).

As personagens citadas sentam-se no fundo de um tanque e Dindim dá início à reunião, explicando que a UCID tinha realizado dois congressos, preparava-se para um terceiro, a vinda de uma delegação da UCID a Cabo Verde com o objetivo de conversações com o Governo “[...] no sentido de haver dois partidos no país e que caso essas conversações não fossem aceites, a UCID já tinha meios para desencadear um boicote económico a Cabo Verde, a partir da actuação junto dos emigrantes.” (DCR:113). A Reforma Agrária é analisada e criticada negativamente, era necessário boicotá-la e que a metodologia a utilizar era o

[...] transporte de multidões de outras localidades para aquelas em que houvesse reunião. Instruiu ainda os arguidos no sentido de fazerem uma manifestação contra a Reforma agrária e tranquilizou-os dizendo que a UCID promoveria “distúrbio internacional”, com assalto de embaixadas cabo-verdianas e com manifestações nos países da emigração cabo-verdiana, caso algum membro da organização fosse preso por causa de Reforma agrária.” (DCR:113).

Dessa reunião foram os grandes protestos contra a Reforma Agrária e a personagem Dindim Teixeira indicou formas de oposição e mesmo boicotes e que em todos os acontecimentos ter destaque a UCID e uma recusa ao PAICV.

Assim como existe um estado de ignorância em relação à dita reforma, também existe essa falta de conhecimentos sobre os objetivos e métodos da UCID.

Osvaldo Rocha e Joãozinho de Marcos admitem conhecer apenas o nome da sigla por intermédio daqueles que emigram, Lelocas conheceu a UCID na altura em que João Monteiro foi preso em Janeiro de 1981, Epifâneo, Carolino e Aníbal ouviram falar em Chã de Banca, sem conhecimentos, Miano confessa que antes da reunião de Chã de Banca “[...] tinha ouvido a palavra da “boca de bêbados” e a vira uma vez escrita nas

paredes.” (DCR:114). A personagem Miano, comerciante, convidado para a reunião por intermédio de Dindim, ignorava detalhes políticos.

As vozes das personagens constituem depoimentos de que o advogado de defesa se serviu em tribunal, para reafirmar que não tinha havido qualquer intenção de desestabilizar o regime em vigor.

Ainda outros testemunhos, José Manuel Fonseca tinha sido agredido e teve dúvidas em ouvir o Tua Miranda aplaudir a UCID; Cirilo Jerusalém Fortes disse que tinha sido agredido no dia do depoimento e na voz de Bibino foi oprimido e obrigado a dar a saudar a UCID; José Anacleto dos Santos considera que as acusações feitas contra Lelocas não lhe deram possibilidade de defesa; Arlindo Nascimento Fortes “[...] disse que atribuiu uma frase a João Monteiro porque foi obrigado na Povoação...” (DCR:115).

Os testemunhos não são aceites, porque o Supremo Tribunal Militar opõe-se ao requerimento da defesa devido à discrepância de opinião entre a primeira testemunha e as seguintes.

No entanto é interposto o recurso dessa decisão e esse Tribunal

[...] aceitou como já efectivamente provados os factos dados como provados pela instância, isto é, que a UCID “tem por finalidade lutar contra o Regime Político vigente em Cabo Verde, através de pressões económicas, chantagem política, ou seja outros meios análogos, como boatos e sabotagem de vária ordem”, que “os réus tinham conhecimento dessa finalidade e agiam por conta ou em consonância com a organização”, isto é, e em resumo, toda a globalidade da acusação por crime contra a segurança do Estado: [...] (DCR:116).

No desenrolar dos acontecimentos de *O Dia das Calças Roladas*, a personagem Bento é uma das mais relevantes no motim popular. Franklin sabe do cerco à casa de Bento e da manifestação contra a Reforma Agrária, denuncia os amotinados e avisa a polícia. Ironicamente as palavras contra a Reforma Agrária estavam escritas nas paredes da Esquadra da Polícia na Povoação. Miranda escrevia “[...] “Abaixo o PAICV”, “Viva a UCID”, “O PAICV está morto em toda a parte”, “Morte aos traidores do povo”. (DCR:121). Miano considera uma “trapalhada” (DCR:120), palavra adequada e inventada por ele para caracterizar os acontecimentos do dia das calças roladas, e esse termo adequa-se ao pensar do narrador-personagem: “Ora eu alinho com o Miano, estou

de acordo com ele, ele sabe as coisas.” (*DCR*:120). Essa personagem vem a ser condenada a um ano de prisão, mas reduzido a dez meses. Fica provado que Bibino trabalhava para a UCID e era conhecedor dos objetivos dessa organização e também do boicote aos projetos da Reforma Agrária.¹¹

Miano tinha uma loja que servia de ponto de encontro para a programação de atividades clandestinas. Pedrinho, Daniel e António preparam uma emboscada ao carro da Polícia, aquilo que o ministro do Interior considera uma tentativa de assalto a uma viatura, e o chefe da Polícia estranhando e vendo Pedrinho com enxada, prende-os. Frank, que vê a situação, manteve-se distante do acontecimento, mas faz propaganda da prisão de Pedrinho e apela à necessidade de mobilizar e juntar toda a gente do Figueiral, João Afonso, Coculi, Chã de Pedras, Boca de Coruja, Caibros, Ribeira de Jorge e Garça, fazer uma revolução e libertar os presos.

Assim Frank dirige-se a Chã de Pedras e entra em contacto com António, Nuno, Quipau, Rufino, Domingos e João de Constância e outros populares a anunciar a reunião no Figueiral com a finalidade de libertar os irmãos presos da Reforma Agrária pelos militares. Tua Miranda “[...] apareceu quando esse grupo se dirigia para o Pé de Descida de Figueira de São João. Tomou conhecimento do assunto e ofereceu: depois do trabalho vão à minha casa tomar um grogue.” (*DCR*:124).

Da parte de todos e ainda de António de Paula, João Gregória, Bibino, que toma conhecimento da manifestação e que envia João Brito como intermediário avisar as gentes de Caibros

[...] que iam fazer uma manifestação para libertação dos presos e, usando a experiência de antigo combatente do PAIGC, logo ali estabeleceu planos para prenderem militantes e levá-los para Garça. Disse mesmo que Garça ficaria sendo uma espécie de quartel-general, dado ser um forte natural. (*DCR*:126).

¹¹ É importante dizer que foram militantes que fundaram o movimento, cuja implementação no país se fez sobretudo em São Vivente e Santo Antão, aproveitando a contestação que as populações faziam contra a Reforma Agrária, que o PAIGC queria levar a cabo. A 31 de agosto, registaram-se confrontos e houve detenções de militantes ante-reforma agrária, alguns deles militantes da UCID.

Em sentença no tribunal, Franklin é visto como um dos elementos mais organizadores dos tumultos do dia trinta no Figueiral, da conspiração, da propaganda ucidista e vem a apanhar quatro anos de prisão, “[...] reduzidos depois para três.” (DCR:126).

Outras personagens, como Malaquias António da Graça considera e nega ter participado directamente no dia 30, mas no dia 24 esteve em Coculi; o Tua, Nuno Alves Monteiro, participam numa reunião da Reforma Agrária na Terrinha Vermelha, havendo alguns obstáculos na sua realização.

O Tribunal refere Leloca, Ducas, José de Bilica que foram à Figueira de São João e aí encontraram Corsino e Nuno. O réu Nuno Monteiro refere que em Figueira de São João, nhô Manuel Mariano e nhô João d’Aninha, este último veio com uma enxada fingindo que estava com o povo para não ser agredido. João de Maria de Reis e outros pegaram no Camilo e deram-lhe “[...] com enxada, blada de pedra fechada [...]” (DCR:142). Nuno Monteiro confessa que foi Nuno que o mandou acompanhar até Coculi e nega que Nhô Nê dissesse para “[...] levar pau.” (DCR:144).

Onze réus são ouvidos e sentenciados por terem danificado estradas, rebentado portas, janelas, entrado em casas alheias, agredido militantes do partido, rasgarem-lhes documentos e cortar-lhes orelhas. Citam-se: André Corsino Delgado, Domingos Rosendo dos Santos, Manuel dos Santos, José Manuel Évora, João Baptista Almeida, Marcelino António Gomes, João Maximiano, António João Maximiano, Nuno Alves Oliveira, Nuno Alves Alves Monteiro e Malaquias António da Graça. Certas figuras estabelecem relações de complexidade e distorcem ideologicamente os acontecimentos.

Verifica-se que as personagens apresentadas pelo narrador-personagem refletem a subjetividade do escritor face à reconstrução de o dia das calças roladas com o objetivo de recriar e mostrar a força e a bravura do povo cabo-verdiano: “Gostaria de contar tudo isto com palavras as mais bonitas e que ficassem para sempre na memória de todas as pessoas...” (DCR:131).

Relembra-se o discurso de Ovídio Fernandes, primeiro-secretário do PAICV em Santo Antão noticiado nos dias 29 e 30 de setembro de 1981, que sintetiza alguns aspetos importantes sobre a Reforma Agrária na ilha de Santo Antão: em primeiro lugar alude ao alargamento e experiência dos Tribunais de Zona na divulgação do

anteprojeto; o julgamento popular de uma massa enfurecida no tribunal de Coculi, de várias deturpações e agressões às autoridades militares de um

[...] grupelho antinacional que não quer e nunca quis a independência de Cabo Verde, procurou boicotar a discussão democrática de um documento que visa essencialmente a melhoria da vida do camponês, dando-lhe possibilidades de progredir com o seu trabalho, o seu esforço, o seu suor. (*DCR:136*).

Esse “grupelho” (*DCR:136*) de populares cujos nomes foram julgados pelos juízes do Tribunal Popular carece de contradições em relação aos acontecimentos vividos em algumas zonas do concelho da Ribeira Grande.

O primeiro-secretário aponta que as causas do motim devem-se ao isolamento “[...] causado pelo carácter montanhoso da ilha de Santo Antão.” (*DCR:146*); ao analfabetismo e má interpretação dos grandes objetivos do anteprojeto e mesmo da ideologia comunista.

Ovídio Fernandes continua o seu discurso em crioulo, uma marca nacional da cultura cabo-verdiana. Manifesta o seu agrado pelo Tribunal Popular da Zona; considera que [...] a administração da justiça...a aplicação da justiça!, que é um daqueles sectores mais importantes[...]

 (*DCR:148*) do governo de Cabo Verde que é necessária em defesa da “[...] harmonia, da ordem pública [...]” (*DCR:149*). A voz do discurso é firme e determinante em relação a qualquer distúrbio provocado pelos insurretos. A reforma agrária integra-se no processo de reconstrução nacional, é necessária e esse grande objetivo está enquadrado no programa do partido

[...] desde o tempo do então PAIGC, que a reacção também destruiu na Guiné-Bissau através do golpe de 14 de Novembro e que deu origem à criação dum Partido Nacional – PAICV, continuador legítimo do PAIGC, continuador legítimo de todos os princípios que orientaram o PAIGC e também herdeiros de tudo isto aqui e que tem pescamento de Cabral como seu guia, como sua norma. (*DCR:151*).

Ainda reforça a importância do julgamento dos réus, como medida fundamental para reafirmar a ordem popular e a sua continuidade. Elogia os camaradas juízes “[...] que conseguiram dar a pena justa a todos os réus e aos cúmplices, portanto, que

participaram naquelas acções [...]” (DCR:152). Comportamentos esses resultantes de influências internacionais que perturbam o processo revolucionário de transformação social e ideológica do país, iniciado 30 anos antes com Amílcar Cabral. O orador acaba o discurso, reforçando a defesa do PAICV, do governo de Cabo Verde, da população de Figueiral, Cabo Verde, a Reforma Agrária e o povo.

O povo é uma forma coletiva de herói dos acontecimentos vividos em Santo Antão. Os populares interferem no seu conjunto em posições contraditórias e por vezes ambíguas, mas de grande intensidade emocional. Sobre isto Tomachevski diz: “Le personnage qui reçoit la teinte émotionnelle la plus vive et la plus marquée s’appelle le héros” (1965:295). No contexto de grande agitação, o povo está confrontado com as forças políticas vigentes nas ilhas crioulas e mesmo o significado que ela ocupa na sua relação com as outras personagens textuais de aproximação e de distanciamento como Bento, Bibino e Franklin.

As personagens aparecem quase sempre em grupos, em companhia de uma ou de várias com a função de reafirmar diferentes oposições ideológicas. Elas ocupam uma *funcionalidade* diferencial (Philippe Hamon, 1977:92) no desenrolar da narrativa porque se demarcam em relação às forças militares.

Para além disso a sua movimentação no quadro da diegese mostra que são personalidades fortes e dinâmicas que progridem na ação. Recorda-se Manuel Lopes: “As personagens autênticas têm vontade própria, e é essa vontade própria que dá ao leitor vulgar a ilusão de que foram colhidas vivas e saltitantes [...]” (1972:376).

Embora os acontecimentos vividos sejam ficcionados, existe a presença de uma autenticidade que se vivifica de um telurismo típico do ilhéu de Santo Antão e que é acentuado pela interferência de figuras populares que mesmo contraditórias adquirem uma dimensão de poder e firmeza no espaço romanesco.

Assim a constituição da personagem nesta narrativa, resulta da interseção de ideias e comportamentos de vozes específicas de uma geografia social. Michel Zéaffa refere que “[...] le personnage est le porte-parole d’un narrateur exprimant par une écriture les multiples aspects de sa conscience, et ceux de son statut dans une société, une civilisation, une culture [...]” (1972:10). As figuras populares constituem personagens-tipo representativas de diferentes posições ideológicas e espelham sentimentos enraizados da ilha de Santo Antão.

Volta-se à personagem Ovídio Fernandes, um dos responsáveis pelo PAICV, porta-voz reflexiva da manifestação e do confronto com as forças policiais de que resulta um morto, feridos e presos implicados nos motins de 30 e 31 de agosto de 1981 em algumas localidades do município de Ribeira Grande que no desenrolar do seu discurso pretende dar relevo às figuras centrais da narrativa, visto que na Introdução o autor informa: “[...] é a história da contestação popular à discussão do projecto da lei de bases da reforma agrária em algumas zonas do concelho da Ribeira Grande [...]” (DCR:7).

Considera-se que os protagonistas populares que são oponentes à Reforma Agrária são personagens-tipo caracterizadas por traços específicos representativos de comportamentos que preservam a identidade telúrica de Santo Antão.

Como já foi referido, o autor reconstitui esses dias de confrontos representados pelas personagens que entrecruzam o real e a ficção em vários momentos de dimensão social e política do cabo-verdiano da Independência.

A propósito da visão ficcionada do povo, José Vicente Lopes refere que Germano Almeida em entrevista datada de 23.04.95 informa: “Quando os vi, concluí que aquela gente jamais poderia dar um golpe de Estado, como se procurou fazer crer na altura.” (2013:486) E prossegue:

Quando apanhei o processo não conhecia os homens. Instruí aquilo que os outros, isto é, a polícia, havia metido no processo, um calhamaço que tive de ler dias a fio. Mas depois fui conhecendo os presos e vi aqueles coitados não tinham condições de dar um golpe de Estado. Aqueles fulanos eram acusados de crimes políticos, mas não eram políticos. Tive a mesma sensação no processo da reforma agrária em Santo Antão, em 1981. O que encontrei, tanto num caso como noutro, foram homens aterrorizados. (2013:488).

Em relação ao impacto da *Lei de bases da reforma agrária* que varia de zona para zona ou de ilha para ilha, José Vicente Lopes relembra as palavras ditas por Pereira Silva:

Em Santo Antão, criou-se um clima de medo extremamente grande. As pessoas puseram na cabeça que lhes íamos tirar tudo e que iriam ficar na miséria. Por desconfiança,

preferiram não contactar os responsáveis locais do partido ou da administração para se esclarecerem. Quando se dá o incidente do 31 de Agosto, nem sequer estávamos a fazer a reforma agrária, estávamos apenas a discutir o anteprojecto de lei. As pessoas que eram contra a lei não iam às reuniões. Vivia-se uma situação esquisita: nas reuniões os quadros não abriam a boca, os proprietários que iam escutavam, mas não diziam nada... De repente, dá-se aquela confusão.” (2013:504)

5. *Os Dois Irmãos* – O direito judaico-cristão do patriarca

Numa narrativa de tempo descontínuo, construída em analepses, as personagens são reconstruídas pelo narrador na terceira pessoa e progressivamente o retrato de André, um jovem rapaz, de boa índole é analisado, interpretado e comentado, de acordo com o ponto de vista das testemunhas em tribunal e juristas. É o juiz que cria um fio condutor na narrativa que permite ouvir diversas personagens que discutem e problematizam diferentes domínios da sociologia e antropologia cultural cabo-verdiana. O autor utiliza a técnica de centralizar no Tribunal todo o conhecimento da ação e o narrador na terceira pessoa tem a função de explicar e ajuizar os comportamentos das personagens no desenrolar da diegese. O narrador constrói as personagens a partir de um questionamento retórico de natureza explicativa, por vezes de certa ambiguidade, numa busca contínua de respostas justificativas dos factos e sobretudo à problematização gerada por falta de provas do homicídio cometido ou não por André Pascoal. O retrato dos intervenientes na acção é materializado sob a forma de informações que provém das perceções do mundo exterior e da interferência com outras figuras da narrativa.

O pai de André, duro, austero, inflexível, insensível a sentimentalismos, cultor incondicional de princípios morais e costumes, defensor do culto sagrado do casamento, funciona como oponente e ligado à tradição popular, quantificado com a sua preservação a todo o custo para perpetuarem naquela comunidade, insiste com André que a honra tem de ser reposta. Em tribunal, testemunha, teve uma posição de frieza em relação ao seu filho João e viria a dizer “[...] que nunca tinha acreditado que a vítima teria a coragem de apertar a mão do irmão depois da desonra a que o tinha submetido..” (DI:61).

Ele representa a voz popular de uma comunidade de Ribeira de Santiago que preserva o enraizamento de seus valores culturais e morais. É uma personagem referencial (Philippe Hamon, 1977:96), organizadora do texto representativa da tradição de um afeto familiar que não consegue desprender-se da noção de honra, num conceito patriarcal que acaba por vitimá-lo. Maurice Halbwachs diz: “La mémoire collective remonte dans le passé jusqu’à une certaine limite, plus ou moins éloignée d’ailleurs suivant qu’il s’agit de tel ou tel groupe.” (1997:166). Mediador de um grupo social, obedece e transfere hábitos valorativos de um determinado espaço social. Pela sua atitude para com o filho André e das restantes figuras familiares, o adultério gera o conflito familiar e mesmo legislativo. Ele não aprova a amizade entre os irmãos, mas ainda aprova menos o afeto entre André e sua mãe. Cita-se texto:

André tinha tido sempre um grande apego à mãe, como se desse modo quisesse compensar-se da rigidez do pai, e antes de se casar passava muitas horas com ela dentro da cozinha ajudando-a a preparar as refeições ou então acompanhava-a quando ela saía a catar lenha, embora o pai nunca tivesse aprovado essa excessiva familiaridade e costumasse dizer com aspereza que André gostava de mais dos trabalhos próprios para mulher. (DI:60).

Dentro da hierarquia das personagens textuais, o pai é a personagem nuclear que desencadeia a tragédia na família.

A mãe oscila entre o seu sentir de forte amor maternal dos valores e o sentido da comunidade. Como testemunha diz ao juiz com um tom monocórdico “[...] que tinha visto o seu filho sangrando, mas ainda de pé e encostado a uma parede” (DI:74). Segundo testemunho da mãe em tribunal, André foi sempre “[...] manso, pacífico, meigo, [...]” (DI:75). A mãe tem uma atitude ambígua, pouco esclarecedora e contraditória.

Maria Joana é adúltera, porque comete adultério com João, irmão de André.

Tio Doménico no seu depoimento exprime o sentimento geral de frustração do povoado e confirma o adultério: “Toda a vizinhança tinha ficado a saber que o falecido tinha sido encontrado em cima da cunhada, o próprio chefe da família em pessoa tinha ouvido os ais e demais gemidos no palheiro [...]” (DI:19). Esta personagem é defensora da tradição popular bem como João o Tanso que descreve o crime e afirma tê-lo presenciado.

João, o filho mais novo, é lutador,desafiador, rebelde, frontal para com o pai e vítima do comportamento social familiar. Ele mantinha uma certa cordialidade para com o seu irmão André: “[...] eu sou teu irmão, temos que continuar a ser irmãos, não podemos permitir que o nosso pai nos separe.” (DI:185).

Pedro Miguel, amigo do réu e com a função de adjuvante na narrativa, testemunha, no seu depoimento, descreve-o como “[...] um indivíduo brincalhão, conversador, sempre bem humorado e sempre com piada pronta.” (DI:16), bom amigo, companheiro, silencioso e distante em relação a Maria Joana. Esta personagem constrói o retrato psicológico do seu amigo.

A personagem André Pascoal aculturou-se durante o tempo vivido em Lisboa na condição de emigrante, mas de regresso acaba por reassumir os seus valores de formação rural, reinserindo-se na sua comunidade. A esse propósito Osman Lins afirma que uma das funções do espaço social quando se transfigura é influenciar a personagem e “[...] que mesmo a personagem é espaço;” (1976:69). André, pressionado pelo meio popular, questiona a sua identidade, desafia o seu destino como pessoa com ideias novas, mas condicionado está dependente de forças cultivadas pelo pai, tio Doménico e toda a aldeia que prevalecem inexoráveis e que estão na origem do conflito. Já no fim da narrativa, André diz: “Nunca pensei em matar [...] Mesmo no primeiro dia não pensei que o mataria, mesmo que tivesse sido ele a dizer-me que se tinha deitado com a minha mulher.” (DI:231).

Pelos traços já apresentados, a personagem André é um marco de dinamização dos valores em circulação na narrativa. Por um lado, a personagem problematiza e questiona os valores tradicionais do ilhéu de Santiago, por outro, no seguimento do julgamento, a sua postura confronta-se com opiniões e comentários feitos pelos magistrados, durante um jantar. Sobre isso Arnaldo França comenta:

[...] no século XIX [...] denominada “Ilha de Cabo Verde” ou simplesmente Cabo Verde, afastada até à década de sessenta de uma aculturação urbana – até que ponto a condição de emigrante não explica as hesitações de André? – eis onde encontrar uma natureza genuína que se submete a leis irrevogáveis. (1977:207).

Devido a André ser uma personagem que se situa entre dois espaços sociais diferentes, Lisboa e a sua aldeia, um ser culturalmente miscigenado, caracterizado como

o homem novo ainda não aceite na sociedade rural cabo-verdiana, dando lugar no próprio julgamento a um debate que foca a importância antropológica e de sua situação no contexto social contemporâneo. A propósito da emigração, Germano Almeida explica a Dominique Stoenesco: “[...] é verdade que os emigrantes, quando chegam em Cabo Verde, chegam com hábitos diferentes, com costumes diferentes, que significam de algum modo uma agressão ao nosso modo de vida, [...]” (2004:48). O retrato de André Pascoal é construído progressivamente pela leitura das testemunhas nos dois registos, o extra-textual e o inter-textual num processo gradativo de valorização e desvalorização da personagem. A este respeito Ezquerro diz: “[...] a personagem de romance constrói-se exclusivamente com os materiais da linguagem.” (1984:106).

José Furtado é inseguro e contraditório. Ele encontra dificuldades em explicar o motivo de ter dado “[...] voz de prisão [...] apenas por o ter encontrado numa esquina com uma navalha.” (DI:135), navalha essa que não tinha chegado a reparar, se efectivamente tinha sangue, “[...] até porque ainda estava bastante escurinho e a sua vista já não prestava para alcançar certas coisas.” (DI:135).

Borges é uma nova testemunha, mas o seu papel é mudo.

O digno agente do Ministério Público é severo, duro, crítico, contraditório e cumpridor das leis jurídicas. Ele desempenha as funções de advogado de acusação. O advogado de defesa é benevolente, menos rigoroso, procura provas reais que fundamentem o crime praticado pelo réu. e mostra firmeza e decisão que fundamentem o crime praticado por André. Ele tem uma posição firme e decidida e diante da ambiguidade dos factos é minimizador e problemático.

O Merítissimo Juiz é defensor da lei, justo, cuidadoso, dirige a audiência e tem uma posição de dúvida em relação ao crime. Na dúvida do crime, esta personagem procura ser justo e cuidadoso, por isso leva trinta e oito dias a refletir.

A argumentação probabilística é importante na identificação do criminoso e na construção das várias personagens do texto e ainda na culpabilidade ou não de André Pascoal. A propósito desta matéria Cristina da Costa Vieira cita Perelman que “[...] discrimina três tipos de nexos causais, [...] como procedimentos retóricos: 1) **a procura das causas** para determinado efeito (ou o motivo, quando o efeito é provavelmente intencional); 2) **a determinação dos efeitos**; e 3) **a apreciação de um facto** pelas suas consequências; “ (2008:152). Na narrativa *Os Dois Irmãos*, o tribunal e o juiz ouvem as

testemunhas e procuram as causas e os motivos da morte de João. No entanto existe da parte dos elementos do tribunal uma apreciação dos acontecimentos ocorridos e das suas consequências.

Verifica-se ainda que o processo de construção das personagens é feito a partir da caracterização direta e indireta, dois processos narrativos que exploram a dimensão dos traços comportamentais das diferentes figuras na diegese.

Assim a descrição psicológica das personagens e o seu relacionamento familiar, refratam o quadro social dessa comunidade ainda defensora de valores éticos enraizados.

6.Visões de “fora” in *Dona Pura e os Camaradas de Abril*

Considerar as personagens cabo-verdianas fora do Arquipélago implica a consideração de um espaço “outro” que tanto afeta as personagens como o ponto de vista do narrador na primeira pessoa com a função homodiegética (1972:100).

A textualidade da Pós-Independência Nacional continua a ser um fenómeno de interrogações e reflexões e como tal, interroga a presença do discurso europeu e recria um novo tempo de renovação do discurso literário em que as vozes culturais revitalizam o passado tradicional e questionam a identidade cultural advinda do tempo em que Cabo Verde estava sob a tutela Colonial.

À cerca desta matéria nota-se que a teórica Florence Paravy fala na mobilidade das personagens e de suas relações actanciais “[...] qui unissent le personnage à l’espace, aux rapports de forces qui peuvent s’installer entre un être et son environnement [...]” (1999:18). Em *Dona Pura e os Camaradas de Abril* as personagens têm vida própria, mobilizam-se e refratem dois momentos Históricos, o de 25 de Abril de 1974 em Lisboa e o seu envolvimento no 25 de Setembro em Cabo Verde.

O “eu” discursivo recria a história das várias personagens e umas vezes funciona como narrador-personagem, outras vezes o leitor sente que ele está na narração como protagonista.

Antes de entrarmos propriamente na caracterização das personagens, é importante insistir na ideia de que esse “eu” discursivo funciona na narração, ora como narrador-personagem que está a par dos acontecimentos e apresenta as personagens, ora como

personagem-narrador que intervém na acção, independentemente do olhar crítico de algumas personagens.

A voz narrativa na primeira pessoa participa na história e é também o protagonista que vive os factos. Como personagem onnipresente, ainda na Faculdade de Direito, faz relação com Bela, apelidada de a Batatinha, com Azeitoninha e por último com Susana, filha de Dona Pura e do italiano Giovanni, com quem veio a casar.

Pelos traços marcantes de doce, olhos enormes e sempre sorridentes, os lábios bastante grossos, sempre de sorriso alegre, cândida, crédula e virgem, a Azeitoninha ainda é observada pela presença de beleza física, angolana, pedaço de mulher alta, desempenada, sorridente e com duas covinhas na face. Batatinha passou grande parte das tardes com o protagonista na Casa de Cabo Verde e Guiné. Bela é dedicada à política, “[...] andava enrolada com os MRPP, assoberbada de trabalho político e completamente indisponível para namorar.” (*DPCA*:166).

Vinte anos depois, a narrativa ficcional, entre o discurso histórico da *Revolução dos Cravos* e o discurso literário, aproxima-se do acontecimento e selecciona as personagens que viveram esse período controverso que está posto na voz narrativa do narrador-personagem que entrecruza dois tempos distintos cuja escrita do autor Germano Almeida pretende recriar.

As personagens de ficção são figuras representativas de dois tempos históricos, o colonial e a Pós-Independência e de dois espaços geográficos, a Metrópole e Cabo Verde. No decorrer da acção, elas são testemunhos que absorvem, criticam, constroem por vezes discursos ambíguos e posicionam-se em relação aos ideais defendidos como ilusórios e provisórios. Conforme dito por Manuel Lopes no ensaio, já citado, *Considerações sobre as personagens de ficção e seus modelos*:

As personagens literárias por seu lado não copiam a Vida. Interpretam-na. São a própria vida inferida através da sensibilidade, do temperamento, da inteligência, numa palavra, do estilo do artista. Simbolizam toda a problemática duma etapa da existência humana, e são a corporação do espírito da colectividade que representam, enquadrada na sua geografia e no seu tempo. (1973:382).

O protagonista vem de Luanda com uma bolsa concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian estudar Direito, em Lisboa. Primeiro vive em casa de uma portuguesa asmática e em seguida muda-se para a casa de Dona Pura que já tinha 65 anos. Durante

o seu percurso de estudante na Faculdade de Direito, conhece Bela, em seguida a sua colega de turma a Azeitoninha,. Ele namorou as duas. Bela tornou-se advogada, “[...] casada e com filhos e já em processo de divórcio.” (DPCA:153). Ele conhece Margarida com quem viveu “[...] uma intensa lua-de-mel, “ (DPCA:163). Em casa de Dona Pura conhece Susana com quem veio a casar e a viver em Cabo Verde.

Dona Pura, cabo-verdiana (traço social), do povo, “[...] rapariga bonita, alta, morena quase branca, de cabelo fino,[...]” (DPCA:35), traços físicos.

Pela grande ligação afetiva à sua terra natal, Santo Antão, já referido, ela prolonga e cultiva alguns costumes da sua terra, como a gastronomia e problematiza a temática da emigração dizendo que “[...] o cabo-verdiano teve sempre o umbigo na Metrópole, depois de mudar é que dão conta do paraíso que perderam, mas aí puxam pela orelha e sangue não sai.” (DPCA:35).

Por um lado, a personagem mantém os traços típicos da sua cabo-verdianidade, por outro sente que o viver na sua terra, constitui de certo modo essa necessidade de estar em contacto com as suas raízes e costumes. A este respeito, Alfredo Margarido destaca que “as partidas e os regressos” constituem um movimento constante na história cabo-verdiana, pois mesmo que o nativo se afaste da sua terra natal “[...] mantém os fundamentos mais típicos da sua cabo-verdianidade.” (1980:403). Dona Pura é defensora e conservadora dos valores culturais do arquipélago de Cabo Verde, na culinária e no dialeto. Conforme afirmação de Alberto de Carvalho, a partida é vista “numa perspectiva pragmática das acções humanas [...] ditada pela necessidade-subsistência [...]” (1995:14).

A dualidade de “querer ficar e ter de partir”, antagonismo consequente do realismo climatérico geosocial das ilhas crioulas. Sobre isto Simone Caputo Gomes no “Posfácio” do livro *Sonhos Caminhantes* de José Luís Hopffer Almada, diz:

Cabo Verde é um palco de destierros e saudades, de chegadas, partidas e regressos, núcleos semânticos que configuram o “terra-longismo” tão bem estudado por Manuel Ferreira a partir de uma análise de *Chiquinho*, de Baltasar Lopes. Este macrotema da literatura cabo-verdiana compõe-se, para o ilhéu, ora da saída do corpo (migração) do chão crioulo amado, ora da viagem da alma (evasão) [...]. Por coerção ou por opção, na emigração forçada ou voluntária, o corpo vai (para a Europa, a América, [...], mas a alma fica [...]) (2017:154).

Dona Pura torna-se personagem urbana, mas mantém hábitos enraizados que fazem dela, uma personagem telúrica. Mas a especificidade do cabo-verdiano que está circunscrito e limitado entre a insularidade e a geografia climática, vê-se obrigado a partir para a América e Europa. Conforme já foi dito na narrativa *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, a personagem Jóia emigra para a América do Norte e em *Os Dois Irmãos*, André sai da Ilha de Santiago para Lisboa. Manuel Lopes referencia a temática da emigração no artigo *Cabo Verde Problemas e realizações* e diz:

Das estiagens tão frequentes nasceu a necessidade de movimentação, a migração de uma região para uma outra região mais produtiva dentro de cada ilha, ou duma ilha para outra ilha, e quando a oportunidade dos progressos de navegação e da revolução industrial dos grandes países concorrentes se lhe ofereceram, a grande aventura, das ilhas para as “terras longes” do além, enfim a emigração: a fuga à fome, e a procura do trabalho – a diáspora cabo-verdiana, cuja terra mãe se lhes negava na medida em que o céu (as chuvas) se negava à terra, enquanto a população aumentava para além da capacidade de sustentação de seus filhos... (1978:289)

No que diz respeito à emigração, Germano Almeida escreve em *Estórias Contadas*:

E nem a emigração teve poder suficiente para fazer perigar esse “eixo” dolorosamente nascido do isolamento. Porque sendo um país que conta no exterior com mais do dobro da sua população interna, muito facilmente poderia sofrer efeitos erosivos catastróficos a nível cultural e de identidade. Mas o cabo-verdiano continua carregando consigo a sua cultura, vivendo nas sete partidas, a cachupa, o grogue e a morna, e nunca hesitando em evidenciá-la, porque nada no mundo será capaz de o fazer aceitar que Cabo Verde não continua o centro do mundo. (EC:12).

O velho administrador é possessivo, autoritário e também generoso pelas ofertas dadas a Dona Pura.

Mas ele muda de atitudes para com ela, torna-se solidário e ajuda-a “[...] a pôr e tirar a mesa, a lavar os pratos, e quando ela o via nesses preparos só sorria e pensava quem te viu e quem te vê, alguma vez sonhaste que chegarias a este estado, velho malvado?” (DPCA:31).

Giovanni Garpini, pintor e de bons tratos em relação ao feminino.

Firmino, cabo-verdiano, com dificuldades económicas, ambiciona uma vida próspera na metrópole. De contínuo na Secretaria da Mocidade Portuguesa, mais tarde também no Ministério do Interior, informante da Pide, defensor dos valores vigentes do Estado Novo e era contra os movimentos de libertação dos povos colonizados. Ele não percebe que os africanos queriam a libertação nacional. É uma visão retrógada, colonialista, usurpadora de vantagens obtidas durante a Ditadura.

Com a queda do regime político, ele perde benefícios económicos e para não ser preso, regressa a Cabo Verde, reconhecendo que era o seu lugar para viver.

Firmino, cabo-verdiano, não se revê, como africano no desejo da libertação nacional, mas sim ao lado dos seus de origem que eram tão portugueses quanto os nascidos em Portugal e que estavam sob a tutela do Estado Novo.

Suzana, personagem feminina, nascida em Lisboa que busca a sua herança cabo-verdiana, desejando, inclusive, aprender crioulo. Por intermédio de sua mãe, ela conhece a gastronomia típica cabo-verdiana, a cachupa, o feijão-pedra, o xerém com cabrito, depois da queda da ditadura trabalhou num programa de alfabetização das classes mais populares, pois ela acredita que “quanto mais esclarecido” fosse “um povo” menos se deixava “levar pelos vaticínios dos núncios da desgraça” (*DPCA*:171).

Esta personagem defende sempre a necessidade de viverem com os hábitos locais, mesmo quando regressa a Cabo Verde já casada. Apesar de ser filha “[...] de uma cabo-verdiana e de um italiano, nascida em Lisboa, educada como portuguesa e casada com um português não devia perder tempo com questões de identidade.” (*DPCA*:170-171).

Ana II escolhe a data do dia 11 de Novembro para o seu casamento com Natal, porque é o dia da Independência de Angola. Para ela, essa data significa o dia da liberdade da Nação que se reflete na postura do homem para com a mulher. Ela representa os valores da independência e da liberdade feminina contra o poder instituído pelo colonizador e é o símbolo da mulher autónoma e auto-suficiente: “Nunca na sua vida precisara de marido para a sustentar e muito menos agora, que tinha começado a trabalhar.” (*DPCA*:10).

Ana II, casada com Natal, o mesmo impôs regras que ela tinha que respeitar. O seu marido caracteriza-se por uma visão tradicional e conservadora o que contribuiu para a rutura. Quando aconteceu o 25 de Abril, trabalhava como secretária de administração de uma empresa ligada a petróleos. Preocupou-se em fazer duas coisas

que considerou essenciais: inscrever-se num curso de culinária tradicional, de forma a aprender “[...] a fazer cachupa, xerém com coco e outros pratos nacionais com todos os matadores, e aplicar-se em treinar o pouco crioulo que tinha trazido de Angola.” (*DPCA*:14) Ana II que é uma mistura de cabo-verdiano e angolano, pretende continuar os valores culturais do Arquipélago e não esquece a sua origem também de Angolana.

Apesar desta personagem viver no espaço de Lisboa, ela identifica-se com o cabo-verdiano emigrado, que procura formar uma ilha social. Sobre isto Alfredo Margarido acentua: “[...] verifica-se, na maior parte dos casos, uma certa pressão para que os seus valores típicos sejam, por sua vez, incluídos no quadro das vivências do grupo em que passou a estar incluído.” (1980:404).

Ana II é crítica em relação ao ambiente do Mindelo que considera diferente do de Praia: “[...] os praienses são rurais, exageradamente sérios, desconfiados, quase agressivos, enquanto o mindelense é cosmopolita, alegre, brincalhão mesmo quando está a fazer trapaça.” (*DPCA*:139). A personagem alude às festas do Carnaval, o Festival da Baía das Gatas e o Fim d’Ano, ambientes de convívio social. Ana III, é viúva de um emigrante cabo-verdiano que morreu “[...] num acidente de trabalho em Londres a bordo de um navio mercante alemão” (*DPCA*:99) que Natal conheceu e com quem veio a casar.

Natal, primo do narrador-personagem, prestara serviço militar na Metrópole como oficial que “tinha sido [...] miliciano galardoado, estava a par das tácticas guerrilheiras dignas de um jovem e urbano Mao Tsé Tung, de quem aliás foi sempre grande admirador e seguidor, [...]” (*DPCA*:11).

Ele é observado pela personagem-narrador como oportunista, aquele que consegue tirar vantagens sobre diversas situações desfavoráveis, como a escolha de cargos de importância que permitissem viajar para o exterior e lucrar com os auxílios de custo. De apoiante do PAICV a um cargo pelo MpD como diretor de um serviço que não fora criado, mas onde iria ter privilégios individuais. É retratado pelo protagonista com ironia crítica: “adaptação social e política”; “nacionalidade portuguesa”; “amante do bom champanhe francês” e beneficiou de dois “antagónicos regimes políticos que vigoraram” (*DPCA*:62-63) em Cabo Verde.

Essa personagem reflete, posiciona-se sobre a descolonização e defende que seria melhor encontrar uma forma de não perder a autoridade sobre as colónias. Ele faz uma

crítica às ideias de esquerda que cometeram “[...] a infelicidade de dar o lugar de presidente da Junta de Salvação Nacional ao Spínola que é um defensor da tese da federação com as colónias.” (:DPCA 12), é um assimilador de tudo aquilo que lhe convém das culturas que contactou. Amigo de segurança nacional portuguesa, casa com Ana I; em seguida com Ana II “[...] uma moça e pêras, mistura de cabo-verdiano e angolano, de excelente feitio e muito amiga de festas.” (DPCA:13) e por último com Ana III, viúva de um emigrante cabo-verdiano que morreu “[...] num acidente de trabalho em Londres a bordo de um navio mercante alemão” (DPCA:99) e ainda Ana Maria alentejana, militante do MRPP, promovida “por força política” (DPCA:24).

É de referir a relação que Natal faz com a personagem feminina é quase sempre de objeto utilitário. Conforme o narrador-personagem observa, Natal vivia

[...] de avenças pagas por mulheres, por acaso três Anas, estou com uma segundas e quartas, com outra terças e quintas, a mais velha contenta-se em ter apenas sexta-feira mas também paga menos, descanso sábado e domingo. [...] Digo-te com toda a fraqueza, rapaz, tenho a certeza de que no dia em que arranjar um emprego certo, ficarei pelo menos cinco anos sem ir para a cama com uma mulher. (DPCA:24).

O protagonista cria uma certa comicidade na linguagem que reflete o seu carácter volúvel, superficial e humilhante em relação à personagem feminina. A este propósito relembra-se Henri Bergson: “[...] quand un certain effet comique derive d’une certaine cause, l’effet nous paraît d’autant plus comique que nous jugeons plus naturelle la cause.” (1981:9). As carências económicas reveladas pela personagem, conduzem-na a uma rutura moral e social.

Natal ainda confessa a seu primo, as suas tentativas de sobrevivência: cosmopolita, consciente da política vigente em termos da globalização, “[...] internacionalização de capitais e de indivíduos,[...]” (DPCA:63), o papel político do MpD, em estar a tratar da integração dinâmica de Cabo Verde na economia mundial globalizada,” (DPCA:63) e duas nacionalidades.

A nacionalidade bipartida expressa um movimento transterritorial e transnacional que contribui para o alargamento e divulgação cultural que no entanto é politicamente incorreto pela personagem-narrador.

No entanto ele questiona a globalização, visto que a mesma implica o declínio do passado, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno. Sobre

isto, Stuart Hall informa que “[...] as identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do pós-moderno global.” (2015:40). Natal comenta que a presença do capitalismo vai operar uma mudança nas estruturas sociais.

Seu primo, protagonista-narrador observa negativamente e com humor crítico, as ideias postas pela personagem Natal em relação à data da comemoração do 25 de Abril de 1974 e critica a posição de seu primo em relação à “dupla nacionalidade”:

Duplas, só *whiskies*, digo-lhe, nessas coisas não pode haver duplicidade, a nacionalidade é uma das principais maneiras de um homem revelar a sua identidade, acredito que não seja por acaso que nascemos num lugar e não no outro. (DPCA:63).

Esta reflexão manifesta a defesa e a afirmação de que a identidade de um indivíduo só poderá estar ligada a uma única Nação e que a mesma constrói-se progressivamente. Ele serve-se da personagem Natal, não só para rememorar situações de acontecimentos passados antes e pós o 25 de abril, como também para construir o retrato de uma figura pragmática de um momento nacional:

Porém, estou convencido de que em cada 25 de Setembro, quando ele sorri pensativo e levanta a sua taça Riedel de bom champanhe francês para saudar esse maravilhoso dia 25 de Abril de 1974, do que na verdade está a lembrar-se é da ironia de me ter depenado na batota e quase deixado de tanga precisamente nessa noite de liberdade. (DPCA:224).

Contrariamente Natal comemora o dia da Revolução dos Cravos em 25 de Setembro, dia memorável da Ocupação da Casa de Macau em Lisboa em que ele e os estudantes ocuparam o último bastão do colonialismo.

O povo luso é o herói colectivo da *Revolução dos Cravos*, é a personagem que transgride os valores políticos vigentes e por quem o narrador-personagem sente simpatia pelas características psicológicas e morais cujos traços são de luta e de coragem, apresentadas durante esse tempo revolucionário como abertura a um novo ciclo Histórico.

O povo vitoriava os soldados, as vendedeiras de flores metiam-lhes cravos nos canos das espingardas, outras pessoas levavam-lhes comida, sandes, garrafas de laranjada..., quem

conhece a história deste país sabe como este povo pode ser extraordinário e é capaz de assumir até às últimas consequências as causas que abraça.” (DPCA:88).

No dia da revolução, o narrador passeia pelas ruas da cidade. Não parece existir qualquer descontinuidade entre o sujeito que deambula em “travelling” pela cidade e o sujeito que vinte anos mais tarde, narra os acontecimentos. A sua visão é distanciada, é como já tivesse adquirido todos os acontecimentos, soubesse como tudo se passaria e ele próprio reflete sobre o acontecimento e o teor dos comunicados:

Derrubar o regime que há longo anos oprime o país; libertar Portugal de um regime opressor...Calei-me quando dei conta de que estava a repetir, e nesse momento a música da rádio dava lugar a um comunicado que falava finalmente da concretização da queda do Governo através da rendição incondicional de Marcelo Caetano e agradecia à população o civismo e a colaboração que tinha prestado. (DPCA:95).

Luís Varela problematiza e questiona o difícil papel que a História vai operar no embate ideológico da descolonização. Ele põe o problema daqueles que lutaram em difíceis condições e que querem ser recompensados e aqueles que tiveram que “enfrentar directamente não só a Polícia de Segurança Pública como também a Guarda Nacional Republicana a cavalo, sem contar com a PIDE à paisana e mais todos aqueles outros polícias tratadores daqueles ferozes pastores-alemães.” (DPCA:203). Essa personagem rememora a presença e o contributo dos estudantes africanos em maio de 68 e que essa luta já estava dentro do pensamento dos dirigentes de Amílcar Cabral, fundador do PAIGC.

7.Síntese global da figuração das personagens do *corpus*

A partir dos traços caracterizadores individuais das personagens de cada narrativa do *corpus*, procura-se relacionar as personagens a nível temático e ideológico com a finalidade de reconstruir uma visão de conjunto das diferentes realidades sociais das ilhas crioulas antes e depois do 25 de Abril.

Com essa finalidade, retoma-se a teórica Renata Pallottini que na abordagem ao estudo da construção da personagem, ela menciona que o autor reúne e selecciona os

traços distintivos adequados aos objetivos do criador, Uri Margolin que designa por construção da personagem, aos pormenores de caracterização de determinada figura e ainda o escritor e teórico Manuel Lopes para quem a construção da personagem deve ser uma estrutura viva e coerente adequada ao meio ambiente cujas qualidades dos tipos sociais devem ser autênticas, não copiarem a vida, mas sim interpretarem-na, aquilo a que Germano Almeida chama de análise “[...] da ficção: como o escritor cabo-verdiano penetra na sociedade e depois reescreve. [...] Criar personagens de ficção, mas que traduzam esta vivência.” (sd.:633).

Pode-se dizer que nas quatro narrativas: *A Ilha Fantástica*, *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, *O Dia das Calças Roladas* e *Os Dois Irmãos*, o escritor dá quatro ilhas diferentes pela especificidade sócio-cultural.

No entanto as personagens da narrativa *Dona Pura e os Camaradas de Abril* refletem traços caracterizadores consequentes do distanciamento evasivo das ilhas e reflexões sobre o 25 de Abril em Cabo Verde.

As vozes das cinco narrativas são representativas de elementos marcantes que refletem ideias antagónicas que problematizam e espelham posições ideológicas face à reconstrução da identidade cultural de um país que saiu do colonial e que o próprio autor deseja que seja outro Cabo Verde, o seu. Sobre este assunto Eugénio Lisboa no ensaio cujo título é *Germano Almeida*, texto inédito, faz referência ao romancista John Fowles que diz: “há muitas razões para que um romancista escreva mas que todas elas têm uma coisa em comum – a necessidade de criar um mundo alternativo.” (Inédito:4).

É esse universo “alternativo” que está representado pelas personagens criadas por Germano Almeida, resultante de um forte poder de observação que denuncia a singularidade dos seus habitantes e de seus contrastes nas ilhas. Na entrevista realizada por Teresa Sofia Fortes ao autor em 11 de fevereiro de 2005, ele sublinha:

Tenho consciência de que quando escrevo sobre a Boa Vista o meu olhar é particular, diferente do olhar que tenho de São Vicente. Tenho um grande carinho por São Vicente, gosto de viver nesta ilha, mas vejo São Vicente de fora, sempre. [...] mas na Boa Vista sou filho de dentro e sinto-me filho de dentro. (2005:3).

Dessa maneira o autor reconstrói vozes com diversos posicionamentos que marcam contrastes a nível ideológico, sociocultural e político, tendo em vista de não só

obter uma ideia de conjunto da sociedade cabo-verdiana como também procurar respostas que reflitam as transformações operadas na sociedade crioula. Seguindo essa lógica geosocial, agrupa-se as personagens de acordo com as suas temáticas, mantendo o contraste de sentidos e suas posições determinantes nas narrativas.

As personagens defensoras da tradição/cultural popular: nhô Quirino e João Manco (a arte de contar histórias) (*IF*), tia Júlia, Ti Maia, Maria Santa-Bruxa (superstições) (*IF*), Pepa, Djonga (crendices) (*IF*), nha Dalina, nhô João Gau, nhô Rendall (música) (*IF*) em contraste com Bento que era contra as tradições (*IF*) os casamentos de Bento com Maria Concha que era do Rabil e vivia fora da ilha e de João Mateus com Maria Antónia que veio de fora para dentro (*IF*) em contraste com André Pascoal casado com Maria Joana da sua comunidade (*DI*); o Drº Souza que defende a cultura regional e enraizada (*TSN*), em contraste com o Sr. Napumoceno (*TSN*) que transgride a tradição popular ao querer que seja tocada a música de Beethoven no seu funeral. Contrariamente esta personagem mantém uma atitude conservadora em relação a D. Chica (*TSN*) e mesmo no ato amoroso, na sua relação com Adélia (*TSN*).

Napumoceno é uma personagem contraditória, ele oscila entre a tradição e a transgressão à norma popular. O seu contacto com outros países, sobretudo a América faz dele um renovador de ideias bastante próximo dos desenraizados, contudo vem a ficar desencantado com o progresso e continua fixo em si próprio e no Mindelo. Uma oposição antitética entre os seus objetivos e da sua prática como personagem interveniente nos negócios e nas suas relações amorosas.

Carlos ambicioso, sem a fortuna de seu tio Napumoceno em contraste com Graça herdeira da fortuna (*TSN*).

O namoro entre João Manco/Mari Bijome (*IF*), nome de origem crioula em contraste com Bento que não fala em crioulo. O padre Higgino (*IF*), religioso em oposição a Lela, ateu (*IF*). A aculturação e a integração de João Mateus(*IF*) que vem de fora para dentro e fixa-se na ilha, em oposição à saída de André Pascoal (*TSN*), de Dona Pura (*DPCA*) e de Firmino (*DPCA*) que saem para Lisboa, evasão físico, emigrantes, bem como Dona Jóia (*TSN*) que vai para a América, mas vem de férias à Boa Vista.

Ainda em defesa da tradição, o pai de André Pascoal (*DI*) e o povo (*DI*), conservadores e defensores de valores imutáveis. Pepa, revolucionário, revoltado contra

a opressão social e a atitude de abuso do administrador em relação aos operários e Justina (*IF*) em contraste com o conservadorismo da família de André Pascoal (*DI*).

Contudo Dona Pura (*DPCA*), cabo-verdiana ligada à terra natal de Santo Antão, mesmo vivendo distante, num espaço urbano é defensora e conservadora dos valores culturais do arquipélago (culinária e dialeto) e torna-se enraizada porque ela regressa a Cabo Verde, onde sente afeto e carinho solidário. Ligada por desejo de contrair a herança cabo-verdiana, é Suzana (*DPCA*) que preserva os valores da identidade cultural cabo-verdiana com a presença da gastronomia e o querer aprender crioulo.

Mas em contraste Ana II (*DPCA*) representa os valores da Independência e da liberdade feminina contra o poder instituído pelo colonizador e na mesma linha de pensamento Maria Joana (*DI*) e Adélia (*TSN*). São personagens transgressoras nas suas posições ideológicas. Ana II (*DPCA*) deseja o encontro com as raízes que funciona como um movimento do exterior para o interior, a ida para Cabo Verde.

Outras personagens, os populares Bento, José Rodrigues, Camilo, Teodoro, Tua Miranda, Antoninho Gabanixa, Rufino de Tutá, Djô Gatinho (*DCR*) dotados de grande sentimento telúrico e defensores das suas terras, em oposição a outros populares como Bento (*DCR*) e Ovídio Martins (*DCR*) que queriam implementar a reforma Agrária.

Dentro do próprio grupo de enraizados, há dissidências ideológicas contraditórias, resultantes da não aceitação de mudanças políticas. Os agricultores tornam produtivas as suas terras, graças a esforços em conjunto. (*DCR*).

Pode-se dizer que as personagens constituem um espaço de reflexão crítica sobre a política operada nesse tempo histórico, mas sem prévia informação e preparação política adequada ao povo de Santo Antão.

Outro grupo de fixos, o pai (*DI*), a mãe (*DI*); Tio Doménico (*DI*) e povo (*DI*), defensores das raízes e tradições populares em contraste com André Pascoal (*DI*) e Pedro Miguel (*DI*), emigrantes aculturados.

Na realidade o autor-criador das suas personagens, em particular três delas são de grande relevância na cultura social cabo-verdiana, o juiz (*DI*), o advogado de defesa (*DI*) e o advogado de acusação (*DI*), porque problematizam aspetos marcantes da sociedade cabo-verdiana.

Elas estabelecem um diálogo em que abordam as seguintes temáticas: a solução da emigração proposta pelos intelectuais de 30 e suas consequências; a miscigenação, a

adaptação e a inserção de leis jurídicas baseadas no Código Penal sob a jurisdição Portuguesa e o seu desajuste na Independência; a monogamia e a poligamia, sistemas de organização familiar consequentes da presença de valores éticos religiosos arreigados aos preconceitos de um tempo já passado e mesmo o desconhecimento da linguagem jurídica que o próprio advogado de defesa quer desmistificar. O juiz (*DI*) age de acordo com a lei e ironicamente posiciona-se a favor da monogamia; o advogado de defesa (*DI*) reitera a posição do juiz em alguns casos, mas já raros visto que a emigração abre caminhos a novas mentalidades. O advogado de acusação (*DI*) questiona, debate e põe dúvidas em relação à inserção do direito de uma pequena comunidade ser aceite ou não na ordem jurídica.

Conforme já anteriormente foi referido, duas posições vão surgir entre si inconciliáveis, a tradição cultural dessa pequena comunidade de Santiago e a tradição europeia, discussão que esteve sempre presente durante a audiência e julgamento do réu. O desenraizamento imposto pela emigração e que está presente em André Pascoal é um dos motivos que o leva ao afastamento da sua terra, mas existe uma segunda aproximação com a relação amorosa que ele estabelece, uma cabo-verdiana que lhe dá a continuidade da raça.

A temática da emigração é uma presença constante em vários escritores, Baltasar Lopes, Manuel Lopes, Jorge Barbosa, Orlanda Amarílis, Germano Almeida em *Eva*, *Do Monte Cara se vê o Mundo* e *Regresso ao Paraíso*.

A personagem Luís Varela (*DPCA*) consciente dos diferentes problemas existentes na sociedade cabo-verdiana, questiona e problematiza as dificuldades que a descolonização vai operar nas ilhas. Essa personagem é consciente de que há um novo tempo que pretende fazer a rutura com o passado colonial. É um momento de reflexão e de antevisão do futuro do país.

Na mesma linha de pensamento, Natal (*DPCA*), calculista, cauteloso, adaptado às situações e politicamente descrente sobretudo em relação à globalização em contraste com o protagonista narrador, a voz reflexiva e crítica consciente e conhecedora das dificuldades da reconstrução nacional. Essa mesma voz está projetada no advogado de defesa (*DI*) e no advogado de acusação (*DI*).

Em conformidade com o já dito, no desfile de personagens que geram as narrativas do *corpus*, verifica-se que por um lado, o autor serve-se da figura como

elemento da estrutura narrativa com o objetivo de recuperar e reconstruir os temas ligados às origens e às raízes, como a miscigenação, o enraizamento, a emigração, a tradição popular e por outro, apela à renovação ideológica, à reflexão crítica sobre as consequências da emigração, à reatualização das normas jurídicas, à condição feminina, às razões socioculturais que justificam determinados comportamentos, à reinterpretação dos valores étnicos e culturais e sua reflexão que especificam a identidade cultural do seu país na Independência.

O que parece é que as personagens criadas pelo autor, não abandonam o diálogo intertextual com a herança temática do passado que é observada por Germano Almeida no presente com olhar crítico e distanciado. As figuras e suas representações funcionam como realidades ficcionais que são repensadas num processo de escrita em contraste, com a finalidade de revalorizar e reescrever a sociedade cabo-verdiana com imaginação crítica, retratando os vários ambientes sociais que o autor reconstrói pela memória, desdramatizando os temas insulares trabalhados pelo movimento da *Claridade* que significou a construção das traves-mestras da moderna ficção cabo-verdiana que se foi renovando por várias décadas.

Na confrontação entre os diversos traços marcantes que constituem o homem crioulo e na sua origem com as matrizes culturais, a africana e a europeia, não é de estranhar as diferentes atitudes que as personagens encorporam de enraizamento, desenraizamento ou de transgressão ideológica num processo de reconstrução da identidade cultural. A propósito disso Manuel Veiga informa: “[...] o processo de formação social cabo-verdiana caracteriza-se pela integração e harmonização de valores e tradições culturais, provenientes de fontes e origens diversas, donde se produziu a síntese crioula.” (1998:59). Um dos traços mais significativos da identidade cabo-verdiana é a língua crioula cujo traço diferenciador está presente nas personagens Nhô Quirino e Mari Bijome (*IF*) que marca a sua continuidade como elemento integrante na cultura dos crioulos e de sua valorização que igualmente está presente na figura de Suzana (*DPCA*). Há uma valorização do ethos cultural cabo-verdiano que abrange não só o crioulo, mas também a música e a culinária que resistem às diversas transformações sociais e posições ideológicas.

Pode-se dizer que a narrativa *A Ilha Fantástica* é o texto em que as personagens consolidam uma nova autenticidade em que se revivifica o crioulo. A personagem

Bento (*IF*) falava em crioulo, sabia falar em público, tinha consciência telúrica, mas era contra as tradições e sua mulher, Maria Concha era do Rabil e vivia fora da ilha. No que diz respeito ao crioulo José Luís Hopffer Almada diz:

A criouliização do Português foi uma das possíveis formas da autonomização da literatura cabo-verdiana e constitui uma das marcas mais salientes da claridade e um dos signos maiores da sua continuidade na ficção cabo-verdiana que a ela se seguiu. (1987:176).

Mesmo fora das ilhas, particularmente na emigração, há um revigorar da cabo-verdianidade, introduzindo novos pareceres reflexivos que não interferem nos valores específicos das ilhas, visto que o regresso à terra mãe existe sempre.

Observa-se que a emigração interna, do interior para o litoral e interilhas, devido à falta de meios económicos está presente na personagem Napumoceno que vem da ilha de São Nicolau para a ilha de São Vicente, Mindelo que era a terra prometida, projeção dos sonhos da personagem que vem a tornar-se um rico comerciante. Napumoceno faz uma viagem migratória para obter melhores condições de vida, a personagem desenvolve uma viagem de conhecimento e regressa feliz ao Mindelo em contraste com André Pascoal que faz a viagem emigratória e regressa a Santiago por motivos familiares.

No conjunto de traços das personagens, a escrita do autor marca como ideário fundamental a reivindicação do pluralismo estético-ideológico como modo de conviver com as novas tendências socioculturais e pretende introduzir a vertente crítica na nova literatura cabo-verdiana.

Verifica-se que a funcionalidade das personagens nas narrativas abordadas, cada uma cumpre o seu objetivo de caracterização sociocultural e joga simultaneamente numa interação múltipla direta ou indireta com todas as outras personagens textuais no sentido de melhor especificar e problematizar as diversas realidades geosociais do homem cabo-verdiano na sua busca constante de identidade cultural. A propósito dessa relação entre as personagens, cita-se M. Bakhtine:

Partout, un ensemble déterminé d'idées, de réflexions, de mots est distribué entre plusieurs voix distinctes avec une tonalité différente dans chacune d'elles. L'auteur a pour objet non pas la totalité idéelle considérée comme neutre et égale à elle-même, mais la

discussion d'un problème par plusieurs voix différentes, son plurivocalisme, son hétérovocalisme fondamental et inéluctable. (1970:342).

Assim cada figura relaciona-se com as outras vozes de diferentes sentidos e espaços das ilhas crioulas e estabelecem relações dialógicas que diferenciam pontos de vista que são discutidos e problematizados. A este respeito relembra-se os três magistrados, o juiz, a advogado de defesa e o advogado de acusação da narrativa *Os Dois Irmãos* que problematizam temáticas de dimensão vivencial insular cabo-verdiana que interagem com as outras personagens do *corpus* e que são conscientes da emergência de renovação das estruturas sociais e ideológicas numa época já distante do colonial.

8. Relações de sentidos, (sociais e culturais) entre as personagens

As relações sociais que se estabelecem entre as personagens do *corpus*, exprimem uma diversidade de sentidos sociais e culturais que no seu conjunto ocupam uma unidade estruturante e reorganizadora de uma dinâmica social nas ilhas crioulas, mas também uma in-terrogação face à cultura ocidental. Sobre esta matéria Cristina Costa Ribeiro escreve: "[...] o romance tem particular apetência para o aprofundamento da construção axiológica das suas personagens [...]. É a força do binómio pessoa/personagem de romance que torna esta não apenas um entre outros meios responsáveis pela axiologização do texto [...]" (2008:346-347), mas também "[...]factores intra-textuais, inter-textuais e extra-textuais." (2008:348). As personagens do *corpus* refratam traços sociais das diferentes ilhas e estabelecem uma relação de valores culturais dominantes na sociedade cabo-verdiana da antes e depois do 25 de Abril.

Nas cinco narrativas, *A Ilha Fantástica*, *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, *O Dia das Calças Roladas*, *Os Dois Irmãos* e *Dona Pura e os Camaradas de Abril*, reúnem personagens que não só abrem caminhos e novos percursos na ficção como interpretam as várias realidades sociais de duas épocas, a colonial e a Independência. Nas suas interrelações, os protagonistas culturalmente distintos e

específicos de cada ilha reproduzem situações individuais e coletivas que resultam da convergência e divergência de ideias com os objetivos de renovação literária e social.

Dessa forma as personagens das narrativas em estudo, estabelecem entre elas, relações de equilíbrio e desequilíbrio que o autor sempre evitou trair a realidade de que faz parte a identidade crioula.

Desde a presença familiar e artística de nhô Luís Rendall, um dos melhores tocadores de violão que vem do tempo de nhô David a seu avô, nhô Isaac BenOliel, e outras figuras presentes no espaço social de *A Ilha Fantástica*, até à música, à dança, o ouvir contar histórias e outros aspetos que fazem parte do seu sincretismo cultural.

Da interação social que se opera entre as personagens, cada uma delas desempenha um papel importante na narrativa como fundadora de uma identidade cultural que marca o rumo e o percurso da reconstrução da cabo-verdianidade contemporânea. Mesquitela de Lima afirma que “[...] a cabo-verdianidade é nos dias de hoje muito discutida na cultura de Cabo Verde, porém para ele a cabo-verdianidade não se discute, por que temos que contar com ela.” (2007:2).

Assim a personagem refrata uma reorientação social em torno de assuntos que apesar da sua incidência ser de matriz popular, ela funciona com outras figuras e descobre novos rumos que delineiam um novo refletir. Do mesmo tipo de relação familiar coesa e respeitadora da tradição, é Dona Pura na narrativa *Dona Pura e os Camaradas de Abril* que procura manter uma ligação afetiva com as suas filhas e serve-se da gastronomia típica cabo-verdiana com o objetivo de melhor afirmar as suas raízes

Lela (*IF*), cujo significado na narrativa é de abertura à crítica social pelas suas atitudes de defesa do povo e de contestação no que dizia respeito ao sistema colonial.

No decorrer da narrativa *A Ilha Fantástica*, há personagens que são guardadoras de identidade cultural e transferem-na para outros, mesmo o próprio Lela que lia escritores portugueses: “[...] Eça de Queirós e Camilo Castelo Branco [...]” (*IF*:54).

Esse gosto pela cultura está igualmente presente no protagonista Napumoceno e com ela estabelece uma relação de equilíbrio social.

Como referimos Nhô Quirino é uma figura marcada pela presença do oral em que o seu contar é em crioulo e português. O conteúdo de algumas histórias estende-se à cultura europeia. Da parte do povo ouvinte, a receção era grande pela vivacidade, ensinamento e conhecimento do seu contar, por vezes de índole social: “Contava de

conhecidos cobardes da História que de um momento para o outro se transformavam em heróis [...]” (IF:50). Era solidário para com todos: “[...] e nhô Quirino nunca dizia não, estava sempre às ordens, mas também só fazia metade das coisas que lhe ordenavam, [...]” (IF:49). A sua relação com Mano Teia, homem de cultura, era crítica à forma como ele apresentava os assuntos.

Tia Júlia mantinha uma relação de procura e de aproximação com todos da ilha, visto que ensinava “[...] os nomes dos santos [...]” (IF:32).

Era a tia de toda a gente e com ela não era preciso cerimónias. Estava-se em casa dela como na nossa casa. Podia-se ir com a roupa de trabalho, os pés por lavar. Ela não reparava. O que importava era que se levasse os cinco tostões ou qualquer outra coisa, pois caso contrário ela não podia fazer: Os santos não dizem nada sem o “agradecimento, [...]” (IF:3).

A propaganda feita pelo povo desta personagem como invocadora dos espíritos dos mortos, reforça e alarga as relações sociais por afinidades, é o exemplo de João Galego que vai pedir ajuda a Ti Júlia, porque a sua mulher era perseguida por um espírito.

Na mesma linha de pensamento, Ti Maia que depois de morta: [...] ninguém teve coragem de lá ir morar. Segundo nhô João, a razão era simples: a casa de Ti Maia era assombrada, porque habitada por pessoas que tinham contrato com Aquele Homem, pelo-sinal-santa-cruz.” (IF:23).

Neste ambiente de superstições, há a defesa de uma conservação de valores sociais que estruturam a sociedade da ilha. Pelo seu significado e relação com os outros, nhô Quirino, João Manco e Ti Júlia enfatizam o papel de agentes portadores e criadores de culturas africana e europeia que é veiculada pelos protagonistas que são os suportes da conservação e da defesa da tradição popular e que influencia os outros. Num dos vários textos escritos por João Lopes Filho, ele esclarece:

[...] tudo quanto o homem organiza (tanto no campo moral como material) é influenciado, mais ou menos directamente, pelo ambiente sócio-cultural em que estiver inserido. Aquilo que todos fazem e sentem, a rede invisível de ideias, convenções e hábitos, são assimilados inconscientemente na educação recebida e no tipo de convivência estabelecida em cada comunidade. (s.d.:58).

Outras personagens, Ti Maninho Carol e nhô Maninho Liminha os melhores cavaleiros para as corridas, Odália, Tio Tone João Manco considerava Tujinho um ignorante cultural, mas este contestava: “Eu sou um homem viajado, já andei o mundo, conheço Rio de Janeiro, já estive na Argentina e noutros países da América, [...]” (IF:60) e dizia que João Manco nunca tinha saído da Boa Vista. Pepa denunciava “[...] as safadezas das grandes da ilha.” (IF:79).

O padre Higgino pela sua profissão marca uma aproximação: “[...] em pouco tempo já se entendia em crioulo com as passoas.” (IF:88).

A ligação afetiva que a personagem-narrador faz com Justina, a sua segunda paixão, visto que a primeira tinha sido D. Gracinha: “Eu amava D. Gracinha e os seus doces com igual fervor e acabei por me declarar inimigo figadal de quantos na minha casa a achavam feia [...]” (IF:101). A sua relação com esta personagem é de abertura a outros contextos culturais, entre ambos havia uma cumplicidade na escolha de leituras viradas ao universo americano com a figura do *cow-boy*, via-o como herói e assim no seu imaginário de criança ele estava presente na bravura dos doze pares da França “[...] modernizados e com pistola, [...]” (IF:107) e ainda *A Volta ao Mundo pelos Dois Aventureiros e Aventuras do Capitão Laurence da Arábia*.

Pelas leituras realizadas, um quadro sumário de perfil cultural está presente no protagonista que de forma contraditória desenraiza-se culturalmente, mas na função de narrador-personagem enraiza-se com a diversidade de tipos sociais e até a presença da linguagem crioula em algumas vozes dessa narrativa. Esse universo americano que também está presente na personagem Napumoceno no que diz respeito à sua viagem e gosto por outra civilização.

Outras representações sociais são de grande interesse, nha Baganha (IF) e Moriçona (IF), este último que conseguia reunir o povo no costume da matança do porco, conforme escrito pelo autor: “No dia da matança todos nos levantávamos cedo porque achávamos que a nossa contribuição era essencial e praticamente indispensável para o bom êxito de todo o serviço, [...]” (IF:137).

No decorrer deste trabalho, verifica-se que na narrativa *Os Dois Irmãos*, as relações sociais estabelecidas entre as personagens geram conflitos resultantes de leis impostas ainda no tempo colonial, sentimentos, convenções e tradições que se debatem e arrastam André para o homicídio do irmão João.

Assim dois grupos sociais distintos, o povo e os magistrados que pelas diferenças culturais produzem o impacto social sobre o réu, a aldeia e nos diversos elementos do tribunal. A relação social desenvolvida entre as personagens pai e tio Doménico refletem a forte defesa da ideologia da própria comunidade que a todo o custo é necessária que permaneça nesse povoado.

Tudo leva a pensar que em sociedades miscigenadas, seria impensável não valorizar o percurso sociológico de determinados espaços sociais que são regidos por regras, cujos princípios devem ser respeitados e admitidos por outras culturas. As personagens espelham o social e além disso remetem para um certo tipo de sociedade,

[...] que, não obstante o arquipélago cabo-verdiano pertencer em termos de coordenadas geográficas ao continente africano, a sua sociedade e a sua cultura não podem, de modo algum, ser tidas como tipicamente africanas ou, talvez melhor, não correspondem totalmente ao padrão cultural reinante no continente. (Venâncio, 2000:4).

Retomando o diálogo posto pelos magistrados, pode-se dizer que no texto *Os Dois Irmãos* vigoram dois direitos, o consuetudinário da aldeia e o positivo do tribunal. Na linha de pensamento, Cândido Figueiredo, referido por Galvão Telles, propõe-nos outro tipo de direito, em que as leis são baseadas nos costumes e tradições de um povo. O mesmo jurista informa que Ana Prata refere que esse direito é “[...] constituído por um conjunto de regras de uso ou costume, juridicamente relevantes. [...] É um direito não escrito.” (2014:501).

Deve-se dizer que no entender de Ana Prata, o direito consuetudinário pode ser admissível na ordem jurídica portuguesa e constituir mesmo uma fonte legítima de direito desde que não contrarie a Lei escrita que os órgãos de estado clamem e impõem como reguladores de uma sociedade.

A referida jurista diz que o direito positivo “[...] é constituído pelo conjunto de normas jurídicas efectivamente em vigor em dado momento e em dada comunidade.” (2014:522). Arnaldo França refere que “[...] a justiça dos homens investidos no poder de julgar aceita-se como necessária à segurança da cidade, mas é um poder que perturba.” (1980:207). Oliveira Ascensão afirma: “[...] o direito natural exprime a ordem universal da natureza.” (2001:163). Os dois direitos revelam-se inconciliáveis, pois têm um abismo sociocultural diferente e contraditório, atrás de si a repará-los. Por

um lado, a defesa de valores sociais transmitidos oralmente e que as gentes sentem e defendem o direito consuetudinário e por outro os valores impostos pela lei jurídica que constituem o direito positivo.

Chega-se ao cerne da problemática judicial e ideológica que questiona aquilo que se ajustará melhor a um verdadeiro sentido de justiça ainda em sociedades regidas por leis criadas no tempo colonial.

Assim o Meretíssimo Juiz e o advogado de acusação regem-se por um Estado de Direito positivo. André é julgado pelas leis do Código Penal. A sua família e o povo julgam-no por leis impostas pelo povo dessa comunidade.

Levantando a problemática da intertextualidade, há a tendência de aproximação com *Antígona* de Sófocles, o exemplo que melhor explica o confronto ideológico entre os dois direitos. A voz de Antígona respondendo a Creonte que lhe perguntava que leis, de quem e de quando, a autorizaram a desrespeitar o seu édito que proibia dar sepultura a Polinice: “[...] Nem de ontem nem de hoje. De sempre. Não lhes sabe nem lhes conhece a origem, mas elas permanecem, permanecerão enquanto o homem for homem, e não é do poder de ninguém anular-lhes a validade. [...] Que lei divina transgredi?” (2011:14-56). A protagonista Antígona, contra a ordem do senhor da cidade, Creonte, ela dá sepultura a seu irmão, invocando o direito natural ou divino de não recusar sepultura a um morto. Creonte é uma força ética. Ele defende as leis de estado. A autoridade do governo deve ser respeitada.

Daí que Antígona defenda o direito consuetudinário e Creonte o direito positivo.

Convém sublinhar que Sócrates anteviu o grave problema que põe a aceitação do Direito Consuetudinário e que é de saber que atitude o juiz e o cidadão devem tomar em caso de conflito entre ele e a lei positiva. Neste sentido Galvão Telles refere que Sócrates respondeu: “[...] a crença numa justiça superior não enfraquecerá as leis dos homens; estas devem ser sempre obedecidas ainda que sejam más, para que porventura os maus cidadãos não sintam estímulo e desrespeitá-las mesmo quando elas sejam boas ou más.” (2000:104).

No fundo os magistrados são portadores de uma crítica social resultante de experiências vividas ou projetadas do seu autor que está interiorizado na personagem do Agente do Ministério Público e na voz do narrador como participante da história e ele próprio projeta-se nas outras figuras da narração com o objetivo de melhor refletir sobre

a problemática da aplicação ou não das leis instituídas pelo Código Penal. A propósito da relação entre personagem e o social, Jean-Philippe Miraux lembra: “La conception du personnage est donc liée aux appréhensions et aux valeurs du monde qui le rendaient possible.” (1997:10).

Dessa maneira os magistrados e os populares fixam e debatem valores que obedecem a leis constantes e intrínsecas no espaço em que se encontram inseridas.

Considera-se que todas as relações familiares e entre magistrados chega ao leitor, provindas do decurso da audiência de julgamento, daí que se presuma que o narrador seja um participante da história, isto é, o próprio Agente do Ministério Público.

Ainda em relação aos diálogos travados entre os magistrados nos intervalos do espaço do julgamento no tribunal que merecem a nossa atenção. Sempre numa relação de cordialidade e de convívio amigável, o Meritíssimo Juiz “[...] que tinha tomado a liberdade de mandar preparar um churrasco com frangos de terra [...]” (*DI*:181), põe o problema da identidade crioula a despeito de ter estado sob tutela colonial “[...] ainda continuamos julgando os nossos irmãos como estrangeiros, nós como invasores da sua terra e dos seus costumes e valores, aplicando-lhes as nossas leis em nome de valores que não são os seus [...]” (*DI*:203). A descoberta e a colonização são questionadas na medida em que não houve uma adaptação da lei jurídica à realidade social cabo-verdiana.

Por outro lado, o advogado de defesa discute afavelmente a monogamia e a sua interpretação ao dizer: “[...] que a monogamia não só é prejudicial à saúde como até que está na origem de quase todas as doenças de que os homens se queixam modernamente, incluindo a impotência.” (*DI*:200), argumentação refutada pelo Meritíssimo Juiz, personagem defensora de valores morais e culturais que estão inseridos no Código Penal, responde: “Ser contra a monogamia é a forma como o homem cabo-verdiano se desculpa da sua promiscuidade, [...]” (*DI*:200).

No mesmo diálogo sempre descontraído, mas aberto aos vários problemas postos numa situação ainda de enraizamento islenho, o advogado de defesa considera que a poligamia é “um facto natural” (*DI*:200) no homem cabo-verdiano e esclarece que o respeito pela tradição cultural e os sagrados deveres do matrimónio ainda estão presentes em algumas comunidades na ilha de Santiago: “Mas a consequência é que tendem naturalmente a definharem-se no seu casulo e acabam por morrer porque nunca se

arejam. Com a emigração, o interior de Santiago está a arejar-se e de que maneira,[...]” (DI:200-201) e critica a forma como se processou a colonização: “[...] porque as leis dos colonizadores definiram-nos como povos sem História e sem civilização e procuraram impor-nos não só a sua própria como a sua cultura, sem se preocuparem em saber se eram pelo menos adaptáveis a nós.” (DI:203).

O advogado de defesa ainda comenta que perante a indefinição racial pura do povo cabo-verdiano nascido do cruzamento de culturas e gentes de matrizes africana e europeia, a sua adaptação e inserção nas leis jurídicas impostas e distanciadas dos planos cultural, social e étnico dificilmente cabem na especificidade da identidade crioula. Esta personagem é observada por Arnaldo França “[...] de [...] secundária [...] que pôde assumir uma posição consensual, ainda que não a nível do Tribunal [...]” (1995:206).

O juiz reflete sobre a temática da emigração e dos aspetos da assimilação e da aculturação que produziram um sincretismo cultural em vários níveis sociais e confessa :Só daqui a muitos anos poderemos vir a saber em que medida foi benéfico ou prejudicial o surto de emigração desta ilha para Portugal, [...] Porque os que emigram são necessariamente postos em contacto com outras culturas e diferentes valores sociais e na maior parte das vezes não são os valores ancestrais que conseguem sobreviver. (DI:202). Ainda em diálogo sobre a emigração, o digno Agente do Ministério Público conta o episódio da “saia branca” e por sua vez o juiz sente a dificuldade de ajuizar os benefícios ou não das partidas e dos regressos que saem das ilhas de Cabo Verde.

Este episódio relata um caso interessante de um cabo-verdiano, em férias que arranja namorada de 19 anos, mas não faz qualquer proposta de casamento. Marca um encontro em sua casa e pede-lhe que vá com “a saia branca” (DI:201). O rapaz dorme com a rapariga, mas ela pensando sempre em casamento. Ele recusa o matrimónio, argumentando que não tinha feito qualquer proposta de “[...] casar-se apenas pela razão de se terem deitado...Em resumo: foi em lágrimas que ela conta tudo em casa.” (DI:201). O digno agente falou com o rapaz, chamando-o à responsabilidade do ato cometido e disse-lhe:

[...] é o costume, a norma da sociedade em que vive que o exige, e se você a trair terá que prestar contas. E se esta lei escrita que nós aplicamos não o pode obrigar, é bem

natural que venha a ter problemas de outra ordem porque todas as comunidades têm as suas próprias leis e sabem como aplicá-las. (DI:202).

A “saia branca” funciona como um símbolo representativo e protetor da honra feminina.

No entanto o rapaz disse ao digno agente que iria pensar no assunto “[...] e pediu oito dias para resolver certas coisas.” (DI:202). Apesar de ter ido a casa dos pais da moça, o magistrado veio a saber “[...] pelo pai da moça que ele tinha ido a casa dele dizer que queria casar-se, mas dias depois desapareceu, parece que preferiu partir para fora.” (DI:202). O rapaz de ideias já distanciadas do conservadorismo ainda existente nessa família, entra em choque de valores com as tradições vigentes na ilha de Santiago. Sobre este assunto Stuart Hall chama a atenção: “As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações.” (2015:31) Elas são memórias que o povo pretende dar continuidade à tradição popular, específica desse espaço geográfico.

Dessa forma os três magistrados interpretam a sociedade e a cultura cabo-verdiana no antes e pós-colonial e problematizam temáticas que os paradigmas contemporâneos pretendem dar resposta.

A constelação social de cariz popular que envolve a personagem André é muito forte e não vai permitir que o mesmo desrespeite e transgrida normas instituídas num espaço delimitado socialmente. As suas relações com o pai acabam por ser de reintegração social e reveladoras de valores que ainda são questionados no novo cabo-verdiano da Independência.

A rutura com um cosmos socialmente mitificado pelo povo, o pai e seus familiares em relação a tradições que não se conseguem desprender da noção de “honra”, dá forma a um retrato psicossocial dessa população que se sente afetada por mudanças sociais. Desta união social e ideológica, surge o conflito social, a dramatização da emigração que é questionada pelo Agente do Ministério Público e advogado de defesa e o adensar do trágico.

No fim da narrativa, André diz: “Nunca pensei em matar [...] Mesmo no primeiro dia não pensei que o mataria, mesmo que tivesse sido ele a dizer-me que se tinha deitado com a minha mulher.” (DI:231). A atitude social de André é consequente do forte poder paternal que o incita ao crime, visto que há determinados códigos éticos que

devem ser respeitados. Em tribunal, a mãe mostra uma relação de aproximação ao filho André e o mesmo reconhece o carinho e o afeto que ela lhe dedicara no passado. Cita-se a seguinte passagem textual: “André tinha tido um grande apego à mãe, como se desse modo quisesse compensar-se da rigidez do pai, [...]” (*DI*:60).

Ao contrário o irmão João é observado com certo afastamento afetivo da parte de sua mãe. A relação social entre as personagens familiares, destacando o pai que persiste numa lógica de valorização da cultura tradicional popular que reside na honra imaculada que preserva, herdada de geração em geração, acaba por vitimar os filhos, a mãe e a ele próprio, porque é ele o motor da desconjuntura familiar.

Contudo esta personagem, representante máximo da família pensa que o seu filho André repos a ordem familiar.¹²

9.Imagens do cabo-verdiano num tempo de mudanças rápidas

Em Cabo Verde, nem todos aguentaram a mudança ocasionada pela Pós-Independência, período de transição convulsivo:

[...] em que se tinha posto em causa a ordem colonial e as suas hierarquias, a palavra camarada’ tinha substituído a palavra “senhor” [...] Aqueles que já estavam habituados a ser senhores, sofreram um choque cultural, social e político e muitos que regressaram [...] à terra depois da independência no desejo de dar o seu contributo para a reconstrução nacional voltaram a partir, (*DPCA*:142)

¹² A propósito da emigração, Manuel Ferreira salienta que o povo cabo-verdiano tem vindo a procurar “[...] por entre ajustamentos e reajustamentos o caminho da sua integral personalidade e não sendo um todo europeu também não é um todo africano e nem, tão pouco, o ajustamento de duas culturas.” (1975:70). No dizer de João Lopes, a Ilha de Santiago é de fortes “sobrevivências culturais gentílicas”, consequentes do regime de escravatura e latifundiária de exploração da terra, pouco propícia à cultura originada pela mestiçagem e interpenetrações culturais e raciais, conforme se lê nos dois “Apontamento”, constantes dos números 1 e 3 da revista *Claridade* (1936).

do arquipélago porque não aceitaram as novas formas de vivências sociais. Conforme a reflexão do narrador-personagem: “[...] o 25 de Abril significou uma viragem mundial em todas as políticas, teve uma implicação internacional que começou com o fim da era colonial, “ (*DPCA*:54). Assim a Independência Nacional não resolveu todos os problemas geosociais, como a seca e a fome, ausência de saúde, falta de escolas e de trabalho.

A tradição cultural do povo cabo-verdiano pôde ser respeitada, tentando-se mesmo superar os problemas de desigualdade social e a pobreza generalizada numa sociedade que continuava estratificada até que a soberania pudesse ser estabelecida através de novos símbolos de uma identidade nacional emergente. O povo não passou logo da condição de oprimido ao exercício de cidadania, os problemas ainda continuaram.

Cabo Verde sofreu uma crise económica, como exemplifica o narrador-personagem: Ana II e Suzana chegam à Praia e deparam-se com: “[...] longas e diárias bichas, em que se encontravam para perderem imensas horas em busca de pão ou de leite ou de gás ou de carnes ou de ovos, muitas vezes apenas para ouvirem, já acabou, nada mais.” (*DPCA*:140).

Ana II fica apaixonada pelos praienses que são rurais e caracteriza-os: “[...] exageradamente sérios, desconfiados, quase agressivos [...]” (*DPCA*:139) o homem do Mindelo é: “cosmopolita, alegre, brincalhão mesmo quando está fazer trapaça.” (*DPCA*:139). Relembra-se a personagem do Sr. Napumoceno, cujos traços já apontados estão de acordo com a definição dada por Ana II, em relação à cidade do Mindelo.

Cabo Verde vai reconstruindo novas melhorias, como o saneamento, a habitação e a alimentação, mas o poder económico é fraco. Pela voz do narrador-personagem, ele escreve:

Hoje está tudo diferente [...], já não há bichas para nada, existe tudo com à vontade, pode é faltar dinheiro para comprar, existem minimercados com carrinhos onde a gente entra e escolhe o que deseja e paga à saída tal qual nas europas [...] (*DPCA*:143).

É focada a presença da modernização europeia e do cosmopolitismo que operaram na ilha de São Vicente e em Praia, transformações alcançadas e não defendidas pelo

protagonista que fazendo o elo de ligação com as figuras Suzana e Ana II, tem a posição de seguir a tradição cabo-verdiana. Ele refere:

Aliás, num certo Natal em que, por falta de divisas disponíveis, o Governo só muito tardiamente autorizou a importância dos artigos ditos próprios da época, isto é, as frutas secas: figos, ameixas, nozes, amêndoas e também o célebre bacalhau, elas tinham provocado algumas inimizades ao rirem-se das senhoras que se queixavam de que aquele não era Natal não era nada, um Natal sem aquelas coisas não era... Disparate, disseram, essas são as frutas tradicionais da Europa, Cabo Verde não tem nada a ver com isso, aqui devia-se comemorar o Natal com peixe, banana frita e papaia cristalizada, por que hão-de se prender à alienação dessas frutas de má qualidade? (*DPCA*:141).

O narrador-personagem serve-se de uma época festiva do Natal, para criticar essa presença e gosto pela gastronomia portuguesa em Cabo Verde que substitui aquilo que é típico do Natal cabo-verdiano. Suzana, Ana e o narrador-personagem, recriam um novo tempo que procura uma resposta à representação de uma imagem mental que está presente na sociedade cabo-verdiana. Ela consiste na absorção da cultura europeia e de sua preferência à cultura nativa das ilhas. Mas a cultura das ilhas cabo-verdianas não se construiu através de uma simples imitação da cultura colonizadora, mas através da “crioulização” ou da “transculturalidade”, conforme acentuado por Stuart Hall em *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Elas têm suas representações na construção do discurso literário.

Assim o narrador-personagem seleciona e reinventa os diferentes elementos de miscigenação cultural que ligam o passado e o presente e que pressupõem uma nova visão da sociedade cabo-verdiana.

Como foi visto, muitos anos depois, de regresso a Cabo Verde o protagonista reflete e expõe criticamente sobre os efeitos do acontecimento Histórico do 25 de abril.

Ele relembra o acontecimento, percebendo as mudanças geradas nas vidas das personagens e na nova sociedade de Cabo Verde, após duas décadas de Independência.

As diversas situações ocorridas entre as personagens, expressam as diferentes realidades numa sociedade em mudança que constituem o sentido ainda de indefinição da Nação, mas já iniciada na reconstrução nacional, de difícil retorno às origens, senão inviável, pelo facto de os efeitos da colonização serem irreversíveis. O narrador-personagem relembra:

De modo que nem todos aguentaram esse choque, sobretudo aqueles que já estavam habituados a ser senhores, e assim, muitos que regressaram à terra depois da independência no desejo de dar o seu contributo para a reconstrução nacional voltaram a partir, a vida aqui estava demasiado dura. (*DPCA*:142).

O protagonista exige mudanças ideológicas na sociedade cabo-verdiana e não esquece de acentuar a crítica construtiva da personagem Dona Pura, na defesa da higiene do povo de Cabo Verde, em oposição à dos portugueses: [...] o cabo-verdiano, que é de uma terra onde não tem água, tem mania de tomar muitos banhos, os portugueses até nisso são mais poupados, conhecia alguns que tomavam banho de semana em semana, outros mesmo de quinze em quinze dias.” (*DPCA*:28) e a atitude de Dona Pura, personagem emigrante que mesmo no exterior continua enraizada a valores culturais das ilhas. Sobre esta matéria Alberto de Carvalho diz:

Um quadro sumário de perfil psicológico do crioulo cabo-verdiano dirá que, nele, se contrapõem o desenraizamento do homem emigrante por necessidade económica e o desejo reactivo de se manter fixado no lugar materno protector (ilha tomada por símbolo mítico de acolhimento). (2001:87).

Por último, a personagem Luís Varela que é vista pelo protagonista como um oportunista e detentor do poder: “[...] o que me parecia era que o Luizinho queria antecipadamente garantir um tacho no novo Estado independente” (*DPCA*:204). Ele questiona e problematiza o difícil papel que a História vai operar no embate ideológico da descolonização e ainda põe o dilema se serão aqueles que estiveram no mato ou os outros que enfrentaram “[...] a Polícia de Segurança Pública como também a Guarda Nacional Republicana a cavalo, sem contar com a PIDE à paisana e mais todos aqueles outros polícias tratadores daqueles ferozes pastores-alemães.” (*DPCA*:203). Luís Varela em diálogo com a personagem-narrador alude ao maio de 68 e ainda ao líder político Amílcar Cabral na luta contra o colonial.

Mais uma vez se reparou que na estrutura narrativa de *Dona Pura e os Camaradas de Abril*, o “eu” discursivo, na primeira pessoa é o porta-voz daquilo que observa nas ruas de Lisboa durante a *Revolução dos Cravos* e exprime as várias facetas das personagens que projetam e interrogam questões, traduzindo a nova conceção

filosófica da sociedade cabo-verdiana fora e dentro de Cabo Verde, numa época de transição social e cultural.

Germano Almeida consciente das realidades sociais e políticas vividas nos dias 25 de abril de 1974, em Lisboa e a data deste acontecimento ser comemorado tardiamente a 25 de setembro em Cabo Verde, pela voz do narrador denuncia a existência ainda de métodos repressivos, como a PIDE, a censura presente no jornal *O Arquipélago*, presos políticos, alusão ao semanário *Alerta!*, começado a ser publicado no dia 27 de junho de 1974, “[...] teoricamente em substituição de *O Arquipélago* que vinha do tempo da visita a Cabo Verde do Prof. Adriano Moreira na sua qualidade de ministro do Ultramar.” (DPCA:36-37).

O periódico *Alerta!* era aberto a todas as tendências políticas, às diversas opiniões e o grupo redatorial exigiu que o jornal seria “a voz da revolta, a voz da verdade, a voz da solução, a voz da vitória, o veículo de consciencialização, mentalização e politização de um povo a quem, durante mais de quinhentos anos, não se ensinou sequer a pronunciar essas palavras”. (DPCA:57-58). No editorial de *Alerta!* escrito por David H. Almada diz:

O “*Alerta!*” pretende e quer ser uma tribuna livre, onde se ponham a claro as mazelas que enfermam Cabo Verde, África, o Mundo todo; onde se desmitifiquem temas tabus; onde se apontem caminhos que levem à felicidade de Cabo Verde; [...] O “*Alerta!*” será uma tribuna do povo e para o povo contra a opressão e exploração, será um permanente grito de alerta! saído da garganta do povo chamado e posto agora de sentinela. (1998:590).

Nesse jornal há ecos de revolta e de luta contra a opressão ditatorial. Foi um jornal político, panfletário e com uma linguagem violenta. Os artigos publicados no primeiro e segundo números desse jornal são muito questionados pela personagem Natal e identificados com o colonialismo de Salazar e de Marcelo Caetano. É no número três que vários textos são publicados, como o artigo contra o referendo que se queria impor a Cabo Verde” para se saber se o povo queria ou não a independência [...]” (DPCA:58).

A mancha gráfica do cabeçalho do jornal, não compreendida por Natal, é explicada no número quatro: “[...] era a imagem de um colonizado a gritar, a mostrar todo o seu desespero perante um colonizador onnipresente mas não visível!” (DPCA:59). *Alerta!* é observado pelo protagonista como um espaço crítico e de revolta

em relação ao colonialismo, mais tarde substituído por *Novo Jornal de Cabo Verde* – Praia, 1 de Agosto de 1974 que veiculou as ideias ligadas à ideologia do PAIGC.

O “eu” discursivo mostra a importância que a imprensa cabo-verdiana teve durante o período de transição da pré-independência com a publicação de artigos, comunicados, cartas abertas, declarações e outros textos, representativos de uma forte consciencialização popular do ilhéu que queria a mudança ideológica.

Volta-se à personagem Natal que pela sua natureza de homem sempre atento às várias formas de alcançar o poder, obteve um lugar de articulista nesse jornal.

Desse modo a personagem “[...] começou por defender a nacionalização das tabernas e mercearias e botes de pesca, e sobretudo dos pedaços de terra de cada coitado, mesmo quando eram do tamanho de um curral.” (*DPCA*:61), mas refreou na sua atitude quando alguém propôs a nacionalização da loja de seu pai. O protagonista retrata o seu primo Natal como um caso curioso

de adaptação social e política, costume dizer-lhe, nasceste em São Vicente de Cabo Verde, tens nacionalidade portuguesa, és amante do bom champanhe francês e soubeste não só atravessar incólume como até beneficiar dos dois antagónicos regimes políticos que vigoraram no país. (*DPCA*:63).

Natal, homem pragmático, de frieza calculista avalia a situação política dos cabo-verdianos que foram do PAIGC/CV com todo fervor em 74-75 e que na Independência estão no poder com outro nome. Eles acham-se no direito de gritar a “extirpação desse partido de Cabo Verde”. (*DPCA*:63). Critica-se o oportunismo partidário. O narrador na primeira pessoa parodia satiricamente as atitudes de seu primo e ridiculariza os fundamentos invocados à personagem em causa. Ele é dotado de *qualificação diferencial* (Philippe Hamon, 1977:96) porque é ele que insere as personagens na narrativa com os seus traços antropológicos e específicos e constrói o retrato de Natal e das outras personagens textuais.

Por seu lado, esta personagem cujos traços relembram o anti-herói, desempenhou funções sociais: “[...] presidiu às forças de ocupação com o rigor de um comandante militar em preparação de uma importante batalha.” (*DPCA*:207).

Anteriormente foi dito que o protagonista-narrador por intermédio de Susana relata o viver em Praia e no Mindelo a seguir à Independência com carências

económicas e as “[...] diárias bichas em que se encontravam [...] em busca ou de pão ou de leite ou de gás ou de carne ou de ovos, muitas vezes apenas para ouvirem, já acabou, não há mais.” (DPCA:140).

Posteriormente as condições mudaram, houve água e comida.

Firmino refugia-se em Cabo Verde com medo de ser denunciado como informador da Pide e Natal regressa às ilhas crioulas.

O fenómeno da Independência de Cabo Verde veio oferecer um novo espaço de análise e de reorientação no percurso identitário do cabo-verdiano. Como se vê na tessitura narrativa de *Dona Pura e os Camaradas de Abril*, a personagem tem a função de reconfigurar traços que o autor julga como essenciais para a compreensão do antes e do depois da Independência, sobretudo no espaço de Cabo Verde, no renascer e no reconstruir de valores que estruturam culturalmente o homem cabo-verdiano. Confirma-se que o ficcionista constrói a personagem, dando-lhe os requisitos necessários com a finalidade de dar mais autenticidade, isto é, evitar trair a realidade dos acontecimentos vividos.

Relembra-se que nessa narrativa, as temáticas da emigração e do evasãoismo, anunciadas pelo movimento da *Claridade*, estão presentes em algumas personagens que mesmo afastadas de Cabo Verde, manifestam traços identitários das ilhas crioulas. A personagem Dona Pura, longe de sua terra natal, continua a cultivar a típica gastronomia cabo-verdiana e o sentir solidário da mãe terra em situações de carência económica.

Põe-se a problemática da relação daquele que parte com a sua matriz originária e que mantém a continuidade de hábitos da sua terra de origem. Igualmente, Susana e Ana II representam esse encontro com as raízes, um regresso à terra cabo-verdiana que já na Independência reabre um novo caminho difícil, mas promissor ao anseio de reconstrução nacional. Esse desejo não concretizado pela presença da importação de artigos não nacionais como já foi assinalado.

Suzana e Ana querem recuperar os hábitos que fazem parte da identidade cultural de Cabo Verde. A propósito disso Selim Abou considera que o problema da identidade cultural é “un phénomène collectif.” (1981:40). O povo quer recuperar os seus costumes.

A temática da emigração está presente na personagem Dona Pura como meio não só de obter melhores condições económicas, mas também por seu marido, contudo

sempre mantendo os seus hábitos tradicionais na gastronomia típica de Cabo Verde e o desejo de regresso ao seu país, o que expressa textualmente a continuação da presença da cabo-verdianidade, mesmo longe da terra mãe. Em relação a este assunto Pires de Laranjeira acentua que:

[...] a gastronomia [...] hábitos sociais, religiosos, [...] histórias e lendas tradicionais e populares, herdados da África e da Europa, os cabo-verdianos criaram um autêntico *cadinho cultural*, crioulo, de criouliidade, que atravessa a literatura, desde antes da independência, construindo um sistema autónomo, [...]” (2002:164).

No entanto a personagem André Pascoal, cabo-verdiano, do romance *Os Dois Irmãos*, na condição de emigrante deseja permanecer em Lisboa, mas não despreza o contacto e as vivências com os naturais de Cabo Verde.

Essa temática foi trabalhada na literatura cabo-verdiana por Baltasar Lopes em *Chiquinho*, Orlanda Amarílis em *Cais do Sodré té Salamansa* (1974), *Ilhéu dos Pássaros* (1983) e *Casa dos Mastros* (1989) e outros escritores entre os quais Manuel Lopes, Luís Romano, Teobaldo Virgínio, Gabriel Mariano e Manuel Ferreira. Germano Almeida em *Eva* mostra que a emigração sobretudo para Portugal apresenta-se como a única forma de sobrevivência de muitos cabo-verdianos que se viram obrigados a sair das ilhas por força da miséria, da seca e da fome.

De novo a personagem Natal de *Dona Pura e os Camaradas de Abril* que em conjunto com o protagonista, este último reflete sobre o sistema social e político em Cabo Verde pós 74/75 e criticamente alude aos benefícios que o seu primo teve no momento em que o PAIGC/CV, forças políticas que vigoraram até à Independência. No que diz respeito a esta matéria Michel Zeraffa refere:

Le personnage est l’agent d’une interprétation du réel qui est celle du romancier. Il est le miroir promené devant une réalité qui doit parler d’elle-même au lecteur comme elle parla à l’écrivain, celui-ci usant du personnage comme d’un simple médiateur.” (1971:448).

Ao longo da narrativa, o protagonista interpreta não só a realidade social, mas também as posições políticas e a sua inserção na nova sociedade cabo-verdiana. Ele vê em Natal o novo espelho social que refrata o cosmopolismo, a globalização, “[...] a internacionalização de capitais e de indivíduos, a presença do MpD e a integração

dinâmica de Cabo Verde na economia mundial globalizada, [...]” (DPCA:63) já anteriormente focado.

Em jogo está a questão da identidade cultural, se ela muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, ou se a cultura dita nacional se mantém, sobrevivendo às mutações sociais. O sociólogo Stuart Hall refere que

[...] as identidades nacionais [...] são formadas e transformadas no interior da *representação* [...] a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. [...] elas participam na ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional.” (2015:30).

Símbolos, representações e memórias constituem a riqueza da cultura nacional, aquilo que o porta-voz narrador dá ênfase à sua continuidade na cultura cabo-verdiana.

Mesmo aqueles que preferiram viver em Portugal, a noção de enraizamento serve à cultura cabo-verdiana como meio de defesa e de continuidade da identidade cultural do país. “Fixar raízes na terra cabo-verdiana”, continua a ser o marco fundador da cabo-verdianidade. Além disso o narrador-personagem por intermédio de Ana II, observa que das ex-colónias

[...] as melhores referências vinham de Cabo Verde, que não só tinha mantido o escudo como moeda como se dizia não-alinhado, não permitindo bases estrangeiras no seu território e continuando a deixar aterrar no aeroporto do Sal os aviões sul-africanos e pedia e recebia auxílio à esquerda e à direita num pragmatismo que só uma grande pobreza poderia justificar sem vergonha. (DPCA:138).

Relembra-se Ana II que retrata as faltas de condições para viver na Praia e a mudança que aí se operou. No presente Histórico já há casas para viver, água e comida,

[...] a Praia tende mesmo a um certo cosmopolitismo, mas naquele tempo era séria, as carências muitas, a especulação imobiliária de tal modo violenta que às vezes chegava a ser criminosa, haja em vista o caso de um senhorio que decidiu sem mais aquelas duplicar a renda da casa, o inquilino discordou, porém saiu de casa uma manhã para o trabalho e quando regressou ao meio-dia encontrou móveis, utensílios, filhos pequenos, todos perto de onde tinha sido a porta da casa porque o senhorio pura e simplesmente tinha retirado as portas de madeira e fechado com a parede a entrada. (DPCA:141).

A crescente complexidade do mundo moderno, por um lado melhora as condições de vida do povo, por outro, o homem cabo-verdiano partilha novos avanços sociais que no fundo vão fazer parte da reconstrução de uma nova cabo-verdianidade em lugares que permanecem fixos nas suas raízes. É evidente que a reconstrução da nação sofre um processo lento cuja evolução é observada pelo protagonista que tinha regressado a Cabo Verde:

Eu ouço e rio-me, não poucas vezes acompanhei a Susana nessas jornadas comestíveis, acabei tomando a meu cargo encher os bidões d'água, procurar o gás, despejar o lixo e matar os ratos que de tempos a tempos nos entravam em casa, aquela tinha sido a melhor casa que tínhamos arranjado [...] (*DPCA*:143).

Parece importante realçar ainda a projeção que a imagem do 25 de abril tem em Cabo Verde, dada pela personagem-narrador que por um lado, refrata a liberdade do povo submetido ao colonialismo, por outro, ele sente que o seu país, em reconstrução, atravessa uma indefinição em relação ao futuro da identidade cultural. A este propósito Stuart Hall diz que as sociedades “[...] são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos.” (2015:14). Daí que essa ideia persista numa sociedade em mutações.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, procurámos demonstrar, com os devidos fundamentos de cariz histórica, social e literária que a construção da personagem no universo romanesco de Germano Almeida constituiu um processo de renovação e de reafirmação da cabo-verdianidade na Pós-Independência.

O *corpus* literário composto por cinco narrativas, quatro dedicadas às ilhas e a quinta à emigração refletiram a abertura a um novo ciclo literário na escrita da Pós-Independência.

O trabalho obedeceu à distribuição entre a apresentação geral, a descrição, o resumo e a leitura textual, baseando-nos na reinterpretação das diversas facetas do homem cabo-verdiano das ilhas e das suas preocupações com o propósito de uma nova viragem na escrita literária que conseguiu a partir de um observar crítico e multifacetado que redimensionou e reedificou a construção da discursividade literária.

A personagem foi a categoria estética de que o escritor se serviu para traduzir não só as vivências pessoais, mas a sociedade das ilhas crioulas de Cabo Verde e visões de “fora”, no que diz respeito à emigração.

Procurou-se inserir Germano Almeida no trajeto literário da literatura cabo-verdiana na Pós-Independência e a partir do *corpus* estudado verificou-se que o autor fez uma reflexão sobre o novo conceito de observar a sociedade do homem das ilhas, baseado na análise com o propósito de abertura a novos percursos, nas aproximações e diferenças, questionando os problemas do povo de Cabo Verde.

O escritor lançou as preocupações de um reinício literário, marcado por diferentes pareceres sobre a realidade social e cultural, fundamentado em visões culturais contrastantes, conforme verificado no ponto sete.

O lançamento da revista *Ponto & vírgula* (1983-87) representou essa nova busca de identidade cultural, uma reflexão, em conjunto, sobre as diferentes mudanças sociais operadas, incentivou a novas criações literárias e apresentou-se como um órgão literário aberto, numa interdisciplinaridade cultural e de encontro entre gerações anteriores e atuais até finais de 1987.

O escritor interagiu com o ideário de *Ponto & vírgula*, refundiu o passado e o presente, abrindo novos caminhos e processos divulgadores da cultura cabo-verdiana.

Dessa fusão e problematização de discursos, redesenhou e reconstituiu espaços, ambientes e mesmo diálogos entre as ilhas. Considerou-se que a organização dessa revista teve um papel muito ativo, não só pela sua diversidade de manifestações culturais, mas também por ter constituído um espaço de debate ideológico encarado na diversidade de pontos de vista o que foi salutar, cujos objetivos foram rememorar, revitalizar e diversificar uma grande variedade de assuntos em diferentes áreas culturais, exprimindo suas interconexões e novas perspectivas da realidade social de Cabo Verde.

Em paralelo aquilo que foi proposto no ideário da revista, o autor pôs em prática na sua escrita, sempre aberta à inovação. Outro aspeto muito importante e que esteve em sintonia com o espírito de os tempos da *Claridade*, *Arte e Letras* que funcionou como espaço de reflexão e de ligação do homem à terra. Esse sentido fortemente telúrico que esteve presente na obra de Manuel Lopes em *Galo cantou na Baía* e que fez parte da identidade das ilhas, retornou ao espírito de *Ponto & vírgula* nessa mini-revista com o título “Viver na Terra”, escrito em folhas verdes que quis melhorar melhorar as condições de vida de Cabo Verde.

Outro facto importante foi o encontro entre os escritores do passado, como Baltasar Lopes, Manuel Lopes, Félix Monteiro, Manuel Ferreira e outros de relevo do presente que unidos na diversidade de ideias, mostraram o sentimento de cabo-verdianidade e contribuíram para a renovação de aspetos culturais. De espírito aberto e criativo, a revista redescobriu as ilhas e os seus valores telúricos e universais.

Na geração organizadora de *Ponto & vírgula* destaca-se Germano Almeida que a partir das suas ideias já postas na revista, traçou o seu ideário de literatura, constituiu-o como um novo projeto interventivo e crítico que pôs em prática na sua escrita literária. Ele soube construir uma nova visão das conceções do tratamento literário, numa época de transição ideológica, recuperando traços socioculturais específicos e distintos dos ilhéus, repensou sobre os motivos literários ligados à história e à terra cabo-verdiana de forma crítica e diferenciada.

O autor não se desvinculou diretamente do ideário da revista *Claridade*, *Arte e Letras* à distância dos anos trinta, ele reconstruiu um novo ciclo literário alternativo que releu a nação em dois tempos históricos, o colonial e o pós-colonial, debruçando-se sobre temáticas vindas dos anos 30.

Nesse sentido, para concretizar a sua estética, ele criou personagens representativas dos diferentes espaços e ambientes das ilhas de Cabo Verde, revisitou e redefiniu ficcionalmente as figuras escolhidas e portadoras de universos contraditórios e preocupantes, algumas vezes já distantes de mil novecentos e setenta e cinco.

Daí que ele deu uma visão de conjunto das diferentes representações que se prenderam com ruturas e continuidades, conceitos e hábitos enraizados na sociedade crioula e reafirmou o conceito de Baltasar Lopes que disse: “[...] a composição social destas ilhas se caracteriza pela unidade.” (1956:11). Interpretou um novo sentido para a função da personagem na escrita literária, baseada na interpretação crítica, consciencializada socialmente dos antigos valores e das novas expressões de pensamento, pormenorizou formas específicas de genuinidade crioula e reavaliou os paradigmas socioculturais do passado como percurso para a construção de novas diretrizes da vida sociocultural do homem de Cabo Verde.

Com este propósito o estudo da personagem nas cinco narrativas escolhidas, reconstruíram e unificaram numa lógica geosocial contraditória de ideias, mas que teve o privilégio de representar os valores étnicos, económicos, costumes, políticos, culturais que funcionaram como testemunhos das vivências ficcionadas das diversas comunidades das ilhas da Boa Vista, São Vicente, São Nicolau, Santo Antão, Santiago e de outro espaço geográfico, Lisboa.

No desenrolar dos teóricos que estudam o conceito da personagem, seguiu-se para a conceção do estudo metodológico da construção da mesma, Renata Pallottini, tendo como base reunir e seleccionar traços distintivos do ser ou dos seres humanos ficcionados, orientação que muito contribuiu para ajudar a definir a especificidade cultural cabo-verdiana e ainda as orientações de Manuel Lopes sobre o seu ponto de vista da relação entre figura e meio geosocial, duas perspetivas que estarão em sintonia com o conceito de personagem criado por Germano Almeida.

No entanto não se menosprezou outros teóricos apontados no capítulo segundo, número um que muito contribuíram para o enriquecimento desta investigação. A teórica Maria de Lourdes Ferraz que no seu ensaio “O que é uma personagem?” (2002:11-28) muito ajudou a refletir sobre o conceito de personagem e sua construção no *corpus* literário de Germano Almeida, igualmente Beth Brait, Michel Zéaffa, Pierres Glaudes e

Yves Reuter, Phillipe Hamon, Vincent Jouve, todos eles se preocuparam em ver que as personagens pelos seus caracteres revelam marcas do tempo e do espaço.

Salientou-se igualmente a importância da ação de determinados grupos de intelectuais congregados em torno das revistas *Claridade* com o subtítulo *Arte e Letras* (1936), *Certeza* (1944), *Suplemento Cultural* (1958), *Raízes* (1977), *Fragmentos, Mirabilis – de veias ao sol* (1987), *Seló* (1962) e outras manifestações culturais que foram muito importantes para integrar o autor num período de questionamento e de interrogações sobre o futuro da escrita literária na Independência como também de ajuda à definição da essência da sua personagem no texto literário.

Referenciou-se os intelectuais do movimento da *Claridade*, Baltasar Lopes, Manuel Lopes, Aurélio Gonçalves e Jorge Barbosa que deram voz a um novo olhar debruçado sobre os problemas étnicos, telúricos e sociais da vida crioula e iniciaram uma nova fase na literatura cabo-verdiana.

O contacto com as seguintes temáticas: fome, seca, emigração, evasão, insularidade, a partida e o regresso e “fixar raízes na terra cabo-verdiana”, propocionaram conhecimentos sobre as gentes das ilhas que ajudaram a uma melhor compreensão do estudo da personagem no *corpus*. Germano Almeida no seu ensaio “Literatura oral e Tradicional” (2012) informa que o primeiro número da revista *Claridade, Arte e Letras* nascera “[...] com o propósito de pensar [...]” (2014:78) nos problemas geosociais de Cabo Verde.

Ainda se referiu o poeta Filinto Elíseo, Corsino Fortes que fez uma análise do homem e a condição geosocial do cabo-verdiano no seu livro *A Cabeça calva de Deus* (2001), Mário Lúcio Sousa, João Manuel Varela e seus heterónimos, João Vário, Timóteo Tio Tiofe e G.T. Didial, com os *Contos da Macaronésia* I e II; Arménio Vieira, José Luís Hopffer Almada, Vera Duarte e Danny Spínola.

Deste modo a partir da construção de uma galeria de personagens representativas de várias situações sociais e de diferentes traços psicológicos, questionou-se a tradição filosófica da identidade e a visão antropológica da diferença cultural no interior das ilhas de Cabo Verde e fora, advindo do tempo colonial. Ao ficcionar cada ilha e tracejar as suas gentes, ele conseguiu afirmar aquilo que propôs e definiu como projeto em *Ponto & vírgula* e na entrevista concedida a Michel Laban, em 7.9.1985.

O escritor, em entrevista, concedida a Clara Silva, publicada em 13 de janeiro de 2014, com o título “Posso escrever o que quiser” informa que as ilhas são todas diferentes e cada uma produziu um homem diferente.

Conforme já foi dito na construção do seu projeto, o autor diz: “[...] Penso que, [...] importava ver a literatura cabo-verdiana já não como literatura – [...] concreta, de descrição das situações, mas da análise das situações, [...]” (s.d.:631) e ainda que “[...] o intelectual deve produzir literatura.” (s.d.:631). José Carlos dos Anjos explica: “Sob esse princípio produzir literatura é participar na vida cultural cabo-verdiana [...]” (2002:237).

Assim as personagens das narrativas analisadas e dos restantes textos do escritor espelharam pelo seu movimento e dinâmica as várias facetas que traduziram os diferentes pareceres do homem cabo-verdiano de natureza crítica e social, em que a falsa recusa a princípios estéticos dos anos 30, deram lugar a uma renovação cultural, tradutora e fundamentada em visões culturais opostas que pela sua singularidade dos seus habitantes carregaram a sua cultura miscigenada e que produziu um novo sujeito cultural não autóctene, que desejou alterações de valores e veio oferecer novos espaços de interpretação e de reorientação literária na Independência, conforme fundamentado pela natureza dos textos escritos por Germano Almeida.

Essa nova busca de identidade cultural, já presente no espírito de equipa da revista *Ponto & vírgula* e que foi transposta refundiu o passado e o presente, abrindo novos caminhos e processos divulgadores da cultura cabo-verdiana. Dessa fusão de tempos e com perspetiva de futuro, as suas personagens reconstituíram, revitalizaram e redesenharam espaços, ambientes e diálogos entre as ilhas já apontadas, com o objetivo de recuperar as raízes sociais e culturais do arquipélago, projetando uma nova dimensão sociocultural e sua importância num olhar alternativo que não despreza as temáticas do tempo do movimento literário criado e desenvolvido pelo movimento da *Claridade*, *Arte e Letras*.

Assim nas narrativas abordadas, *A Ilha Fantástica*, *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, *O Dia das Calças Roladas*, *Os Dois Irmãos* e *Dona Pura e os Camaradas de Abril*, o autor criou personagens que por vezes fizeram a prospeção da herança ideológica, ainda recebida da *Claridade*, outras que procuraram desencadear reações adversas, transgrediram valores tradicionais, aquilo que constituiu a nível de

futuro, uma interrogação à presença do discurso ocidental e uma releitura ficcional da literatura cabo-verdiana.

Para uma melhor compreensão do funcionamento da personagem no *corpus* literário escolhido, foram elaborados resumos, apresentação dos protagonistas e figuras seus traços, relações de sentidos entre elas, sua síntese global e ainda a figura do homem cabo-verdiano num tempo de mudanças rápidas e suas inquietações consequentes do pós vinte e cinco de Abril, nos espaços de Lisboa e Cabo Verde. Dada a importância da dinâmica das personagens nas narrativas do *corpus*, procurámos representar os espaços sociais e históricos das ilhas da Boa Vista, São Vicente, Santo Antão, Santiago e Lisboa e sobre eles a projeção das histórias reduzidas ao essencial dos seus processos narrativos.

As personagens obedeceram a uma estética realista e pareceram tipos humanos associados às particularidades específicas e distintas de cada ilha que não se desligam da realidade sociocultural e que constituem retratos que tipificam e refratam socialmente cada uma das ilhas e ficções abordadas.

A multiplicidade de vozes existente em todos os espaços narrativos do *corpus* contribuíram para a problematização e discussão dos diferentes aspetos relacionados com as vivências do povo cabo-verdiano das diferentes ilhas do arquipélago.

Algumas personagens de *Os Dois Irmãos* e de *O Dia das Calças Roladas*, foram baseadas na experiência vivida do autor como advogado, no cargo de Procurador-Regional e exprimiram as diferentes posições ideológicas consequentes das mutações socioculturais. Desta forma as personagens reconstituíram conceitos culturais que mesmo distanciados no tempo, surgem e servem de reflexão sobre questões complexas que se prenderam com o funcionamento da sociedade das ilhas de Cabo Verde e com o novo sentido de cabo-verdianidade que incluiu uma autonomia literária constituída pela gastronomia, hábitos sociais, religiosos, histórias e lendas tradicionais e populares, crendices, superstições, o crioulo e a cultura europeia.

Cada personagem encarnou o seu papel numa interação com as outras, procedeu-se a uma reformulação e reconfiguração das temáticas do tempo da *Claridade, Arte e Letras*, retomadas pelos escritores seguintes a esse movimento literário e procuraram revitalizar as raízes que fazem parte da autenticidade do cabo-verdiano. O autor procedeu à reinterpretação de valores identitários, em que a tradição cultural continuará

presente em consonância com a realidade referencial, numa constante mobilidade reflexiva do antes e depois da Independência.

No universo das narrativas selecionadas, constatou-se que Germano Almeida reconstruiu um quadro de referências específicas de cada ilha. *A Ilha Fantástica* foi o espaço de memórias da infância do autor com a recuperação da tradição oral – o popular, com as crendices, superstições, rituais do casamento e da matança do porco, o ensino, a arte de contar histórias, as gestas, a música, a religiosidade, os partos, o namoro, a virgindade, a aculturação, as corridas de cavalos, a partida e o regresso, o revolucionário e transgressão às tradições.

Na narrativa *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, prestou-se atenção à migração interna dentro do arquipélago, do interior para o litoral e que funcionou como evasão física, o homem de negócios, a relação entre homem e mulher ainda no colonial, o cosmopolitismo, a comicidade de algumas situações, a viagem de Napumoceno (a partida e o regresso), costumes, rituais e superstições, a desconstrução do sentimento amoroso, a política, a economia e a chuva em oposição à seca.

O Dia das Calças Roladas (Ilha de Santo Antão) apresentou o homem político e agrário com as contestações das gentes da ilha ao PAIVC e implementação da *Lei de Bases da Reforma Agrária*, as prisões, o povo/herói coletivo e a defesa do sentimento telúrico, uma autêntica força imanente do povo.

Em relação à narrativa de *Os Dois Irmãos* com o casamento/adultério, a emigração e sua reavaliação no período da Independência, a tradição/família e transgressão de valores culturais ainda institucionalizados em algumas comunidades que se debateram por conservá-los. Tratou-se de uma narrativa propulsora à reflexão de algumas características antropológicas da sociedade cabo-verdiana que são revisitadas e questionadas, verbalizando, por essa via, o conflito entre vozes miscigenadas e culturalmente distantes de um novo tempo transcultural, caracterizado pelo vaivém e aceitação de mudanças, operadas numa sociedade em devir.

Daí que o autor tivesse envolvido as suas personagens de um forte sentimento trágico, transmissor de um destino que foi necessário ser cumprido.

Dona Pura e os Camaradas de Abril, o narrador-personagem que também funcionou como personagem-narrador reservou-se àqueles que se deslocam de Cabo

Verde para Lisboa, cujo movimento de saída, por vezes provoca o desarticular estável das identidades do passado.

A escrita de Germano Almeida conseguiu abrir novos caminhos de discussão e reflexão, revitalizou o passado tradicional de cunho popular e questionou a identidade cultural advinda do antes do 25 de abril.

Dessa forma aludiu-se à sobrevivência do emigrante fora do seu país, numa visão tradicional, mas também transgressora, à emancipação feminina, à reconstituição Histórica da queda do governo de Marcelo Caetano, à reflexão crítica feita por Natal em diálogo com o protagonista sobre as Independências num período de emergência nacional, à inadaptação de alguns cabo-verdianos que no regresso a Cabo Verde contactaram com a seca, a fome, falta de escolas, más condições de higiene, “[...] longas e diárias bichas [...]” (*DPCA*:140) em busca de alimentação. As personagens expressaram as diferentes realidades sociais num momento Histórico de indefinição da nação que contribuiu para um lento reinício da reconstrução do Arquipélago.

Procurámos analisar em que medida a ficção de Germano Almeida foi um valioso contributo artístico que se debruçou sobre questões que se prendem com ruturas e continuidades temáticas e valores que estão ainda enraizados nas ilhas cabo-verdianas, mas que são discutidos e analisados à luz do presente como abertura ao futuro.

Se, em grande parte, o autor sentiu a necessidade de renovar o discurso literário, ao mesmo tempo houve uma tendência em continuar e reafirmar temas ligados ao chão crioulo, como a emigração, tema consequente da insularidade geosocial que foi quase sempre abordado pelos escritores, como Baltazar Lopes, Manuel Lopes, Manuel Ferreira, Orlanda Amarílis, José Luís Hopffer Almada e outros na moderna ficção cabo-verdiana.

Com efeito, a emigração, temática advinda do tempo colonial que nos anos oitenta foi problematizada pelo autor, que não abandonou os problemas que fizeram parte do seu país e que continuaram presentes na vida do arquipélago. Devido à aculturação assimilada no exterior, o partir e o regressar foi encarado em algumas comunidades ainda retrógradas e com as suas tradições de um forma problemática, como se viu na narrativa *Os Dois Irmãos*.

A reflexão feita pelos magistrados mostraram que da comunhão entre o ilhéu e o seu meio ambiente resultou o lado negativo de a emigração. A propósito deste tema,

Manuel Veiga afirmou: “[...] a claridosidade foi-se renovando por várias décadas, até o labor de autores que, em outras áreas da produção literária, criaram perspectivas completamente novas.” (1998:168) e observou que a rutura com o ideário da *Claridade, Arte e Letras* deu-se “a par de fenómenos sintomáticos da sua continuidade.” (1998:169). Alfredo Margarido disse: “[...] o cabo-verdiano nunca chega a partir completamente e mesmo quando se radica em outro ponto que não o arquipélago, mantém os fundamentos mais típicos da sua cabo-verdianidade.” (1980:403). Esta última perspectiva viu-se na personagem Dona Pura que mesmo em Lisboa, continuou ligada aos costumes de Cabo Verde, como a gastronomia.

Conforme foi visto as personagens jurídicas debateram e demonstraram as consequências nocivas desse movimento de saída, para o exterior, que pela sua aculturação, poderão transgredir os valores instituídos por pequenas sociedades que ainda conservaram as suas origens.

Em *Dona Pura e os Camaradas de Abril* a personagem feminina foi caracterizada de continuidade e de diferença cultural nacional. Sobre este assunto Stuart Hall refere: “As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar.” (2015:40).

A temática da emigração retornou à última narrativa de Germano Almeida, *Regresso ao Paraíso* (2015), nas personagens da tia Adelaide e do tio Possidónio, mas com a particularidade da partida, ser para a América. De novo esse tema foi retomado em *Eva* e repensado pelo autor numa entrevista por Jair Raffner, em seis de agosto de dois mil e dez com o título: “Os portugueses acham que são donos da língua”.

Em relação à emigração, o autor em *Estórias Contadas* diz que mesmo à distância das ilhas, o cabo-verdiano não hesita a sua cultura, ela continua presente.

Este sentido de continuidade transterritorial da cultura de um povo, foi observado nas personagens Dona Pura e igualmente, em oposição à cultura das ilhas, a ceia de Natal de Napumeno ao gosto tradicional português.

Conforme foi dado a observar no espaço do arquipélago, os processos de aculturação produzem modificações em grupos étnicos que postos em contato com outras culturas e diferentes valores sociais, estão ainda confrontados com a fidelidade a algumas raízes populares que continuaram presentes em algumas comunidades rurais, como na Ilha de Santiago.

As personagens textualizadas da escrita ficcional de Germano Almeida são representativas do desejo de reconstrução ideológica e social e ainda do repensar do autor sobre a sociedade cabo-verdiana na Independência que é vista e analisada como um processo de mudança e de abalo aos quadros de referência da tradição popular do ilhéu caboverdeano. A propósito disso, M. Bakhtin lembra “[...] de que a imagem do autor é dissociável da imagem das personagens, mas na verdade esta imagem emana do autor [...]” (1997:344).

Em *A Ilha Fantástica*, *O Dia das Calças Roladas* e *Dona Pura e os Camaradas de Abril*, a presença ativa e implicada do narrador na primeira pessoa dominou o tempo narrativo, como contador de “estórias”, uma das características mais marcantes da sua escrita, a reinvenção da oralidade, conforme afirmado nas suas entrevistas, também presente em *Do Monte Cara se vê o Mundo* (2014) e em *Regresso ao Paraíso* (2015).

As personagens do *corpus* funcionaram como projeções do autor, reconstrutoras de um quadro de referências representativas do homem cabo-verdiano de cada ilha e propuseram uma progressão do passado no presente futuro.

Num novo tempo histórico, o autor analisou e constatou que a nova escrita literária, segundo Stuart Hall está sendo “descentrada” (2015:14) ou deslocada por forças interiores e exteriores, caracterizadas pela “diferença” (2015:14) e que operam a desconstrução de velhas identidades que talvez não devam ser diluídas no tempo. Em *A Ilha Fantástica*, as ficções de identidade pessoal que renascem do feliz encontro do narrador-personagem/protagonista com a ilha da Boa Vista e mais tarde voltam a estar presentes em *Regresso ao Paraíso* (2015), constituíram autorrepresentações que funcionaram como marcas de um conjunto de intenções e figurações da imagem autoral, cujos efeitos pragmáticos são a refixação de memórias de um povo. O autor não está nem totalmente fora do texto nem dentro dele, mas sim no resultado da interação entre o texto e o leitor.

Pela multiplicidade de vozes conscientes das diversas realidades existentes nos espaços cabo-verdianos, a construção da personagem é feita de acordo com a visão do autor com o seu universo. No que diz respeito a esta matéria M. Bakhtine sublinha: “[...] la construction de ce monde – avec ses points de vue et ses définitions achevant le héros – implique une position stable prise de l’extérieur, une perception stable chez l’auteur.” (1970a:63). Pensa-se que não só na narrativa de *A Ilha Fantástica*, mas também em

Regresso ao Paraíso (2015), e igualmente em outras narrativas de Germano Almeida, o narrador se autotificou como autor no interior da narração e como figura factual foi portador de reinterpretações sociais que ofereceram um novo sentido da realidade do homem de Cabo Verde.

Na arte de criar personagens, o autor construiu uma polifonia discursiva em que vozes contraditórias expressaram ideias que coexistem com o próprio pensar do narrador. Dessa forma Jean-Yves Tadié informa: “La narration à la première personne impose la présence massive de l’auteur, [...]” (1990:10) e permitiu-lhe utilizar um discurso interpretativo e crítico da sociedade rural e urbana mindelense.

O autor no desejo de construir um novo projeto literário que traduzisse as vivências antropológicas do homem cabo-verdiano, considerou necessário repensar uma nova literatura que servisse de suporte cultural e refratasse os problemas sociais e culturais de seu país. Na narrativa *Os Dois Irmãos*, a voz do advogado reflete que na Pós-Independência “[...] os que se auto-intitulam de servidores do povo, até agora nada fizeram para humanizar, quer as leis que herdámos quer a sua aplicação prática.” (DI:104).

Com esse objetivo, Germano Almeida serviu-se de figuras ficcionais que projetaram, refletiram e questionaram um período de transformações e de contradições ideológicas em que os valores ancestrais que estão na génese das ilhas de Cabo Verde, sentissem as novas alterações aos ideais defendidos no tempo colonial. Ele criou personagens, cujas situações e vivências exerceram as suas influências na construção, na divulgação e na defesa da identidade nacional de um país e alerta a nação para as incongruências dos novos olhares representativos dos ideais da Independência.

As personagens foram vozes que repensaram o passado, o presente e o futuro antropológico e ainda o desejo da recriação de um novo ciclo de reafirmação nacional. Sobre este assunto, Vincent Jouve diz que a personagem é uma figura “[...] structurellement inachevée” (1992:35). Na escrita literária do autor, a personagem mostrou-se evolutiva, dinâmica, instaurou incertezas e interrogações, com abertura a novas interpretações e perceções do mundo exterior.

Na construção do seu projeto literário, o autor se viu-se da personagem com o objetivo de analisar e repensar o passado, à luz da sociedade atual, bem como

questionou e recuperou sentidos herdados da cultura europeia que fizeram parte da miscigenação cultural existente nas ilhas de Cabo Verde.

A personagem deu a ler o Outro e interrogou-o, tracejando o percurso indefinido da nação cabo-verdiana. A este respeito Vincent Jouve aponta o efeito que a personagem produz no leitor: “[...] la vraie position, la seule qui puisse apporter quelque lumière sur l’efficace du texte romanesque est: qu’est-ce que le personnage pour le lecteur.” (1982:13).

No seu conjunto, as personagens analisadas refratam a nova conceção filosófica do escritor referente à sociedade de Cabo Verde que têm como finalidade relevar problemáticas referentes a temáticas já existentes no passado, mas que continuam presentes no cabo-verdiano.

A emigração, já referida, terra-longismo, evasionismo, partidas e regressos, “fincar os pés na terra” e a mãe-terra são manifestações representativas da especificidade cultural insular, já apontadas em 1936 pela *Claridade*, *Arte e Letras* e seus representantes Baltasar Lopes e Manuel Lopes e que foram retomadas conforme se verificou na escrita de Germano Almeida.

Assim o autor transfere para as suas personagens a problemática tipificadora do homem cabo-verdiano dos anos 30 e transporta-as para o presente ficcional, com o objetivo de criar um novo tempo literário de interrogação ao velho “institucionalizado”, dando lugar a um novo repensar dos problemas ligados à terra cabo-verdiana.

Verificou-se que em *A Ilha Fantástica*, *O Dia das Calças Roladas*, *Os Dois Irmãos* e *Dona Pura e os Camaradas de Abril*, o narrador-personagem está implicado na narração, se autofigura como autor vivencial de acontecimentos que são ficcionados e que demarcam as suas intenções, abrir novos caminhos na escrita literária virados à afirmação de um nacionalismo que particulariza o homem cabo-verdiano.

A oralidade como forma de reflexão na cultura cabo-verdiana, permitiu a sua redefinição e conjugação de duas culturas, a africana e a portuguesa, como marcas da identidade cultural reconstruída e refeita. Por vezes, essa oralidade ficcionada, permite romper as fronteiras do real, dando lugar ao fantástico, aquilo que o leitor encontrou em *A Ilha Fantástica*, *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, *Memórias de um Espírito* e mais tarde em *Regresso ao Paraíso*.

Em algumas situações, as personagens Ti Júlia, Ti Maia e nhô Quirino de *A Ilha Fantástica* refrataram traços do fantástico, do maravilhoso e do mágico que lembraram os escritores Gabriel García Marquez, Alejo Carpentier e Jorge Luís Borges pela presença do realismo a que eles chamam mágico ontológico, proposta por Willian Spindler (*apud* Esteves Figueiredo, 2010, p.412). Em relação a esta matéria, Irlema Chiampi assinala: “[...], o realismo maravilhoso desaloja qualquer efeito emotivo de calafrio, medo ou terror sobre o evento insólito. No seu lugar, coloca o encantamento [...]” (1980:59) e José Luís Hopffer Almada esclarece que as diversas presenças do insólito em *A Ilha Fantástica* decorrem daquilo que não é usual, mas que se iguala ao sobrenatural, ao estranho, ao imprevisível, dissociado da realidade a que ele dá o nome de fantástico.

O autor desejou preservar as credices, superstições e medos, situações representativas da tradição oral do arquipélago e em especial da sua ilha natal. Num tempo de transição ele não rompeu com a tradição cultural e social de Cabo Verde e não abdicou da tradição de costumes, reiterou essa presença como contínua na literatura. Esta releitura adquiriu no contexto cultural do homem de Cabo Verde, uma nova configuração que não perdeu as características típicas da genuína identidade, o seu estatuto de cabo-verdianidade.

O estudo reflexivo sobre a personagem permitiu descobrir diferenças comportamentais, sociais, culturais e políticas das gentes das ilhas mencionadas, espaços geográficos ficcionados e traços que procuraram refundir o homem cabo-verdiano e o reaproximar da raiz da sua cultura.

Na narrativa *Dona Pura e os Camaradas de Abril* o processo de mudança conhecido por “globalização” foi questionado pela personagem-narradora e sobretudo por Natal, provocando impacto sobre a identidade cultural.

A escrita de Germano Almeida procurou redefinir a nova conceção do homem caboverdeano, da sua sociedade e cultura, tendo sempre presente a visão universal das ilhas cabo-verdianas numa sociedade em mutações.

Em paralelo à obra literária de Germano Almeida, a revista *Ponto & vírgula* refundiu uma nova identidade cabo-verdiana que expressou as novas preferências literárias e artísticas de acordo com as mudanças ideológicas e sociais e o sentimento do ilhéu que não desejou renunciar à identidade cultural.

O autor criou personagens que estão enquadradas em espaços físicos das ilhas, Boa Vista, Santiago, Santo Antão, São Nicolau e São Vicente, ligadas ao passado, ao presente e ao futuro da nação que revisitaram temáticas ligadas a dois universos, o real e o fictício da realidade social caboverdeana. A representação do espaço geográfico, foi o meio de que se serve o autor, para melhor discernir as diferenças culturais, sociais e políticas existentes nas ilhas já mencionadas.

O romance *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, constituiu o ponto de charneira e de interligação com as diversas realidades socioespaciais do homem cabo-verdiano das ilhas da Boa Vista, Santiago, Santo Antão, São Nicolau e São Vicente. O narrador reuniu uma constelação de espaços físicos e semânticos que traçaram o trajeto antropológico da personagem Napumoceno e que evocou as suas vivências num impulso renovador da escrita literária. O autor recuperou e redefiniu o novo enraizamento identitário mindelense.

Em algumas situações comportamentais, a personagem foi produtora de situações cómicas, como gesto social transgressor que questionou e desmascarou criticamente a sociedade urbana mindelense em *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, com o objetivo de rir ao sentimento popular. Napumoceno respeitou a tradição mindelense “[...] com banda de música” (TSN:14), mas a música escolhida por ele, foi Beethoven. A personagem do Dr. Sousa (TSN), cuja atuação na diegese representou o sentido do arquipélago com as suas diferenças e costumes, a sobrevivência cultural e sua autenticidade, visto que a presença da cultura inglesa na Ilha de São Vicente e de outras culturas contribuíram para a inautenticidade do seu habitante, conforme dito pela personagem do Dr. Sousa (TSN).

Sem dúvida que muitas das personagens produzidas, estabeleceram diálogos entre a cultura instituída e a cultura que se quer tipicamente cabo-verdiana, confrontaram-se com problemas sociais que foram consequentes de fenómenos evolutivos na sociedade cabo-verdiana e ainda o ressurgimento de uma renovação artística-literária, presente na cultura crioula.

Foi referido o papel de contraste na personagem feminina, representativa de uma forte consciência da sua identidade étnica e cultural e em paralelo com os novos papéis que ela exerceu na sociedade Cabo Verde da Independência. O autor observou e

tracou as várias posições ideológicas das personagens, construindo retratos que regeram sociologicamente a mistura do sentir africano com o sentir europeu.

Assim no modelo tradicional, Ti Júlia (*IF*) ligada às crendices e superstições; Odália (*IF*), o modelo de professora da escola colonial; Maria da Graça (*TSN*), Jóia (*TSN*); Dona Pura (*DPCA*) e Ana III (*DPCA*); em oposição a Adélia (*TSN*); Maria Joana (*DI*), Ana II (*DPCA*) que representaram a emancipação feminina e a liberdade espiritual e individual. Contudo Suzana (*DPCA*) nascida em Lisboa, sentiu a necessidade de conhecer as suas raízes africanas e Ana II (*DPCA*) quis frequentar um curso de culinária tradicional. Algumas personagens femininas projetaram o presente de volta ao passado e outras fixaram-se no presente da Independência como abertura a novos fenómenos culturais.

No universo romanesco de Germano Almeida, a voz da personagem posicionou-se sobre as ilhas, suas origens, tradições, falou-se em continuidades e ruturas a hábitos que no fundo retrataram o sentir do homem de Cabo Verde. As presenças africana e europeia foram inegáveis na cultura das ilhas crioulas e a escrita do autor traduziu o conflito de culturas consequente sua miscigenação. Todas as vozes desempenharam funções representativas de convicções e novos pontos de vista abertos a outras realidades sociais e culturais.

No percorrer deste trabalho, foi observado que o projeto literário proposto e criado pelo autor, foi também interrogar a presença do discurso europeu, repensar no papel do escritor na luta pela reconstrução nacional e reivindicar e reconstruir a nova especificidade representativa do homem cabo-verdiano e sua cabo-verdianidade.

As personagens criadas pelo autor, refletiram as mudanças operadas, na nova conjuntura cultural, social e política cabo-verdiana que mesmo à distância de um tempo passado, proporcionaram, no presente, esse caminho à reconstrução antropológica, social e cultural. A sabedoria popular, o saudosismo, a emigração, a “mamãe-terra, a gastronomia e o crioulo são realidades intrínsecas à cultura das ilhas, conforme apontado pelos traços das personagens do *corpus*.

Os textos literários analisados cumprem os requisitos definidos em *Ponto & vírgula* (1983). O autor articulou e reconciliou duas épocas literárias, a da *Claridade* (1936), a revista que reivindicou a identidade cabo-verdiana e *Ponto & vírgula* (1983). Esta última apresentou alguns pontos comuns com a pioneira, sobretudo na aceitação de

textos escritos por Baltasar Lopes, Aurélio Gonçalves, Manuel Lopes e Félix Monteiro, na dessacralização de temáticas e na nova abertura à reinterpretação dos velhos paradigmas da vida cultural.

Sem dúvida que as grandes diretrizes definidas em *Ponto & vírgula* constituíram as linhas mestras de trabalho reflexivo e crítico, aberto à criação e à inovação da escrita literária do romancista Germano Almeida “[...] sem ter, por isso, que romper com os valores do passado mas analisando-os à luz do presente.” (2006:13).

Verificámos que a heterogeneidade das personagens traduziu a reconstrução de um novo ideário geosocial de cada ilha, divulgador de anseios e desejos da voz coletiva popular que incarnaram manifestações de mudança ética e filosófica e que se estenderam ao arquipélago. A personagem Nhô Quirino (*IF*), o contador de “estórias”, em crioulo, mas também em português e em especial a “estória” memorável de “Carlos Magno e os Doze pares da França” em que a escrita de Germano Almeida projetou a assimilação da cultura do Outro e preservou os seus padrões culturais.

A partir da caracterização das personagens e suas interrelações, os seus traços deram uma visão global de sentidos socioculturais que refletiram essa nova estética de reorientação literária que constituiu a trajetória do projeto do autor que gravitou em torno de tradições e problemas étnico-culturais, geográficos e políticos e que continuaram presentes no pensamento e na sua escrita.

A diversidade de motivos que funcionaram como o resultado da interpretação feita sobre a categoria estética da personagem à luz da escrita do autor, abrangeram o pluralismo estético- ideológico das ilhas contextualizadas no panorama de figuras específicas e culturalmente distintas concentradas em questões fundamentais da vida crioula. A reflexão feita sobre os padigmas do tempo colonial, foram retomados com um sentido reavaliativo numa lógica de preservar a cultura tradicional das ilhas.

A relação social entre personagens familiares no grupo social de *Os Dois Irmãos* residiu na continuidade de valores preservados pelas gerações. Mas foi dado a observar a variedade de posições ideológicas e temáticas opostas das personagens no *corpus*, como nhô Quirino (*IF*) e João Manco (*IF*), tia Júlia (*IF*), Ti Maia (*IF*), Pepa (*IF*), Djonga (*IF*) Dona Pura (*DPCA*) e Dr. Souza (*TSN*) defensores da tradição cultural enraizada em contraste com Napumoceno, transgressor/conservador, personagem contraditória (*TSN*); João Manco/Mari Bijome (*IF*), com o crioulo em contraste com Bento (*IF*) que não

falava essa língua; o padre Higgino (*IF*), religioso em oposição ao ateísmo de Lela (*IF*); a aculturação e a integração de João Mateus (*IF*) em oposição a André Pascoal (*DI*); o pai, a família e o povo (*DI*) em oposição a Pepa (*IF*) revolucionário. Os populares defensores de um forte telurismo (*DCR*) em oposição a Ovídio Martins; O juiz (*DI*) em oposição ao advogado de defesa (*DI*).

Como vimos as diferentes posições e pareceres em contraste das várias figuras significaram que o novo homem cabo-verdiano fixou e transgrediu valores que estão na sua origem. É de referenciar que o valor dado às personagens condicionou o método usado porque por princípio poder-se-ia pegar em cada um de diferentes temas importantes e trata-los horizontalmente em todas as obras, isto daria um carácter mais orgânico, mas tendo escolhido para tema o estudo da personagem, este facto obrigou ao método oposto de percorrer todas as narrativas, uma a uma, cada uma completa no seu universo onde as personagens interagem na definição dos seus respetivos espaços sociais.

De qualquer maneira procurámos evitar a fragmentação do texto da tese, construindo, nos pontos 7, 8 e 9 uma abordagem que procurou fazer a integração de obra a obra, para chegarmos a uma perspetiva de conjunto da obra do autor inserida na realidade cabo-verdiana do seu tempo.

Nesse sentido, com a nossa procura unificadora, nesta parte final da tese, entendemos que Germano Almeida reconstituiu e redesenhou uma nova estética de reorientação literária, cuja trajetória gravita em torno de tradições étnico-culturais, geográficas e políticas que problematizam a especificidade do homem cabo-verdiano no contexto universal.

O autor sente a necessidade de intervir na sociedade em que ele está que é a sua e confere à personagem essa função de reinterpretar e questionar as várias realidades sociais referentes ao passado colonial no presente da Independência com a abertura à reconstrução da Identidade Nacional.

As personagens são vozes com diversos posicionamentos que marcam contrastes a nível ideológico, sociocultural e político, tendo em vista de não só obter uma ideia de conjunto da sociedade cabo-verdiana como também procurar respostas que reflitam as transformações operadas na sociedade crioula. Segundo essa lógica geosocial agrupámos as personagens de acordo com as suas temáticas, mantendo o contraste de

sentidos e suas posições determinantes nas narrativas que traduzem um universo alternativo resultante de um forte poder de observação.

A personagem na escrita literária de Germano Almeida foi construída a partir de traços simples e reveladores das dificuldades das gentes das ilhas, aliada ao sentido de observação do contador de histórias que consciencializou uma nova forma de identidade cultural que redimensionou o cabo-verdiano ao analisá-lo na sociedade da Independência com uma visão crítica e realista, sem que perdesse os seus valores genuínos.

No entanto nessa busca incessante de renovação literária, a personagem questionou sociedades movidas por diferentes posições ideológicas que já não convergem no presente Histórico, traduzindo situações de conflito cultural que espelharam uma nova atitude do escritor perante o fenómeno literário num tempo de incertezas.

As figuras refrataram o ideal de reconstrução de um novo trajeto literário fundamentado na análise crítica e no seu conjunto demarcaram igualmente a mudança de valores e identidades que não excluíram a tradição oral das ilhas na Literatura Contemporânea de Cabo Verde.

Deste modo a partir da construção de uma galeria de personagens representativas de várias situações sociais e de diferentes traços psicológicos, o autor questionou a tradição filosófica da identidade e a visão antropológica da diferença cultural no interior das ilhas e fora, advindo do tempo colonial.

As personagens reconstituíram conceitos culturais que mesmo distanciados no tempo, surgem e servem de reflexão sobre questões complexas que se prenderam com o funcionamento das ilhas de Cabo Verde e com o novo sentido de cabo-verdianidade que incluiu uma autonomia literária constituída pela gastronomia, hábitos sociais, religiosos, histórias, crendices, superstições, o crioulo e a cultura europeia.

É a refundação de um novo ciclo, investido na construção de uma literatura de outra orientação nacional que não abandona a expressão da voz do povo do arquipélago nem apaga a memória dos intelectuais da *Claridade* com um olhar crítico e interventivo na sociedade cabo-verdiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Corpus narrativo de Germano Almeida

- CVVHI* - *Cabo Verde Viagem pela História das Ilhas*, Lisboa, Caminho, 2003.
- DCR* - *O Dia das Calças Roladas*, Lisboa, Caminho, 1999.
- DI* - *Os Dois Irmãos*, 2.^a ed., Lisboa, Caminho, 1995.
- DPCA* - *Dona Pura e os Camaradas de Abril*, Lisboa, Caminho, 1990.
- E* - *Eva*, Lisboa, Caminho, 2006.
- EC* - *Estórias Contadas*, Lisboa, Caminho, 1998.
- EDC* - *Estórias de Dentro de Casa*, 2.^a ed., Lisboa, Caminho, 1996.
- FT* - *A Família Trago*, 2.^a ed., Lisboa, Caminho, 1998.
- IF* - *A Ilha Fantástica*, 2.^a ed., Lisboa, Caminho, 1994.
- MCVM* - *Do Monte Cara Vê-se o Mundo*, Lisboa, Caminho, 2014.
- ME* - *As Memórias de Um Espírito*, Lisboa, Caminho, 2001.
- ML* - *O Mar na Lajinha*, Lisboa, Caminho, 2004.
- MMP* - *A Morte do Meu Poeta*, Mindelo, Gráfica do Mindelo, 1998.
- MO* - *A Morte do Ouvidor*, Lisboa, Caminho, 2010.
- MP* - *O Meu Poeta*, Lisboa, Caminho, 1992.
- RP* - *Regresso ao Paraíso*, Lisboa, Caminho, 2015.
- TSN* - *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, 4.^a ed., Lisboa, Caminho, 1991.

A - Outras referências

DIAS, Jorge (org.), 1959, *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 22.

ABOU, Selim, 1981, *L'identité culturelle*, Paris, Hachette/Pluriel.

ALCÂNTARA, Osvaldo, 1991, *Cântico da Manhã Futura*, Lisboa, ALAC.

ALMADA, José Luís Hopffer C. (org.), 2008a, *O Ano Mágico de 2006: Olhares Retrospectivos Sobre a História e a Cultura Cabo-Verdiana*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

ALMADA, José Luís Hopffer C., 1991, “A poética cabo-verdiana e os caminhos da nova geração”, in José Luís Hopffer C. Almada (org.), *Fragmentos*, Praia, 7-8 de dezembro, pp. 5-21.

ALMADA, José Luís Hopffer C., 1997, (org.), *Fragmentos - Revista de Letras, Artes e cultura* n.º 11/15, Dezembro, Praia, Movimento pró-cultura.

ALMADA, José Luís Hopffer C., 1998a, “Prefácio - O Nascimento do projecto e os seus antecedentes histórico-literários”, in José Luís Hopffer Almada (org.), *Mirabilis de Veias do Sol*, Praia, Instituto de Promoção Cultura.

ALMADA, José Luís Hopffer C., 2005a, “A Ficção Cabo-verdiana Pós-Independência, Permanência e Ruptura”, in Filinto E. Correia Silva (coord.), *Cabo Verde 30 Anos de Cultura 1975-2005*, Praia, IBNL, pp. 125-196.

ALMADA, José Luís Hopffer C., 2005b, “Estes poetas são meus. Algumas reflexões sobre a poesia cabo-verdiana, nos trinta anos da independência nacional”, in Filinto Eliseo Correia Silva (coord.), *Cabo Verde 30 Anos de Cultura 1975-2005*, Praia, IBNL, pp. 125-196.

ALMADA, José Luís Hopffer C., 2007, “Homenagem ao Movimento Pró-Cultura”, in Danny Spínola, (dir.), *Pré-Textos Revista de Arte, Letras e Cultura*, Praia, IBNL, Dez. n.º 2, II Série, pp. 61-67.

ALMADA, José Luís Hopffer C., 2009a, “Corsino Fortes Poeta artesão e co-artífice da renovação da poesia cabo-verdiana contemporânea”, in Danny Spínola (dir.), *Pré-textos - Arte, Letras e Cultura*, Praia, IBNL, Dez, n.º 4, II Série, pp. 41-43.

ALMADA, José Luís Hopffer C., 2009b, “G.T.Didial Um pós-claridoso na prosa de ficção cabo-verdiana”, in Danny Spínola (dir.), *Pré-Textos Revista de Arte, Letras e Cultura*, Praia, IBNL, Agosto, n.º 3, II Série, pp. 23-30.

ALMADA, José Luís Hopffer C., 2010, “Evasionismo, Terra-Longismo e Pasargadismo na obra de Manuel Lopes: Breves reflexões”, in Fátima Bettencourt (org.), *Clareza A palavra dos Outros*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, pp. 921-927.

ALMADA, José Luís Hopffer C., 2011, “Que caminhos para a poesia cabo-verdiana? Antigos e recentes debates e controvérsias sobre a identidade literária cabo-verdiana”, in *Navegações*, v. 4, n.º 1, jan./jun., pp. 92-10.

ALMADA, José Luís Hopffer, 1998b, “A poética cabo-verdiana pós-clareza - Alguns traços essenciais da sua arquitetura”, in Manuel Veiga (coord.), *Cabo Verde - Insularidade e Literatura*, Paris, Karthala, pp. 137-165.

ALMADA, José Luís Hopffer, 2008, “Alguns marcos da emergência de novos paradigmas na poesia cabo-verdiana contemporânea”, in *A Semana* (online), 13 de abril, <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article31455>, acessado a 20 de dezembro de 2010.

ALMEIDA, Germano, 1994, “Os Ilhéus e o Mundo”, in *Público*, Lisboa, 13/11.

ALMEIDA, Germano, 2001, “A Longa Agonia do Porto Grande”, in *A Semana*, 6.7.

ALMEIDA, Germano, 2007, “A Água e o Ritual do Namoro”, in Francisco Guedes (org.), *Histórias em Língua Portuguesa*, Lisboa, Ambar.

ALMEIDA, Germano, 2014, *Literatura Oral e Tradicional*, Lisboa, Imprensa Nacional, UCCLA, pp. 73-78.

ALMEIDA, Germano, 2015, “Guardiões da Memória”, in *Estante*, Lisboa, Fnac, n.º 6, p. 36.

ALMEIDA, Germano, 2016, “D. Guiomar”, in Carlos da Veiga Ferreira (coord.), *O Prazer da Leitura*, Lisboa, FNAC, pp. 71-88.

ALMEIDA, Germano, s.d., *Literatura e Identidade*, CP 300-S.Vicente.

AMARÍLIS, Orlanda, 1974, *Cais-do-Sodré Té Salamansa*, Coimbra, Centelha.

AMARÍLIS, Orlanda, 1989, *A Casa dos Mastros*, Lisboa, Linda-a-Velha, ALAC.

AMARÍLIS, Orlanda, s.d., *Ilhéu dos pássaros*, Lisboa, Plátano.

AMSELLE, Jean-Loup; Elikia M' Bokolo (coord.), 2014, *Pelos Meandros da Etnia - Etnias, Tribalismo e Estado em África*, Portugal e Angola, Pedagogo e Mulemba.

ANDERSON, Benedict, 1991, *Comunidades Imaginadas*, Lisboa, 70.

ANDRADE, Mário Pinto de; Francisco Tenreiro, 1953, *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Gráfica Portuguesa, ed. Facsimile.

- ANDRADE, Mário, 1975, “Prefácio” in Mário Andrade, *Antologia Temática de Poesia Africana. Na noite grávida de punhais*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, pp. 7-14.
- ARISTÓTELES, 2011, *Poética*, 4.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ASCENSÃO, José de Oliveira, 2001, *O Direito Introdução e Teoria Geral*, 11.^a ed., Coimbra, Almedina.
- BAKHTIN, Mikhaïl, 1970b, *Problèmes de la Poétique de Dostoïevski*, Lausanne, L'Âge d' Homme.
- BAKHTIN, Mikhail, 1977, *Estética e criação verbal*, São Paulo, Martins Fontes
- BAPTISTA, Maria Luísa, 1990, “Lembrando os 30 anos de Os Flagelados do Vento Leste”, in *Letras & Letras*, Porto, 19 de Dezembro, p. 11.
- BAPTISTA, Maria Luísa, 1990, Entrevista a Manuel Lopes, "Gosto do crioulo", in *Letras & Letras*, Porto, 19 de Dezembro, n.º 37, pp. 7-8.
- BARBOSA, Jorge, 2002, *Obra Poética*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- BARCELOS, Cristiano José de Senna, 1899, *Subsídios para a História da Guiné e Cabo Verde*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, Parte II.
- BARTHES, Roland, 1977, “Introduction à l'analyse structurale des récits” in Roland Barthes *et alii*, *Poétique du récit*, Paris, Seuil, pp. 7-37.
- BARTHES, Roland, 1984, “Le discours de l'histoire”, in *Poétique* 49, Paris, Seuil, fev., pp. 13-21.
- BARTHES, Roland, 1982, “L'effet de Réel”, in *Littérature et Réalité*, Paris, Seuil, pp. 81-90.
- BERGSON, Henri, 1999, *Matéria e Memória*, 2.^a ed., São Paulo, Martins Fontes.
- BESSIÈRE, Irène, 1974, *Le récit fantastique la poétique de l'incertain*, Paris, Librairie Larousse.
- BETH, Brait, 2017, *A Personagem*, São Paulo, Editora Contexto.
- BOOTH, Wayne C., 1977, “Distance et point de vue”, in Roland Barthes *et alii*, *Poétique du récit*, Paris, Seuil, pp. 85-112.
- BOOTH, Wayne C., 1980, *A Retórica da Ficção*, Lisboa, Arcádia.
- BOURDIEU, Pierre, 1989, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- BOURNEUF, R.; R. Quellet, 1972, *L'Univers du Roman*, Paris, PUF.

BRAIT, Beth, 1985, *A Personagem*, São Paulo, Ática.

BRITO, Sandra Beatriz Salenave, 2009, *Sinuosos caminhos de Abril: três olhares sobre a revolução dos cravos*, Brasil, Porto Alegre.

<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp093485.pdf>

BUESCU, Helena Carvalhão, 1995, “Personagem e Mediação”, in Helena Carvalhão Buescu *et alii* (org.) *A Lua, a Literatura e o Mundo*, Lisboa Cosmos, pp. 81-107.

CABRAL, Amílcar, 1952, “Apontamentos sobre a poesia cabo-verdiana”, in *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, Praia, Imprensa Nacional, n.º 28, Ano III, 1 de Janeiro, pp. 5-6.

CABRAL, Amílcar, 1974, “A cultura e o combate pela Independência”, in Alberto Rui Machado (dir.), *Presença Cabo-Verdiana - boletim cultural e informativo da casa de cabo verde*, Lisboa, Casa de Cabo Verde, Ano II, Maio, n.º 17, pp. 1-9.

CABRAL, Amílcar, 1974, “Introdução ao programa do P.A.I.G.C.”, in Alberto Rui Machado (dir.), *Presença Cabo-Verdiana - boletim cultural e informativo da casa de cabo-verde*, Lisboa, Casa de Cabo Verde, Ano II, Junho, n.º 18, p. 3.

CABRAL, Amílcar, 1974, “Introdução ao programa do PAIGC”, in Orlando Luís de Oliveira (coord.), *Presença Cabo-Verdiana*, Lisboa, Junho, Ano II, n.º 18, p. 9.

CÂNDIDO, António, 1992, “A Personagem do Romance”, in António Cândido, *A Personagem de Ficção*, São Paulo, Perspectiva, pp. 53-80.

CARREIRA, António, 1972, *Cabo Verde, Formação e Extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, Porto, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.

CARREIRA, António, 1974, “A emigração Caboverdiana para a América do Norte”, in Orlando Luís de Oliveira (coord.), *Presença Cabo-Verdiana*, Lisboa, n.º 18, Ano II, Junho, p. 5.

CARREIRA, António, 1983, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro.

CARVALHO, Alberto de, 2010b, “Do Classicismo ao Realismo da Claridade”, in Fátima Bettencourt (oig.), *Claridade A Palavra dos Outros*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, pp. 187-204.

CARVALHO, Alberto de, 1986, “Emergência do discurso na agressividade da poesia cabo-verdiana”, in Manuel Ferreira (dir.), *África, Literatura, Arte e Cultura*, n.º 14, 2. série, ano 9, Lisboa, agosto-setembro, pp. 19-25.

CARVALHO, Alberto de, 1988, *A Ficção de Baltasar Lopes, Contributo Para a Originalidade da Literatura Cabo-Verdiana*, Tese de doutoramento, Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, Lisboa, Universidade de Lisboa.

CARVALHO, Alberto de, 1990, “Da tradição oral na narrativa contemporânea”, in *Os Estudos Literários (entre) Ciência e Hennenêutica*, Actas do I Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, Lisboa, APLC.

CARVALHO, Alberto de, 1991, “Prefácio”, in Gabriel Mariano, *Cultura Caboverdeana: ensaios*, Lisboa, Nova Vega.

CARVALHO, Alberto de, 2001 a, “A narrativa cabo-verdiana, nacionalidade e nacionalismo”, in *La Narrativa en Lengua Portuguesa de Los Últimos Sinquenta Años* [Estudos dedicados a José S. Ares Montes, Anejo II], (dir.) M. Josefa Postigo Adamil, Revista de Filologia Românica, Anejos, Madrid, Universidad Complutense, pp. 85-114.

CARVALHO, Alberto de, 2001b, “A narrativa cabo-verdiana, nacionalidade e nacionalismo”, in *Revista de Filologia Românica*, pp. 85-114.

CARVALHO, Alberto de, 2001c, “Estética cabo-verdiana (séculos XIX-XX): o mito da Macaronésia”, in *Actas do IV Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*, Évora, p. 210.

CARVALHO, Alberto de, 2006, “Prefácio”, in Baltasar Lopes, *Chiquinho*, Lisboa, Nova Vega.

CARVALHO, Alberto de, 2006b, “Sobre diáspora e emigração cabo-verdianas”, *Via Atlântica*, n.º 10, Dezembro, pp. 11-29.

CARVALHO, Alberto de, 2008a, “Sobre a Narrativa (conto) cabo-verdiana”, in *Navegações*, Porto Alegre, v. 1, n.º 1, março, pp. 7-14.

CARVALHO, Alberto de, 2008b, “*Sobre diáspora e emigração cabo-verdianas*”, Lisboa, FLUL, p. 82.

CARVALHO, Alberto de, 2010a, “As figurações Crioulas de Baltasar Lopes”, in Fátima Bettencourt (org.), *Claridade A Palavra dos Outros*, Praia, Instituto da Boblioteca Nacional e do Livro, pp. 435-450.

CARVALHO, Alberto de, 2013, “Sobre a literatura oral cabo-verdiana”, in Alberto de Carvalho (coord), *Textos, Contextos, Linguagens sobre África*, Lisboa, Clepul, FLUL, pp. 107-158.

CÉSAIRE, Aimé, 1955, *Discours sur le Colonialisme*, Paris, Présence Africaine.

CÉSAIRE, Aimé, 1971, *Cahier d'un Retour au Pays Natal*, Paris, Présence Africaine.

CHABAL, Patrick, 1994, *Vozes Moçambicanas: Literatura e Nacionalidade*, Lisboa, Vega.

CHEVRIER Jacques, 1988, *Anthologie africaine: poésie*, Paris, Hatier.

CORDEIRO, Ana Dias, 2008, “Germano Almeida O Contador de Estórias”, in José Luís Hopffer Almada (coord.), *O Ano Mágico de 2006. Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Cabo-Verdianas*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

CORDESSE, Gérard, 1988, “Narration et focalisation”, in *Poétique* n.º 76, pp. 487-497.

COUTINHO, Afrânio, 1968, *Crítica e Poética*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.

COUTURIER, Mauricio, 1995, *La Figure de L'auteur*, Paris, Seuil.

DIDIAL, G. T., 1989, *O Estado Impenitente da Fragilidade*, Praia, Instituto caboverdiano do Livro e do Disco.

DIDIAL, G. T., 1992, *Contos da Maraçonésia*, Mindelo, Ilhéu, v. I e II.

DOURS, Christian, 2003, *Personne, Personnage, Les fictions de L'identité personnelle*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

DUARTE, Manuel, 1984, “Breves notas sobre a literatura Caboverdeana”, in Arnaldo França, I, n.º 21, Junho, pp. 3-8.

DUARTE, Vera, 2015, “Corsino Fortes e Arnaldo França - Duas grandes perdas para Cabo Verde”, in *Jornal de Letras Artes e Ideias*, Lisboa, 2 a 15 de setembro, p. 6.

ESTEVES, António R.; FIGUEIREDO, Eurídice, “O realismo mágico e o realismo maravilhoso”, in Eurídice Figueiredo (org.), *Conceitos de literatura e cultura*, Juiz de Fora, EdUFJF, 2010, p.393-414.

ÉVORA, José Silva, 2008, “A Revolta de 1886 na Ilha de Santo Antão. Alguns Apontamentos”, in José Luís Hopffer Almada (org.), *O ano mágico de 2006- Olhares retrospectivos sobre a história e a cultura cabo-verdiana*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, pp. 213-228.

EZQUERRO, Milagrós, 1984, “les connexions du système PERSE”, in AA. VV., *Le personnage en Question. Actes du IVe Colloque du S.E.I. Toulouse – 1-3 Décembre 1983*, Toulouse, Univ. de Toulouse, Univ. de Toulouse-Le-Mirail / Service des Publ. U.T.M., pp.103-109.

FERRAZ, Maria de Lourdes A., 2002, “O que é uma personagem?” in Maria de Lourdes A. Ferraz, (coord.), *Dicionário de Personagens da Novela Camiliana*, Lisboa, Caminho, pp. 11-28.

FERREIRA, Manuel (org.), 1975, *No Reino do Caliban - Antologia Panorâmica da Poesia Africana de Expressão Portuguesa - Cabo Verde e Guiné-Bissau*, Lisboa, Seara Nova.

FERREIRA, Manuel (org., coord. e dir.), 1989, *Claridade, Revista de Arte e Letras*, 2.^a ed., Mindelo, Instituto Caboverdiano do Livro.

FERREIRA, Manuel, 1959, “Consciência literária cabo-verdiana - Quatro gerações: Claridade - Certeza - Suplemento Literário - Boletim do Liceu Gil Eanes”, in *Estudos Ultramarinos*, n.º 3. Lisboa, IEU, pp. 89-92.

FERREIRA, Manuel, 1977, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, ICALP, vol. I.

FERREIRA, Manuel, 1986, “Claridade A voz de uma Nova Idade”, in *África Literatura, Arte, Cultura*, Lisboa, ALAC, 2.^a série, n.º 13, ano 9, Lisboa, abril-junho, pp. 3-4.

FERRO, Maria Haydée Ferreira, 1998, *Subsídio para a História da Ilha de Santo Antão de Cabo Verde (1462-1900)*, Praia, Instituto Caboverdiano do livro e do disco.

FONSECA, Aguinaldo (org.), 1958, “Suplemento Cultural - Cabo Verde”, *Boletim de Propaganda e Informação*, Praia.

FONSECA, Aguinaldo, 1951, *Linha do Horizonte*, Lisboa, CEI.

FORTES, Corsino, 1980, *Pão & Fonema*, 2.^a ed, Lisboa, Sá da Costa.

FORTES, Corsino, 1986, *Árvore e Tambor*, Lisboa, ICL/Publicações Dom Quixote.

FORTES, Corsino, 2001, *A Cabeça Calva de Deus*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

FORTES, Teresa Sofia, 2003, “Eu nunca quis ser escritor”, (entrevista a Germano Almeida), *A semana*, on-line em 5.2. <http://videos.sapo.pt/HOOqC3ZvaRbS3KFz4997>

FRANÇA, Arnaldo (dir.), 1981, *Raízes*, n.º 17/20, Janeiro a Dezembro, Ano 5.

FRANÇA, Arnaldo (org.), 1977-1984, *Raízes*, Praia.

FRANÇA, Arnaldo (org.), 1998, *António Aurélio Gonçalves - Ensaaios e Outros Escritos*, Mindelo, Centro Cultural Português.

FRANÇA, Arnaldo, 1959, *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes*, Mindelo.

FRANÇA, Arnaldo, 1962, *Notas Sobre Poesia e Ficção Cabo-Verdianas*, Praia, Centro de Informação e Turismo, p. 7.

FRANÇA, Arnaldo, 1963, “O Movimento Cabo-Verdiano evoluiu”, in Bento Levy, *Cabo Verde Boletim Documental e de Cultura, Mindelo, Publicação do Centro de Informação e Turismo*, ano XV, n.º s 13-15 / 169-171, Outubro-Dezembro, pp. 4-7.

FRANÇA, Arnaldo, 1980, “Os dois irmãos, de Germano Almeida”, in José Luís Hopffer Almada (org.), *Fragmentos – Revista de Letras, Artes e cultura*, n.º 11/15, Dezembro, Praia, Movimento pró-cultura, pp. 204-207).

FRANÇA, Arnaldo, 1993, “Panorama da Literatura Cabo-Verdiana”, in *Vértice*, n.º 55, Julho-Agosto. FRANÇA, Arnaldo, 1997, “Os dois irmãos”, in José Luís Hopffer Almada (dir.), *Fragmentos*, 11/15, pp. 204-207.

FRANÇA, Arnaldo, 2011, “Identidade Nacional em Miguel Torga, Germano Almeida e Fausto Duarte”, in Danny Spínola (org.), *Homenagem do Dr. Arnaldo França*, Pré-Textos – Arte, Letras e Cultura, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Abril, pp. 41-51.

GÂNDARA, Paula, 2008, *Constituindo Germano Almeida - A Consciência da Desconstrução*, Lisboa, Vega.

GARCÍA, Flavio, 2014, “Figurações da ficção do insólito: a personagem na narrativa fantástica”, in Flávio Garcia *et alii* (orgs.), in *(Re)Visões do Fantástico: do centro às margens; caminhos cruzados*, Rio de Janeiro, Dialogarts Publicações, pp. 51-59.

GARCÍA, Flávio; Maria Cristina Batalha (org.), 2012, *Vertentes Teóricas e ficcionais do insólito*, Rio de Janeiro, Cartés.

GENETTE, Gérard, 1972, *Figures III*, Paris, Seuil.

GIDDENS, Anthony, 1990, *The consequences of modernity*, Cambridge, Polity Press.

GLAUDES, Pierre ; Yves Reuter, 1991, *Personnage et Histoire Littéraire*, France, Presses Universitaires du Mirail.

GLAUDES, Pierre; Yves Reuter, 1998, *Le Personnage*, Paris, PUF.

GONÇALVES, António Aurélio, 1960, “Problemas da literatura romanesca em Cabo Verde”, in *Cabo Verde* n.º 128, Praia: Imp. Nacional, Maio, pp. 9-23.

GONÇALVES, António Aurélio, 1998, *Noite de Vento*, Lisboa, Caminho.

GUERREIRO, Maria Manuela Lopes, 1998, *Germano Almeida e a Nova Escrita Cabo-Verdiana - Um Estudo de O Testamento de Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, Mindelo, Centro Cultural Português.

GUSDORF, Georges, 1951, *Mémoire et Personne, La mémoire concrète*, Paris, PUF, vol.1.

- HALKBWACHS, Maurice, 1994, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Albin Michel.
- HALL, Stuart, 2015, *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, 12.^a ed., Rio de Janeiro, Lamparina.
- HAMON, Philippe, 1977, “Para um estatuto semiológico da Personagem”, in Maria Alzira Seixo (org.), *Categorias da Narrativa*, 2.^aed^a., Lisboa, Editora Globo, pp. 87-110.
- HAMON, Philippe, 1977, “Pour un statut sémiologique du personnage”, in Roland Barthes et alii, *Poétique du récit*, 1977, pp. 115-180.
- HANABRAS, Marie-Christina, 1995, *Manuel Lopes Um Itinerário Iniciático*, Mindelo, Instituto Cabo Verdiano do Livro e do Disco.
- HAUCK, Marcelo António Ribas; Mireille Pacheco França Costa; Maria Odete da C. Semedo, 2010/2011, *O Testamento do Sr. Napumoceno: linguagem e efeitos de sentido*, Belo Horizonte, PUC Minas, n.º 21.
- HUTCHEON, Linda, 1941, *Poética do Pós-Modernismo*, Rio de Janeiro, Imago.
- JOUE, Vincent, 1992, (1985), *L'effet-Personnage dans le Roman*, Paris, PUF.
- JOUE, Vincent, 2001, *Poétique des valeurs*, Paris, PUF.
- LABAN, Jean-Michel, s.d., “Entrevista realizada a Germano Almeida”, Mindelo, 1/9/1985, in Michel Laban, *Cabo Verde: Encontro com Escritores*, 2.º vol., Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- LABAN, Jean-Michel, s.d., “Entrevista realizada a Jorge Miranda Alfama, José Luís Hopffer Almada, Manuel Delgado e Manuel Brito Semedo”, Praia, 3.12.1986, in Michel Laban, *Cabo Verde: Encontro com Escritores*, 2.º vol., Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- LABAN, Jean-Michel, s.d., *Cabo Verde: Encontro com Escritores*, Porto, Fund. Eng. António de Almeida, vol.s. 1 e 2.
- LARANJEIRA, Pires, 1985, “As certezas da Claridade e as influências na sombra”, in Pires Laranjeira, *Literatura Calibanesca*, Porto, Afrontamento, pp. 105-142.
- LARANJEIRA, Pires, 1994, “A poesia da negritude africana e os conceitos de terra, povo, língua, raça, nação e pátria”, in Fernando Cristóvão, Maria de Lourdes Ferraz e Alberto de Carvalho, (coord.), *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*, Lisboa, Cosmos, pp. 231-234.
- LEITE, Ana Mafalda, 1986, “Árvore & Tambor ou a reinvenção da terra cabo-verdiana”, in Corsino Fortes, *Árvore & Tambor*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

LEITE, Ana Mafalda, 1994, “Recensão Crítica” a “O Testamento do Sr. Napumoceno de Araújo” de Germano Almeida, in *Revista Colóquio de Letras*, Recensões Críticas, n.º 131, Jan., pp. 254-255.

LEITE, Ana Mafalda, 1995, *A Modalização Épica nas Literaturas Africanas*, Lisboa, Vega.

LEITE, Ana Mafalda, 2001, “Posfácio”, in Corsino Fortes, *A Cabeça Calva de Deus*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

LEPECKI, Maria Lúcia, 1990, “Lá vem o barco, seló, seló”, in Rolando Vera-Cruz, Jorge Miranda e Oswaldo Osório (org.), *Seló Página dos Novíssimos*, edição fac-similada, Mindelo, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, n.º 1, pp. 9-21.

LIMA, Mesquitela, 1980, “Pão & Fonema ou A Odisseia de um Povo”, in Corsino Fortes, *Pão & Fonema*, 2.ª ed., Lisboa, Sá da Costa.

LIMA, Mesquitela, s.d., “Prefácio”, in João Lopes Filho, *Cabo Verde Subsídios para um levantamento cultural*, Lisboa, Plátano, p. 21.

LINS, Osman, 1976, *Lima Barreto e o espaço romanesco*, São Paulo, Ática.

LISBOA, Eugénio, *Germano Almeida*, inédito.

LOPES FILHO, João, 2003a, *Introdução à Cultura Cabo-Verdiana*, Praia, Instituto Superior de Educação.

LOPES FILHO, João, 2003a, *Introdução à Cultura Cabo-Verdiana*, Praia, Instituto Superior de Educação.

LOPES FILHO, João, 2003b, *Olhares Partilhados*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

LOPES José Vicente, 1987, “Novas estruturas poéticas e temáticas da poesia cabo-verdiana”, in *Ponto & Vírgula*, Mindelo, n.º 17, pp.24-33.

LOPES, Baltasar, 1947, *Chiquinho*, Mindelo, Claridade.

LOPES, Baltasar, 1960, *Antologia da ficção cabo-verdiana contemporânea*, Praia, Edições Henriquinas.

LOPES, Baltasar, 2006, *Chiquinho*, Lisboa, Nova Vega.

LOPES, Baltasar, 2010, *Escritos Filosóficos e Outros Ensaios*, 35.ª ed., Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

LOPES, José Vicente, 1980, “Entrevista realizada por António Fidalgo Barros”, in jornal *Terra Nova*, n.º 67, Mindelo, Outubro, p.14.

LOPES, José Vicente, 1986, “Claridade, vanguarda e modernismo”, in *Terra Nova*, n.º 128, Ano XII, Jul.-/Ago., pp. 4 - 6.

LOPES, José Vicente, 2012, *Cabo Verde as Causas da Independência, (e o Estado e a transição para a democracia na África lusófona)*, 2.ª ed, Praia, Spleen.

LOPES, José Vicente, 2013, *Cabo Verde os Bastidores da Independência*, 3.ª ed., Praia, Manuel Barbosa & Filhos.

LOPES, José Vicente, 2016, *Onésimo Silveira Uma vida, um mar de Histórias*, Praia, Spleen.

LOPES, Leão, 2006, “Pós-fácio”, in Françoise Massa (org.), *Ponto & Vírgula*, Mindelo, Ponto&Vírgula, setembro. (ed. facsimile das revistas editadas no Mindelo).

LOPES, Manuel, 1948, “Características da moderna literatura cabo-verdiana”, in *O Telégrafo*, 17 de janeiro.

LOPES, Manuel, 1959, “Reflexões sobre a literatura cabo-verdiana ou a literatura nos meios pequenos”, in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, pp. 3-22.

LOPES, Manuel, 1963, “A riqueza desta pequena literatura é a medida da pobreza do ambiente que a produziu”, in Bento Levy (dir.), *Cabo Verde Boletim Documental e de Cultura*, Mindelo, Imprensa Nacional de Cabo Verde, ano XIV, n.º s., 10-12/166-168, Julho-Setembro, pp. 7-11.

LOPES, Manuel, 1972, “Considerações sobre as personagens de ficção e seus modelos”, in HANRAS, Marie-Christine, *Manuel Lopes Um Itinerário iniciático*, Praia, Instituto Caboverdiano, pp. 375-385.

LOPES, Manuel, 1978, “Notas sobre O Emigrante Caboverdiano”, in Marie-Christine Hanras, *Manuel Lopes Um Itinerário Caboverdiano*, Praia, Instituto Caboverdiano, pp. 387-389.

LOPES, Manuel, 1985, *Os Flagelados do Vento Leste*, Lisboa, 70.

LOPES, Manuel, 1989, *Galo Cantou na Baía: Outros Contos*, Lisboa, 70.

LOPES, Manuel, 1997, *Chuva Braba*, Lisboa, Caminho.

LOPES, Manuel, 1997, *Falucho Acorado*, Lisboa, Cosmos.

- LOURENÇO, Eduardo, 1998, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Publicações Don Quixote.
- LUKÁCS, George, 1968, *La Théorie du Roman*, Paris, Gallimard.
- MARIANO, Gabriel, 1958, “Negritude e caboverdianidade”, in *Boletim Cabo Verde*, Ano 9, n.º 104.
- MARIANO, Gabriel, 1963, “O Ciclo Claridoso ainda não se fechou”, in Bento Levy, *Cabo Verde Boletim Documental e de Cultura*, Mindelo, Publicação do Centro de Informação e Turismo, ano XV, n.º s 13-15/169-171, Outubro-Dezembro, pp. 8-11.
- MARIANO, Gabriel, 1989, *Vida e morte de João Cabafume*, Lisboa, Vega.
- MARIANO, Gabriel, 1991, “Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou”, in *Gabriel Mariano, Cultura Caboverdeana – Ensaaios*, Lisboa, Nova Vega, p. 54.
- MARIANO, Gabriel, 1991, *Cultura Caboverdeana - Ensaaios*, Lisboa, Nova Vega.
- MARINHO, Gabriel, 1991, *Osvaldo Alcântara - O Caçador de Lembranças*, Mindelo, Ponto e Vírgula.
- MARTINS, Luís Dias, 2011, “O Anjo Tombado entre as pedras”, in *Românica. Revista de Literatura*, Lisboa, Departamento de Literaturas Românicas, n.º 20, pp. 233-242.
- MARTINS, Maria João, 2010, “Germano Almeida - O guarda fiel da memória” (entrevista), in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 11 a 24 de agosto, p. 16-17.
- MARTINS, Ovidio, 1963, *Caminhada*, Lisboa, CEI.
- MASSA, Françoise, (org.) 2006a, “Apresentação”, in Françoise Massa, *Ponto&Vírgula, Revista de Intercâmbio Cultural*, Mindelo, Ponto & Vírgula, (1983-1987), n.º s 1-17.
- MASSA, Françoise, (org.) 2006b, *Ponto e Vírgula, Revista de Intercâmbio Cultural*, (ed. facsimile das revistas editadas no Mindelo), Mindelo, Ponto & Vírgula, 2006, (1983-1987), n.º 1-7.
- MAURIAC, François, 1990, *Le Romancier et ses Personnages*, Paris, Bruchet/Chastel.
- MENDES, João Castro, *Introdução ao Estudo do Direito*, Lisboa, Pedro Ferreira, 1994.
- MENDES, Maria do Carmo Pinheiro Silva Cardoso, 2014, *Germano Almeida: Diálogos entre Cabo Verde e Portugal*, Minho, Universidade do Minho.
- MIRAUX, Jean-Philippe, 1997, *Le Personnage de Roman-Genèse, Continuité, Rupture*, Paris, Nathan.

MIRAUX, Jean-Philippe, 2014, *L'Autobiographie Écriture de soi et sincérité*, 3.^{ème} éd., Paris, Armand Colin.

MONTALBETTI, Christine (org.), 2001, *La Fiction*, Paris, Flammarion.

MONTALBETTI, Christine, 2003, “Introduction”, in Christine Montalbetti (org.), *Le Personnage*, Paris, Flammarion, p. 22.

MONTALBETTI, Christine, 2003, *Le Personnage*, Paris, Flammarion.

MONTEIRO, Adolfo Casais, s.d., *Manuel Bandeira*, Lisboa, Ministério da Educação e Cultura.

MONTEIRO, Félix, “A vitalidade do movimento claridoso é mais notória na ficção do que na poesia”, in Bento Levy, *Cabo Verde Boletim Documental e de Cultura*, Mindelo, Publicação do Centro de Informação e Turismo, ano XV, n.º s 13-15/169-171, Outubro-Dezembro, pp. 12-16.

NEEFS, Jacques, 1973, “La figuration realiste”, in *Poétique*, n.º 16, pp. 466- 476.

NEVES, António Loja, 1998a, (Entrevista realizada a Germano Almeida) “Temo pelo futuro do meu país”, in 12 de *Expresso* Setembro.

NEVES, António Loja. 1998b, “Entrevista a Germano Almeida”, *Expresso*, Lisboa, 12 de Agosto.

NUNES, António, 1988, *Poemas de Longe*, 2.^a ed, Lisboa, ALAC.

NUNES, Fernando, 2003, “Entrevista a Germano Almeida”, Fevereiro.
<http://Nvideos.sapo.pt/Ksivw0n021zetw6CWz4F>

NUNES, Maria Leonor, 1994, “Quando escrevo, estou a contar uma história a alguém [...]”, in *Jornal de Letras* de 27 de abril, p. 25.

PALLOTTINI, Renata, 1989, *Dramaturgia: a construção do personagem*, São Paulo, Ática.

PARAVY, Florence, 1999, *L' Espace dans le roman africain francophone contemporain (1970-1990)*, Paris, L' Harmattan.

PEREIRA, Daniel A., 2005, *Estudos de História de Cabo Verde*, Praia, Alfa-Comunicações.

PEREIRA, Daniel A., 2016, *Novos subsídios para a História de Cabo Verde*, Lisboa, Rosa de Porcelana.

PEREIRA, Daniel A., s.d., *A Situação da Ilha de Santiago no 1º Quartel do século XVIII*, 2ª. edª., Cabo Verde, Alfa-Comunicações.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha, s.d., “Introdução”, in Sófocles, *Antígona*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian,, pp. 9-34.

PERELMAN, Chaim, 1977; ed. Ut., 1999, *O Império Retórico. Retórico e Argumentação*, trad. de Fernando Trindade e Rui A. Grácio, Porto, Asa, col. “Argumentos”, 2ª ed.

PRADA OROPEZA, Renato, 2006, “El Discurso Fantástico Contemporáneo: Tension Semántica y Efecto Estético”, in *Revista Semiosis*, Tercera época, Enero - Junio, vol.2, n.º 3, pp. 54-76.

PRADO, Maria Felisa Rodríguez, 2004, “Certeza Cabo-Verdiana: Quais as Certezas? O Movimento Literário em Meados do século XX”, in *Latitudes*, n.º 20 - mai.

PRATA, Ana, 2014, *Dicionário Jurídico*, 5.ª ed., Coimbra, Almedina, pp. 501 e 521.

REIS, Carlos, 2014, “Figurações do insólito: A reversão do típico”, in Flavio Garcia *et alii* (org.), *(Re)Visões do Fantástico: do centro às margens: caminhos cruzados*, Rio de Janeiro, Dialogarts Publicações, pp. 33-49.

REIS, Carlos, 2015, *Pessoas de Livro. Estudos Sobre a Personagem*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

REUTER, Yves, 1991, *Introduction à L'analyse du Roman*, Paris, Bordas.

RICOEUR, Paul, 1985, *Temps et récit*, Paris, Seuil, Tome III.

RICOEUR, Paul, 1990, *Soi-même comme un autre*, Paris, Seuil.

RIFATERRE, Michael, 1982, “L'illusion référentielle”, in *Littérature et Réalité*, Paris, Seuil, pp. 91-118.

ROMANO, Luís, 1984, “Cem anos de Literatura Cabo-verdiana: 1880-1980 “, in *África. Revista do Centro de Estudos Africanos*, n.º 2. São Paulo: Universidade de São Paulo, pp. 25-49.

SANTOS, Raquel, 2002, *Entre Nós: entrevista a Germano Almeida*, Lisboa, Universidade Aberta, Programa em vídeo.

SCHAEFFER, Jean-Marie, 1995, "Personnage", in Oswald Ducrot e Jean-Marie Schaeffer, *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, Paris, Seuil, pp. 753-755.

SEGOVIA, J. Castro, 1985, *A personagem*, São Paulo, Ática.

- SEMEDO, Manuel Brito, s.d., *Cabo Verdianamente ensaiando*, Cabo Verde, Ilhéu.
- SENGHOR, Léopold Sédar, 2011, *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache de Langue Française*, (Précédée de *Orphée noir* par Jean Paul Sartre), 8^{ème} éd., Paris, PUF.
- SILVA, Clara, 2014, entrevista a Germano Almeida, “Posso escrever o que quiser”, 13 de janeiro.
- SILVA, Eduino Brito (dir.), 1944, *Certeza, Folha da Academia*, Mindelo, n.º s 1, 2 e 3.
- SILVEIRA, Onésimo, 1963, *Consciencialização na Literatura Cabo-Verdiana*, Lisboa, CEI.
- SÓFOCLES, 2011, *Antígona*, Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- SOUSA, Teixeira de, 1984, *Capitão de Mar e Terra*, Lisboa, Europa-América.
- SPÍNOLA, Danny, 2009, “A Cabeça Calva de Deus Uma Poética Cosmovisão de Cabo Verde”, in Danny Spínola (org.) *Pré-Textos - Revista de Arte, Letras e Cultura*, Praia, IBNL, Dez., II série, pp. 7-23.
- STOENESCO, Dominique, 1999, “Na Morte de Ovídio Martins Poeta e Militante Cabo-Verdiano”, in *Latitudes*, n.º 6, setembro.
- STOENESCO, Dominique, 2004, “*Estórias Contadas* Chroniques du Cap-Vert et d’ailleurs de Germano Almeida”, in *Latitudes*, n.º.20, mai, pp.46-48.
- TACCA, Oscar, 1983, *As vozes do romance*, Coimbra, Almedina.
- TADIÉ, Jean-Yves, 1990, *Le Roman au XX Siècle*, Paris, Pierre Belfont.
- TERRY, Luís, 2010, “O problema da emigração cabo-verdiana”, in Fátima Bettencourt (org.), *Claridade A palavra dos Outros*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, pp. 97-112.
- TIOFE, Timóteo Tio, 1975, “O Primeiro Livro de Notcha”, in *O Primeiro e o Segundo Livros de Notcha*, Mindelo, Pequena Tiragem, pp.13-128.
- TIOFE, Timóteo Tio, 1984, “Arte poética e artefactos poéticos em Cabo Verde. Reflexões sobre os últimos 50 anos da poesia cabo-verdiana”, in *Les Littératures Africaines de Langue Portugaise: à la recherche de l'identité individuelle et nationale*, Actes du Colloque International, Paris, 28-29-30 Nov., 1 Dec., Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.
- TIOFE, Timóteo Tio, 1994, *O Primeiro e o Segundo Livros de Notcha*, Mindelo, Pequena Tiragem.

TIOFFE, Timóteo Tio, 1999, “Primeira Epístola ao Meu Irmão António: A propósito de O Primeiro Livro de Notcha”, in *O Primeiro e o Segundo Livros de Notcha*, Mindelo, Pequena Tiragem, pp. 131-145.

TIOFFE, Timóteo Tio, 2001, *O Primeiro e o Segundo Livros de Notcha*, Mindelo, Pequena Tiragem.

TODOROV, Tzvetan, 1968, *Introdução à Literatura Fantástica*, Lisboa, Moraes.

TODOROV, Tzvetan, 1972, “Personnage”, in Oswald Ducrot; Tzvetan Todorov, *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, Paris, Seuil, p. 286.

TORRES, António Maria M. Pinheiro, 1998, *Introdução ao Estudo do Direito*, Lisboa, Rei dos Livros.

TUTIKIAN, Jane, 2006, “Germano Almeida, Tradutor de uma nova realidade”, in *Veredas 7*, Porto Alegre, Associação Internacional de Lusitanistas, pp. 161-175.
https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34527/1/Veredas7_artigo13.pdf?ln=pt-pt

TUTIKIAN, Jane, 2008, “Por uma Pasárgada Caboverdiana”, in *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n.º 7, pp. 42-52, Out/Dez.

VÁRIO, João, 1998, *Exemplo Coevo*, Praia, Spleen.

VÁRIO, João, 2013, *Exemplos*, Lisboa, Tinta-da-China.

VEIGA, Manuel, 1994, *A sementeira*, Lisboa, ALAC.

VEIGA, Manuel, 1998, *Cabo Verde Insularidade e Literatura*, Paris, Karthala.

VENÂNCIO, José Carlos, 1992a, “Cabo-Verde:Dilema e originalidade dum voo humano:Conversando com o poeta cabo-verdiano Oswaldo Osório”, in *Literatura e Poder na África Lusófona*, Lisboa, ICALP, pp.81-84, (entrevista publicada no *jornal África*, de 17 de Setembro de 1987).

VENÂNCIO, José Carlos, 1992b, “Gabriel Mariano:poeta cabo-verdianamente contestatário, juiz de direito e antropólogo de circunstância”, in *Literatura e Poder na África Lusófona*, Lisboa, ICALP, pp. 77-80, (entrevista publicada no *jornal África*, de 8 de Junho de 1988).

VENÂNCIO, José Carlos, 2000, “Relendo Gilberto Freyre: O Contexto do Romance Os Dois Irmãos de Germano Almeida” in *Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*, Recife, 21-24 mar. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-02022011-105601/publico/2010AntonioAparecidoMantovani.pdf>.

VERA-CRUZ, Rolando; Jorge Miranda; Oswaldo Osório (org.), 1962, *Sêlô, Página dos Novíssimos*, Suplemento do Jornal Notícias de Cabo Verde, Mindelo.

VIEIRA, Agripina Carriço, 2014, “Entrevista a Germano Almeida: As Infinitas Estórias do Mindelo”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 17 a 30 de Setembro, p.11.

VIEIRA, Agripina Carriço, 2016, “Germano Almeida Estórias do Paraíso”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 16 a 29 de março, p.14.

VIEIRA, Cristina da Costa, 2008, *A Construção da Personagem Romanesca: Processos Definidores*, Lisboa, Colibri.

WOOLF, Virginia, 2014, “A Personagem na Ficção”, in *Ensaio, Escolhidos*, Lisboa, Relógio D' Água, pp. 11-31.

ZÉRAFFA, Michel, 1971, *Personne et Personnage. Le Romanesque des Années 1920 aux Années 1950*, Paris, Klincksieck.

ZÉRAFFA, Michel, 1976, *Roman et Société*, Paris, PUF.

B - Leituras complementares

.MONTEIRO, Félix, “A vitalidade do movimento claridoso é mais notória na ficção do que na poesia”, in Bento Levy, *Cabo Verde Boletim Documental e de Cultura*, Mindelo, Publicação do Centro de Informação e Turismo, ano XV, n.º s 13-15/169-171, Outubro-Dezembro, pp. 12-16.

AGUESSY, Honorat, 1977, “Visões e percepções tradicionais”, in Honorat Aguessy *et alii*, *Introdução à cultura africana*, Lisboa, Edições 70.

ALAVARCE, Camila da Silva, 2009, *A Ironia e Suas Refrações. Um Estado Sobre a Dissonância na Paródia e no Riso*, São Paulo, Cultura Académica.

ALMADA, José Luís Hopffer C., s.d., *Praianas (Revisitações do Tempo e da Cidade)*, Praia, Spleen.

ALMEIDA, Germano, s.d., “Manuel Lopes - Um Homem Comprometido”, in *Manuel Lopes rotas de vida e da escrita*, Lisboa, Instituto Camões, pp. 125-130.

AMSELLE, Jean-Loup, 2010, *L'Occident décroché. Enquête sur les postcolonialismes*, Pluriel, Espagne.

AMSELLE, Jean-Loup; Elikia M' Bokolo (coord.), 2014, *Pelos Meandros da Etnia - Etnias, Tribalismo e Estado em África*, Portugal e Angola, Pedagogo e Mulemba.

ANDERSON, Benedict, 1991, *Comunidades Imaginadas*, Lisboa, 70.

- ANDERSON, Benedict, 1989, *Nação e Consciência nacional*, São Paulo.
- ANDRADE, Mário, 1980, *Antologia Temática da Poesia Africana na Noite Grávida de Punhais*, 3.^a ed., Praia, Instituto Caboverdiano do Livro.
- ANJOS, José Carlos dos, 2002, *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde. Lutas de Definição da Identidade Nacional*, Praia, INIPC.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos, 1997, “Representações sobre a Nação Cabo-verdiana: Definição mestiça da identidade nacional como ideologia do clientelismo em contexto de dominação racial” in José Luís Hopffer Almada (org.), *Fragmentos – Revista de Letras, Artes e Cultura*, n.º 11/15.
- ARISTÓTELES, 2015, *Ética a Nicómaco*, 5.^a ed., Lisboa, Quetzal.
- ARON, Paul et alli, 2002, *Le Dictionnaire du Littéraire*, 2.^{ème} éd., Paris, PUF.
- AUERBACH, Erich, *Mimèsis*, Paris, Gallimard, 1965.
- BAKHTIN, Mikhaïl, 1970a, *L'Oeuvre de François Rabelais et la Culture Populaire au Moyen Age et Surs la Renaissance*, Paris, Gallimard.
- BAKHTIN, Mikhaïl, 1978, *Esthétique et Théorie du Roman*, Paris, Gallimard.
- BAPTISTA, Maria Luísa, 1990, Entrevista a Manuel Lopes, "Gosto do crioulo", in *Letras & Letras*, Porto, 19 de Dezembro, n.º 37, pp. 7-8.
- BARBOSA, Jorge, 2002, *Obra Poética*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- BARCELOS, Cristiano José de Senna, 1899, *Subsídios para a História da Guiné e Cabo Verde*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, Parte II.
- BERGSON, Henri, 1969, *La pensée et le mouvant. Essais et Conférences*, Paris, PUF.
- BERGSON, Henri, 1981, *Le Rire*, 39.^{ème} éd., Paris, PUF.
- BETH, Brait, 1997, *Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido*, Brasil, Unicamp.
- BHABHA, Homi K., 2005, *O Local da Cultura*, 3.^a ed., Belo Horizonte, OFMG.
- BOOTH, Wayne C., 1980, *A Retórica da Ficção*, Lisboa, Arcádia.
- BOURDIEU, Pierre, 1986, “L’illusion biographique”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Année, v. 62, n.º 1, pp. 69-72.
- BRITO, Glória de, 2010, *Figurations realistes dans les récits de Teixeira de Sousa*, Paris, Université de Paris IV, Sorbonne. (Tese de doutoramento).

- BRITO-SEMEDO, Manuel, 2006, *A Construção da Identidade Nacional - Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- BROOKSHAW, David, 1990, “Da oralidade à Literatura e da Literatura à Oralidade”, in *Angolê Artes Letras*, Ideias, 1.
- BRUNN, Alain, 2001, *L'auteur*, Paris, Flammarion.
- BUESCU, Helena Carvalhão, 1998, *Em Busca do Autor Perdido-Histórias, Concepções, Teorias*, Lisboa, Cosmos.
- CABRAL, Amílcar, 1974, PAIGC, *Unidade e Luta*, Lisboa, Nova Aurora.
- CABRAL, Amílcar, 1977, “Dignidade e identidade no contexto da luta de libertação nacional”, in *Raízes*, ano 1, n.º 4.
- CABRAL, Fundação Amílcar (org.), 2010, *Simpósio Internacional sobre Cultura e Literatura Cabo-Verdianas*, Mindelo, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- CABRAL, Iva; Márcia Souto e Filinto Elíseo (org.), 2016, *Cartas de Amílcar Cabral a Maria Helena. A outra face do Homem*, Lisboa, Rosa de Porcelana.
- CABRAL, Luís, 2014, *Memória e Discurso*, Lousã, Fundação Amílcar Cabral.
- CARDOSO, Pedro, 1930, *Hespéridas (fragmentos de um poema perdido em triste e miserando naufrágio)*, Praia, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- CARLOS, Elter Manuel, 2016, “Literatura e viagem de formação humana em Eugénio Tavares”, in Renato Epifânio (dir.), *Nova Águia – Revista de Cultura para o século XXI*, Sintra, Zéfiro - Edições e Actividades Culturais, n.º 17, 1.º Semestre, pp. 56-61.
- CARREIRA, António, 1978, in “Tratos e resgates dos portugueses nos Rios de Guiné e ilhas de Cabo Verde nos começos do século XVII”, in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, n.º 2, Julho/Dezembro.
- CARREIRA, António, 1984, *Cabo Verde: aspectos sociais, secas e fomes do século XX*, Lisboa, Ulmeiro.
- CARVALHO, Alberto de, 1987, “Emigração e Orfandade em Chiquinho de Baltasar Lopes”, in *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Actas do Colóquio* (Julho, 1985, Lisboa). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 215-229.
- CARVALHO, Alberto de, 1993, “Evasionismo, configuração existencial da insularidade cabo-verdiana”, in Piero Ceccucci, (org.), *Coscienza Nazionale Nelle letterature africane di lingua portoghese*, Atti del Convegno Internazionale, Milano, Bulzoni, 13-14 Dicembre.

- CARVALHO, Alberto de, 1995, “Culturas e literaturas africanas, entre o insular e o continental”, in *Portugal e o Mundo do Passado ao Presente. Actas dos 1.ºs Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, Cascais, CMC, pp. 391-401.
- CARVALHO, Alberto de, 1997a, (coord.) *Nacionalismo e regionalismo nas Literaturas Lusófonas*, Lisboa, Cosmos.
- CARVALHO, Alberto de, 1997b, “Prefácio”, in Manuel Lopes, *Falucho Acorado*, Lisboa, Cosmos, pp. XI-LXV.
- CARVALHO, Alberto de, 2001a, “A narrativa cabo-verdiana, nacionalidade e nacionalismo”, in *La Narrativa en Lengua Portuguesa de Los Últimos Cincuenta Años* [Estudos dedicados a José S. Ares Montes, Anejo II], (dir.) M. Josefa Postigo Adamil, Revista de Filologia Românica, Anejos. Madrid, Universidad Complutense, pp. 85-114.
- CARVALHO, Alberto de, 2002, “Figurations de la terre dans l'imaginaire Capverdien”, in *Figurations Identitaires Dans les Littératures Portugaise, Brésilienne et Africaines de Langue Portugaise*, Paris, Université de Paris VIII, Vincennes Saint-Denis, pp. 209-224.
- CARVALHO, Alberto de, 2005, “Literatura de Cabo Verde”, in Fernando Cristóvão (coord.), *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa, Aclus/Texto, pp. 624-627.
- CARVALHO, Alberto de, 2006a, “Prefácio”, in Baltasar Lopes, *Chiquinho*, Lisboa, Nova Vega.
- CARVALHO, Alberto de, 2010a, “As figurações Crioulas de Baltasar Lopes”, in Fátima Bettencourt (org.), *Claridade A Palavra dos Outros*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, pp. 435-450.
- CARVALHO, Alberto de, 2010b, “Do Classicismo ao Realismo da Claridade”, in Fátima Bettencourt (org.), *Claridade A Palavra dos Outros*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, pp. 187-204.
- CARVALHO, Maria Adriana Sousa, 2006, *A Memória Educativa Recuperada no Cabo Verde Boletim*, Praia, Centro Cultural Português.
- CARVALHO, Ruy Duarte de, 2003, *Como se o mundo não tivesse Leste*, Lisboa, Cotovia.
- CHERUBIN, Sebastião, 1989, *Dicionário de figuras de linguagem*, São Paulo, Pioneira.
- CHEVRIER Jacques, 1988, *Anthologie africaine: poésie*, Paris, Hatier.
- CHIAMPI, Irleamar, 1980, *O realismo maravilhoso*, São Paulo, Perspectiva.
- COPANS, Jean, 1981, *Antropologia, Ciência das Sociedades Primitivas ?*, Lisboa, Edições 70.

CORDEIRO, Ana Dias, 2006, *Eva Feliz a Amar Vários Homens*, Lisboa, *Público*, 22 de abril, p.12.

CORDEIRO, Ana Dias, 2008, “Germano Almeida O Contador de Estórias”, in José Luís Hopffer Almada (coord.), *O Ano Mágico de 2006. Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Cabo-Verdianas*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

CORDESSE, Gérard, 1988, “Narration et focalisation”, in *Poétique* n.º 76, pp. 487-497.

CRISTÓVÃO, Fernando, (dir.), 2005, *Dicionário Temático da Lusofonia*, (dir.), Lisboa, Texto.

DERRIDA, Jacques, 1967, *De la Grammatologie*, Paris, Minuit.

DERRIDA, Jacques, 1967, *La Voix et le Phénomène*, Paris, PUF.

DUARTE, Abílio, 1980, in *Unidade de Luta*, n.º 3, Praia, Outubro a Dezembro.

DUARTE, Luís Ricardo, 2014, “Entrevista a Germano Almeida: Crónica de uma ilha literária”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 17 a 30 set.

DUARTE, Luís Ricardo, 2016, “Encontro de Escritores da UCCLA Ilhas de uma língua comum”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 3 a 16 de fevereiro, p. 5.

DUARTE, Manuel, 1999, *Caboverdianidade e africanidade*, Praia, Spleen.

DUARTE, Vera, 2015, “Corsino Fortes e Arnaldo França - Duas grandes perdas para Cabo Verde”, in *Jornal de Letras Artes e Ideias*, Lisboa, 2 a 15 de setembro, p. 6.

ELIOT, T.S., 1997, *Ensaio de Doutrina Crítica*, Lisboa, Guimarães editores.

ELÍSIO, Filinto, 2001, *O Inferno do Riso*, Praia, Instituto Biblioteca Nacional.

FANON, Frantz, 2011, *Oeuvres*, Paris, Découverte.

FARIA, António, 2016, *Itinerário de Pasárgada*, Lisboa, Chiado.

FERNANDES, Fátima, 2005, “O fantástico na obra d'Orlanda Amarílis”, in Danny Spínola (dir.), *Pré-Textos Revista de Arte, Letras e Cultura*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Dez., pp. 7-16.

FERNANDES, Fátima, 2015, “A construção do sujeito na literatura cabo-verdiana contemporânea”, in *Nova Águia - Revista de Culturas para o século XXI*, Sintra, Zé firo e Actividades Culturais, n.º 15 – 1.º Semestre, pp. 96-105.

FERNANDES, Margarida, 2006, “Discursos e representações”, *Via Atlântica* n.º 10, Dez., pp. 75-90.

FERREIRA, António Mega, 2015, “García Márquez ou o nascimento de um mito literário”, in *Viagens à ficção Hispano Americana*, Lisboa, Arranha-Céus, pp. 61-82.

FERREIRA, Manuel (org.), 1997, *50 Poetas Africanos*, 2.ª ed., Lisboa, Afrontamento.

FERREIRA, Manuel, 1962, *Do Regionalismo Cabo-Verdiano*, Separata da Revista "Ocidente" - Volume LXIII, Lisboa.

FERREIRA, Manuel, 1980, *Hora di Bai*, 4.ª ed., Lisboa, Plátano, Mindelo.

FERREIRA, Manuel, 1985, “O mito hesperitano ou a nostalgia do paraíso perdido”, in *Les Littératures Africaines de Langue Portugaise - A la Recherche de l'Identité Individuelle et Nationale*. Actes du Colloque International (Paris 28-30 novembre 1984), Paris, Fond. Calouste Gulbenkian, pp. 241-250.

FERREIRA, Manuel, 1987, “O texto brasileiro na literatura caboverdiana”, in *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Actas do Colóquio (Lisboa, Jul./1985). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 81-105.

FERREIRA, Manuel, 1989, *O Discurso no Percurso Africano*, Lisboa, Plátano.

FERREIRA, Manuel, s.d., *A Aventura Crioula*, 3.ª ed., Lisboa, Plátano.

FERREIRA, Ondina, 2006, *Baltasar Lopes da Silva e a Música*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

FERREIRA, Ondina, 2015, “Reflexos de valores humanistas/cristãos na criação poética cabo-verdiana: A poesia de Oswaldo Alcântara, um exemplo emblemático”, in *Nova Águia - Revista de Cultura para o Século XXI*, n.º 15 - 1º semestre, pp. 114-117.

FIGUEIREDO, Cândido, 1996, *Grande Dicionário Electrónico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Bertrand, pp. 872-3.

FORSTER, E. M., 1955, *Aspects of Novel*, London, Harcourt.

FRANÇA, Arnaldo, 1997, “Naissance et Reconnaissance d' une Littérature en Prose”, in Manuel Veiga, (dir.) *Insularité et Littérature Aux Îles du Cap-Vert*, Paris, Karthala, pp. 119-129.

FRANCO, António Cândido, 1996, *Exercício Sobre o Imaginário Cabo-Verdiano*. (simbologia telúrico - marítima em Manuel Lopes), Évora, Pendor.

FRANCO, José Eduardo; Pedro Calafate (dir.), 2013, *Obra Completa - Padre António Vieira, Cartas de Missão/Cartas da Prisão*, Lisboa, Círculo dos Leitores, tomo I, vol. II.

FRANÇOISE, Louise, 1993, *Construction/Déconstruction du Personnage dans la Forme Narrative au XXe Siècle*, Clermont-Ferrand, Association des Publications de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines.

FREYE, Northrop, 1957, *Anatomia da Crítica*, São Paulo, Cultrix.

FURTADO, Cláudio Alves, 1993, *A Transformação das Estruturas Agrárias Numa Sociedade em Mudança*, Santiago, S. Vicente, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco.

GABRIEL, Rui Guilherme, 2012, “A diluição do Mar Caribe. Crioulidade e poesia em Cabo Verde”, in Elena Brugione *et alii*, (coord.), *Itinerâncias Percursos e Representações da Pós-colonialidade*, Minho, Universidade do Minho.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel, 2013, *Cem Anos de Solidão*, 28.^a ed., Lisboa, Publicações D. Quixote.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel, 2014, *Crónica de uma Morte Anunciada*, 14.^a ed., Lisboa, D. Quixote.

GEFEN, Alexandre (org.), 2003, *La Mimèsis*, 2^{ème} éd., Paris, Flammarion.

GENETTE, Gérard, 1969, *Figures II*, Paris, Seuil.

GENETTE, Gérard, 1982, *Palimpsestes, La littérature au second degré*, Paris, Seuil.

GENETTE, Gérard, 1986, “Introduction à l'architexte”, in Gérard Genette, *Théorie des Genres*, Paris, Seuil, pp. 89-159.

GENETTE, Gérard, 1991, *Fiction et Diction*, Paris, Seuil.

GENETTE, Gérard, 2000, *Esthétique et Poétique*, Paris, Points.

GENETTE, Gérard, 2004, *Métalepse*, Paris, Seuil.

GIDDENS, Anthony, 1990, *The consequences of modernity*, Cambridge, Polity Press.

GILISSEN, John, 2003, *Introdução Histórica ao Direito*, 4.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

GLISSANT, Édouard, 1996, *Introduction à une Poétique du divers*, Paris, Gallimard.

- GLISSANT, Édouard, 2009, *Philosophie de la Relation, poésie en étendue*, Paris, Gallimard.
- GOLDMANN, Lucien, 1964, *Pour une Sociologie du Roman*. Paris, Gallimard.
- GOMES, Simone Caputo, 2008, *Cabo Verde Literatura em Chão de Cultura*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- GONÇALVES, António Aurélio, 1960, “Problemas da literatura romanesca em Cabo Verde”, in *Cabo Verde* n.º 128, Praia: Imp. Nacional, Maio, pp. 9-23.
- GONÇALVES, António Aurélio, 1986, “António Aurélio Gonçalves meu mestre e saudoso amigo”, in Manuel Ferreira (dir.), *África-Literatura, Arte e Cultura*, Lisboa, ALAC, 2.ª série, n.º 13, ano 9, abril-junho, pp. 19-25.
- GONÇALVES, António Aurélio, 1998, “Bases para uma cultura de Cabo Verde”, in *Ensaaios e outros Escritos*, Praia, Mindelo, Centro Cultural Português.
- GUSDORF; Georges, 1991, *Les écritures du moi*, Lignes de vie 1, Paris, Odite Jacob.
- HAMBURGUER, Käte, 1986, *Logique des genres littéraires*, Paris, Seuil.
- HAMILTON, Russell G., 1983, “Cabo Verde”, in Russell Hamilton, *Literatura Africana, Literatura Necessária*, Lisboa, 70, pp. 93-212.
- HAMILTON, Russell G., 1984, *Literatura Africana Literatura Necessária*, Lisboa, edições 70.
- HOBSBAWM, E.; T. Ranger, 1984, *A invenção das tradições*, São Paulo, Paz e Terra.
- HOCHMAN, Baruch, 1985, *Character in literature*, Ithaca and London, Cornell Univ. Press., p. 13. (Tradução).HUTCHEON, Linda, 1941, *Poética do Pós-Modernismo*, Rio de Janeiro, Imago.
- HUTCHEON, Linda, 1989, *Uma Teoria da Paródia. Ensinaamentos das formas de arte do século XX*, Lisboa, edições 70.
- JAHN, Janheinz, 1971, *Las literaturas neoafricanas*, Madrid, Guadarrama.
- JAUSS, Hans Robert, 1978, *Pour Une Esthétique de la Réception*, Paris, Gallimard.
- JEAN, Georges, 1971, *Le Roman*, Paris, Seuil.
- JOLLES, André, 1972, *Formes Simples*, Paris, Seuil.
- JOSEF, Bella, 2006, *A máscara e o enigma. A modernidade: da representação à transgressão*, Rio de Janeiro, F. Alves.

- KANE, Mohamadou, 1982, *Roman Africain et Tradition*, Dakar, Les Nouvelles Éditions Africaines.
- KOTHE, Flávio R. 1985, *O Herói*, São Paulo, África S.A.
- KRIPKE, Saul, s.d., *La Logique des Noms Propres*, Paris, Minuit.
- KUNDERA, Milan, 1986, *L'Art du Roman*, Paris, Gallimard.
- LACLAU, Ernesto, 1990, *New Reflections on the Resolution of our Time*, Londres, Verso.
- LARANJEIRA, Pires, 1995, “História e Teoria da Negritude”, in Pires Laranjeira, *A negritude africana de língua portuguesa*, Porto, Afrontamento, pp. 105-142.
- LARANJEIRA, Pires, 2002, “Cabo-verdianidade”, in Ernesto Rodrigues, Pires Laranjeira e José Viale Mourinho (org.), *Dicionário de Literatura Portuguesa Brasileira Galega Africana Estilística Literária*, Porto, Figueirinhas, 1º., Vol., pp.164-165.
- LARANJEIRA, Pires, s.d. *Ensaaios Afroliterários*, Coimbra, Novo Imbondeiro.
- LARISSA, Rodrigues, 1991, *Artiletra*, Mindelo.
- LEENHART, Jacques, 2002, ”Fronteiras, fronteiras culturais e globalização”, in Maria Helena Martins (irg.), *Fronteiras Culturais – Brasil, Uruguai, Argentina, São Paulo*, Ateliê editorial, pp. 27-34.
- LEITE, Ana Mafalda, 1995, *A Modalização Épica nas Literaturas Africanas*, Lisboa, Vega.
- LEITE, Ana Mafalda, 1998, *Oralidades e escritas nas literaturas africanas*, Lisboa, Colibri.
- LEITE, Ana Mafalda, 2003, *Literaturas Africanas e Formações Pós-Colonais*, Lisboa, Colibri.
- LEITE, Ana Mafalda, 2009, “A narrativa como invenção da personagem”, in *Navegações*, vol. 2, n.º 1, pp. 7-11, Jan.-Jun. 2009.
- LEITE, Ana Mafalda, 2013, *Ensaaios Sobre Literaturas Africanas*, Moçambique, Alcance.
- LEJEUNE, Philippe, 1971, *L'autobiographie en France*, Paris, Armand Colin.
- LEJEUNE, Philippe, 1980, *Je Est Un Autre, L'autobiographie de la Littérature Aux Médias*, Paris, Seuil.

- LEJEUNE, Philippe, 1996, *Le Pacte Autobiographique*, Paris, Seuil.
- LEPECKI, Maria Lúcia, 1980, *Sobreimpressões, Estudos de Literatura Portuguesa e Africana*, Lisboa, Caminho.
- LIMA, Cristina Fontes, 2004, (org.), *Código Penal de Cabo Verde*, Praia, Ministério da Justiça, Comissão de reformas legislativas do M. J..
- LIMA, Luís Costa, 1972, *Mimesis e Modernidade - Formas das Sombras*, Paris, Graal.
- LISBOA, Eugénio, 2009, “As Memórias de um espírito: ironia, licenciosidade e sagesse”, in Eugénio Lisboa, *Indícios de Ouro*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol.II, pp. 139-144.
- LOPES FILHO, João, 1974, “Ensino para uma nova literatura”, in Alberto Rui Machado (dir.), *Presença Cabo-Verdiana - boletim cultural e informativo da casa de cabo verde*, Lisboa, Casa de Cabo Verde, Ano II, Julho/Agosto, n.º 19/20, p.l.
- LOPES FILHO, João, 1981, *Cabo Verde Subsídios para um levantamento cultural*, Lisboa, Plátano Editora.
- LOPES FILHO, João, 1995, *Retratos do cotidiano*, Lisboa, Caminho.
- LOPES FILHO, João, 1998, *Vozes da Cultura Cabo Verdiana*, Lisboa, Ulmeiro.
- LOPES FILHO, João, 2003, *Olhares Partilhados*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- LOPES FILHO, João, 2007, “Nos 140 anos do seminário - liceu de São Nicolau”, in *jornal - revista de educação, ciência e cultura*, Artiletra, Mindelo, Ano XVI, n.º 82, Março-Abril.
- LOPES FILHO, João, 2015, *Cidade Velha-Ribeira Grande de Santiago*, Praia, Fundação João Lopes.
- LOPES José Vicente, 1987, “Novas estruturas poéticas e temáticas da poesia cabo-verdiana”, in *Ponto & Vírgula*, Mindelo, n.º 17, pp. 24-33.
- LOPES, Baltasar (org.), 1960, *Antologia da Ficção Cabo Verdiana Contemporânea*, Mindelo, Henriquinas.
- LOPES, Baltasar, 1956, *Cabo Verde Visto por Gilberto Freyre*, Praia, Imprensa Nacional.
- LOPES, Baltasar, 1967, “Prefácio”, in Manuel Ferreira, *Aventura Crioula*, Lisboa, Imprensa Nacional.

LOPES, José Vicente, 1980, “Entrevista realizada por António Fidalgo Barros”, in jornal *Terra Nova*, n.º 67, Mindelo, Outubro, p.14.

LOPES, José Vicente, 2004, *A Explicação do Mundo*, Praia, Spleen.

LOPES, José Vicente, 2012, *Cabo Verde as Causas da Independência, (e o Estado e a transição para a democracia na África lusófona)*, 2.ª ed, Praia, Spleen.

LOPES, José Vicente, 2016, *Onésimo Silveira Uma vida, um mar de Histórias*, Praia, Spleen.

LOPES, Leão, 2006, “Pósfácio”, in Françoise Massa (org.), *Ponto & Vírgula*, Mindelo, Ponto&Vírgula, setembro. (ed. facsimile das revistas editadas no Mindelo).

LOPES, Manuel, 1963, “A riqueza desta pequena literatura é a medida da pobreza do ambiente que a produziu”, in Bento Levy (dir.), *Cabo Verde Boletim Documental e de Cultura*, Mindelo, Imprensa Nacional de Cabo Verde, ano XIV, n.º s., 10-12/166-168, Julho-Setembro, pp. 7-11.

LOURENÇO, Eduardo, 1998, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Publicações Don Quixote.

LUKÁCS, George, 1968, *La Théorie du Roman*, Paris, Gallimard.

MACHADO, Rui Alberto, (coord.) 1975, “Entrevista com Luiz Cabral: Queremos criar um homem novo modesto quanto aos objectivos pessoais mas ambicioso para o seu povo e a sua terra”, in *Presença Cabo-Verdiana -boletim cultural e informativo da casa de cabo verde*, Lisboa, Casa de Cabo Verde, Ano III, Março, n.º 27.

MAIA, Armandina, 1993, “Emergência da consciência nacional na revista claridade”, in Piero Ceccucci (org.), *Coscienza Nazionale Nelle letterature africane di lingua portoghese, Atti del Convegno Internazionale*, Milano, Bulzoni, 13-14 Dicembre, pp. 83-99.

MAIA, Armandina, 2005, “Orlanda Amarílis, os passos em volta do Ilhéu dos Pássaros”, in Danny Spínola, *Pré-Textos Revista de Arte, Letras e Cultura*, Praia, IBNL, Dez., pp. 17-26.

MANTOVANI, António Aparecido, 2009, *Espaço em ruínas: meio social, conflito familiar e a casa em ruínas em Os dois irmãos de Germano Almeida e Dois irmãos de Milton Hatoum*, São Paulo, tese de doutoramento na Universidade de São Paulo.

MARCOS, Eidson Miguel, 2011, *O social pela lente parodística de Germano Almeida*, Bahia, UFBA. http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307660017ARQUIVO_XICONLABFINAL.pdf

MARCOS, Eidson Miguel; Amarino Oliveira Queiroz, 2014, *Literatura e cinema: duas lentes sobre o Testamento do Sr. Napumoceno, de Germano Almeida*, Cadernos Imbondeiro, João Pessoa, v. 3, n.º 2.

MARTIN, Gerald, 2009, *Gabriel García Márquez - Uma vida*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

MARTINHO, Edmundo (dir.), 1991, *Pré-textos, Revista de Arte, Letras e Cultura*, Praia, INLB.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira, 2015, “Lembrando Corsino Fortes”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 19 de agosto a 1 de setembro, p. 27.

MARTINS, Maria Helena, *Fronteiras culturais Brasil, Argentina e Uruguai*, Porto Alegre, Ateler, pp. 28-34.

MATA, Inocência, 2013, *A literatura africana e a crítica pós-colonial reconversões*, Manaus, AM:UEA.

MATA, Inocência, 2015, *A casa dos Estudantes do Império e o Lugar da Literatura na Consciencialização Política*, Lisboa, UCCLA.

MATESO, Locha, 1986, *La Littérature Africaine et sa Critique*, Paris, Karthala.

MATOS, Albano, 2014, “O símbolo máximo do “realismo mágico” regressa a Macondo”, in *Diário de Notícias*, Lisboa, sexta-feira, 18 de abril, pp. 27-29.

MEDEIROS, Tomás, 2014, *A verdadeira Morte de Amílcar Cabral*, 2.ª ed., Lisboa, Althum.

MELLO, Maria Cristina Nogueira Lança de, *Configurações do Imaginário Emigrante na Literatura Cabo-Verdiana*, (tese de mestrado), Fac. de Letras, Abril de 1955.

MENDILOW, A. A., 1972, *O Tempo e o Romance*, Rio de Janeiro, Globo.

MESCHONNIC, Henri, 1970, *Pour la poétique I*, Paris, Gallimard.

MONTALBETTI, Christine (org.), 2001, *La Fiction*, Paris, Flammarion.

MONTEIRO, Adolfo Casais, s.d., *Manuel Bandeira*, Lisboa, Ministério da Educação e Cultura

MONTEIRO, Júlio, 1974, *Os rabelados da Ilha de Santiago*, Praia, Centro de Estudos de Cabo Verde.

MORÃO, Paula, 1993, “Memórias e Géneros Literários Afins. Algumas precisões teóricas”, in Paula Morão, *Viagens na Terra das Palavras*, Lisboa, Cosmos, pp. 17-24.

- MOSER, Gerald; Manuel Ferreira, 1983, *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Português*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- MOURA, Jean Marc, 1990, *Littératures Francophones et Théorie Postcoloniale*, 2.^a ed. PUF.
- NAVAS-TORÍBIO, Luzia Garcia do Nascimento, 1989, *Perfis Ilhéus - Vozes e Portas - Vozes no cenáculo cabo-verdiano*, São Paulo, USP.
- NGAL, Georges, 1994, *Création et Rupture en Littérature Africaine*, Paris, L'Harmattan.
- OLIVEIRA, Fernando, 1996, *Breve Glossário de Latim Para Juristas*, 4.^a ed., Lisboa, Cosmos.
- OLIVEIRA, João Nobre de, 1998, *A Imprensa Cabo-Verdiana, 1820-1975*, Macau, Fundação Macau, pp.584-604.
- ORTIZ, Renato, 1994, *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense.
- OSÓRIO, Oswaldo, s.d, *Emergência da Poesia em Amílcar Cabral*, Cabo Verde, Grapedito.
- PACHECO, Maria Cristina, 1990, “Manuel Lopes: um ensaísta (talvez) esquecido”, in *Letras & Letras*, Porto, 19 de Dezembro, p. 10.
- PEIXEIRA, Luís Manuel de Sousa, 2003, *Da Mestiçagem à Cabo-Verdianidades*, Coimbra, Colibri.
- PEREIRA, Carlos Lopes, 1986, “A Voz de Cabo Verde”, in Manuel Ferreira (dir.), *África Literatura – Arte - Cultura*, Lisboa, ALAC, 2.^a série, n.º 14, ano 9, agosto-setembro, pp. 27-44.
- PEREIRA, Daniel A., 2014, *Um Olhar Sobre Cabo Verde - História para Jovens*, Brasília, Thesaurus.
- PEREIRA, Daniel A., s.d., *A Situação da Ilha de Santiago no 1º Quartel do século XVIII*, 2.^a ed.^a, Cabo Verde, Alfa-Comunicações.
- PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo, 2015, *Política e Cultura - As Revoltas*, 3.^a ed. Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde.
- PEREIRA, José Augusto, 2015, *O PAIGC perante o dilema Cabo-Verdiano (1950-1974)*, Lisboa, Campo de Comunicação.
- PEREIRA, Marcio Roberto, 2012, “Exílio e degradação: a trajetória do herói e a construção do espaço na obra de Manuel Lopes”, in Petar Petrov et al (org.), *Avanços*

em *Literaturas e Culturas Africanas e em Literatura e Cultura Galegas*, Santiago Compostela, Através Editora, pp. 33-43.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha, s.d., “Introdução”, in Sófocles, *Antígona*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian,, pp. 9-34.

PEREIRA, Susana Marques, 2011, *Europa sob o olhar de Cabo- Verde*, Humanitas 63.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, 2002, “Além das fronteiras”, in Maria Helena Martins (org.), *Fronteiras culturais - Brasil, Uruguai, Argentina*, Cotia, SP: Ateliê, pp. 35-39.

PETIT, Michèle, 2002, *Éloge de La Lecture: La Construction de Soi*, Paris, Belin.

PETITJEAN, André, 2003, “Problématisation du personnage dramatique”, in *Pratiques*, n.º 119/120, Décembre, pp. 67-90.

PHILBERT, Louis, 1883, *Le Rire. Essai littéraire, Moral et psychologique*, Paris, Librairie Germer-Baillière.

PLATÃO, 2002, *Apologia de Sócrates*, 5.^a ed., Lisboa, Guimarães.

PORPINO, Marília Silva Anízio, 2010, *Humor e crítica social em O Testamento do Sr. Napumoceno*, Guarabira/PB, Universidade Estadual da Paraíba Centro de Humanidades.

POUILLON, Jean, 1993, *Temps et Roman*, Paris, Gallimard.

POULET, Georges, 1982, *L'espace proustien*, Paris, Gallimard, Coll. Tel.

PRADO, Maria Felisa Rodríguez, 2004, “Certeza Cabo-Verdiana: Quais as Certezas? O Movimento Literário em Meados do século XX”, in *Latitudes*, n.º 20 - mai.

PROPP, Vladimir, 1992, *Comicidade e riso*, São Paulo, Ática.

QUEIRÓS, Luís Miguel, 2014, “O contador de histórias que inventou o realismo mágico”, in *Público*, sexta-feira, 18 de abril, pp. 2-3. (Reportagem dedicada a Gabriel García Márquez).

QUEIRÓS, Luís Miguel, 2016, “Diáspora e conflito de gerações, um retrato da literatura cabo-verdiana”, in *Público*, Lisboa, quarta-feira, 3 de fevereiro, p. 28.

RABAN, Sophie (org), 2002, *L'intertextualité*, Paris, Flammarion.

RAFFNER, Jair, 2010, “Os Portugueses Acham Que São Donos da Língua”, in *Pessoa Revista de Literatura Lusófona*, 1/11, (Entrevista a Germano Almeida em 6 de Agosto), pp. 1-2.

- REAL, Miguel, 2010, “A iluminação da História”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 11 a 24 de agosto, p.17.
- REIS, Carlos, 1995, *O Conhecimento da literatura - Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Almedina.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. Lopes, 1990, *Dicionário de Narratologia*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina.
- RENANT, Ernest, 1990, “What is a nation?”, in Homi Bhabha (org.), *Narrating the nation*, Londres, Routledge.
- RIBEIRO, Margarida Calafate; Sílvia Renado Jorge, 2011, *Literaturas Insulares: Leituras e Escritas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Afrontamento.
- RICARDO, Luís Ricardo, (2016), “IV Encontro de Escritores da UCCLA”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 17 de fevereiro, pp. 6-7.
- RICCIARDI, Giovanni, 1971, *Sociologia da literatura*, Mem Martins, Publicações Europa América.
- RICOEUR, Paul, 1990, *Soi-même comme un autre*, Paris, Seuil.
- RIOS, Maurício Oliveira, s.d., “Eva”, in *Desmedida- Revista da Pós-Graduação em Literatura da Unitau*, v.1, nº1. <http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/desmedida/article/viewFile/1148/788>
- RITA, Annabela, 2010, *Cartografias Literárias*, Lisboa, CLEPUL.
- ROBBE-GRILLET, Alain, 1963, *Pour un nouveau Roman*, Paris, Minuit.
- ROCHA, Daniel, 1993, “Germano Almeida Divirto-me muitíssimo a escrever”, in *Leituras Público*, Lisboa, Público, Sexta-Feira, 12 Fev.
- RODRIGUES, Ana Salgueiro, 2012, “Itinerâncias macaronésias. Mito e discurso científico na obra pseudo-heteronímica de João Varela”, in Elena Brugioni *et alii*, (coord.), *Itinerâncias Percursos e Representações da Pós-colonialidade*, Minho, Universidade do Minho.
- RODRIGUES, Larissa; Rodrigues, João B. (dir.), 2006, "Entrevista com Oswaldo Osório", in *Artiletra*, Mindelo, n.º 75, Jan., pp. X-XIX.
- ROQUE, Ana Cristina; Maria Manuel Torrão (coord.), 2013-2014, *De Cabo Verde para Lisboa: Cartas e Remessas Científicas de Expedição Naturalista de João da Silva Feijó (1783-1796)*, Lisboa, IICT, vol. I e II.
- SAID, Edward, 1995, *Cultura e Imperialismo*, São Paulo, Companhia das Letras.

SAID, Edward, 2004, *Orientalismo*, Lisboa, Cotovia.

SANCHES, Manuela Ribeiro, 2012, “Teorias itinerantes antes do pós-colonial. Lugares, tempos, afiliações”, in Elena Brugioni *et alii*, (coord.), *Itinerâncias Percursos e Representações da Pós-colonialidade*, Minho, Universidade do Minho.

SANTILLI, Maria Aparecida, 1985, *Africanidades - contornos literários*, São Paulo, Ática.

SANTILLI, Maria Aparecida, 2007, *Literaturas de Língua Portuguesa, Marcos e Marcas - Cabo Verde - Ilhas do Atlântico em Prosa e Verso*, São Paulo, Arte e Ciência.

SANTOS, Boaventura de Sousa, 1993, “Modernidade, Identidade e a Cultura de fronteira”, in *Revista Tempo Social*, n.º 5, pp. 31-52.

SANTOS, Boaventura Sousa, 2002, “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade”, in Maria Irene Ramalho ; António Sousa Ribeiro (orgs.), *Entre ser e estar - Raízes e Discursos da identidade*, Porto, Afrontamento, pp. 35-85.

SANTOS, Raquel, 2002, *Entre Nós: entrevista a Germano Almeida*, Lisboa, Universidade Aberta, Programa em vídeo.

SAPEGA, Ellen W., 2012, “A relação colonial sob o signo da reforma: As ambições (frustradas) do narrador em Chiquinho, de Baltasar Lopes”, in Elena Brugioni *et alii*, (coord.), *Itinerâncias Percursos e Representações da Pós-colonialidade*, Minho, Universidade do Minho.

SARTRE, Jean-Paul, 1948, “Orphée noir”, in Léopold Sédar Senghor, *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de la langue française*, Paris, Quadrige/PUF, 8^{ème} éd.

SCHOLES, Robert; Robert Kellogg, 1977, *A Natureza da Narrativa*, São Paulo, Magraw-hill.

SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro (org.), 1999, *Antologia do mar na poesia africana de língua portuguesa do século XX*, Rio de Janeiro, UFRJ, pp. 18-19.

SENGHOR, Léopold, 1983, *Lire Cabral, aujourd'hui. Continuar Cabral*, Praia, Grafedito.

SILVA, António Leão Correia, 2015, *Dilemas de Poder na História de Cabo Verde*, 2.^a ed. Lisboa, Rosa de Porcelana.

SILVA, Filinto Elísio (coord.), 2005, *Cabo Verde 30 anos de cultura -1975-2005*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

- SILVA, Rodrigues da, 1998, "Amor em tempo de cólera", Entrevista a Germano Almeida, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 718, 22 de abril, pp.16-17.
- SILVA, Rui Guilherme, 2015, "Miraculosa Memória" Posfácio à Rememoração do Tempo e da Humidade", in José Luís Hopffer C. Almada, *Rememoração do Tempo e da Humidade (Poema de Nzé de Sant'y Ago)*, Lisboa, INCM.
- SILVEIRA, Onésimo, 1988, "Geografia: insularidade e clima - a suposta influência psíquica", *Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XLV.
- SILVEIRA, Onésimo, 2005, *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Colibri.
- SILVESTRE, Oswaldo, 2002, "A aventura crioula revisitada - versões do Atlântico Negro em Gilberto Freyre, Baltasar Lopes e Manuel Ferreira", in Manuela Sanches; Helena Carvalhão Buescu (org.), *Literatura e Viagens Pós-coloniais*, Lisboa, Colibri, pp. 63-103.
- SOUSA, Julião Soares, 2013, Amílcar Cabral (1924-1973). *Vida e Morte de um Revolucionário Africano*, Praia, Fundação Amílcar Cabral.
- SOUSA, Teixeira de, 1963, "A Cultura Cabo-Verdiana tem a sua expressão própria que o desenvolvimento do arquipélago lhe confere", in Bento Levy (dir.), *Cabo Verde Boletim Documental e de Cultura*, Mindelo, Imprensa Nacional de Cabo Verde, ano XIV, n.º s 10-12/166-168, Julho-Setembro, pp. 12-14.
- SPÍNOLA, Danny (org), 2009, "Homenagem a Corsino Fortes", in *Pré-Textos - Revista de Arte, Letras e Cultura*, Praia, IBNL, Dez., II série, pp. 7-44.
- SPÍNOLA, Danny (org.), 2005, "Homenagem a Orlanda Amarílis", in *Pré-Textos - Revista de Arte, Letras e Cultura*, Cabo Verde, IBNL, Dez., pp. 7-26.
- SPÍNOLA, Danny, 2004, *Evocações*, Praia, IBNL, vol. I.
- STEINER, George, 1984, *Antígonas*, Lisboa, Relógio d'água.
- STOENESCO, Dominique, 2004, "Estórias Contadas Chroniques du Cap-Vert et d'ailleurs de Germano Almeida", in *Latitudes*, n.º.20, mai, pp.46-48.
- SULEIMAN, Susan Rubin, 1983, *Le Roman à Thèse ou L'autorité Fictive*, Paris, PUF/Ecriture.
- TEIXEIRA, António Braz, 2012, "A saudade na poesia da "Claridade", in *Nova Águia*, Sintra, n.º 9, 1.º semestre, pp. 164-167.
- TELLES, Inocência Galvão, 2000, *Introdução ao Estudo do Direito*, Coimbra, Coimbra ed., v. II.

TELLES, Inocêncio Galvão, 2001, *Introdução ao Estudo do Direito*, 11.^a ed., Coimbra, Coimbra ed., v. I.

TINE, Alioune, 1985, “Pour une théorie de la littérature africaine écrite”, in *Présence Africaine*, n.º 139, Paris, pp. 99-121.

TOMACHEVSKI, 1929, “Thématique”, in Tzvetan Todorov, *Théorie de la littérature*, Paris, Seuil.

TOMÁS, António da Conceição, 1998, “Germano Almeida: Não tenho a pretensão de escrever um romance”, *Público*, Lisboa, 25 de abril.

TUTIKIAN, Jane, 2008, *O siso dO Meu Poeta: O riso do meu autor*, Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 8.2.
www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/download/50577/54693&ei=JerMVeGzMIWiU_S9sNgK&usg=AFQjCNGpWcNxvWe4pBH-zHByp-iOHJvbsw&cad=rja

TUTIKIAN, Jane, 2010, “Germano Almeida: Uma Identidade de Outras Faces, (EVA, a relativização de verdades)”, in Carmen Tindó Secco *et alii* (org.), Rio de Janeiro, EUFRJ, União dos Escritores Angolanos.

TZVETAN, Todorov, 1981, *Mikhail Bakhtin le Principe Dialogique Suivi de, Écrits du Cercle de Bakhtine*, Paris, Seuil.

VÁRIO, João, 1998, *Exemplo Coevo*, Praia, Spleen.

VEIGA, Manuel, 2015, “Chuva Braba no ideário programático da revista Claridade”, in *Nova Águia - Revista de Cultura para o Século XXI*, n.º 15- 1.º semestre, pp. 106-110. VIEIRA, Arménio, 1981, *Poemas*, Lisboa, ALAC.

VIRGÍNIO, Teobaldo, 1967, *Vida Crioula*, Lisboa, Bertrand.

VIRGÍNIO, Teobaldo, 1973, *Viagem para lá da fronteira*, Lisboa, Casa de Cabo Verde.

VIRGÍNIO, Teobaldo, 1986, “Tio Jonas regressa para a Ponta do Sol”, in Manuel Ferreira, (dir.), *África-Literatura, Arte e Cultura*, Lisboa, ALAC, 2.^a série, n.º 13, ano 9, abril-junho, pp. 27-34.

WOOLF, Virginia, 2014, “A Personagem na Ficção”, in *Ensaio, Escolhidos*, Lisboa, Relógio D'Água, pp. 11-31.

ZUMTHOR, Paul, 1983, *Introduction à la Poésie Orale*, Paris, Seuil.

Anexo

RAQUEL ALVARES

Envio as perguntas:

1. Sente que continua a ser o contador de "Estórias" inicial de "A Ilha Fantástica"?

- Sem dúvida, aliás, para mim escrever é contar uma estória a alguém, tenho sempre um interlocutor, ainda que mudo. Acresce que não faço nada para mudar isso, se estou a "falar" com alguém faço-o na linguagem de todos os dias, nunca procuro ou me preocupo com uma escrita mais erudita ou culta.

2. Acha que presentemente já se afastou do movimento da "Claridade"?

- Bem, na verdade nunca tive a preocupação de estar próximo ou distante dos claridosos. Sempre achei não somos mais que seus continuadores, sobretudo nessa perspectiva de amar visceralmente a nossa terra, isso pode ser que a gente tenha apreendido com eles. Agora, eles escreveram há quase cem anos, a nossa realidade, particularmente após a independência mudou imenso, o Cabo Verde actual nada tem a ver com o Cabo Verde dos claridosos, portanto é natural que os actuais escritores estejam já um tanto afastados deles porque vivem noutra realidade.

3. Considera que a sua obra sofreu as influências da poesia de Corsino Fortes?

- Na verdade não considero. Mas atenção, considero o Corsino Fortes um poeta maior de Cabo Verde, costumo dizer que ele é o poeta da nossa afirmação nacionalista, o poeta eleva o homem cabo-verdiano a uma ímpar afirmação de orgulho e dignidade nacional. Mas nunca considerei a hipótese de ter sofrido a sua influência, a menos que isso passe ainda que sem grandes contactos.

4. Na entrevista concedida a Michel Laban em 1985, Germano Almeida foca a posição do escritor na pós-independência, criar uma literatura que faça a análise do homem caboverdeano na sociedade, sobretudo depois da Independência. Acha que como escritor consegue pôr na sua escrita essa novo

papel do escritor caboverdeano?

- Francamente não sei, ainda que gostasse que sim.

5. Será que pretende ainda voltar a "Ponto&Vírgula"? Quando?

- Não! Ponto&Vingula nasceu, viveu, desempenhou o seu papel e os exemplares continuam disponíveis. Mas voltar a ele, não.

6. Estamos em 2015, já um pouco afastados do 25 de abril. Como vê atualmente o papel do escritor caboverdeano? Será que a nação já foi construída?

-Não se pode definir e exigir dos escritores que desempenham um determinado papel, sobretudo se somos nós a criar esse papel dentro do qual desejamos que os escritores se movam. Cada escritor deve ser livre de se engajar ou não na luta pela reconstrução nacional. Ou então, pelo menos reconhecer que não há apenas uma única forma de engajamento na construção da nação que é uma obra dinâmica.

SATISFEITA? Quanto aos dados bibliográficos, dizer que sou licenciado em direito e não em advocacia.

Cumprimentos, GA

Fico por aqui. Peço-lhe desculpa pelo incómodo. As duas folhas com os seus dados bibliográficos seguem noutro mail. Não se esqueça do livro do Timóteo. Um abraço muito reconhecido da Maria Raquel Alvares.

maria.raquel.alvares@gmail.com